

no Brasil. Neste país, onde o catolicismo se constituiu como religião dominante, gestou-se uma “banca-da evangélica” cujas composições, movimentações, alianças e contraposições políticas e morais revelam muito sobre o espectro partidário e sobre o campo religioso. Mas isto ainda não é tudo. Uma reconstituição analítica da polêmica em torno do tema “aborto”, durante as últimas eleições presidenciais, e dos controversos acontecimentos que se seguiram à apresentação do material pedagógico, elaborado pelo Programa Escola Sem Homofobia do Ministério de Educação, pejorativamente conhecido “Kit gay”, tornam este livro um excelente instrumento de reflexão sobre o Brasil de hoje. Com efeito, sobretudo em situações de disputas eleitorais, em nosso país muitas vezes representantes do poder executivo e legislativo tem se deixado capturar pelos preconceitos (que sempre existirão) de diferentes segmentos sociais e religiosos. Neste sentido, a despeito das conquistas recentes, ainda falta muito para o Estado brasileiro reafirme sua laicidade garantindo acessos e a não discriminação de seus cidadãos no espaço público.

Regina Novaes

HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG
BRASIL



Instituto
de Estudos
da Religião



“(...) a pesquisa que deu origem a este livro é reveladora. Ao invés de vereditos simplificadores, aqui o leitor vai encontrar contextos históricos, circunstancias, conjunturas e pontos de vista que geram conjugações de fatores e de interesses. O livro aponta para as complexas relações das religiões com o poder público no Brasil”.

Regina Novaes

Religião e Política

Christina Vital | Paulo Victor Leite Lopes

Christina Vital
Paulo Victor Leite Lopes

Religião e Política

*uma análise da atuação de parlamentares evangélicos
sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*

HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG
BRASIL



Instituto
de Estudos
da Religião

As relações entre religião e política continuam delicadas. Notícias recentes revelam o quanto se faz política em nome da religião e vice-versa. Como analisar? No Brasil, a idéia de que a religião não faz diferença para a política contemporânea resulta na amputação de uma parte importante do imaginário nacional e empobrece a compreensão de nossa vida social. Porém, por outro lado, a idéia de que certas religiões - “por si” - definem votos e tomadas de posição políticas, também, não tem se confirmado nas últimas décadas. Com efeito, em ambas vertentes, o isolamento do “fator religião” esconde mutantes relações entre estas duas diferentes dimensões da vida social, assim como oculta as ambiguidades e ambivalências quase sempre presentes nos julgamentos que envolvem questões morais. Ou seja, é preciso prestar muita atenção nos movimentos de mão dupla entre religião e política relacionando-os com processos sociais em curso . É nesta perspectiva que a pesquisa que deu origem a este livro é reveladora. Ao invés de vereditos simplificadores, aqui o leitor vai encontrar contextos históricos, circunstancias, conjunturas e pontos de vista que geram conjugações de fatores e de interesses. O livro aponta para as complexas relações das religiões com o poder público

Religião e Política

*uma análise da atuação de parlamentares evangélicos
sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*

Religião e Política

*uma análise da atuação de parlamentares evangélicos
sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*

Christina Vital
Paulo Victor Leite Lopes

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL &
INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER)
RIO DE JANEIRO, 2013

Coordenação Editorial
Marilene de Paula

Revisão
Edilson Pereira

Impressão
Gráfica Minister

Tiragem
1.000 exemplares

Essa pesquisa foi financiada com recursos da Fundação Heinrich Böll.
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Fundação Heinrich Böll
Rua da Glória, 190/701 – Glória
Rio de Janeiro - RJ – Brasil
CEP 20.241-180
+55 21 3221 9900
info@br.boell.org
www.br.boell.org

Instituto de Estudos da Religião (ISER)
Ladeira da Glória, 99, Glória
Rio de Janeiro
CEP 22.210-010
+55 21 2555 3782
iser@iser.org.br
www.iser.org.br

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

V82r

Vital da Cunha, Christina
Religião e política : uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil / Christina Vital, Paulo Victor Leite Lopes. - Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2012.

232 p. : 22 cm

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-62669-09-5

1. Religião e política. 2. Ciência política. I. Lopes, Paulo Victor Leite II. Fundação Heinrich Böll.
III. Título.

12-8588. CDD: 322
CDU: 322

23.11.12 28.11.12

040972

“A utilização de todos os recursos do direito comum contra os abusos e impedimentos de religiões é a forma mais razoável que o Estado laico tem para preservar e reforçar o papel arbitral que é seu, manifestando cuidado estrito de respeitar a si mesmo e de fazer respeitar a liberdade religiosa.”

Danièle Hervieu-Léger

Siglas e Abreviaturas

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
CCJC	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CEPIA	Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONAMAD	Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Brasil – Ministério de Madureira
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
DEM	Democratas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FdF	Frente Parlamentar em Defesa da Família
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
FPM	Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida - Contra o Aborto
ISER	Instituto de Estudos da Religião
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MEC	Ministério da Educação
MIR	Ministério Internacional da Restauração
MP	Medida Provisória
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei Complementar
PMDB	Partido do Movimento Democrático do Brasil
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNLGBT	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT
PP	Partido Progressista
PPC	Pastoral Parlamentar Católica
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social-Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
STF	Supremo Tribunal Federal

Prefácio

Não é um fenômeno novo a participação do campo religioso na política, mas certamente a visibilidade e influência junto aos governos tornaram esses atores relevantes para uma análise da política brasileira hoje. O destaque são as lideranças evangélicas que organizam suas redes de relações para atuar ativamente nas eleições, não só indicando candidaturas, mas participando do jogo de alianças e das campanhas eleitorais de modo explícito. O pertencimento a uma das igrejas e/ou o apoio de lideranças evangélicas, muitas vezes, contribui decisivamente para o êxito de um candidato.

Em que pese o fato de que nem todo fiel irá votar no candidato indicado pela Igreja, há uma tendência em ver com benevolência os indicados, o que corrobora os dados da Frente Parlamentar Evangélica, de que na última legislatura foram eleitos 68 deputados e três senadores, sendo essa hoje a segunda maior bancada temática do Parlamento, só perdendo para a bancada ruralista.

O presidencialismo de coalizão brasileiro, com sua inevitável dependência de alianças, em muitas circunstâncias encampa agendas políticas de grupos representativos da sociedade, quer sejam aqueles que retrocedem direitos ou os ampliam. E as lideranças evangélicas possuem duas condições fundamentais para serem atores relevantes nesse jogo: têm grande poder de convencimento frente a seus milhões de fiéis e podem sustentar campanhas eleitorais com grande visibilidade na sociedade. A conta para os governos chega depois.

O livro que ora apresentamos pretende avançar um pouco mais nas reflexões sobre o universo dos evangélicos e sua imbricação com pensamentos e tendências da sociedade brasileira, as quais esses grupos reverberam, e estão presentes em posicionamentos que discriminam minorias sexuais e colocam

em xeque o Estado laico. Essa iniciativa partiu de um convite da **Fundação Heinrich Böll** ao **ISER (Instituto de Estudos da Religião)** para refletir por meio de dois exemplos emblemáticos o nível de organização e poder de barganha desses grupos dentro do Parlamento e do governo. O primeiro diz respeito ao surgimento na campanha presidencial, em 2010, da pauta sobre a descriminalização do aborto e o debate acalorado em torno do “kit anti-homofobia” ou “kit gay”, que é parte do material educativo do Programa Escola Sem Homofobia, criado pelo Ministério da Educação.

Mas a generalização “evangélicos” há muito tempo não dá conta da miríade de grupos que compõem esse universo. Porém, algo é claro: essa tendência religiosa vem crescendo no Brasil e segundo o último censo já são quase 23% dos brasileiros. São grupos diversos que conseguiram captar os ritmos da sociedade moderna, processá-los e devolvê-los em linguagem midiática e revertida de caráter religioso. Não é a toa que os neopentecostais, sua vertente mais nova, faz pregação pela TV, entraram no mundo fonográfico, possuem editoras, agências de turismo e outros empreendimentos. São aqueles que conseguem chegar nas áreas de periferia das cidades, onde ONGs, sindicatos e movimentos sociais não têm presença. Mediam conflitos com grupos criminosos, com o Estado e, muitas vezes, forjam a cultura política nessas localidades.

A participação dos evangélicos na política é uma forma de conhecer esse complexo universo e a parceira com o ISER, com sua reconhecida *expertise* nesse campo, foi fundamental. Portanto, agradecemos a toda a equipe do ISER, em especial a Christina Vital e Paulo Victor Leite Lopes, autores da pesquisa, e a Pedro Strozenberg, diretor do ISER, por terem aceitado o desafio de analisar um tema certamente movido a paixões, no qual se subverteu o dito popular de que religião, assim como política, não devem ser discutidos.

Marilene de Paula *Coordenadora de Programa - hbs*
e **Dawid Bartelt** *Diretor - hbs*

Apresentação

O presente livro apresenta resultados obtidos através da realização da pesquisa *“Religião e Política no Brasil: um estudo sobre a atuação de lideranças evangélicas no cenário político nacional”*, (FHB e ISER), realizada entre setembro de 2011 e agosto de 2012. O objetivo mais geral da pesquisa era analisar a importância relativa de atores religiosos no cenário político nacional a partir dos mecanismos e técnicas de poder articuladas por lideranças evangélicas (ligadas ou não a vida político-partidária no Brasil). Enfocamos, para isso, dois episódios recentes que tiveram repercussão nacional: o tratamento do aborto na campanha presidencial, em 2010, e o caso do “kit anti-homofobia” ou “kit gay”, isto é, do material educativo, parte do Programa Escola Sem Homofobia, criado pelo Ministério da Educação, destinado ao combate à homofobia nas escolas públicas.

Lideranças evangélicas e católicas estão cada dia mais presentes no cenário político nacional. Inúmeros trabalhos acadêmicos – de monografias a livros – analisam a atuação de políticos religiosos, dando especial atenção ao significado ora político, ora religioso da aproximação entre essas duas esferas e os impactos que essa aproximação promove no campo dos direitos humanos em nosso país.

Parafraseando Giumbelli (2002:11) sobre alguns dos desafios que se impunham ao seu objeto de pesquisa: “como elaborar uma interpretação que respondesse a interesses acadêmicos e científicos partindo de um assunto sobre o qual virtualmente qualquer pessoa teria algo a dizer?”. Na publicação que ora tem início, o desafio que nos impomos parece ainda mais agudo porque buscamos, a partir de um olhar antropológico, construir análises que tragam algo de novo sobre o debate acerca das religiões no espaço público no Brasil – um tema sobre o qual muitos teriam coisas interessantes a

dizer – contribuindo, assim, para o adensamento dessa discussão tanto entre o público não especializado, quanto entre os estudiosos dessa temática.

Fizemos uso de métodos e técnicas qualitativos para a realização dessa pesquisa. Nossa investigação se dividiu nas seguintes etapas: revisão bibliográfica centrada nos estudos mais recentes que abordam a interface entre religião e política no Brasil; análise das audiências públicas sobre os casos selecionados para a análise; observação direta do Culto Evangélico na Câmara Federal e da reunião da Frente Parlamentar Evangélica, ambos em Brasília; e entrevistas com parlamentares, lideranças religiosas evangélicas, estudiosos e representantes de organizações não governamentais ligadas historicamente à defesa dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil (foram dezoito entrevistados no total).¹

De modo complementar, recorremos também a um detalhado acompanhamento de jornais e revistas de circulação nacional (revistas: *Veja* e *Carta Capital*; jornais: *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*) a partir da consulta em seus respectivos *sites* na Internet. Com esse material buscamos construir um “fio do tempo” sobre as controvérsias alvo da pesquisa que nos permitisse identificar o estopim dos casos, os ciclos que os envolviam, os atores, os discursos e argumentos acionados sobre essas mesmas controvérsias.

Esse recurso ao material veiculado na mídia teve importante papel para as análises que ora apresentamos. Para pensarmos nas relações de poder que se tornaram explícitas através da mídia – que foi utilizada, inclusive, por políticos e religiosos para se apresentarem nos fatos políticos, demarcar suas posições e buscar aliados na política e na sociedade etc. – foi preciso levar em conta os critérios de noticiabilidade (Traquina, 2004), que são comumente referenciados como amálgamas do processo de produção do texto jornalístico. Segundo Bourdieu (1997), ao ocuparem a posição de repositório e delimitador do debate em questão, os diferentes veículos da mídia reivindicam, de certo modo, que seus discursos sejam associados à posição de representantes da opinião pública, exercendo uma significativa influência na construção e manutenção do consenso social (Traquina, 2005). Entendemos, deste modo, que nas sociedades contemporâneas a mídia influencia a relação dos cidadãos com a política, orientando as opiniões sobre o cenário

1 Ver a lista dos entrevistados - com breve descrição de suas trajetórias - no anexo 6 deste livro.

político e sobre os atores que nele se apresentam (Aldé, 2004).

Nesse sentido, consideramos que a identificação dos modos como são apresentadas jornalisticamente as relações e controvérsias entre a esfera política e o universo evangélico complementa a observação das estratégias de articulação de lideranças religiosas, bem como da repercussão social de suas estratégias políticas. Não se trata, portanto, de fazermos uma análise da mídia como um ator político específico, mas de entender o seu papel na consolidação (pela ênfase que ela dá a algumas agendas e atores) e na vocalização amplificada de demandas e valores presentes na sociedade.

Para isso analisamos notícias informativas e discursos opinativos e autorais veiculados na grande mídia nacional, sejam eles elaborados por jornalistas, por políticos ou por religiosos. Considerando que os períodos eleitorais e de debate/aprovação de projetos de lei acabam gerando uma maior recorrência de tais conteúdos na mídia, produzimos um *clipping* jornalístico e um banco de dados que teve como período de corte alguns momentos significativos de visibilidade dos casos na agenda pública nacional (de 25 de setembro a 05 de novembro de 2010 para aborto; maio de 2011 para o material do Programa Escola Sem Homofobia).

Ao longo de todo o trabalho de pesquisa buscamos primar por uma abordagem não caricatural do tema proposto. Isto implica em, primeiro lugar, analisarmos a atuação das lideranças religiosas evangélicas entendendo que eles não inauguram a relação entre Estado e Religião no Brasil. O Estado brasileiro tornou-se formalmente laico a partir da primeira Constituição Republicana, 1891, mas, em muitos episódios depois disto teve na Igreja Católica um importante interlocutor, favorecendo-a em algumas agendas como no caso da introdução, na Constituição de 1934, da obrigatoriedade do Ensino Religioso nas Escolas Públicas no Brasil, para citar somente um caso emblemático dessa relação. Em segundo lugar, reconhecemos que os evangélicos não são os únicos a defenderem posições que vão de encontro a mudanças sugeridas por grupos políticos, militantes de movimentos sociais e organizações não governamentais vinculados aos temas da eutanásia, combate à homofobia, aborto etc. Embora sejam mais citados nas matérias jornalísticas que investigamos (em 1.062 matérias contabilizadas, os evangélicos são referidos 358 vezes – entre título, subtítulo e matéria), eles não são os únicos a se posicionarem de modo controverso e em defesa de posições ditas conservadoras (os católicos são referidos 239 vezes no mesmo quantitativo de matérias). Em terceiro lugar, observamos que os evangélicos não são os únicos a estarem de modo

formalizado ocupando espaços no Parlamento Nacional (Frente Parlamentar Evangélica, 2003; Pastoral Parlamentar Católica, 1991; Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, 2007; Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Tradicionais de Terreiros, 2011), assim como em organizações da sociedade civil e em associações de classe (União de Juristas Católicos do Rio de Janeiro e de São Paulo – esta última conta com o celebrado Ives Gandra² como liderança fundamental).

Outro ponto que gostaríamos de destacar em termos da nossa abordagem nesta pesquisa tem relação com o cuidado para não objetivar a própria noção de evangélicos e de católicos³. Isso porque há grandes debates e diferenças internas em ambos os grupos religiosos. Há os que têm mais destaque na mídia nos temas controversos do aborto e da defesa dos direitos de homossexuais, mas há uma gama de grupos e atores vinculados e representando diferentes denominações evangélicas, assim como diferentes grupos católicos, que se posicionam em comum acordo com a pauta de organizações não governamentais e de movimentos sociais ditos de “vanguarda” ou “progressistas”, em defesa dos direitos humanos e da cidadania. São evangélicos e católicos assumindo posições de lideranças em conselhos, fóruns e organizações, tais como no Conselho Nacional de Juventude, Rede Fale, Aliança de Batistas no Brasil, Católicas pelo Direito de Decidir, Diversidade Católica, entre outros.

Depois de todas essas ressalvas a pergunta que os leitores devem estar fazendo é o que motivou estas duas organizações e um grupo de pesquisadores a se reunirem para analisar justamente a atuação dos evangélicos? O que faz deles singulares a ponto de serem “objeto” privilegiado desta pesquisa?

2 Ives Gandra da Silva Martins (12 de fevereiro de 1935) é um dos mais influentes advogados tributaristas brasileiros, professor emérito da Universidade Mackenzie (SP) e professor *honoris causa* pela Faculdades Metropolitanas Unidas e pelo Centro Universitário FIEO, sendo também presidente do Centro de Extensão Universitária da Universidade Mackenzie. Ives Gandra é considerado o porta-voz mais influente da Opus Dei na política nacional. O renomado jurista concedeu diversas entrevistas na imprensa nacional e internacional afirmando que a união civil entre pessoas do mesmo sexo, nos termos atuais, fere o parágrafo 3º do artigo 226 da Constituição Federal, que, segundo ele, prevê que apenas casais heterossexuais podem se casar.

3 Feita a ressalva de que estamos atentos às variações existentes, vamos usar livremente os termos católico e evangélico ao longo do texto fazendo diferenciações, quando forem necessárias.

Nosso investimento analítico nesse grupo tem relação com o fato indubitável de que a sua presença alterou as relações solidificadas que existiam nos campos político, religioso e social. Isto porque a presença dos evangélicos deu visibilidade para antigas questões e atores que não eram muito vistos e para situações que não eram acentuadas e legitimamente questionadas, como a própria presença do religioso no espaço público – seja em instituições como Judiciário, Assembleias Legislativas e Câmaras, hospitais e asilos públicos, nas escolas etc.

Com o avanço dos evangélicos na política na década de 1980, a discussão em torno da laicidade do Estado e da secularização da sociedade se fez mais presente. Entendemos que a movimentação do campo político e religioso pelos evangélicos introduziu um *empowerment* de diferentes tradições religiosas (embora isto possa parecer contraditório) que, ao invés de negarem o papel da religião no espaço público, passaram a reivindicar um lugar para si a fim de ampliarem a influência de suas denominações e tradições, assim como de suas lideranças e valores, baseados no “discurso dos direitos” e da democracia (demandando um acesso democrático aos bens políticos). Nesta publicação, enfim, buscaremos oferecer subsídios para reflexões e debates em torno da relação cada vez mais conflituosa e densa entre política e religião no Brasil apontando para as modalidades de relação que religiosos, com destaque para os evangélicos, têm com o poder público e como reverberam, com sucesso, valores basilares e ainda muito presentes em nossa cultura.

Para discutir esses pontos, introduzimos a publicação apresentando os dados e informações sobre os debates acerca da laicidade do Estado, indicando os principais atores e repertórios em torno deste tema que surge com força em teses, dissertações, livros e artigos, a partir da década de 1990 no Brasil. No capítulo 1 analisamos algumas modalidades de presença do religioso no espaço público na atualidade, com ênfase para a atuação de evangélicos na mídia e na política, estabelecendo, sempre que possível, contrapontos com a atuação católica nesses mesmos espaços. No capítulo seguinte, apresentamos quem são os evangélicos no Brasil, com base em diferentes materiais que vão desde aqueles coletados no âmbito desta pesquisa, quanto aos censos e trabalhos científicos que nos ajudam a compreender a heterogeneidade que compõe o que se convencionou chamar de evangélicos – apontando para a relação entre os perfis doutrinários e os modos de operação dos evangélicos no espaço público. No terceiro capítulo recompondemos o debate que se estabeleceu em torno do aborto na campanha presidencial de 2010, no qual

os então presidentiáveis José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) foram chamados a tratar desta questão, que divide a opinião pública de modo geral e tem nos religiosos, sobretudo católicos e evangélicos, um grupo fulcral para o embaraço e para a crítica ao avanço de políticas públicas que venham a consolidar a descriminalização do aborto no Brasil. No capítulo 4 discutiremos as controvérsias em torno da implementação de uma política pública voltada para a cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no Brasil. Parte dessa política previa a elaboração de um kit de material educativo com o apoio do Ministério da Educação. Esse material, como havia sido planejado, deveria subsidiar reflexões desenvolvidas por professores em salas de aula sobre a violência e outras formas de intolerância perpetradas contra LGBTs no Brasil. Na primeira parte do capítulo 5 apresentamos de modo sintético os principais argumentos mobilizados pelos políticos evangélicos afim de justificar seus posicionamentos contrários à ampliação dos direitos da população LGBT e de mulheres. E na segunda parte, discutimos os mecanismos a partir dos quais os religiosos – evangélicos e católicos, com ênfase nos primeiros – estão atuando no campo político nacional. No capítulo final retomamos nossas hipóteses relativas ao lugar dos evangélicos como vocalizadores de valores culturais construídos, sem dúvida, nos embates entre preceitos religiosos cristãos e noções humanistas e republicanas.

Nesta publicação, além da apresentação dos dados e análises realizados para a pesquisa *“Religião e Política no Brasil: um estudo sobre a atuação de lideranças evangélicas no cenário político nacional”*, ISER/Fundação Heinrich Böll, contamos com a contribuição do Dr. Roberto Lorea, Juiz de Direito e Doutor em Antropologia Social pela UFRGS, analisando questões em torno da laicidade do Estado e o conjunto de orientações que interferem na ação dos magistrados no Brasil hoje. O Dr. Roger Raupp Rios, Juiz de Direito, Doutor em Direito Público pela UFRGS, também participa desta publicação desenvolvendo uma análise do conteúdo da laicidade no ordenamento jurídico brasileiro, bem como sua relação com os direitos fundamentais, a partir dos julgamentos do Superior Tribunal Federal quando do exame da possibilidade da pesquisa com células-tronco, da interrupção da gestação de fetos anencéfalos e da união de pessoas do mesmo sexo.

Por fim, gostaríamos de agradecer a Pedro Strozenberg, Diretor Executivo do ISER, pela liberdade de produção possibilitada pelo tipo de gestão institucional que faz e pelas boas reflexões conjuntas ao longo do trabalho.

Gostaríamos também de agradecer pelo apoio para a realização da pesquisa a Dawid Bartelt e à Marilene de Paula, respectivamente Diretor e Coordenadora de Programa da Fundação Heinrich Böll, assim como pelo diálogo profícuo e pelo profundo respeito com o qual lidaram com toda a equipe de trabalho – coordenação e pesquisadores – provocando-nos intelectualmente a darmos respostas, a nos posicionarmos. A todos os entrevistados gostaríamos de agradecer pela disponibilidade em nos receber. Aos pesquisadores Clemir Fernandes, Edilson Pereira, Vinicius Esperança, Vanessa Moreira e Raquel Fabeni agradecemos e ao mesmo tempo parabenizamos pela competência, criatividade e boa convivência durante os intensos meses de trabalho em equipe. À Helena Mendonça agradecemos pelo constante apoio logístico para a realização das diferentes fases da pesquisa.

Introdução

É de amplo conhecimento que as relações entre atores religiosos e políticos se desenvolveram em diferentes momentos da história do país. Se há quem diga que vivemos em uma situação de “neutralidade estatal zero em matéria religiosa” (Mariano, 2011: 246), sabe-se, por outro lado, que essa ausência de neutralidade resulta em boa parte do fato de que “a laicidade não constitui propriamente um valor ou princípio nuclear da República brasileira, (...) nem a sociedade brasileira é secularizada como a francesa e a inglesa, por exemplo, o que por si só constitui séria limitação às pretensões mais ambiciosas de laicistas de todos os quadrantes” (idem, 2011:254)”. Partindo dessas considerações, gostaríamos de chamar atenção aqui para duas dimensões de um debate que vem ganhando força na agenda pública e que têm relação com a discussão sobre as religiões no espaço público no Brasil contemporâneo. Uma dessas dimensões se dirige a uma discussão crescente nas ciências sociais sobre laicidade e secularização. A outra – que se comunica umbilicalmente com a primeira – se relaciona com análises recentes sobre o que se configuraria na revelação de um importante *segredo público* (Taussig, 1999): a histórica presença do religioso no espaço público, com destaque para a relação entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica.

Discussões sobre Laicidade

É crescente o debate em torno da laicidade no Estado brasileiro – o que a caracterizaria, quais os modelos propostos, como vem sendo operada – entre cientistas sociais, juristas, jornalistas e entre os próprios religiosos e ativistas.

Dos anos 1990 até 2012 foram contabilizadas 96 publicações⁴ – entre artigos, teses, dissertações e livros – sobre o tema no Brasil. Parte desses trabalhos discute as diferenças entre o modelo de laicidade idealizado e o exercido no Brasil, inspirando-se na tese sobre o processo de secularização na modernidade, de Max Weber. Nesse sentido, afirmam o descompasso entre o modelo liberal que inspirou a Constituição Republicana de 1891, quando se estabeleceu a laicidade do Estado, isto é, a separação entre os órgãos estatais e as instituições religiosas no Brasil, e o que se operou de fato no país desde então.

A ideia predominante sobre laicidade e secularização informa que a manutenção da separação entre a esfera pública ou estatal e as religiões é condição fundamental para o pleno exercício da democracia, para a garantia de direitos das minorias demandantes e para o exercício da cidadania. Essa corrente, significativa em termos da interpretação dos pesquisadores brasileiros sobre o tema, tem ampla inspiração nos debates sobre laicidade promovidos entre pesquisadores norte-americanos, e versa sobre a combinação entre pluralismo, secularismo e democracia (Mariano, 2011).

Embora a bibliografia especializada trate de estabelecer distinções entre laicidade e secularização (Mariano, 2011; Casanova, 1994; entre outros), faremos menção aos dois processos de modo a acentuar principalmente uma questão comum que apregoam: o redimensionamento da religião no espaço público, sua regulação e retração. Adotaremos essa postura porque independentemente das discussões no campo científico que se travam entre a conceituação de um ou de outro fenômeno, observamos que os atores religiosos operam atualmente afirmando e defendendo a laicidade do Estado. Sendo assim, eles não defendem publicamente o estabelecimento de um Estado religioso, mas querem que a sua presença tenha a força e legitimidade que outros grupos de opinião e pressão também exercem sobre o Estado.

Este, aliás, é um ponto fundamental para a análise que propomos neste livro: os religiosos operam com as mesmas categorias, mobilizando um conjunto de argumentos que é também utilizado por aqueles que desejam garantir a separação institucional entre Estado, política e religião no Brasil. Sendo assim, religiosos (sobretudo católicos e evangélicos) são críticos de algumas abordagens sobre laicidade, inspirados nas teorias sobre secularização. Argumentam que laicidade – que, na abordagem por eles defendida, significaria a separação ou independência do Estado em relação à religião – não deve e não pode ser

confundida com *laicismo*. Para estes religiosos, *laicismo* significaria a negação (e não separação) do religioso da esfera pública e do Estado. Resultam desse argumento duas implicações interligadas: a defesa da “igualdade” de tratamento do Estado na direção das religiões e a defesa da religião como mais um grupo de pressão político-social que, portanto, tem o “direito” de desfrutar do mesmo espaço social que diversos grupos e movimentos seculares.

A primeira implicação, a que diria respeito à demanda por igualdade de tratamento do Estado na direção das diferentes religiões, vem à tona, sobretudo, com o crescimento dos evangélicos no espaço público, com destaque para os neopentecostais a partir da década de 1990. A transformação do campo político e social causado pelo aumento e estilo de investimento deles no espaço público impulsionou o reposicionamento de outros grupos religiosos⁵ e até mesmo da Igreja Católica⁶. A demanda feita por determinados grupos evangélicos é que todas as religiões tenham igualdade de acesso e relação com o Estado no Brasil, vide o que tentava garantir a Lei Geral das Religiões (Giumbelli, 2008, 2011; Fischman, 2009; Oro, 2011; entre outros). O ponto fulcral, vale destacar, é que o discurso de igualdade de acesso vai assumindo novas configurações conforme esse grupo religioso avança frente aos demais, sobretudo diante do *status quo* católico. Assim, o que é demandado como acesso igual para todas as religiões vai se configurando, pouco a pouco, na demanda por privilégios ou pela predominância dos valores, da moral, das denominações e discursos de uma religião em relação às demais.

Nesse sentido, uma das principais lideranças evangélicas no Brasil, o pastor Silas Malafaia, divulgou em seu *site* cinco argumentos que justificariam a imbricação entre religião e política no mundo contemporâneo⁷. O primeiro deles remete à passagem bíblica na qual Jesus vaticina: “Dai a César o que é de César e dai a Deus o que é de Deus”. Na leitura atualizada por Malafaia em

5 Como o reposicionamento dos religiosos de matriz africana que se organizaram em núcleos e centros de combate à intolerância religiosa, dando visibilidade ao que historicamente vieram sofrendo e buscando questionar a relação de subalternidade que tiveram com a Igreja Católica.

6 Que se vê compelida a tornar explícito o que até hoje vigia de modo subliminar na relação com o Estado, como se observa no Acordo Brasil-Vaticano, sobre o qual falaremos mais adiante.

7 Disponível em: <http://www.verdadegospel.com/filosofo-de-harvard-declara-que-a-politica-precisa-se-abrir-a-religiao-pr-silas-comenta/>.

tempos de eleições, a passagem bíblica teria servido para mostrar o compromisso dos cristãos com a cidadania, com o respeito às leis e às normas terrenas, assim como o respeito àquelas celestiais. Esta razão é igualmente mobilizada no segundo argumento defendido por Malafaia, no qual faz remissão ao texto bíblico (Romanos, 13:7 – “portanto, dai a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra”) para novamente ratificar o entendimento do cristão da necessidade de se cumprir o que chamam de lei dos homens e a lei de Deus. No terceiro argumento o pastor afirma que a igreja, como corpo místico de Cristo, prescinde de políticos para se estabelecer, mas que os cristãos não devem se omitir em matéria política, para que esta omissão não venha a significar o avanço do que chama de filhos das trevas sobre a vida social. O pastor esclarece que não é a igreja ou os evangélicos que precisariam da política, argumento comumente articulado pelos seus críticos e por pesquisadores, para obterem concessões públicas de rádio e TV, para o fortalecimento de suas denominações, para a realização de shows e eventos evangélicos, tais como a Marcha para Jesus. Na leitura que Malafaia faz e apresenta aos interessados em escutar a sua mensagem, seria a sociedade brasileira que precisaria dos evangélicos para barrar o avanço do que seria lido como as forças do mal sobre os cidadãos. Assim, os evangélicos seriam uma espécie de guardiões da ética, dos valores, princípios e costumes do bem (como dizem) em nossa sociedade. No quarto argumento, que consideramos central para a nossa análise, Silas Malafaia vocifera: “Existe um jogo pesado e creio que Satanás está por trás disto. Todos podem influenciar na política: metalúrgicos, médicos, filósofos, sociólogos etc. Todo tipo de ideologia, inclusive a ideologia humanista/materialista, que nega a existência de Deus, pode influenciar na política. Mas o estilo de vida cristã, não! Isto é um absurdo! O povo de Deus não pode cair neste jogo. As nações mais poderosas e democráticas do mundo foram influenciadas, em todas as suas instâncias, pelo Cristianismo”. Vale lembrar que outros evangélicos se referem a si próprios como mais um grupo de pressão na sociedade, como é o caso do deputado federal Paulo Freire (vice-presidente da Frente Parlamentar Evangélica por nós entrevistado). Em suas palavras:

“eu vejo o seguinte: eu acho que cada grupo tem que lutar pelo seu idealismo, pelo que ele acredita. Nós estamos lutando, logicamente, por aquilo que a gente acredita. Quando a gente vê que esses grupos que estão lutando contra esses princípios nossos, que são princípios cristãos, bíblicos, que a gente defende, quando a gente

realmente vê que esses grupos estão ganhando espaço, é que a gente começa a... vamos fortalecer mais e mais a nossa luta.” (Brasília, 13 de julho de 2012)

O último ponto apresentado por Silas Malafaia tem relação com o esclarecimento do lugar que ele ocupa nesse cenário: não o de político, mas o de influenciador ou, em suas palavras, como “autoridade bíblica para orientar as ovelhas de Jesus em todas as áreas.”

Perfil do Pastor Silas Malafaia

O pastor Silas Malafaia é líder da Igreja Assembleia de Deus (Ministério Vitória em Cristo), presidente da Avec (Associação Vitória em Cristo) e da editora/gravadora Central Gospel. Malafaia é carioca, tem 54 anos, é formado em Teologia e Psicologia e filho de evangélicos da Assembleia de Deus. Por volta dos 14 anos disse ter ouvido um chamado para a missão evangelizadora, mas teve dúvidas em seguir sua missão por se preocupar com os problemas financeiros enfrentados pelos religiosos. Casou-se com a filha do pastor titular da Assembleia de Deus da Penha, RJ. Inspirado por programas televangelistas norte-americanos retransmitidos no Brasil na década de 1980, o pastor, com a ajuda de empresários evangélicos, comprou um horário na Rede Record, atual CNT, onde foi campeão de audiência em 1990. O Programa “Vitória em Cristo” (antes chamado “Impacto”), no ar há 30 anos com o objetivo de, nas palavras do pastor, pregar a palavra de Deus, é retransmitido por emissoras nacionais e internacionais. Em Maio de 2012, o pastor estreou o programa “Fala Malafaia”, para abordar o que classificaram como temas atuais sob o ponto de vista cristão. O tema de estreia foi o aborto de anencéfalos e o pastor convidou um médico e uma psicóloga para falarem sobre os danos da prática e os perigos da decisão do STF. Conhecido por seu estilo direto, Silas Malafaia tem atacado em seus programas minorias em luta por direitos, como homossexuais e feministas. Publicou mais de cem livros e disse vender mais de um milhão de DVDs por ano. Silas Malafaia, desde 2007, foi investigado duas vezes pela Receita Federal e três vezes pelo Ministério Público Federal, por suspeita de desvio do dinheiro do dízimo, entre outros.

Estudiosos da religião no espaço público brasileiro vêm observando as mudanças discursivas das diferentes lideranças religiosas, e como elas são operadas em relação ao que críticos ou aliados no Brasil e no exterior apresentam. Nesse sentido, a significativa alteração no discurso evangélico, amplificada pelas palavras de Silas Malafaia, impõe um grande desafio para os que até hoje se baseavam nas teorias da secularização como recurso para tentar frear o avanço ou barrar a presença do religioso na política em nosso país. O trunfo que esse argumento contém é que ele dispõe a religião como um grupo de pressão entre tantos outros. O discurso religioso tal qual está sendo apresentado relativizaria o seu lugar como produtor da verdade, assim como o lugar da ciência que de vocalizador da verdade na modernidade, passaria a ser mais uma das correntes de pensamento a oferecer um discurso sobre ela. Nesse sentido, religião e ciência estariam disputando, em princípio, em posição de igualdade, a visão da verdade. E isto não é pouco. Isto amplia o desafio, em termos políticos e filosóficos, para os que buscam desconstruir o lugar da religião como um grupo de pressão entre outros porque, para tanto, os críticos da religião teriam que defender um lugar hierárquico nos discursos sobre a verdade para a ciência ou para outro grupo em oposição ao lugar do religioso. Dizemos que essa não é uma questão menor porque boa parte dos críticos do religioso no espaço público e de seu avanço em direção à política são críticos também da ciência, relativizando seu lugar como produtor de verdade, contribuindo para a própria ideia de igualdade entre saberes e formas de produção de conhecimento. O ponto nodal que fragiliza os religiosos diante de seus vorazes críticos tem relação com a imposição de valores de um grupo, ferindo a proteção e garantia de direitos humanos e de cidadania de outros.

Um possível termômetro do impacto que a presença dos religiosos evangélicos está causando na agenda pública pode ser alcançado por uma contabilização comparativa entre o número de trabalhos – entre teses, dissertações, artigos e livros – sobre laicidade publicados no Brasil no período de 1950 a 1989 e os publicados no Brasil de 1990 a 2012. No primeiro período investigado⁸ foram encontrados somente 5 (cinco) trabalhos. No segundo período, especificamente a partir de 1998, foram contabilizados 96 trabalhos. E devemos lembrar que tantos outros não mensurados aqui tangenciam o

8 Dados encontrados através de levantamento assistemático realizado em *sítes*, a partir das mesmas palavras-chave utilizadas para a pesquisa no Scielo e no Portal de Periódicos da Capes.

debate, mas não estão classificados nos bancos de dados como relativos a este assunto. Além disso, muitos dos trabalhos sobre laicidade, assim como sobre os evangélicos no Brasil, podem ter sido impulsionados ou podem ser resultado de análises sociológicas e antropológicas sobre um episódio que ficou conhecido como “Chute na Santa” (Birman, 2003; Giumbelli, 2003). Nesse episódio um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, em um programa televisivo, chutou a imagem de Nossa Senhora Aparecida a fim de provar que aquilo que era adorado e tratado como a Padroeira do Brasil não passava de uma imagem de barro e que poderia ser destruída por qualquer mortal. Esse episódio colocaria em questão valores e crenças nacionais promovendo impactos não só no campo religioso, mas cultural, social e político também. O grande número de trabalhos sobre laicidade nesse segundo período teria relação, em nossa análise, com as alterações do campo religioso que a presença crescente dos evangélicos neopentecostais no espaço público causa.

Uma série de trabalhos surgiu a partir dessa e de outras controvérsias protagonizadas por religiosos na tentativa de responder às perguntas que então se colocavam sobre quem eram aqueles atores, seu perfil social e econômico, seus valores (Fernandes, 1998; Mariano, 1999, entre outros), sobre a atuação desses evangélicos na política (Freston, 1992, 1996; Machado, 2006; Burity, 1997, 2001; Buriti e Machado, 2006; Fonseca, 1996, 2002), sobre como ocupavam a mídia, desde quando e como (Fonseca, 2003, 1998; Assmann, 1986; Conrado, 2001; entre outros), sobre as principais igrejas neopentecostais, a teologia da prosperidade que professam e a batalha espiritual que promovem (Mariz, 1999; Mariano, 1999). Enfim, como já foi salientado anteriormente, sustentamos que a presença crescente dos evangélicos no espaço público e a disputa em torno da mercadoria política que tal presença impõe causou uma transformação no campo religioso e resulta na explicitação de um *segredo público*, tal como veremos a seguir.

A Religião e o Estado no Brasil: a revelação do *segredo público*

A diversidade de religiões presentes e reconhecidas no Brasil contemporâneo tem colocado em questão a busca por reconhecimento e por igualdade de direitos no acesso aos bens políticos, fato que se dá através da atuação frente

ao Estado e à sociedade. Nesse processo, no qual diferentes atores passam a disputar entre si por mais espaço e legitimidade, observou-se no cenário nacional a progressiva revelação de um *segredo público*. E a revelação desse segredo, vale lembrar, não o enfraqueceu. Pelo contrário, ela mostrou, por um lado, a força do que era mantido de forma velada, a saber, a histórica relação entre Estado e religião no Brasil, e, por outro lado, a revelação tornou-se importante para diferentes grupos religiosos que, ao verem publicizadas as relações históricas mantidas entre Igreja Católica e o Estado, passaram a buscar relações igualmente estreitas e legítimas com esse último. Isto é, a revelação, ao invés de servir para informar a situação e torná-la incômoda e insustentável, foi seguida por ações políticas no sentido de formalizar o que informalmente já vigia (como no caso do Acordo Brasil – Santa Sé⁹), além de servir para que vários outros grupos religiosos buscassem estreitar suas relações com o Estado no Brasil, conforme já apresentamos.

A noção de *segredo público* que utilizamos aqui, baseados nos termos de Taussig (1999), remete a algo que é amplamente conhecido, mas que não é explicitado. Assim, quando o *segredo público* vem à tona, o que não era dito se torna conhecido, fortalecendo-se ou, nas palavras do próprio autor, mantendo a profundidade do que representa. Mais ainda, o *segredo público* seria a base das relações sociais e políticas, não uma exceção¹⁰. O que o autor argumenta, e que nos será útil em termos da análise do comportamento

9 Por “Acordo Brasil – Santa Sé” nos referimos ao “Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil”, instrumento jurídico diplomático que institui uma série de direitos e deveres entre as duas nações. Assinado em 2008, tramitou no Congresso Nacional em 2009 e foi ratificado pelos dois países ainda nesse ano. Embora os seus defensores afirmassem que o acordo apenas “consolidava” o que já existia na prática, os seus opositores o denunciavam por constituir uma violação ao princípio da laicidade do Estado e da isonomia das religiões frente ao mesmo.

10 De acordo com Taussig (1999), “não são [os] segredos compartilhados a base de nossas instituições sociais, locais de trabalho, o mercado, a família e o Estado? Não é o segredo público o mais interessante, a mais poderosa, mais dissimulada e ubíqua forma de conhecimento social ativo que existe? O que chamamos de doutrina, ideologia, consciência, crenças, valores, e mesmo discurso, pálicos em meio à insignificância sociológica e à banalidade filosófica, por comparação: por isso a tarefa e a força viva do segredo público de manter a zona limite na qual o segredo não é destruído por sua exposição, mas submetido a uma sorte de revelação muito diferente, que lhe faz justiça”.

dos evangélicos na política, a partir do acompanhamento de duas situações que ficaram conhecidas do grande público como as polêmicas em torno do kit anti-homofobia e do aborto nas eleições presidenciais de 2010, é que o que há de mais sólido em termos das relações sociais, institucionais e estatais são mantidas obscuras em forma de segredos partilhados, os *segredos públicos*, que afirmam sua força pela ampla e pouco ruidosa difusão de seus conteúdos.

Em recente discussão sobre o Acordo Brasil - Santa Sé, Emerson Giumbelli, ao argumentar que a assinatura desse acordo bilateral seria a explicitação de um *segredo público*, nos provoca a refletir sobre os significados desta explicitação:

“levemos a sério a alegação de que o documento ‘apenas consolida’ algo já existente [argumento acionado pelos católicos que defendiam o Acordo], embora em um sentido diferente daquele expresso por seus defensores. Consideremos o documento uma revelação e sigamos as direções em que aponta. Se o documento declara explicitar o que devíamos saber, configura-se a pergunta: o que então deveríamos saber?” (Giumbelli, 2011:122)

Seguindo os passos de Giumbelli (2002; 2011), observamos que há décadas um amplo debate em torno da conceituação do que seria religião fez emergir o debate sobre a centralidade da Igreja Católica no Brasil e o lugar subalternizado das demais tradições religiosas. Na década de 1950, por exemplo, era inconteste “a dificuldade dos eclesiásticos católicos em reconhecerem a convivência com outros cultos, caracterizados de maneira amplamente pejorativa e ao mesmo tempo vistos como ameaçadores” (Giumbelli, 2012:85).

Se voltarmos ainda mais no tempo, para o início do século XX, veremos que nesse contexto vigorava uma noção genérica do que seria religião, da qual protestantes e membros das religiões mediúnicas eram aliados. Essa noção tinha implicações significativas em termos políticos, culturais e econômicos, pois era a partir dela que se podia demandar a garantia da liberdade religiosa, a regulação de bens, obras e formas de associação religiosa. Como afirma Montero,

“Na formulação de Giumbelli, as disputas em torno da liberdade religiosa que constituíram o espaço civil republicano nunca versaram sobre ‘qual religião teria liberdade, mas quase sempre sobre a liberdade de que desfrutaria a religião [ca-

tólica]’, uma vez que não havia então qualquer outro culto estabelecido, nem se concebiam outras práticas populares como religiosas”. (Montero, 2006:5)

Era o modelo católico, portanto, que servia de parâmetro para a delimitação do que se concebia como religião. Essa centralidade do catolicismo, todavia, não se verifica apenas durante o período republicano. Antes disso podem ser identificados vários momentos que ilustram a hegemonia católica na história nacional. Lembremos do processo de colonização (séc. XVI), que foi realizado numa parceria entre o governo português e as missões de padres jesuítas (1549), de carmelitas descalços (1580), de beneditinos (1581), de franciscanos (1584), de capuchinhos (1642), entre outros. Até meados do século XVIII, o Estado controlou a atividade eclesiástica na colônia por meio do padroado. Arcava com o sustento da Igreja e impedia a entrada no Brasil de outros cultos, em troca de reconhecimento e obediência. Além de nomear e remunerar párocos e bispos, o Estado concedia licença para a construção de igrejas¹¹.

No período colonial exigia-se que todos os colonos fossem católicos, a religião oficial no Brasil de então. Ao longo dos séculos que se seguiram à chegada dos colonizadores, os leigos portugueses desempenharam importante papel na expansão do catolicismo no Brasil, sobretudo nas regiões interioranas nas quais a presença de padres e clérigos era rara. Muito embora os leigos tenham desempenhado esse papel fundamental, o catolicismo popular que difundiam foi alvo de estigmatização por parte do catolicismo oficial como sendo “feitiçaria, superstição, arte mágica e pacto com o diabo” (Botas, 2009:38)¹². Do ponto de vista legal, era expressamente proibido professar outra religião que não a Católica Apostólica Romana (Silva, 2009:136-137).

A relação simbiótica entre Estado e Igreja Católica vigorou também durante o Império. Sendo assim, no código criminal vigente em 1830, em seu artigo 276, observa-se a punição à celebração, à propaganda ou ao culto de confissão religiosa diferente da oficial (religião católica). Foi somente com a República, ao final do século XIX, que se observou uma guinada em direção à separação oficial do Estado em relação à Igreja Católica. A primeira Constituição da República, que data de 1891, é laica, logo, prevê a

11 Vale ressaltar que o padroado (noutros moldes) se fez valer por séculos no interior do país, sobretudo no nordeste, mesmo depois da separação oficial entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica (Novaes, 1997).

12 Para saber mais, ver Miranda (1999).

separação entre o poder político e as instituições religiosas, não permitindo a interferência direta de um determinado poder religioso nas questões do Estado, conforme já apresentamos.

“Em decorrência do princípio da Liberdade Religiosa, previsto na Constituição, o Estado deve garantir ao cidadão a liberdade de escolha de sua religião, com base em sua consciência individual, com íntima relação com o seu Deus, nada podendo interferir nesta relação metafísica. O Estado também tem como dever proporcionar a liberdade de culto para todos, independente de filiação religiosa, sob pena de estar incorrendo em favorecimento de uma instituição religiosa em detrimento de outra” (Zveiter, 2009:20).

O resultado do estabelecimento do Estado laico no Brasil foi a formulação de legislações objetivando regular e garantir a liberdade religiosa. Na Constituição de 1934 a liberdade religiosa é francamente apregoada. No Código Penal brasileiro de 1940 observa-se, entre outros, o impedimento ao constrangimento público de alguém em razão de sua crença religiosa. Vejamos:

Artigo 208, Título V, Capítulo I – Dos crimes contra o sentimento religioso.
Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo.

“Art. 208 – Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena – detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único – Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência”.

Apesar dessas legislações serem importantes iniciativas no sentido da promoção do direito à diversidade de credo e culto no país, observaram-se, porém, episódios de violência contra religiões (sobretudo as de matriz africana, como candomblé e umbanda) no período republicano, perpetradas pelo Estado.

Nas palavras de Montero:

“(...) as particularidades da formação do Estado e da sociedade civil no Brasil construíram o pluralismo religioso a partir da repressão médico-legal a práticas percebidas como mágicas, ameaçadoras da moralidade pública. Dessa forma, o modo como hoje se apresentam as ‘alternativas’ religiosas resulta em grande

parte de um processo de codificação de práticas, no qual médiuns e pais e mães-de-santo levaram em conta os constrangimentos de um quadro jurídico-legal em transformação, os consensos historicamente construídos sobre o que oferece perigo e o que pode ser aceito como prática religiosa, os repertórios de práticas pessoais construídos ao longo de suas trajetórias de vida e as expectativas do público e dos concorrentes. Configuraram-se assim ‘estilos’ de culto derivados de determinadas combinações dos códigos culturais disponíveis” (2006: 9).

Maggie (1992) sublinha que nesse período as tradições de matriz africana eram perseguidas publicamente, mas eram grandemente acionadas, às escondidas, não somente pelos negros brasileiros ou pelos menos favorecidos economicamente, mas, também, pelas camadas médias e altas de nossa sociedade. Essas tradições, chamadas de magia (em oposição às religiões, que seriam reconhecidas socialmente e identificadas com o Bem), “se esconde[m] do coletivo e do público, reservando-se a espaços mais individuais e privados. Crentes da magia e da religião podem compartilhar os mesmos deuses, mas os cultuam em domínios diferentes” (Maggie, 1992:21). Segundo a autora, a magia das religiões afro-brasileiras estava associada principalmente à produção de malefícios a terceiros. Este entendimento, por um lado, fazia com que as tradições afro (em centros e terreiros, com curandeiros e benzedeiras) passassem a ser procurados por muitas pessoas, mas, por outro, servia para justificar a oposição que juízes, promotores, advogados e policiais tinham em relação a estas tradições. De 1890 (quando foram criados mecanismos legais de combate aos feiticeiros no Código Penal) a 1945, um sem número de processos foram instaurados e buscas policiais foram realizadas. Estas resultaram, por exemplo, na formação de um acervo chamado Coleção de Magia Negra do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro¹³.

O modelo sincrético hierárquico que combinava a aceitação da hegemonia institucional católica à tolerância as demais tradições existentes como satélites (nos termos de Paul Freston citado por Mariano, 2011) viu-se ameaçado com o crescimento dos evangélicos no país.

O questionamento do *status quo* operado pelo crescimento desses atores no cenário político, social, econômico e cultural teria sido fundamental

13 Para obter mais informações sobre este acervo acessar:
www.policiacivil.rj.gov.br/museu/historico.html.

para consolidar o pluralismo religioso, assim como para questionar as intensas relações entre o catolicismo e Estado brasileiro. Assim, uma série de mudanças estava para ocorrer na esfera pública nacional, da política à mídia – como veremos no capítulo seguinte.

Sumário

35	CAPÍTULO 1 Evangélicos no Espaço Público brasileiro
50	CAPÍTULO 2 As Assembleias de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus em foco
54	A Assembleia de Deus: congregação e família
60	Igreja Universal do Reino de Deus: uma igreja de passagem
64	CAPÍTULO 3 O aborto como agenda política nas eleições presidenciais de 2010
69	Os candidatos e suas alianças: composições e recomposições
80	O início do primeiro turno
91	O segundo turno
109	CAPÍTULO 4 Peça de uma disputa política e religiosa: o material didático do programa Escola Sem Homofobia
112	A emergência do conflito
120	Explorando o caso
131	As duas semanas decisivas
145	“Ô Dilma que papelão, não se governa com religião!”
150	CAPÍTULO 5 Argumentos, mecanismos e técnicas de ação política de religiosos no Congresso Nacional
150	Argumentos contra a ampliação de direitos de LGBTs e mulheres
150	O direito à vida e à liberdade sendo afetado

153	Impacto econômico e o risco à preservação familiar
156	Mecanismos e técnicas dos religiosos na política
168	CAPÍTULO 6 Atores em disputa: Moralidade pública e instrumentalização da política no Brasil hoje
169	Ambiguidade entre laico e confessional no Brasil
175	Direitos Humanos no Brasil contemporâneo
177	Um projeto político dos religiosos: um Brasil para Cristo?
181	Referências Bibliográficas
187	Anexo 1 Lista Oficial da Frente Parlamentar Evangélica e da Pastoral Parlamentar Católica na 54ª Legislatura
191	Anexo 2 Lista Oficial da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida e Contra o Aborto e da Frente Parlamentar em Defesa da Família na 54ª Legislatura
198	Anexo 3 Panfleto produzido pela Regional Sul 1 da CNBB durante as eleições de 2010
200	Anexo 4 Composição do Material Educativo do Programa Escola Sem Homofobia
204	Anexo 5 Panfleto produzido pelo Deputado Jair Bolsonaro
208	Anexo 6 Sobre os entrevistados
215	Artigo 1 O Juiz e o Sagrado Dr. Roberto Lorea
222	Artigo 2 Laicidade e Direitos Sexuais e Reprodutivos Dr. Roger Raupp Rios

Evangélicos no Espaço Público brasileiro

Muito se fala da presença dos evangélicos no espaço público a partir da participação destes religiosos na Constituinte em 1988. No entanto, antes disso e da posterior formação da Frente Parlamentar Evangélica, os evangélicos estavam presentes no espaço público através da mídia radiofônica (1940 - Igreja Adventista dos Santos dos Últimos Dias) e depois televisiva (1960 - Igreja Adventista dos Santos dos Últimos Dias), já disputando espaço com os católicos (pioneiros e mais numerosos na programação radiofônica, segundo dados da Epcom¹⁴, 2008). Até a década de 1980 eram os pastores norte-americanos os mais populares entre o público evangélico nacional. É em meados dos anos 1980 que a produção evangélica brasileira para a TV se tornou independente e passou a ocupar espaços em redes nacionais. Em 1989, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi, então, a primeira denominação evangélica a ser proprietária de uma televisão com cobertura nacional. Segundo dados disponibilizados em 2009, as redes religiosas no Brasil somavam 20 – sendo 11 delas evangélicas e 09 católicas¹⁵. Além das chamadas “cabeças de rede” e das retransmissoras evangélicas, a presença religiosa, sobretudo pentecostal, na televisão aberta teve um impacto crescente no momento em que as concessionárias de mídia sublocavam boa parte da sua programação, sendo as igrejas evangélicas os grandes compradores dos horários disponíveis. Somente na

14 Instituto de Estudos e Pesquisa em Comunicação, entidade parceira do Forum Nacional pela Democratização da Comunicação.

15 Dados coletados na pesquisa “Evangélicos e Doutrina no Ar: uma investigação sobre os evangélicos nas Comissões e Conselhos do Legislativo Nacional”, executada entre os anos de 2007 e 2009 pelo ISER em parceria com a Fundação Ford. Coordenação de Christina Vital e Flávio Wiik. Disponível em www.iser.org.br.

grade horária das emissoras abertas do Rio de Janeiro, são 189 horas semanais de programas religiosos (3 horas de programa católico, 1 hora de programa da umbanda e 185 horas de programas evangélicos).¹⁶

Os evangélicos justificam a importância que dão a esse veículo de comunicação argumentando que o uso que fazem da mídia age como um recurso fundamental para a contenção de males que acometeriam a sociedade brasileira. Referem-se, principalmente, à violência crescente, ao uso de drogas entre a juventude e, em contrapartida, à transformação que podem realizar divulgando suas mensagens, promovendo mudanças de comportamentos e “cura espiritual”. Nas palavras do então deputado federal Zeca Marinho (PMDB-PA), um dos integrantes da Frente Parlamentar Evangélica,

“Mas se o evangelho chegar lá, antes do perigo, antes do problema, o evangelho cura isso. O remédio pro Brasil passa por isso. O governo hoje gasta 10% do PIB, mais do que saúde, educação, assistência social, tudo junto, com segurança, e está aí essa situação. Quer dizer, é um trabalho que ele faz, um trabalho, digamos assim, que não é preventivo, é um trabalho curativo, uma força e tal, mas não segura, porque uma máquina aqui produzindo bandidos 24 horas, né, induzido pelas questões sociais, induzido pela falta de conhecimento, de temor de Deus, de respeito, de tudo; o evangelho muda esse comportamento, e bota o cara para ser uma boa pessoa, um bom cidadão, um bom pai de família, uma boa mãe de família”¹⁷.

Assim como veremos em outros capítulos deste livro, esse argumento é amplamente utilizado pelos religiosos a fim de justificarem sua presença na vida pública.

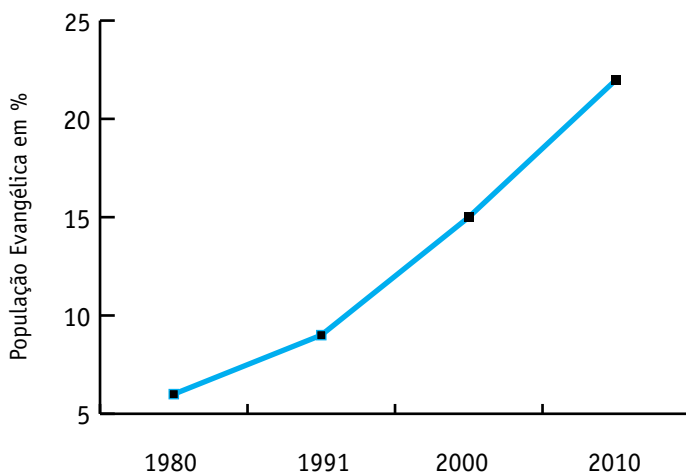
As disputas entre as religiões por espaços na mídia, com destaque para evangélicos e católicos, acirraram-se nos últimos anos em razão dos estilos de enfrentamento e de posicionamento de evangélicos neopentecostais e católicos carismáticos. Ambos deram acesso a uma nova forma de experimentar a fé, que pode chegar a ser exclusivamente virtual: assistindo a cultos e missas e participando dos mesmos, colocando copos d’água em frente aos televisores, recebendo, assim, bênçãos eletrônicas, bem como pela contribuição com dízimos, ofertas e campanhas por meio de depósitos bancários que podem

16 Dados obtidos na pesquisa citada na nota anterior.

17 Entrevista concedida para a pesquisa “Evangélicos e Doutrina no Ar: uma investigação sobre os evangélicos nas Comissões e Conselhos do Legislativo Nacional”, citada em nota.

Aumento Percentual da População Evangélica no Brasil | Censo IBGE 2010

GRÁFICO 1



ser feitos *on line*. As características que definiam socialmente o que era ser evangélico – o “afastamento do mundo” ou ascetismo intramundano, um padrão moral de conduta rigoroso que se expressava numa estética sóbria, a presença durante vários dias da semana na igreja etc. – vêm se atualizando, moldando-se ao espírito do tempo (Novaes, 2006). Ou seja, a globalização (e o processo de subjetivação/individualização nela forjado) e o crescimento da presença evangélica na mídia televisiva contribuíram para o surgimento de novas formas de “ser evangélico” (Almeida, 2006; Benedetti, 2006), formas essas que não excluem, mas que se somam, convivem com os “antigos” modos de se “viver a fé” cristã (seja entre os evangélicos, seja entre os católicos).

No campo político o reconhecimento do pluralismo religioso viria a causar grande competição, como vimos apresentando. Os católicos que até a Constituinte e, sobretudo, a partir da década de 1990 com a organicidade da Frente Parlamentar Evangélica, atuavam preferencialmente por meio de *lobby* e de acesso privilegiado de religiosos da CNBB ao governo e aos políticos das legislaturas em vigor, passaram à prática da:

“pressão direta (...) sobre parlamentares e dirigentes políticos, da realização de parcerias com os poderes públicos, da vocalização e da publicização de seus valores religiosos e de suas bandeiras políticas na mídia e em sua vasta rede religiosa.

Desse modo, pressiona autoridades e poderes políticos para regular e legislar sobre direitos e implantar políticas públicas em conformidade com princípios católicos relativos à moral familiar e sexual, ao aborto, ao uso de métodos anticonceptivos, à educação religiosa em escolas públicas, à união civil de homossexuais e à eutanásia” (Duarte, 2011:249 *apud* Mariano, 2009)

Os católicos começaram a se organizar em frentes parlamentares. Atualmente, eles se concentram em torno de três núcleos: i) a Frente Parlamentar Mista Permanente em Defesa da Família¹⁸, com 22 parlamentares nesta legislatura, sendo seu presidente o Senador Magno Malta, seu coordenador o deputado federal Anthony Garotinho, tendo em sua composição parlamentares, tanto da FPE quanto da PPC; ii) a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida e contra o Aborto, com 192 parlamentares e composta, majoritariamente, por católicos e evangélicos; iii) e a Pastoral Parlamentar Católica, que foi formada em 1997 e possui 22 parlamentares (20 deputados Federais e 2 senadores).

Número de integrantes da Pastoral Parlamentar Católica por partido

PT	6
PMDB	4
PSDB	3
PP	3
PTB	1
PSB	1
PSD	1
PR	1
PDT	1
PSC	1
Total geral	22

18 Vale lembrar que a Frente Parlamentar Mista Permanente em Defesa da Família foi idealizada em 2007 pelo Bispo e então deputado federal Rodovalho (Igreja Sara Nossa Terra) e pelo deputado federal Padre Jorge Linhares.

Muitos desses políticos e religiosos se reúnem semanalmente na missa que ocorre na capela da Câmara dos Deputados e/ou naquela que ocorre mensalmente na sede da CNBB em Brasília. Na atual legislatura (54ª), Eros Biondini (PTB-MG), ligado à Renovação Carismática Católica, é um dos coordenadores e principais políticos da Frente Católica a aparecer na mídia assumindo posições contrárias à legalização do aborto, à criminalização da homofobia, e ao julgamento da ADPF sobre o aborto de anencéfalos no STF, para citar apenas alguns dos casos nos quais assumiu grande protagonismo. Na lista dos que participam das atividades da PPC ou já participaram, lista fornecida pelo gabinete do deputado federal padre José Linhares (PP-CE), presidente da Pastoral, constam 165 parlamentares entre católicos e evangélicos.

O número de candidatos políticos declaradamente religiosos aumentou a partir da década de 1990, acompanhando uma tendência à associação entre a identidade religiosa e o direcionamento político, expresso principalmente através do voto. Esse foi o caso, inclusive, da reação católica ao crescimento pentecostal, mobilizada sobretudo pela RCC, que se baseou na máxima de que “católico vota em católico”, conforme indicaram Machado (2004), Oro (2011) e Mariano (2011).

Lista de integrantes da Pastoral Parlamentar Católica no Congresso Nacional

UF	Parlamentar	Partido	PP Católica	FPM/FdF
SP	Salvador Zimbaldi	PDT	X	Presid. FPM
SC	Edinho Bez	PMDB	X	FPM
PR	Osmar Serraglio	PMDB	X	FPM
GO	Sandro Mabel	PMDB	X	
RR	Sen. Romero Jucá	PMDB	X	
PR	Nelson Meurer	PP	X	FPM
CE	Pe. José Linhares	PP	Presidente	FPM/FdF
RS	Vilson Covatti	PP	X	FPM/FdF
CE	Gorete Pereira	PR	X	FPM

RS	Alexandre Roso	PSB	X	
RJ	Hugo Leal	PSC		FPM
AC	Sen. Sérgio Petecão	PSD		FdF
MG	Dilceu Sperafico	PSDB	X	FPM
MG	Eduardo Azeredo	PSDB	X	FPM
SC	Marco Tebaldi	PSDB	X	
RJ	Eliane Rolim (licenciada)	PT	X	
PB	Luiz Couto	PT		
PI	Nazareno Fonteles	PT	X	FPM
MG	Odair Cunha	PT	X	FPM
MG	Padre João	PT		
RO	Padre Ton	PT		
MG	Eros Biondini	PTB		FdF

Sobre a Pastoral Parlamentar Católica

✓ 20 deputados/as federais da atual legislatura se declaram católicos;

✓ 2 senadores declaradamente católicos estão em exercício;

✓ 15 deputados/as federais e um senador se declaram da Pastoral Parlamentar Católica (PPC) em seus perfis na Câmara Federal, e/ou em seus perfis pessoais;

✓ 4 deputados/as federais são declaradamente da Renovação Carismática Católica (RCC);

✓ 4 são padres ou sacerdotes católicos;

✓ 11 deputados/as federais católicos são da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto;

✓ 3 deputados/as federais e um (1) senador católico são da Frente Parlamentar em Defesa da Família.

Segundo alguns dos estudiosos da presença dos evangélicos na política nacional, os pentecostais entraram na política insuflados pelo temor de que a Igreja Católica buscasse ampliar seus privilégios junto ao Estado brasileiro na Constituinte de 1988. Mas não só os pentecostais se organizaram nessa direção, também os Batistas despontaram nesse contexto, preocupados em defender a “separação entre a Igreja e o Estado, [e] o respeito às liberdades e aos direitos humanos”. Num documento da época, eles chegavam a afirmar:

“Somos pela existência de um Estado laico. Preconizamos um tratamento equânime, da parte do Estado, para todos os credos e confissões religiosas. Abominamos quaisquer tipos de privilégios. Não os queremos para nós, nem os aceitamos quando favorecendo a outros” (Sylvestre *apud* Mariano, 2011:250).

A ação dos Batistas apresentada por Sylvestre opera na modalidade de presença do religioso que afirma o Estado laico, no qual nenhuma religião deveria ter um espaço privilegiado na relação com ele, nem católicos, nem evangélicos. Mas os pentecostais, que até décadas antes da Constituinte tinham um posicionamento tradicional de negação do mundo e, portanto, de auto-exclusão da vida pública, avançaram no campo político (como também na mídia, sobretudo a televisiva). E uma justificativa central alegada para essa guinada era o fato de que eles precisavam ocupar estes espaços para defender os valores institucionais e, sobretudo – argumento que vigora até hoje –, os valores morais, que primariam pela família. Sendo assim, na perspectiva que defendem¹⁹, eles precisariam se organizar para atuar contra ativistas homossexuais e feministas, bem como contra os defensores da umbanda e do candomblé.

19 Vale lembrar que no ano passado a Editora Central Gospel, de Silas Malafaia, traduziu e publicou um livro intitulado “A Estratégia (*The Agenda*): o plano dos homossexuais para transformar a sociedade” do Reverendo Louis P. Sheldon, fundador e presidente da Coalizão dos Valores Tradicionais, que há 33 anos pesquisa o ativismo LGBT chamado por ele de “estratégia” para “erradicar a estrutura moral da sociedade e promover relações promíscuas”.

Pastor Silas Malafaia e seu posicionamento contra a pauta apresentada pela causa LGBT

O pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus, Ministério Vitória em Cristo, disse em recente entrevista à Revista Piauí (out. 2011): “Não tenho problema com gay, tenho problema com ativista gay, porque são um bando de intolerantes, intransigentes, antidemocráticos”. Prosseguiu argumentando sobre a criminalização da homofobia: “Todo mundo se acha no direito de chamar evangélico de ladrão e não acontece nada. Mas se alguém falar um ‘a’ dessa bicharada, é o fim do mundo... Cada um faz sexo com quem quiser. O que tenho é o direito de falar que isso é pecado, que é condenado por Deus e que a Bíblia diz que é uma perversão. Agora, o que esse pessoal quer não é o direito a fazer sexo — porque isso já fazem e não vão parar de fazer. Eles querem é colocar uma mordada na nossa boca para nos proibir de falar qualquer coisa sobre eles. Olha o absurdo que é isso!”.

Pastor Silas Malafaia e seu posicionamento contra a pauta apresentada pelas ativistas pela descriminalização do aborto

O pastor Silas Malafaia “se lembrou de outro embate à época da discussão do aborto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. ‘Eu não debato tema polêmico usando religião. Eu uso a ciência, a biologia, a medicina, por isso não conseguem me contestar’. Afirmou ter emudecido os presentes ao desafia-los a dizer se era a mãe ou o bebê quem controlava o líquido amniótico do útero ou decidia sobre a data de um parto normal — o que deixaria patente que o agente ativo da gravidez é o feto e, portanto, ele tem vida própria” - Revista Piauí (out. 2011).

Para defender o seu ponto de vista, deste modo, políticos evangélicos e lideranças religiosas

“propuseram-se as tarefas de combater, no Congresso Nacional, a descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, de defender a moral cristã, a família, os bons costumes, a liberdade religiosa e de culto e de demandar concessões de emissoras de rádio e tevê e de recursos públicos para suas organizações religiosas e assistenciais” (Freston; Pierucci *apud* Mariano, 2011:250; 1993; 1989).

Observando-se o período que vai dos anos 1986-1988 até 2012, nota-se que a presença dos evangélicos na política nacional só vem aumentando, mesmo contra toda sorte de escândalos que atingiram a Frente Parlamentar Evangélica, como aquele que ficou conhecido como “escândalo das sanguessugas” ou “máfia das ambulâncias”.

Escândalo das Sanguessugas: o que foi

O “escândalo das sanguessugas” ou “máfia das ambulâncias” corresponde a um escândalo de corrupção que atingiu o Executivo e, sobretudo, o Legislativo em 2006, sendo resultado de uma investigação da Polícia Federal – Operação Sanguessuga, deflagrada em maio daquele ano. Esta operação visou desbaratar uma quadrilha que atuava fraudando licitações para a compra de ambulâncias pelo Ministério da Saúde, fato que ocorria ainda na gestão de José Serra nesse Ministério, com Fernando Henrique Cardoso como presidente. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, presidida pelo então deputado federal Antonio Biscaia (PT-RJ) e com a relatoria do senador Amir Lando (PMDB-RO), foi instalada ao final de junho de 2006, e investigou 90 parlamentares (87 deputados e 3 senadores). No relatório parcial publicado no dia 10 de agosto de 2006 recomendou-se a abertura de processo contra 72 parlamentares (69 Deputados e 3 Senadores) por quebra de decoro parlamentar.

Na Câmara dos Deputados foram instaurados 67 processos de cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar e 93 processos administrativos disciplinares para apurar o possível envolvimento de servidores. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara absolveu todos os parlamentares. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal absolveu os senadores Magno Malta e Serys Shlessarenko das acusações e recomendou a pena de advertência verbal ao senador Ney Suassuna. Dos assessores e funcionários envolvidos 44 foram presos. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal continuaram com as investigações.

Dos 67 deputados denunciados, 62 se candidataram à reeleição nas eleições de 2006, dois renunciaram ao mandato e três não se candidataram. Dos 62 candidatos nove foram eleitos - João Magalhães (PMDB-MG), Marcondes Gadelha (PSB-PB), Pedro Henry (PP-MT), Wellington Fagundes (PR-MT) e Wellington Roberto (PL-PB), Ribamar Alves (PSB-MA), Eduardo Gomes (PSDB-TO), Benedito de Lira (PP-AL) e Nélcio Dias (PP-RN), reeleito em 2006, que faleceu em 2007.

Lista de parlamentares evangélicos citados no relatório da “CPMI dos Sanguessugas” com recomendação à cassação de seus mandatos²⁰

UF	Deputado	Partido
RJ	Almir Moura	PFL
PE	Marcos de Jesus	PFL
BA	Zelinda Novaes	PFL
CE	Almeida de Jesus	PL
SP	Bispo Wanderval	PL
RJ	Carlos Nader	PL
SE	Helena Silva	PL

20 Conservamos a filiação partidária do período em que a denúncia foi feita.

ES	Magno Malta	PL
DF	Pastor Jorge Pinheiro	PL
PA	Raimundo Santos	PL
SC	Adelcor Vieira	PMDB
MG	Cabo Júlio	PMDB
RO	Aginaldo Muniz	PP
SP	João Batista	PP
MT	Lino Rossi	PP
SP	Marcos Abramo	PP
BA	Reginaldo Germano	PP
RJ	Vieira Reis	PRB
MG	Isaías Silvestre	PSB
RJ	João Mendes de Jesus	PSB
RJ	Paulo Baltazar	PSB
TO	Pastor Amarildo	PSC
RJ	Paulo Feijó	PSDB
SP	Edna Macedo	PTB
SP	Jefferson Campos	PTB
RR	José Divino	PTB
PA	Josué Bengtson	PTB
SP	Neuton Lima	PTB
RO	Nilton Capixaba	PTB

Sobre o escândalo e as repercussões (ou justificativas para as repercussões) sobre os parlamentares evangélicos, o deputado federal Geraldo Pudim (PMDB-RJ), com mandato de 2006 a 2010, uma importante liderança da FPE, disse em entrevista:

“A bancada dos evangélicos estava crescendo no Congresso Nacional e se fortalecendo como um grupo político importante e que influenciava nas decisões do Congresso. Naquele exato momento, explode o escândalo do mensalão e o Brasil todo parou em meio a um processo eleitoral que era a reeleição do Presidente Lula. Na minha concepção, havia uma necessidade, naquele momento, de desfocar a questão do mensalão e surgir um novo fato para que pudesse ganhar a mídia; e naquele momento, surgiu aquela, abre asas,

‘máfia dos sanguessugas’. E, invariavelmente, quando você tem um trabalho social, e que aqui evangélicos e também vários outros parlamentares que também não são evangélicos têm um trabalho social, mas, invariavelmente, um parlamentar evangélico tinha um trabalho social desenvolvido através das suas igrejas, desenvolvido através das entidades que ele apoia, e aquele ‘sanguessuga com a saúde’ atingiu em cheio a bancada evangélica por causa de emendas parlamentares, usando a obtenção de veículos, ambulâncias, para atender aquelas comunidades. Bem, eu não estou entrando no mérito da questão, mas isso atingiu em cheio a bancada evangélica, e houve uma redução drástica, ou seja, entregaram a bancada evangélica aos leões, naquele exato momento... não havia nenhum tipo de razão da covardia que fizeram, e vários desses parlamentares não conseguiram retornar ao Congresso, proveniente desse escândalo de última hora; pra substituir o escândalo do mensalão, jogaram o escândalo dos sanguessugas, pra desfocar, e aí quem ficou na mídia exposto, acabou a bancada evangélica tendo essa redução drástica por causa do escândalo sanguessugas.²¹”

Na atual legislatura, 70 deputados federais e 3 senadores compõem a Frente Parlamentar Evangélica – número que oscila ao longo do mandato (o que é comum em outras frentes parlamentares no Congresso Nacional). Na legislatura anterior (2007 a 2010), a FPE contava inicialmente com 30 parlamentares (entre Câmara e Senado) e chegou a 51 ao final do mandato. Já na 52ª legislatura, período que ocorreu o “escândalo das sanguessugas” mencionada pelo entrevistado acima, a FPE chegou a contar com 90 parlamentares.

21 Dados coletados na pesquisa “Evangélicos e Doutrina no Ar: uma investigação sobre os evangélicos nas Comissões e Conselhos do Legislativo Nacional”, executada entre os anos de 2007 e 2009 pelo ISER em parceria com a Fundação Ford. Coordenação de Christina Vital e Flávio Wiik. Disponível em www.iser.org.br.

Número de integrantes da FPE por Denominação – Atual Legislatura

Denominação	Número de Parlamentares
Assembleia de Deus	22
Batista	11
Presbiteriana	8
Universal do Reino de Deus	7
Quadrangular	3
Internacional da Graça de Deus	3
Renascer em Cristo	1
Cristã Evangélica	1
Comunidade Shamá	1
Cristã do Brasil	1
Brasil para Cristo	1
Maranata	1
Sara nossa Terra	1
Mundial do Poder de Deus	1
Nova Vida	1
Luterana	1
Informação não disponível	6
TOTAL GERAL	70

Os evangélicos teriam estabelecido a confessionalização da política partidária (Machado, 2006) criando, além de uma apresentação do político definida por sua inscrição religiosa, partidos próprios como o Partido Republicano Brasileiro (PRB), em 2005, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, e o Partido Ecológico Nacional (PEN), em 2012, ligado à Assembleia de Deus – maior igreja evangélica no Brasil com mais de 12 milhões de auto-declarações, segundo dados do Censo IBGE 2010. Mariano (2011) sustenta que a força política desse grupo religioso só foi possível porque os principais partidos laicos buscaram estabelecer alianças com eles a fim de cooptar o apoio eleitoral, apostando que os fiéis das igrejas são como rebanhos conduzidos por seus pastores.

Vale destacar, conforme Machado (2006) apresenta, que a atuação política dos evangélicos é fortemente marcada pelas distinções existentes entre as di-

ferentes denominações evangélicas chamando atenção, assim, para o caráter não homogêneo do grupo. Há os parlamentares que têm seus mandatos acompanhados e até controlados pela igreja que os elegeu. Estes, no mais das vezes, acessaram o mundo da política via igreja (como no caso dos parlamentares da IURD acompanhados nesta pesquisa). Há aqueles que ao assumirem o mandato, mesmo tendo sido eleitos por uma dada instituição religiosa, desprenderam-se dessas bases, exercendo o mandato de modo mais autônomo. Há ainda os que estão ligados a denominações, que se declaram evangélicos e que eventualmente buscaram votos nestas bases, mas que não estão condicionados às demandas institucionais e assumem uma postura política mais ligada à sua trajetória política precedente e ao seu partido, e menos à sua vinculação religiosa. Sobre essas variações, o então deputado federal Geraldo Pudim (PMDB-RJ), integrante da FPE, disse o seguinte:

ENTREVISTADORA Tem influência da igreja no mandato do deputado? Até onde a igreja influencia o mandato?

GERALDO PUDIM Não, não há. É óbvio que quando você está na igreja... Por exemplo, eu sou da II Igreja Batista de Campos, e quando você está na igreja, surge uma demanda... mas, na minha igreja, em particular, não há nenhum tipo de pressão por parte do pastor dentro da igreja, sobre a minha atuação parlamentar, né? Muito pelo contrário, nos cobram sim; quando há temas polêmicos, aí cobram o nosso posicionamento, cobram que a gente tenha uma postura mais contundente, mais firme, mais clara, em relação àquele tema, mas em si, a igreja, de certa maneira, ela não tem um tipo de influência; cada um carrega em si a pressão que sofre na base, mas cada um tem um posicionamento. Existem algumas igrejas que têm uma postura rígida em relação à eleição de determinados membros da igreja, que não foi o meu caso, né? Eu tive... eu tive votação em 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, fui o segundo deputado mais votado do Estado. Eu não tive qualquer tipo de apoio institucional da igreja; existem outros parlamentares que têm a igreja como a tua base; quando esse parlamentar tem a sua igreja como a base, evidentemente, ele tem um compromisso com a igreja”.²²

22 Dados coletados na pesquisa “Evangélicos e Doutrina no Ar: uma investigação sobre os evangélicos nas Comissões e Conselhos do Legislativo Nacional”, executada entre os anos de 2007 e 2009 pelo ISER em parceria com a Fundação Ford. Coordenação de Christina Vital e Flávio Wiik. Disponível em www.iser.org.br.

Para continuarmos nossa análise, talvez seja útil conhecer um pouco mais sobre os evangélicos no Brasil, a fim de analisarmos de modo mais qualificado como eles atuam no espaço público, quem são, a quais correntes estão ligados os principais articuladores políticos da FPE e as lideranças religiosas que as influenciam e a quais posições estão alinhados. A melhor compreensão deste campo também será importante para o acompanhamento das controvérsias tratadas no livro.

As Assembleias de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus em foco

Sociólogos e antropólogos da religião observam hoje um movimento de “neopentecostalização” de doutrinas, teologias e rituais em igrejas evangélicas brasileiras (Mariano, 1999; Mafra, 2001). Isso significa que igrejas identificadas do ponto de vista histórico-doutrinário com fases anteriores do pentecostalismo no Brasil e até algumas denominações históricas estariam sofrendo larga influência do neopentecostalismo como forma de atrair mais fiéis.

Em termos classificatórios, o neopentecostalismo contemporâneo é antecedido, respectivamente, por uma fase denominada deuteropentecostalismo (Mariano, 1999) e pela primeira fase ou primeira onda (Freston, 1994) do pentecostalismo no Brasil. Enquanto no pentecostalismo clássico destacou-se mais o dom do Espírito Santo, conhecido como a falação em línguas (glossolalia), no deuteropentecostalismo a ênfase litúrgica se concentrou principalmente em torno do dom da cura. Além disso, foram também introduzidas no deuteropentecostalismo algumas inovações evangelísticas, como o uso do rádio, cinemas, teatros e estádios de futebol como meio de pregar o evangelho.

Já o neopentecostalismo é considerado como sendo “a vertente pentecostal mais recente e dinâmica, responsável pelas principais transformações teológicas, axiológicas, estéticas e comportamentais por que vem passando o movimento pentecostal” (Mariano, 1999:9). Ele é reconhecido como um divisor de águas do movimento no Brasil. Grandes inovações são observadas tais como o abandono do sectarismo, do ascetismo intramundano, da “velha mensagem da cruz” que pregava o necessário sofrimento do cristão na terra para o posterior alcance da vida no paraíso. “Propuseram novos ritos, crenças e práticas, relaxaram costumes e comportamentos, estabele-

ceram inusitadas formas de se relacionar com a sociedade” e se utilizaram de uma nova forma de animar os cultos, com “bandas evangélicas de *rock*, *funk*, samba, lambada, *axé music* etc., imitando coreografias usuais em dançeterias e shows profanos” (Mariano, 1999:7-8). Essas inovações, não obstante, são acompanhadas por uma oposição às religiões de matriz africana, pelo estímulo à expressividade emocional nos cultos e pela utilização dos meios de comunicação de massa, enfatizando rituais de cura e exorcismo, e buscando participar ativamente da vida política, pois observam nesta um meio legítimo e fundamental para a defesa de valores e expansão institucional e cultural.

A batalha espiritual contra o Mal – que assume variadas formas sociais e religiosas – é um foco importante da ação de lideranças e fiéis evangélicos na contemporaneidade e se baseia na Teologia do Domínio. Essa teologia seria caracterizada pela ênfase nas batalhas espirituais contra demônios hereditários e territoriais, além da quebra de maldições de família – concepções doutrinárias forjadas e popularizadas pelo *Fuller Theological Seminary* (Mariano, 1999). Ela é marcada também por uma cosmologia acentuadamente dualista, fundamentada na crença de que, na atualidade, vivemos e participamos de uma empedernida guerra cósmica entre Deus e o Diabo pelo domínio da humanidade. Nessa batalha, para se obter vitória sobre o Mal, é importante se fortalecer espiritualmente, dizem as lideranças religiosas, e o comparecimento aos cultos e a participação em um sem número de correntes e campanhas de cura e libertação é condição *sine qua non* para a vitória.

Para além da Teologia do Domínio, há uma outra teologia que marca as práticas rituais, os cultos e até mesmo a percepção social que se tem a respeito dessas igrejas: a Teologia da Prosperidade. Nessa perspectiva teológica, o crente está destinado a ser próspero, saudável e feliz neste mundo. Com isso, ao invés de rejeitar o mundo, os neopentecostais passaram a afirmá-lo. A busca pelas bênçãos divinas, para obter sucesso na vida, passaria por uma rigorosa observação das regras bíblicas.

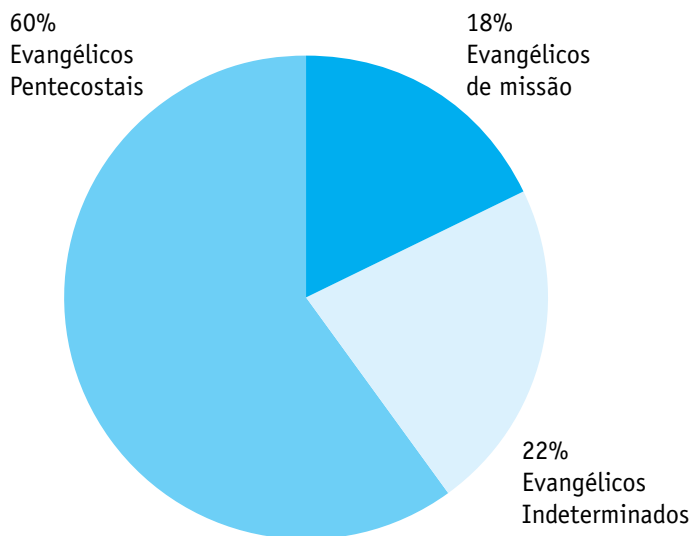
Embora reconheçamos diferenças litúrgicas entre as denominações neopentecostais, algumas características mencionadas acima podem ser observadas em igrejas surgidas a partir de meados da década de 1970, tais como a Igreja Universal do Reino de Deus (1977); Igreja Internacional da Graça de Deus (1980); Igreja Cristo Vive (1986); Renascer em Cristo (1986), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1992) e Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (1994), para citar apenas alguns exemplos.

Retomando o argumento que abre este capítulo, observa-se que o sucesso evangelístico das igrejas neopentecostais introduziu alterações rituais e doutrinárias em variadas denominações, a fim de captar o público que demandava prosperidade, cura e libertação, como afirmam as lideranças do movimento em púlpitos e programas televisivos. Sobre os impactos das igrejas pentecostais nas igrejas evangélicas históricas, Fernandes e Pitta afirmam:

“A presença crescente de instituições evangélicas no campo religioso brasileiro, bem como de novos movimentos que conjugam práticas esotéricas com outras de tradição cristã, produz um efeito de contaminação ou simbiose nas igrejas históricas. Estas se veem forçadas a adaptar-se às novas demandas espirituais dos indivíduos, que se expressam muitas vezes por meio da adesão a ofertas religiosas emergentes no campo religioso brasileiro, tais como Nova Era, de sacralização de técnicas de relaxamento ou de terapias de saúde etc.” (Fernandes e Pitta, 2006: 135)

Evangélicos por Denominação | Censo IBGE 2010 (%)

GRÁFICO 2



Uma classificação alternativa à proposta por Mariano (1999), e que igualmente nos ajuda a entender as diferenças internas ao campo evangélico no

Brasil, foi proposta por Fernandes (1992; 1998). Ele divide o campo evangélico entre: as Igrejas Históricas, também chamadas na literatura especializada de protestantes ou evangélicos de missão (Mafra, 2001), e as Igrejas Históricas Renovadas, que poderiam ser classificadas como denominações históricas que já sofreram influência do movimento pentecostal em suas doutrinas, práticas e rituais. A respeito desse segundo segmento, Mariano sustenta que elas, as Renovadas,

“são igrejas dissidentes de denominações protestantes tradicionais que adotam teologia pentecostal, incluindo, conforme idiossincrasias do pastor local, várias das inovações teológicas identificadas com o neopentecostalismo. É uma corrente pentecostal (genealogicamente a terceira onda pentecostal, já que antecede a neopentecostal) formada a partir e à custa do protestantismo histórico. E o fato de essas igrejas serem dissidências pentecostalizadas do protestantismo histórico parece ser a única distinção objetiva para justificar a criação (acertada) da categoria classificatória ‘históricas renovadas’.” (Mariano, 1999: 48)

As igrejas históricas renovadas são também chamadas carismáticas (Almeida, 2009). E, novamente segundo a proposta de Fernandes (1998), existem ainda as Igrejas Pentecostais, englobando aqui as divisões e características apresentadas tanto por Freston (1994) quanto por Mariano (1999).

Ao fazermos referência a essas diferentes classificações, sabemos que elas apresentam certos limites, dada a intensa pluralidade manifestada pelo campo pentecostal, reconhecida por sociólogos e antropólogos da religião. No entanto, achamos importante aqui registrar algumas linhas sobre essas classificações com a finalidade de identificarmos (sempre que possível), como nos sugeriu Machado (2006), as distinções que nos auxiliam a compreender os termos da ação política dos atores ligados a uma ou outra denominação. Vamos, a seguir, utilizar essas classificações para pensar sobre duas igrejas evangélicas que têm um papel de destaque no campo religioso e político nacionais: a Igreja Assembleia de Deus – maior denominação evangélica do Brasil e que dispõe do maior número de parlamentares no Congresso Nacional – e a Igreja Universal do Reino de Deus – que funda o neopentecostalismo no Brasil e que tem importante papel político em agendas de destaque em âmbito nacional, tendo especial prestígio no Poder Executivo federal, a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Assembleia de Deus: congregação e família

A Igreja Assembleia de Deus é classificada como pentecostal clássica ou histórica.

O pentecostalismo (movimento nascido nos Estados Unidos da América no começo do século XX como herdeiro e descendente do metodismo wesleyano e do movimento *holiness*²³) se distingue do protestantismo, grosso modo, por pregar, baseado em Atos 2, a contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, dos quais sobressaem os dons de línguas (glossolalia), cura e discernimento de espíritos. Os pentecostais, diferentemente dos protestantes históricos, acreditam que Deus:

“por intermédio do Espírito Santo e em nome de Cristo, continua a agir hoje da mesma forma que no cristianismo primitivo, curando enfermos, expulsando demônios, distribuindo bênçãos e dons espirituais, realizando milagres, dialogando com seus servos, concedendo infinitas amostras concretas do seu supremo poder e inigualável bondade” (Mariano, 1999:10).

Sobre o público frequentador das igrejas de denominação pentecostal, Mariano nos lembra que são “os mais pobres, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os mais marginalizados” (1999:12) que constituem a maior parte do público das igrejas pentecostais. Eles ingressariam nessas igrejas na tentativa de superar precárias condições de existência, de organizar a vida, de encontrar sentido, alento e esperança diante de desesperanças.

Assembleias de Deus no Brasil

História

A denominação Assembleia de Deus surge no Brasil a partir da atuação de dois missionários suecos provindos do movimento de avivamento espiritual da Rua Azuza, em Chicago, Estados Unidos. Esse movimento pregava a doutrina pentecostal do batismo no Espírito Santo, a glossolalia (dom de falar em línguas) e a concessão de dons espirituais de acordo com a doutrina pentecostal clássica, cuja origem, segundo seus idealizadores, faz referência à festa judaica do Pentecostes. Com a

23 Sobre estes movimentos ver Mafra, 2001.

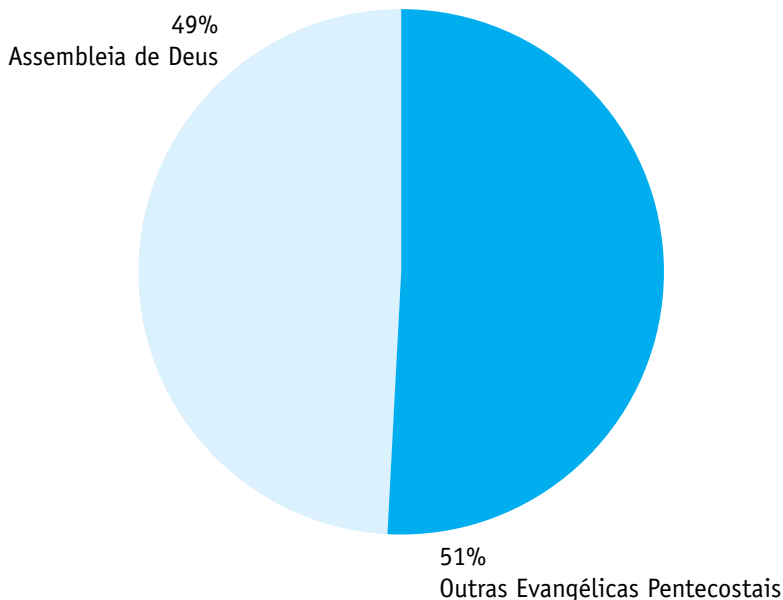
missão de evangelizar o Brasil, iniciaram sua atuação em Belém do Pará na Igreja Batista, denominação da qual faziam parte nos Estados Unidos. Porém, quando começaram a fazer batizados e pregar a nova doutrina, a igreja norte-americana reagiu, excluindo os crentes que seguiram os missionários. Em 18 de junho de 1911, eles fundaram a Missão da Fé Apostólica com 13 membros egressos da Igreja Batista de Belém do Pará, e apenas em 1918 a igreja foi nomeada Assembleia de Deus. Em 1930, com a expansão da Assembleia de Deus no país, os pastores brasileiros passaram a ter autonomia interna, deixaram de ser direcionados por seus fundadores suecos e seus pares.

Atualmente

As Assembleias de Deus no Brasil são compostas por mais de 12 milhões de adeptos declarados no Censo do IBGE 2010. Segundo Campos (2012), “a Assembleia de Deus ganhou 3,8 milhões de novos fiéis na década (2000-2010), o que representa um total de 1.082 novos fiéis por dia, durante 10 anos”. A denominação, a maior do Brasil, é bastante descentralizada, abarcando diferentes vertentes e lideranças que não necessariamente convivem harmoniosamente entre si. A vertente representada pelo pastor José Wellington Bezerra da Costa, da Assembleia de Deus Ministério do Belém, é considerada a mais tradicional e conservadora. Ele é pastor desde 1980, presidente da CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil), a primeira organização representativa da denominação em nível nacional, e responsável pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus no Brasil. A CGADB tem sede em São Paulo, foi fundada em 1930 e registrada como pessoa jurídica em 1946. Outra vertente, considerada a mais expressiva numericamente, que representaria 50% das Assembleias, é a CONAMAD (Convenção Nacional das Assembleias de Deus – Ministério de Madureira), liderada pelo Bispo Manoel Ferreira, em Madureira, Rio de Janeiro, e seu filho Samuel Ferreira, no Brás, em São Paulo. Há também a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, conduzida pelo pastor Silas Malafaia, celebridade do televangelismo brasileiro, e a Assembleia de Deus em Belém do Pará, a “Igreja-mãe”, que ocupa a sede da primeira Assembleia de Deus do Brasil, cujo líder, Samuel Câmara, é dono de uma rede de televisão evangélica que abrange a região Norte do Brasil, desde 1993. Malafaia e Câmara fazem oposição a José Wellington Bezerra da Costa. Por sua vez, o pastor Jabes Alencar comanda uma vertente considerada mais moderna, a Assembleia de Deus Bom Retiro, inaugurada em 1988, com sede no bairro Bom Retiro, em São Paulo.

Representação das Assembleias de Deus no segmento Evangélico Pentecostal no Brasil | Censo IBGE 2010 (%)

GRÁFICO 3



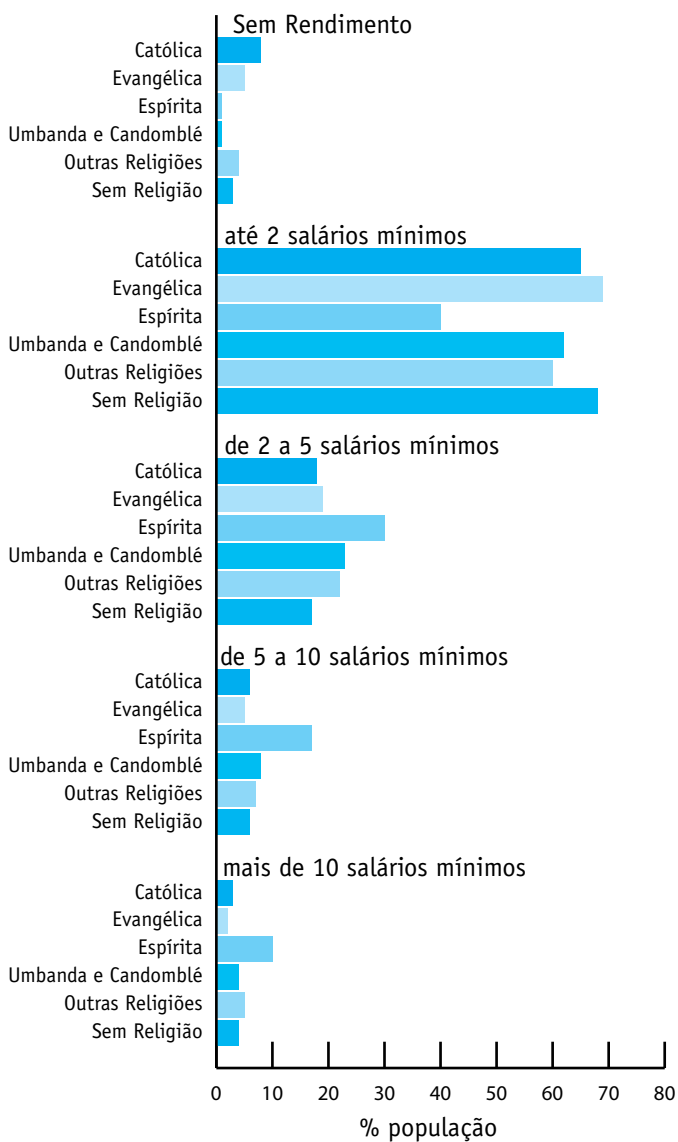
Vale lembrar, no entanto, que recentemente muitas lideranças evangélicas pentecostais e neopentecostais têm falado da mudança no perfil do público de suas denominações, informação corroborada pelo Censo do IBGE 2010. Segundo esses dados, grande número de evangélicos pentecostais se encontrariam entre os integrantes da classe C no Brasil, em oposição aos católicos que teriam sua maioria entre os mais ricos e escolarizados, assim como entre os que vivem na extrema pobreza. (vide gráfico na página ao lado)

Outras importantes características que foram associadas ao pentecostalismo clássico eram a sua escatologia pré-milenarista, baseada na eterna e resignada espera do retorno de Cristo, e a sua conformação ao ascetismo intramundano (Weber, 2004) – elementos que motivariam a auto-exclusão dos fiéis, tanto da vida social, quanto da política. Foi essa imagem, de um pentecostalismo sectário, que povoou o imaginário social a respeito dos evangélicos durante décadas. Atualmente, porém,

Classes de Rendimento por Grupos de Religião

Salário Mínimo | Censo IBGE 2010

GRÁFICO 4



outras associações simbólicas (também negativas) são acionadas ao se falar dos evangélicos como, por exemplo: a intolerância dos fiéis e lideranças desse segmento em relação às demais tradições religiosas e o caráter duvidoso de lideranças que enfatizam a importância da contribuição financeira dos fiéis para as igrejas, seja em forma de dízimo, seja em forma de ofertas e participação em campanhas.

Em sua estrutura, as Igrejas da Assembleia de Deus se organizam de forma congregacional, cuja principal característica administrativa seria a descentralização. Observa-se nesse modelo a independência administrativa (e muitas vezes até litúrgica e política) das diversas congregações locais em relação à matriz. Dado esse padrão organizacional, os cismas – que já são comuns no interior do campo evangélico – parecem ser ainda mais frequentes, implicando na formação de novas igrejas sob a égide de novas denominações que podem resultar em transformações maiores no próprio campo evangélico.

O modelo congregacional mantido pela Assembleia de Deus sagra-se, ainda, por optar por um regime presencial que possibilita e mesmo estimula a sociabilidade e a formação de densas redes de solidariedade e proteção entre os seus frequentadores e membros, assim como possibilita uma maior proximidade entre fiéis e lideranças e um ambiente, por tudo isto, de maior controle moral que o modelo eclesástico episcopal. Fernandes (1998) nos lembra a importância dessa forma de organização para o estabelecimento do associativismo voluntário, assim como para a formação e consolidação de laços afetivos e de parentesco entre os seus frequentadores:

“A ‘igreja’, no sentido profundo, não está na hierarquia e em seus rituais. Ela torna-se visível, apenas, no culto dos fiéis reunidos em assembleias. Em outras palavras, é a congregação local que dá substância ao sentido protestante da igreja. Vem daí a tendência ‘congregacional’ que perpassa (com variações importantes) a maioria das denominações evangélicas. Ao se converter, portanto, o novo evangélico passa a fazer parte de uma congregação da qual deve participar ativamente, cumprindo uma série de obrigações. Dentre elas, a primeira, de estar presente. Desta forma, os evangélicos promovem uma intensa sociabilidade em torno ao culto, fazendo da igreja uma forma de associação voluntária. Há mesmo quem remeta às origens do associativismo moderno às congregações protestantes.” (Fernandes, 1998:41)

Este caráter comunitário apresenta-se, portanto, central na formação de redes de proteção e solidariedade; na criação de laços afetivos de longo prazo, de intenso contato que permite a união de famílias a partir de casamentos entre seus membros; no contato muitas vezes quase diário dos fiéis – em razão de atividades litúrgicas, de estudo bíblico etc. –; e na capilaridade que alcança em razão do modelo congregacional que a rege administrativamente e faz da Assembleia de Deus uma denominação muito atraente em termos das disputas eleitorais em nível nacional e local. Somados todos elementos, a igreja se firma como um importante lugar de encontro, criação e de fortalecimento de laços afetivos e morais.

No que se refere ao campo político, a Igreja Assembleia de Deus mantém, de uma forma geral, uma ação mais tímida do que denominações como a IURD (Conrado, 2001; Machado, 2006, 2012 ; Almeida, 2009). Embora seja a igreja evangélica com o maior número de representantes da FPE, a sua presença na cena política é menor que a da IURD em termos proporcionais – número de auto-declarantes de uma e outra denominação (mais de 12 milhões no primeiro caso e quase 2 milhões no segundo, dados do Censo IBGE 2010). Sobre a resistência dos evangélicos da Assembleia de Deus em relação ao debate político, o bispo Manoel Ferreira, ex-deputado federal e coordenador da campanha da presidente Dilma Rousseff para o seu segmento religioso, revelou em entrevista:

“a igreja sempre se viu assim, praticamente desligada dessa atuação política, e o que nós temos sentido, é que, apesar de haver dentro da igreja quadros excelentes para a vida pública, eles se sentem desmotivados das próprias mensagens que ouvem nos templos, nas igrejas, nas reuniões. Há uma certa desmotivação. Apesar de as pessoas que atuam dentro da política terem a sua definição de fé e de convicção, o Estado é laico, não tem cor religiosa, né? Agora, também nós não podemos nos desassociar, de maneira nenhuma, separar, porque nós, como religiosos, nós também somos cidadãos, dependemos das mesmas condições pra sobreviver aqui, como cidadãos; nós não somos apenas seres espirituais, extraterrestres, nós somos cidadãos que vivemos com os pés no chão, aqui... Então, a partir desses pressupostos é que eu comecei a motivar a igreja, ou a criar uma consciência, uma certa educação como cidadania, falando um pouco mais sobre cidadania, né, inclusive institui o programa chamado *O Cristão e a Cidadania*, e começamos a ensinar... Como é que nós podemos, como ser humano, estar fora desse contexto? Nós temos que nos interessar... quando comecei o trabalho [em 2007] enfrentei resistências: ‘Olha, eu

vim pra aqui por uma questão espiritual, mas o senhor está falando de coisa material; isso, eu vou aprender aí fora’.” (Brasília, 12 de junho de 2012).

Segundo o que se pôde observar pelas caracterizações acima apresentadas, na denominação Assembleia de Deus a austeridade de costumes impostos aos seus fiéis convive com avanços litúrgicos e comportamentais, na direção do que os neopentecostais acionam em seus cultos e pregam para seus fiéis em programas televisivos. A descentralização administrativa, outra característica fundamental desta denominação, tem como corolário a sua enorme capilaridade no Brasil que convive com uma dificuldade de se unificar em torno de posições políticas.

Denominação	Número de declarantes na população
Assembleia de Deus	12.314.410
Universal do Reino de Deus	1.873.243
Total geral	14.187.653

Igreja Universal do Reino de Deus: uma igreja de passagem

O abraqueiramento do pentecostalismo, segundo Sanchis (1997), foi uma importante consequência do estabelecimento da Igreja Universal do Reino de Deus no país. As discussões sobre a chegada do pentecostalismo ao Brasil apontavam para uma ruptura cultural e ética com os moldes sobre os quais se assentaria a sociedade brasileira de então. As reflexões de Sérgio Buarque de Hollanda e de Roberto Da Matta afirmavam ser a ambiguidade um traço fundamental de nossa sociedade. Seguindo essa perspectiva, o chamado “jeitinho brasileiro” expressaria, assim, o desejo pela adaptação de normas, verificado na prática cotidiana de comportamentos que buscam equilibrar a lei e o costume (Barbosa, 1992). O pentecostalismo, nesse contexto, ao invés de impor uma nova ordem cultural orientada pelos valores ascéticos que guiaram as denominações surgidas no início deste movimento no país, foi se adaptando, negociando perspectivas e práticas, abraqueirando-se (Sanchis, 1998). Nas palavras de Mafra e De Paula:

“Aparentemente, nada mais oposto a esta identificação nacional que o pentecostalismo. Repondo o dualismo do bem e do mal por onde quer que vá, o pentecostalismo parece dividir o mundo em dois, sem meio-termo. Mais que isto, popularizando doutrinas que exigem castidade e contenção, o pentecostalismo parece fazer

ressoar uma versão moderna do puritanismo norte-americano (...). Pierre Sanchis (1998), na mesma linha, perguntando-se sobre a continuidade da expansão da Igreja Universal do Reino de Deus, sugere que ‘entre a pentecostalização da cultura brasileira e o abraqueiramento do pentecostalismo’, a Universal é a prova cabal de que foi o segundo movimento que foi bem-sucedido. Inúmeros outros estudos somaram-se ao diagnóstico: estabeleceu-se então que a ruptura do pentecostalismo com os parâmetros do nacional era apenas parcial”. (Mafra e De Paula, 2002:61)

A IURD é uma igreja de caráter episcopal – como a Igreja Católica –, logo, centralizada, diferindo-se do modelo congregacional, como nos lembra Almeida (2009). E esta maior centralização pode ser observada na administração de recursos e no trabalho dos pastores. A literatura (Mafra, 2001; Mariano, 1999; Aubrée, 2003; entre outros) registra alguma flexibilidade em termos da condução dos cultos pelos pastores na IURD, mas há passos rituais e orientações teológicas a serem seguidos por todos eles, como o estímulo da assembleia à participação em campanhas e doação de dízimo e ofertas. O modelo episcopal adotado possibilita o estímulo – amplamente difundido entre as lideranças religiosas desta denominação – à ascensão na hierarquia interna da IURD. Assim, os pastores de igrejas menores, com baixa projeção social e pequena arrecadação, são fortemente estimulados, segundo nos lembra Mariano (1999), a aumentarem as ofertas e dízimos na sua igreja, com a promessa de assumirem a condução dos trabalhos de templos maiores, aumentando seu *status*, salário e demais benefícios como casa e carro cedidos pela denominação ao líder religioso. Apesar da alta rotatividade de pastores nos templos, observamos em trabalhos etnográficos recentes (Vital da Cunha, 2009) que são mencionadas referências emocionais positivas em relação aos pastores, denotando ligações mais densas dos fiéis com estas lideranças.

Igreja Universal do Reino de Deus

História

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi fundada em 1977, no bairro da Abolição, Rio de Janeiro, no lugar onde funcionava uma funerária. Anterior à Igreja, a atuação de Edir Macedo, seu fundador, começou com pregações no coreto de uma praça no bairro Méier, no Rio de Janeiro, com o apoio de sua mãe. Edir Macedo e seu cunhado Romildo Soares fizeram parte da Igreja Cristã

Nova Vida, fundada por Roberto MacAlister, um missionário canadense de origem pentecostal clássica, que pregava em vários países do mundo. No Brasil, ele se estabeleceu em 1960 (e faleceu em 1993). Edir Macedo e Romildo Soares saíram da Igreja Cristã Nova Vida para fundar a Universal do Reino de Deus, mas logo depois, R.R. Soares saiu para fundar a Igreja Internacional da Graça de Deus, em 1980, no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

Atualmente

O bispo Edir Macedo, líder da IURD, tornou-se um grande empresário, dono de várias emissoras de televisão no Brasil e da Rede Record, além de inúmeras concessões de rádio. A IURD foi considerada o maior fenômeno de exportação evangélica de um país de terceiro mundo, chegando a 180 países, em todos os continentes. As edificações da maioria dos seus templos são grandiosas e abrigam milhares de pessoas. Os seus cultos são centrados na Teologia da Prosperidade, onde contribuições materiais são pedidas em troca da ascensão econômica pela assistência divina, e nas “sessões de descarrego”, onde demônios são exorcizados do corpo das pessoas. Esses demônios se manifestam principalmente como exus e pombagiras, entidades cultuadas em religiões afro-brasileiras. De acordo com Oro (2006:322), a IURD é uma igreja “religiofágica”, “que construiu seu repertório simbólico, suas crenças e ritualística, incorporando e ressemantizando pedaços de crenças de outras religiões, mesmo de seus adversários”, como as religiões afro-brasileiras e a católica.

Ao longo de sua história, a IURD aumentou a sua capilaridade operando tanto em bairros centrais de pequenas e grandes cidades, quanto em periferias e favelas, a partir da ação de obreiros que distribuem jornais; convidam transeuntes e moradores a comparecerem aos cultos em seus templos mais próximos ou, dependendo da região, a visitar a Catedral Mundial da Fé, o templo maior da denominação em Del Castilho, no Rio de Janeiro. Essa visita é feita aos domingos, com direito ao transporte de ida e volta. Seja na catedral ou nas demais igrejas, eles fazem orações com imposição de mãos, anotam o nome de pessoas para serem oradas e dão orientação espiritual sobre temáticas que cercam o cotidiano de seus frequentadores (como ficar calmo com os filhos, com o marido, como ajudar a esposa no dia-a-dia, como evitar os vícios etc.).

As bases que orientam todas essas atividades são as Teologias da Prosperidade e do Domínio, responsáveis por atrair um público cada vez mais numeroso e

flutuante para esta igreja. Em relação à Teologia do Domínio particularmente, diz-se que o trabalho forte (termo nativo) de libertação que a IURD promove é um dos grandes motivadores para a frequência aos cultos dessa igreja. A Universal, conforme Mariano (1999) e Almeida (2009), funciona para muitos como a igreja do socorro, fundamental, nesta percepção, para o enfrentamento de problemas emocionais, materiais e/ou espirituais em caráter de emergência. Esse tipo de investimento da IURD facilitaria o fluxo de fiéis que chegariam à igreja em momentos de maior dificuldade (financeira, emocional, espiritual, de saúde etc.), não sendo raro o caso de pessoas que, posteriormente à superação do problema que as impulsionou na aproximação da igreja, procuram outras denominações para “solidificarem” a sua fé. Além de igreja de socorro, a IURD se consagrou como a mais identificada com a Teologia da Prosperidade no Brasil. Assim, observa-se nela um acentuado foco no estímulo ao desenvolvimento do empreendedorismo entre seus fiéis e entre os frequentadores de suas campanhas (Almeida, 2009).

Como comentado anteriormente, a Igreja Universal é importante no campo religioso, pelas mudanças que sua presença provoca, mas ela também se sobressai em relação ao campo político, por ser uma denominação na qual circularia diariamente um grande número de pessoas e pelos vários recursos de mídia de que dispõe. Do ponto de vista da atuação dos candidatos eleitos pela instituição, salienta Machado (2006), eles apresentam uma forte tendência de alinhamento aos projetos dessa denominação.

Em relação às controvérsias analisadas nesta pesquisa, vale destacar que a IURD assume muitas vezes posições que divergem dos demais segmentos evangélicos. Foi assim quando apresentou um parecer favorável ao aborto de anencéfalos e se posicionou favorável à candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República, num momento em que ela sofria pressão de lideranças de diferentes denominações evangélicas e católicas para se posicionar contrariamente ao aborto.

No capítulo que ora finalizamos tivemos como objetivo disponibilizar informações sobre os evangélicos dando destaque a duas denominações que assumem grande importância nas agendas abordadas nesta pesquisa – com respectivas diferenças entre si, que serão oportunamente mencionadas. Nos dois capítulos seguintes vamos analisar as controvérsias em torno do aborto nas eleições presidenciais de 2010 e em torno do material didático apoiado pelo Ministério da Educação e que integrava o programa Escola Sem Homofobia. Em ambos os casos nosso foco de atenção serão os repertórios, gramáticas e mecanismos de ação política articulados pelos parlamentares evangélicos e também católicos que assumiram protagonismo nessas pautas.

O aborto como agenda política nas eleições presidenciais de 2010

Desde o princípio da campanha eleitoral de 2010, podíamos reconhecer a forte marca de gênero, sobretudo do papel das mulheres na política, que esse pleito teria. Entre as três principais candidaturas que concorriam à Presidência da República, duas eram lideradas por mulheres: Dilma Rousseff e Marina Silva. Ex-ministras nas gestões do então Presidente Lula, concorriam com o ex-governador de São Paulo, José Serra. Além da participação das candidatas e dos consequentes apelos à possibilidade de ser eleita a primeira presidente do Brasil, as conquistas eleitorais e os governos liderados por mulheres em outros países latino-americanos tornavam essa imagem mais viva e forte. Nesse cenário, é importante lembrar que, embora ainda com números bem inferiores ao de sua proporção populacional, é cada vez mais representativo o número de mulheres candidatas e eleitas nas disputas político-eleitorais. A chamada bancada feminina no Congresso Nacional, na atual legislatura, é formada por 57 mulheres eleitas – 45 deputadas e 12 senadoras.

Embora o número de candidatas tenha aumentado, o número de mulheres eleitas, porém, permaneceu o mesmo da legislatura passada, com apenas duas senadoras a mais. Na Câmara, as mulheres representam apenas 9% do total de eleitos, enquanto no Senado são 9,7%. Apesar desse baixo número que frustrou as expectativas de aumento da Bancada Feminina no Congresso, houve uma renovação significativa da bancada, com 22 deputadas estreantes e sete senadoras. Segundo o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea, 2010), um dos motivos para a reduzida participação feminina é o baixo investimento que é dispensado a essas candidaturas pelos partidos políticos e coligações, cujas chapas que concorrem, em geral, não cumprem a Lei das Cotas, que determina a obrigatoriedade do percentual mínimo de 30% para as candidaturas femininas.

O maior número de mulheres envolvidas na política partidária não significa,

no entanto, um avanço em direção à conquista de algumas demandas feministas, principalmente nos temas relativos aos direitos sexuais e reprodutivos. Ainda que seja importante indicar algumas conquistas como a Lei Maria da Penha, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, conselhos, programas e projetos que promovem a saúde, a autonomia e um maior espaço às mulheres na esfera pública, essa agenda não tem avançado de um modo uniforme e/ou contínuo.

Com relação ao aborto, por exemplo, a legislação em vigor o considera legal somente nos casos de gravidez em decorrência de violência, riscos de morte à mãe e, mais recentemente, em caso de gestação de feto anencéfalo. Após levantar as proposições relativas ao aborto na Câmara Federal, Gomes (2009) destacou que a intensificação do debate nas últimas décadas²⁴ não conduziu a nenhuma mudança na legislação. Conforme defende, o que se pode observar é uma polarização entre parlamentares mais sensíveis a agenda feminista, defensores da descriminalização do aborto, em contraposição a diversos outros atores que, em sua quase integralidade, são imbuídos de valores religiosos e defendem o direito à vida do feto. Enquanto os primeiros organizam os seus posicionamentos a partir da referência à saúde pública e ao direito de escolha, os segundos destacam o que consideram ser o caráter inalienável da vida e o direito do nascituro.

Diante do cenário apresentado por Gomes (2009) e de observações feitas a partir da leitura dos períodos subsequentes, podemos concluir que essa controvérsia é performada nos embates cotidianos dos atos regimentais²⁵ pelos quais passam tais proposições, durante a sua tramitação nas diferentes comissões e na mesa diretora da Câmara Federal, tendo como consequência a inexistência de qualquer alteração da legislação relativa a essas questões motivada por iniciativa parlamentar. Isto é, mesmo que se considere as diferenças na correlação de forças entre aqueles dois grupos em diferentes momentos, nenhum deles foi capaz de efetivar qualquer mudança legislativa a partir de sua agenda específica.

No entanto, mesmo que nenhum grupo tenha conquistado objetivamente o avanço legal de suas demandas, é oportuno destacar a própria demora em ga-

24 Isso coaduna, é claro, com um contexto global de avanço e tematização das questões relativas aos direitos sexuais e reprodutivos. Nesse contexto, vale destacar os debates e deliberações da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994, e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, como fundamentais à consolidação de determinado desenho dessa agenda.

25 Por exemplo, na apresentação de emendas, definição de relatores e na própria alteração da ordem das comissões ao longo da tramitação dessas proposições.

rantir, através da normatização de um serviço público, a atenção ao abortamento em casos de violência sexual como o previsto no Artigo 128 do Código Penal de 1940. É somente através da Norma Técnica “Prevenção e tratamentos dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes”, de 1999, que essa questão passa a ser positivada pelo Estado, efetivando um direito já existente em Lei. Isso, contudo, não significa que não existiram iniciativas anteriores que buscaram ter o mesmo efeito que a Norma editada. Podemos destacar, por exemplo, o Projeto de Lei 20 de 1991 (PL 20/1991) do deputado Eduardo Jorge que propôs legislar sobre essa matéria a partir da Câmara dos Deputados. Aqui, mais uma vez, vale retomar Gomes (2009) e lembrar a sua indicação sobre a forte reação de atores contrários ao aborto quando esta Norma foi editada.

Similar ao caso indicado acima, a recente descriminalização da interrupção da gravidez de feto anencéfalo, que também era alvo de proposições legislativas, apenas tornou-se possível a partir da deliberação de outra esfera do poder, nesse caso, o Judiciário. A Corte Constitucional no Supremo Tribunal Federal aprovou, por oito votos a favor e dois contra, no dia 12 de abril de 2012, a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 – ADPF nº 54 – que desconsidera a interrupção da gestação de feto anencéfalo um crime. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde do Brasil ingressou com a ADPF em 2004 e desde então ela foi discutida em inúmeras audiências públicas. Nas audiências, ao longo de oito anos, a Frente Parlamentar em Defesa da Vida - Contra o Aborto, cujos principais articuladores são parlamentares católicos e seus assessores, atuou, junto com diversas outras lideranças religiosas e algumas laicas, contra essa ação.

Embora esses dois casos sejam representativos de avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, deve-se destacar, mais uma vez, que ambos resultam de ações empreendidas por setores externos ao Legislativo. Vale lembrar, no entanto, um episódio em que setores dos poderes Legislativo e Executivo atuaram – de modo articulado com a sociedade civil – tendo em vista a “revisão da legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez”. Em 2005, seguindo as deliberações da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), a Secretaria Especial de Política para as Mulheres instalou uma Comissão Tripartite²⁶ que, sob a sua coordenação, elaborou um substitutivo ao PL 1135/91 que, apresentado pelos então deputados petistas Eduardo Jorge e Sandra Starling, suprimia do Código Penal o artigo que caracteriza crime o aborto provocado pela

26 Composta por dezoito membros igualmente distribuídos entre os três grupos que a compunha (Executivo, Legislativo e sociedade civil).

gestante ou com o seu consentimento. Encaminhado à então relatora desse PL na Câmara dos Deputados, a deputada Jandira Feghali (PCdoB), a proposição foi apresentada e tornou-se alvo de intenso debate na Casa Legislativa. Com a mudança de Legislatura, o debate foi retomado e essa proposição, com o seu novo relator, o deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), reconhecidamente contrário ao que considera mudanças liberalizantes na Legislação e membro da Frente Parlamentar Evangélica, foi recusado na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Pouco tempo depois, sob a relatoria do deputado Eduardo Cunha na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), também é rejeitado e, concluindo a sua tramitação, foi arquivado na Câmara dos Deputados.

No entanto, o substitutivo não produziu como resposta apenas uma articulação política tendo em vista o sepultamento do PL, mas também o recrudescimento, uma reação mais forte e organizada de setores religiosos e conservadores naquele espaço de disputas. A recente tramitação exitosa do projeto de lei 478/2007, que dispõe sobre a criação do Estatuto do Nascituro, instrumento jurídico que pretende conferir ao embrião (chamado nascituro) direitos que somente são reconhecidos a pessoas, por quase todas as comissões legislativas estipuladas, é um exemplo desta resposta. A partir da compreensão de que a vida deve ser considerada desde a concepção, portanto, algo que existe antes mesmo da gestação, esse projeto de lei não apenas inviabiliza qualquer possibilidade de interrupção da gravidez, visto que, entre outros itens, o “direito inviolável a vida” pode ser acionado para impedir a prática do aborto em qualquer situação, como incorre igualmente na proibição do uso de alguns métodos contraceptivos e da anticoncepção de emergência, visto que o ovo, o feto e o embrião devem ter as suas – supostas – vidas resguardadas²⁷. Tratar-se-ia, como argumentam grupos feministas, de um atentado aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Se no caso anterior uma medida impulsionada pelo Governo Federal resultou em uma reação de atores religiosos com a proposição do Estatuto do Nascituro, a publicação da Medida Provisória 557 (MP 557), em 26 de dezembro de 2011, suscitou uma intensa resposta feminista. Em informação veiculada em seu *site*, o Ministério da Saúde revela que a MP: “cria um sistema de monitoramento universal das gestantes para a prevenção da mortalidade materna no país e também garante auxílio

27 Esse não é o único aspecto que tem motivado as críticas do movimento feminista. A previsão de um auxílio financeiro às mulheres vítimas de estupro que optem por continuar a gestação resultado da violência, chamada por grupos feministas de “bolsa estupro”, é outro ponto fundamental para o posicionamento contrário a medida.

financeiro de R\$ 50 para o deslocamento destas mulheres às consultas de pré-natal e também à unidade de saúde onde será realizado o parto”. Essa medida, que ficou mais conhecida como cadastro nacional de informações sobre grávidas, não tinha a finalidade, na avaliação de diversos grupos feministas, de reduzir a mortalidade materna²⁸, mas constituía um movimento de vigilância sobre o corpo dessas mulheres, dado a perda de privacidade e limitação das decisões e comportamentos advindos desse controle. Do mesmo modo, a insistência e opção por legislar sobre o assunto via MP, bem como a oferta da bolsa-auxílio, trazia, para elas, um forte componente eleitoral nessas decisões (nos ganhos previstos em alianças com grupos e atores conservadores e/ou através da distribuição de novos benefícios sociais). Após intensa mobilização de grupos, a MP perdeu qualquer possibilidade normativa por não ter sido votada pelo Congresso Nacional em tempo regulamentar.

Ao retomar esses eventos, procuramos indicar alguns dos pontos nodais em que as tensões em torno do aborto se materializam, através dos debates de projetos de lei, ações no Supremo, medidas provisórias etc. Nesse sentido, trazer esses eventos é oportuno, pois sinaliza a existência de múltiplos espaços de enfrentamento da questão em relação ao Estado. A controvérsia a respeito do aborto, como podemos notar, tornou-se uma forte arma de articulação de atores religiosos/conservadores e feministas, a partir da qual, ao reconhecerem-se uns aos outros como adversários, disputam espaços de influência e possibilidades de intervenção direta na legislação e na garantia de direitos.

As disputas eleitorais, como temos observado nos últimos pleitos, constituem outro espaço em que esses atores estão mobilizados de diferentes formas. Com seus candidatos próprios organicamente ligados aos grupos e ideologias, com outros apoiados por graus de correspondência e interesse maior ou menor e, ainda, com alguns que são apenas alvo de rejeição, esses dois grupos (ou as tensões que eles performam) não apenas estão em confronto entre si, mas, podemos dizer, modelam determinados desenhos específicos que as disputas eleitorais passam a ter (ou, no limite, modelam as percepções hegemônicas sobre as mesmas).

Nesse sentido, aqui tomamos a controvérsia em torno do aborto nas eleições de 2010 como um caso interessante para pensarmos sobre as diferentes composições e recomposições que envolvem políticos, seus partidos, religiosos e ativistas. Acreditamos que esse caso lança luz sobre algumas das dinâmicas importantes das, atualmente, tão tematizadas relações entre religião, política e Estado.

28 Mesmo porque seus métodos eram considerados ineficazes para alcançar êxito nessa intenção.

Os candidatos e suas alianças: composições e recomposições

“O poder evangélico”, “a força evangélica”, “a influência do voto cristão”, “a pressão religiosa”, “a força pentecostal”, “os fundamentalistas neopentecostais” e “o voto evangélico” são algumas imagens²⁹ que, desde meados da década de 1990, vêm se intensificando na cobertura jornalística a respeito das eleições no sistema político-partidário. Acionadas com o intuito de definir e identificar um fenômeno – a crença em uma suposta uniformidade/coesão entre eleitores de determinado pertencimento religioso, sobretudo, os evangélicos –, têm como efeito a produção de uma neblina sobre aquilo que se tem a intenção de explicar. Em geral, esse jargões são levantados por jornalistas, marqueteiros e comentaristas políticos para tornar compreensível a eleição das chamadas bancadas religiosas, o surgimento de algumas personalidades desconhecidas do espectro político e as grandes viradas eleitorais.

Retomando o questionamento de Burity (2006) a respeito das possibilidades metodológicas de verificarmos aspectos fundamentais do comportamento eleitoral desses segmentos que, tomados como dado, não são alvo de maiores investimentos reflexivos, observa-se que essas noções produzem simplificações sobre o que é e como se manifesta esse suposto eleitor. A ausência dessas comprovações, contudo, não parece tornar questionável tal crença, visto que meses antes das eleições tem início uma série de conversas e negociações procurando estabelecer composições políticas que, entre outros agentes, tenham como parte atores e instituições que são mobilizados a partir de identidades religiosas. No pleito de 2010, não havendo razão para ser diferente, observamos o mesmo movimento entre as três principais chapas que se encontravam em disputa.

Marina Silva, candidata pelo Partido Verde, construiu a sua carreira política a partir da valorização dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. Segundo o seu *site* pessoal, a sua vocação social teria sido des-

29 Vale destacar que essas imagens são exclusivamente negativas, construídas a partir da crença em uma suposta “ausência de razão” dos eleitores e de “grandes interesses” de seus líderes.

pertada com a sua aproximação da Teologia da Libertação³⁰ e do líder se-ringueiro Chico Mendes – com quem, em 1984, fundou a Central Única dos Trabalhadores do Acre. Elegeu-se vereadora, deputada estadual, duas vezes senadora da república, foi ministra do Meio Ambiente do governo Lula e, nas eleições de 2010, obteve 19.636.359 milhões de votos (19,33% do eleitorado).

Embora tenha indicado o segmento da Igreja Católica como um espaço privilegiado de sua formação política³¹, Marina converteu-se à Assembleia de Deus ainda na década de 1990. Esse pertencimento religioso, como percebemos nas entrevistas e no *clipping* realizado pela equipe do ISER, apresentou-se como um elemento central nas caracterizações do seu perfil durante a campanha. Mesmo que a candidata, publicamente, procurasse distanciar a sua trajetória e plataforma política da imagem do político religioso e/ou político evangélico, recorrentemente isso foi acionado pelos seus adversários e pelas matérias jornalísticas. Além da Assembleia de Deus do Plano Piloto³², igreja que frequenta e que tem como liderança o pastor Sóstenes Apolo da Silva, responsável pelo diálogo religioso da campanha, Marina Silva ainda obteve apoio de lideranças do MIR (Ministério Internacional da Restauração), do Conselho Internacional de Pastores e Ministros do Estado de São Paulo, da Igreja Assembleia de Deus dos Últimos Dias e, por um período da campanha, do pastor Silas Malafaia, da Igreja Assembleia de Deus Ministério Vitória em Cristo.

Apesar do número de apoios recebidos pela candidata ter sido inferior àqueles conquistados pelos seus dois principais oponentes, o seu crescimento nas pesquisas de opinião realizadas nas últimas semanas das elei-

30 Movimento da Igreja Católica que defende o comprometimento da fé cristã com as causas sociais dos pobres e oprimidos da sociedade. Ganhou força na América Latina, a partir da década de 1970, com a publicação do livro “Teologia da Libertação: Perspectivas”, do teólogo peruano Gustavo Gutiérrez. No Brasil, teve uma íntima relação com o surgimento e fortalecimento de diversos movimentos sociais e entidades políticas de base; o PT é um desses exemplos.

31 Embora não mais constitua uma figura da hierarquia da Igreja Católica ou representante de qualquer vertente da mesma, devemos ressaltar o importante apoio recebido pela candidata do teólogo e ex-frei Leonardo Boff.

32 Essa igreja é ligada a Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil que, presidida por José Wellington, apoiou o candidato José Serra.

ções foi, em grande parte, interpretado como resultado do aumento do apoio que recebeu entre os evangélicos. Em 28 de setembro de 2010, três dias antes da votação, o *Blog* do Noblat publicou a seguinte matéria:³³

Enviado por Ricardo Noblat - 28.09.2010 | 21h55m

Parte do voto religioso começa a abandonar Dilma

Pesquisas para consumo interno da campanha presidencial de José Serra (PSDB) dão como certa a realização de segundo turno.

Números de hoje indicam que o segundo turno já está assegurado em Minas Gerais, Rio e São Paulo, os três maiores colégios eleitorais do país. Dilma caiu nos três, Marina cresceu nos três e Serra em um.

O voto evangélico na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, está migrando em massa de Dilma para Marina - principalmente o voto feminino.

No último domingo, em uma igreja do bairro de São Cristovão, no Rio, o padre aproveitou a missa para projetar o vídeo onde um pastor de Curitiba prega contra candidatos que apóiam o aborto.

No Recife, a Igreja Católica promoveu uma Marcha para Jesus e em Favor da Vida. Durante a marcha foi distribuído um panfleto onde Dilma é acusada de ser favorável ao aborto.

Dilma jamais disse que "nem Jesus" impedirá sua vitória no primeiro turno. Pois bem: alastra-se por toda parte nas últimas horas que foi isso o que ela disse.

Contudo, interpretações como acima apresentadas não são consensuais. A vantagem de trabalhar com pesquisas, nesse caso, é a possibilidade de cruzar a intenção de voto com a identidade religiosa indicada. Por outro lado, como não se pode perseguir a identidade religiosa de cada voto depositado nas urnas, apenas a apuração da votação pode indicar a opção consolidada do universo de eleitores. Nesse sentido, vejamos uma outra interpretação realizada por Antonio Luiz M. C. Costa, em "Voto em Marina não é ecológico, mas também não evangélico", publicada no *site* da revista Carta Capital, no dia 05 de outubro de 2010, a respeito dos eleitores da mesma:

"É uma camada [os eleitores da candidata Marina Silva] que se identifica mais com a história pessoal de Marina, uma ex-empregada doméstica alfabetizada pelo Mobral

33 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/09/28/parte-do-voto-religioso-comeca-abandonar-dilma-328314.asp> . Acesso em 12 de fevereiro de 2012.

que ‘subiu na vida’, fez curso superior e uma carreira política pacífica e respeitada, do que com a carreira de um integrante convencional da elite política como Serra ou com o passado combativo de uma ex-guerrilheira como Dilma. Que tem um vago receio do ‘comunismo’ e do MST e se esforça por se diferenciar das ‘massas’ pobres e turbulentas e hesita em dar um cheque em branco a Dilma e ao PT. Não é a parcela da opinião pública mais conservadora, nem a que tem seu voto definido pelo padre, pelo pastor ou pela questão do aborto. Estes provavelmente votaram em Serra.

Esta interpretação se reforça quando se desce ao detalhe dos votos por município. Recife, capital do estado natal de Lula, não tem uma proporção excepcional de evangélicos pelos padrões brasileiros: apenas 17,6%. Mas 37% dos recifenses votaram em Marina (42% em Dilma, 19% em Serra). Já o município pernambucano de Abreu e Lima, o mais evangélico do estado (31,2%) teve 27% de votos em Marina, 52% em Dilma e 15% em Serra.

No Rio de Janeiro, Marina teve 29% em um município de alta concentração de evangélicos (30%) como Belford Roxo, 32% na capital (17,7% evangélica) e 37% em Niterói (15,3% evangélica), enquanto Dilma teve 57%, 43% e 35%, respectivamente, nesses municípios (e Serra 12%, 22% e 25%).”

Aqui não pretendemos tomar uma interpretação em detrimento da outra, mas apenas chamar a atenção ao espaço que a religião ocupa (seja a considerando ou com a necessidade de refutá-la) para compreender determinados fenômenos sociais, sobretudo a importância que tem tido nas interpretações dos desempenhos eleitorais.

Outro elemento fundamental ainda nessas últimas semanas do primeiro turno e, mais notadamente, para as candidaturas de Marina e de José Serra, foi o deslocamento do apoio do pastor Silas Malafaia da primeira em direção ao segundo. No cerne dessa mudança, como ele justifica na carta pública “Não voto mais em Marina e digo por quê”, estava a defesa, feita pela candidata, da realização de uma consulta popular, através de um plebiscito, a respeito de possíveis alterações na legislação sobre o aborto. Ele dizia:

“Pior do que o ímpio é um cristão que dissimula. Eu queria entender como uma pessoa que se diz cristã, membro da Assembleia de Deus, afirma que se for eleita presidente do Brasil vai convocar um plebiscito para que o povo decida se aprova ou não o aborto, ou se aprova ou não o uso da maconha. (...)”

Ao propor plebiscito, Marina está ‘jogando para a torcida’, para ficar bem com os que são contra e com os que são a favor. SAI DE CIMA DO MURO, MINHA

IRMÃ! QUE PLEBISCITO COISA NENHUMA! O povo brasileiro não tem todas as informações necessárias para decidir esta questão de maneira isenta. (...)

A palavra de Marina como cristã teria de ser apenas isto: ‘Sou contra o aborto e a legalização da maconha’. Como faltaram convicção e firmeza em suas declarações, uma vez que o cristão tem de ‘mostrar a cara’ posicionando-se de forma categórica contra o pecado, Marina perdeu meu voto. Já que não tenho tantas opções, votarei em Serra para presidente.

Infelizmente, Marina não nega suas raízes petistas.”

Marina, no entanto, refutou os argumentos levantados pelo pastor dizendo que os seus posicionamentos eram públicos desde o princípio da campanha e que, na verdade, ocorreu uma deturpação daquilo que ela realmente teria defendido. Explicou, desse modo, que:

“Quem convoca um plebiscito é o Congresso. E quem aprova as leis também é o Congresso. Eu disse que casos de alta complexidade cultural, moral, social e espiritual como esses, deveriam ser debatido pela sociedade na forma de plebiscito. Mas eu nunca disse que convocaria um plebiscito.”³⁴

A perspectiva adotada pela candidata também produziu reações negativas entre alguns atores que defendem a descriminalização do aborto. Segundo argumentavam, Marina Silva optava pelo caminho menos comprometedor para esconder a sua negação ao aborto: não revelava ser a favor ou contra a mudança da legislação punitiva, mas, ao dizer que o plebiscito era o caminho, tratava uma questão de saúde pública e de reconhecimento de direitos das mulheres não como um tema fundamental a ser reconhecido pelo Estado, mas como um elemento passível de debate e conforme os resultados, como um dispositivo que poderia ser alienado das mulheres sem grandes questionamentos. Além disso, a crença na existência de um cenário conservador quanto as possibilidades de alteração na legislação, antevendo a possível derrota de uma tese descriminalizante em um plebiscito, reforça a leitura de que a candidata, na verdade, sob o disfarce de incluir a sociedade no debate, apenas pretendia esconder a sua recusa ao aborto. Por fim, como defendeu o pastor Silas Malafaia em trecho da carta

34 Disponível em: <http://www.pavablog.com/2010/10/02/marina-decide-responder-acusacoes-de-silas-malafaia/> . Acesso em 13 de março de 2012.

transcrita anteriormente, esses grupos também pareciam recusar a postura “em cima do muro” que teria sido adotada pela candidata.

Aqui, não podemos esquecer, há também um caráter poluidor que o pertencimento pentecostal pode provocar em determinados contextos. Se, para o pastor Silas Malafaia, as raízes petistas eram reveladas como origem de uma suposta inconsistência nos posicionamentos de Marina Silva, é a identidade religiosa pentecostal que, de algum modo, produz-se como fundamento de algo que tenta ser silenciado, algo que a candidata pretendia esconder³⁵. O caráter proselitista das denominações evangélicas e o modo como atuam na esfera pública, seja nos espaços políticos formais ou não, conduz a uma interpretação imediata sobre a atuação e as intenções de sujeitos engajados nesses cultos. À imagem de político evangélico, adiciona-se uma série de convenções como “fundamentalismo”, “intransigência”, “arcaico”, “não moderno”, “homofóbico” etc.

Ao analisar as eleições para o Senado em 2000, Machado (2006) identificou um interessante deslocamento do modo de fazer política entre candidatos religiosos, notadamente, pentecostais. Considerando a necessidade de ampliar o número de eleitores e apoiadores em pleitos com esse perfil majoritário, a campanha do candidato Marcelo Crivella procurou não ter como ênfase pública o discurso e a identidade religiosa, mas destacar as ações que ele promoveu quando coordenou projetos de assistência social no Nordeste brasileiro e no continente africano. Essa estratégia parece ter sido bem sucedida, visto que o candidato Crivella elegeu-se senador da República naquele ano.³⁶

Como destaca Machado, tal estratégia tornar-se-ia fundante de outra forma de fazer campanha para alguns candidatos religiosos, sobretudo, aqueles que concorriam aos cargos majoritários, na tentativa de atrair eleitores não evangélicos e, mesmo, reduzir a rejeição aos seus nomes. Sem querer

35 Sobre este aspecto, consideramos oportuno recuperar as reflexões de Birman (2003:238) para quem uma das consequências da “transformação religiosa na sociedade – e de seus impactos nos meios de comunicação – é a importância que hoje se concede à qualificação religiosa dos atores no espaço público. (...) Dessa forma, a referência insistente ‘evangélicos’ como atores sociais afirma e constrói valores, o que não é absolutamente inócuo nos processos de interação político-religiosas em curso”.

36 A indicação dessa estratégia pública não significou o abandono da estrutura da Igreja Universal do Reino de Deus, instituição em que Marcelo Crivella desempenha a função de bispo, nem mesmo ao recurso a falas e identidades religiosas em pequenos encontros e nas atividades promovidas por igrejas evangélicas.

afirmar a autenticidade de um posicionamento em detrimento a outro, ou mesmo definir se um gesto tinha intenção eleitoral ou se foi um movimento genuíno/ideológico do candidato, como se essas divisões fossem claras, não podemos deixar de considerar a existência de tal leitura no cenário eleitoral e também a adoção de estratégias purificadoras como elementos disponíveis (e frequentemente acionados) nas disputas eleitorais.

Considerando esses processos de ocultamento e revelação seletiva, ou, em outras palavras, de poluição e purificação estratégica das próprias candidaturas e das adversárias, é especialmente interessante observarmos o papel desempenhado pelo candidato José Serra. Concorrendo às eleições de 2010 pelo Partido da Social Democracia Brasileira, o candidato foi presidente da União Nacional dos Estudantes, deputado federal, senador, governador do estado de São Paulo, prefeito da cidade de São Paulo e ministro do Planejamento e da Saúde dos governos Fernando Henrique Cardoso. Enquanto ocupou esse último cargo, José Serra incrementou uma bem sucedida política de prevenção e tratamento da Aids baseada na intensa troca com diversos atores do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais. Travestis e Transexuais (LGBT), e instituiu, em 1999, a primeira versão da Norma Técnica a respeito do atendimento dos casos de aborto estabelecidos pela lei. No entanto, se observarmos o modo como as articulações e composições políticas se conformaram, nos aspectos e defesas acionados nos discursos, o candidato José Serra, foi forjado, sobretudo, na fala de religiosos, como o candidato contrário ao aborto – esse teria sido, por exemplo, a justificativa para a mudança de lado do pastor Silas Malafaia.

Além do apoio de Malafaia e da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, presidida pelo pastor José Wellington Bezerra, já anunciados anteriormente, José Serra também contou com a adesão de líderes da Igreja Mundial do Poder de Deus, presidida pelo Apóstolo Valdemiro Santiago, da Igreja Renascer em Cristo, da Bispa Sônia Hernandez e do Apóstolo Estevam, e das igrejas Brasil para Cristo, Bola de Neve, Batista Brasileira, entre outras. Embora tenha recebido o apoio de alguns padres e bispos católicos, lembrando ainda da íntima relação entre a Renovação Carismática Católica e o PSDB em São Paulo (Carranza, 2000), a colaboração de atores dessa igreja se deu, sobretudo, através de outros caminhos.

Se a campanha de José Serra, conseguiu constitui-lo como um candidato contrário à descriminalização do aborto, a campanha da candidata Dilma, por sua vez, não obteve o mesmo sucesso. Embora tenham havido esforços

da coordenação da campanha em dizer que a candidata não era favorável à revisão da legislação punitiva, este foi um embate constante.

A trajetória do PT e da candidata, bem como alguns encaminhamentos do Governo Lula eram recorrentemente utilizados como combustível aos que tentavam colar em Dilma a imagem de “abortista”. Vídeos de pastores, padres, bispos e outras lideranças religiosas em tom apoteótico e revelador lembravam o PLC 122/2006 (que criminaliza a homofobia), entrevistas anteriores de Dilma (onde ela se coloca favorável à descriminalização do aborto), o PNDH-3 (3º Programa Nacional de Direitos Humanos) e questões que não afetam uma moral sexual cristã (descriminalização da maconha e reforma agrária). Acionando *pânicos morais* através dessas demandas, os vídeos sempre traziam como imagens do absurdo casais gays se beijando ou abraçados, travestis e transexuais em festas ou na Parada Gay e imagens (reais ou não) de embriões após a realização do aborto. Todos estes elementos, ao longo das produções, eram articulados em uma única estrutura que responsabilizava o PT, o Governo Lula e a candidata Dilma pelas propostas e ações.

Na entrevista realizada com o coordenador da campanha de Dilma para o segmento evangélico, bispo Manoel Ferreira, presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Brasil Ministério Madureira, ele nos revelou que parte das dificuldades enfrentadas na interlocução com os evangélicos estava nas medidas propostas pelo PNDH-3:

“Agora, com relação à campanha da Presidente Dilma, que você colocou aqui, nós trabalhamos, e, nesse último pleito, eu não fui candidato, mesmo porque eu não estava muito interessado a ali [Câmara dos Deputados], eu teria por vontade ir pro Senado, até eu falei pra vir pro Senado, novamente, mas acabei desistindo a convite dela, pra ficar na coordenação da campanha dentro do segmento religioso, e especialmente dos evangélicos, eu abri mão da minha candidatura pra eu penar na campanha da Presidente Dilma. Também via uma coisa difícil na campanha, que havia aquela cartilha daquele projeto do... decreto do Presidente Lula. (...) O PNDH, e ali havia muitos itens que vinham de encontro com os nossos princípios; então, eu conversei muito com a Presidente, tivemos em contato várias vezes; eu disse: ‘Eu até me disponho a não ser candidato e ficar à disposição pra coordenar a campanha, em razão do trabalho que o Lula fez como presidente. Eu estou disposto a somar, mas desde que a senhora abra mão de algumas coisas que estão dentro deste decreto’. Eu não tenho nada contra o casamento de pessoas do mesmo sexo, que a pessoa busque os seus direitos, não tenho também nada que as pessoas tenham outros interesses,

defenda os seus interesses, eu acho que é legítimo cada um defender aquilo que pensa e o que quer, agora, o que eu acho é que todos nós temos que buscar e defender esses interesses, dentro da instância certa. Então, o que é que eu proponho? Que esse decreto, esses pontos aqui vá para o Congresso Nacional; toda aspiração que a pessoa busque, seja dentro da Câmara Federal, do Senado, mas saia lá, e nunca saia daqui na forma de decreto já com a chancela do Presidente ou do ministro, porque quando sai chancelado pra lá, já vai dizendo aquilo que é pra ser feito, e já tem um grupo grande trabalhando em cima daquilo.” (Brasília, 12 de junho de 2012).

E, dando continuidade à entrevista, ele revela como uma das principais ações de resposta da campanha em sua interação com o segmento religioso (a produção de duas cartas) foi planejada e quais eram os resultados que se pretendia obter da mesma:

ENTREVISTADOR Bispo, teve muita resistência quando o senhor decidiu coordenar a campanha da Dilma? O senhor sofreu críticas dentro do seu segmento? Como é que foi?

BISPO MANOEL FERREIRA Bom, houve muita interrogação, muitas interrogações, porque aquele decreto, ou aquela cartilha do PNDH-3, aquilo ali, havia dentro do bojo daquele decreto, muitas coisas que queria assim, né, e já saía na medida como se estivesse já como uma lei, né, então, em razão daquilo ali, criou uma certa resistência. Tanto é que quando nós fomos conversar com o presidente do PT, ele: “Puxa vida! Nós queríamos sair daqui sem abrir mão desse negócio”. Eu disse: “Vai ter que abrir. Se a gente quiser eleger a Presidente... Vocês não estão querendo eleger a Presidente? Então, vai ter que abrir mão disso”. Aí ele: “Não, então, está bom”, “Pra divulgar isso pode ser uma carta pelo menos ao segmento religioso”.

ENTREVISTADOR Por que o senhor pensou numa carta?

BISPO MANOEL FERREIRA Porque era a forma de dar ciência, não tinha como falar na televisão daquilo; ela não tinha como ocupar o horário eleitoral pra estar justificando, porque aí o desgaste era maior, pegava um pouco de um lado, mas perdia do outro; então, teria que ser uma coisa mais... de colocar de outro aspecto pras pessoas que resistiam, os núcleos que resistiam, colocar pra dizer que havia um compromisso. (Brasília, 12 de junho de 2012).

Bispo Manoel Ferreira

Manoel Ferreira nasceu em 1932. Ainda criança foi para Cafelândia, São Paulo. Desde 1956 frequenta a Assembleia de Deus Ministério de Madureira, sede nacional das Assembleias de Deus, onde foi ordenado ministro evangélico em 1960 e hoje é bispo, líder máximo da denominação. Formado em Direito e Teologia, é casado com uma missionária desde 1957 e três dos seus cinco filhos são pastores da Assembleia de Deus. Nas eleições de 2002 foi candidato ao Senado pelo PPB-RJ; não foi eleito, mas conseguiu o 3º lugar, com 1.782.219 votos. Em 2004, foi candidato na chapa de Luiz Paulo Conde como vice-prefeito. Nas eleições de 2006, foi eleito com 80.016 votos para deputado federal pelo PTB-RJ. Em 2010, Manoel Ferreira foi pré-candidato ao Senado pelo PR, mas não se candidatou, coordenando a campanha da candidata Dilma Rousseff à presidência junto aos evangélicos. Atualmente, preside a Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Brasil - Ministério de Madureira (CONAMAD).

A CONAMAD foi criada pelo Ministério de Madureira no final da década de 1980, quando a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), que era considerada o órgão representativo de todas as Assembleias de Deus, tentou intervir no Ministério por considerar que ele estava se afastando das “normas eclesiais”. A CGADB convocou a 1ª Assembleia Geral Extraordinária das Assembleias de Deus, alegando que pretendia resolver o conflito, mas o Ministério de Madureira não aceitou os critérios estabelecidos para a sua permanência e seus membros foram suspensos da Convenção, gerando a primeira grande cisão na denominação. Outro fator de tensão, foi o crescimento numérico expressivo do Ministério Madureira e outras assembleias apoiadas por ele, o que poderia vir a gerar disputas pelo comando da CGADB. A CONAMAD, segundo o próprio site da instituição, tem em média 2 milhões de adeptos no Brasil e no mundo.

Além da produção da carta mencionada na entrevista acima, Dilma, assim como os demais candidatos, trazia consigo uma variedade de apoiadores entre grupos e atores religiosos. Além do bispo Manoel Ferreira e da Convenção das Assembleias de Deus presidida por ele, lideranças da Igreja Universal do Reino de Deus, da Igreja Sara Nossa Terra, da Igreja Quadrangular, das Igrejas Batista, Brasil para Cristo, Metodista, entre outras, endossaram o apoio à petista. Mesmo tendo rece-

bido o apoio de importantes lideranças católicas e da própria relação positiva que o PT mantém historicamente com setores dessa igreja³⁷, foi a partir da atuação de alguns grupos e líderes da mesma que a candidatura da Dilma se viu pressionada.

PNDH-3

O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) foi lançado pelo governo federal no dia 21 de dezembro de 2009. Em março de 2010, o governo recuou e anunciou que mudaria os principais pontos polêmicos do Plano. O texto original do PNDH-3, lançado no governo Lula, avançou na proposição de diretrizes e metas transversais para a implantação de políticas públicas em Direitos Humanos, coerente com os princípios constitucionais e tratados internacionais em que o Brasil é signatário e visando ampliar o projeto democrático de articulação entre governo e sociedade civil. Debates acerca do Plano ocuparam a cena pública, motivando reações hostis de setores conservadores da sociedade, principalmente militares, católicos, ruralistas e a grande mídia, responsável por promover uma campanha contra o PNDH-3 nos principais jornais e redes de televisão. Os principais pontos que geraram polêmica foram: a descriminalização do aborto; a criação da Comissão Nacional da Verdade – com poderes para punir autores de crimes hediondos, como a tortura, no período da Ditadura Militar (1964-1985); a criação de câmaras de conciliação de conflitos agrários e urbanos, incluído a negociação com invasores de terras em casos de reintegração de posse; reconhecimento da união civil de pessoas do mesmo sexo; garantia de adoção por casais homoafetivos; proibição da ostentação de símbolos religiosos em lugares públicos; monitoramento dos meios de comunicação para garantia da promoção dos Direitos Humanos; regulamentação profissional da prostituição. Em março de 2010, o governo anunciou a alteração de cinco pontos do PNDH-3: descriminalização do aborto; proibição de símbolos religiosos em lugares públicos; a necessidade de ouvir invasores de terras no cumprimento de decisões judiciais em conflitos agrários; punição para autores de crimes hediondos na Ditadura; e aos meios de comunicação em caso de violação dos Direitos Humanos.

37 Entre os apoios recebidos, podemos indicar lideranças de diferentes movimentos que vão desde frei Betto e o ministro Gilberto Carvalho, de setores historicamente vinculados a Teologia da Libertação, ao deputado Gabriel Chalita (PMDB), importante referência entre os membros da Renovação Carismática Católica.

Apesar das dinâmicas que envolviam a candidatura de Marina Silva e que foram exploradas anteriormente, a eleição foi, como tem sido desde 1994, bastante polarizada entre as candidaturas do PT e do PSDB. Dilma Rousseff e José Serra enfrentaram-se acionando uma série de oposições já conhecidas, mas também produziram algumas outras. Nesse sentido, o surgimento de eventuais “boatos”³⁸, “denúncias” ou “revelações” que favoreciam um e traziam, como consequência esperada, o enfraquecimento do outro marcou toda a campanha.

A controvérsia em torno do aborto foi uma das alavancas desses conflitos constituidores do embate. Nesse sentido, desejamos destacar dois momentos da campanha eleitoral marcados pela produção dessa controvérsia e, através da mesma, iluminar algumas formas como se articulam religião, direitos reprodutivos, ativismos e eleições nas disputas do sistema político-partidário.

O início do primeiro turno

Embora os temas/ações empreendidos por atores ligados ao PT e/ou ao Governo Lula já despertassem reações de líderes religiosos meses antes das eleições, podemos indicar como um primeiro marco o lançamento da carta “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, em 01 de julho de 2010, da autoria do Dom Luiz Gonzaga Bergonzini, bispo de Guarulhos-SP. Entre outras coisas, o manifesto recuperava a história do PT e rechaçava o voto na candidata Dilma:

“Na atual conjuntura política o Partido dos Trabalhadores (PT) através de seu IIIº e IVº Congressos Nacionais (2007 e 2010 respectivamente), ratificando o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) através da punição dos deputados Luiz Bassuma e Henrique Afonso, por serem defensores da vida, se posicionou pública e abertamente a favor da legalização do aborto, contra os valores

38 Ao longo do artigo, recorreremos ao termo “boatos” entre aspas, pois este foi utilizado como um recurso da campanha da candidata Dilma para vitimizá-la no contexto da disputa. O que eles, em geral, chamavam de boatos, era, na verdade, a utilização de depoimentos e falas que efetivamente haviam sido feitos pela candidata, mas que, durante as eleições, não lhes parecia conveniente divulgar. “Boatos”, portanto, era menos a invenção de informações/dados e a circulação por meio de fofocas e mais a utilização de falas reais, efetivamente proferidas, mas que naquele contexto pretendiam ser omitidas.

da família e contra a liberdade de consciência. (...)

A liberação do aborto que vem sendo discutida e aprovada por alguns políticos não pode ser aceita por quem se diz cristão ou católico. Já afirmamos muitas vezes e agora repetimos: não temos partido político, mas não podemos deixar de condenar a legalização do aborto. (confira-se: Ex. 20,13; MT 5,21).

Isto posto, recomendamos a todos verdadeiros cristãos e verdadeiros católicos a que não dêem seu voto à Senhora Dilma Rousseff e demais candidatos que aprovam tais ‘liberações’, independentemente do partido a que pertençam.”

Algumas semanas depois, a Folha de S. Paulo noticiava a reação da candidata Dilma ao documento lançado pelo bispo de Guarulhos. A candidata, além de revelar ser contrária ao aborto, dizia que isso “não se trata de uma convicção pessoal”, pois “não conheço uma mulher que acha o aborto uma coisa fantástica e maravilhosa. É uma violência e um risco de vida”.³⁹

No dia seguinte, 23 de julho de 2010, o mesmo jornal trouxe duas matérias sobre o assunto: cobria, por um lado, um ato de campanha com o apoio de 15 lideranças evangélicas à candidata e, de outro, transcrevia uma entrevista em que Dom Luiz Gonzaga Bergonzini reafirmava o seu posicionamento.⁴⁰ (vide matérias apresentadas na página seguinte)

Durante as semanas seguintes, as tensões e disputas permaneceram em termos de respostas e contra-respostas: se Dilma contestava a orientação do religioso dizendo que essa não era uma determinação da CNBB, a cobertura jornalística, por sua vez, construía o gesto de Dom Luiz Gonzaga Bergonzini como algo que contestava uma suposta “neutralidade” defendida por aquela instituição. Já com relação aos posicionamentos da candidata, o bispo católico e as matérias jornalísticas reforçavam o histórico de posições anteriores do PT. No caso da imprensa, tornou-se também costumeira a transcrição de trechos de duas ou mais entrevistas que, realizadas em diferentes momentos, “mosttram” a “contradição” ou a “mudança de opinião” da candidata Dilma.

39 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/770779-dilma-nega-defender-aborto-e-diz-que-opinioao-de-bispo-nao-e-uma-posicao-da-cnbb.shtml> . Acesso em 29 de janeiro de 2012.

40 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/771599-dilma-recebe-apoio-de-liderancas-evangelicas-de-15-igrejas.shtml> e disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/771599-dilma-recebe-apoio-de-liderancas-evangelicas-de-15-igrejas.shtml>. Ambos acessados em 04 de fevereiro de 2012.

23/07/2010 - 14h48

Dilma recebe apoio de lideranças evangélicas de 15 igrejas

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

A candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, recebe neste sábado o apoio político de lideranças evangélicas de 15 igrejas. O encontro ocorre em meio à polêmica com o bispo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Luiz Gonzaga Bergonzini, que pregou boicote à campanha petista que segundo ele, seria favorável à descriminalização do aborto.

O ato político deve reunir 2.000 fiéis de denominações como a Assembleia de Deus, Sara Nossa Terra e Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo o coordenador do movimento evangélico da campanha petista, pastor Manoel Ferreira (PR-RJ), o apoio à petista foi negociado e eles teriam recebido uma promessa de que um eventual governo Dilma deixaria o aborto e a união civil para ser discutida no Congresso.

23/07/2010 - 09h53

Bispo de Guarulhos diz que não recuará em mobilização contra Dilma

FÁBIO ZAMBELI
DE BRASÍLIA

Pivô da polêmica mobilização contra Dilma Rousseff, o bispo de Guarulhos (SP), d. Luiz Gonzaga Bergonzini afirma que não recuará e levará sua manifestação de veto à presidenciável às missas e celebrações das 37 paróquias da cidade.

Ele considera o PT favorável à descriminalização do aborto e divulgou artigo recomendando aos católicos que boicotem a petista.

Esses embates, no entanto, ganharam novo fôlego quando, no mês seguinte, os dois lados reforçaram os seus discursos com novos documentos que pareciam reagir aos pontos apresentados anteriormente.

No dia 23 de agosto de 2010, as emissoras de televisão católicas TV Canção Nova e TV Aparecida, ambas transmitidas a partir de São Paulo, realizaram um debate com os candidatos à presidência. Dilma, por não ir ao debate, deu

espaço para diversas críticas dos seus adversários e, do mesmo modo, para que mais uma vez fosse colocado em questão o seu posicionamento em relação ao aborto. No entanto, no dia seguinte (pouco mais de um mês após as matérias que indicamos acima) a candidata Dilma lançou o que, na ocasião, ficou conhecido como “Carta aberta ao Povo de Deus”. Considerado como uma resposta ao questionamento impulsionado pelo manifesto de Dom Luiz Gonzaga Bergonzini, o documento foi uma forma de a candidata reafirmar uma posição que, naquele momento, ainda parecia dúbia⁴¹. Contudo, as matérias jornalísticas enfatizaram que, na verdade, Dilma não assumia nenhum compromisso. No que se refere às questões centrais dessa controvérsia, a carta, iniciada com a saudação “olá meus amigos, irmãos e irmãs brasileiros” e concluída com expressões como “rogo a Deus que me dê forças para cumprir minha missão” e “peço sua oração e seu voto”, dedicava apenas um parágrafo ao assunto, sem de fato estabelecer qualquer ação ou compromisso efetivo:

“Cabe ao Congresso Nacional a função básica de encontrar o ponto de equilíbrio nas posições que envolvam valores éticos e fundamentais, muitas vezes contraditórios, como aborto, formação familiar, uniões estáveis e outros temas relevantes, tanto para as minorias como para toda sociedade brasileira.”

Por outro lado, no dia 26 de agosto de 2010, a Regional Sul 1 da CNBB, através de importantes lideranças, apoiava a distribuição de uma espécie de cartilha/panfleto cujo intuito era orientar os católicos com relação ao voto⁴². Exceto pela opção em indicar o sujeito pelo cargo ocupado (“Ministra da Casa Civil”) em detrimento da indicação direta do nome (Dilma Rousseff), esse documento conservava todas as características daquele lançado por Dom Luiz Gonzaga Bergonzini no mês anterior.

Esses dois documentos, no entanto, articulavam-se a um terceiro assinado pelas Comissão em Defesa da Vida das Dioceses de Guarulhos e Taubaté e por membros da Comissão em Defesa da Vida da Regional Sul 1 da CNBB. A análise das mais de 40 páginas desses documentos revela uma estrutura muito similar daquela adotada pelo bispo na carta – e, como vimos, da performada pelos evangélicos nos vídeos compartilhados nas redes sociais:

41 Segundo indicado pelo *site* Pavablog, Gilberto Carvalho e Gabriel Chalita foram os responsáveis por essa ‘reaproximação’ da candidata com setores religiosos.

42 Ver a íntegra do panfleto no anexo 3 desse livro.

recupera-se um histórico de ações do PT e do Governo para concluir que eles são parte de um movimento (que também inclui instituições feministas e agências internacionais) na busca de, como foi anunciado, “introduzir a cultura da morte” no Brasil.

Esse documento, no entanto, despertou uma resposta de setores vinculados a própria Igreja Católica. A organização feminista e católica “Católicas pelo Direito de Decidir”, no dia 10 de setembro de 2010, lançou uma nota reagindo aos principais pontos que estruturavam aqueles documentos e, a partir disso, reafirmando a sua perspectiva sobre o aborto e sobre a própria Igreja Católica. Em um trecho elas dizem:

“Como católicas comprometidas com a defesa da vida e da dignidade das mulheres, repudiamos a irresponsabilidade de integrantes da hierarquia católica que vêm insistentemente a público para condenar o aborto – reforçando o estigma e o sofrimento de milhares de pessoas –, mas silenciam em convivência com as múltiplas formas de violência que as mulheres sofrem cotidianamente no Brasil apenas por serem mulheres. Lembramos que casos como os assassinatos de Eliza Samúdio e Mércia Nakashima não são exceção, mas regra corrente em nosso país misógino e machista. (...)”

A Igreja católica na qual fomos formadas foi, em tempos de ditadura militar, no Brasil a voz daqueles que não têm voz, mas hoje cala-se vergonhosamente frente aos problemas mais graves do país, insistindo apenas na condenação dos direitos humanos das mulheres e de pessoas homossexuais, bissexuais, de travestis e transexuais. É sabido, entretanto, que há inúmeros/as católicos/as que, à revelia das posições oficiais da CNBB, continuam dando sua vida em prol daqueles que sofrem discriminações de todo o tipo. Parte significativa de padres, freiras e leigos/as não expressam sua discordância da oficialidade católica, porque temem ser punidos com expulsão das pastorais e das dioceses, imposição do silêncio e até mesmo afastados do serviço sacerdotal. Para nós, no entanto, são essas as pessoas que mantêm vivo o espírito do evangelho!⁴³

No mesmo período em que foram produzidos os documentos católicos a partir da Regional Sul 1 da CNBB, um vídeo com a pregação de um pastor

43 Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=2894:catolicas-pelo-direito-de-decidir-em-defesa-da-vida-&catid=219:noticias-e-eventos&Itemid=154>. Acesso em 22 de maio de 2012.

pentecostal, postado no YouTube em 31 de agosto de 2010, se tornou alvo da atenção dos jornalistas. Em 22 de setembro de 2010, na coluna “caiu na rede”, Adriana Vasconcelos escreveu a seguinte nota:

“PASTOR PREGA VOTO CONTRA O PT E VIRA FENÔMENO NO YOUTUBE

Um vídeo com o pastor Paschoal Piragine Júnior, presidente da Primeira Igreja Batista de Curitiba, pregando o voto contra o PT já foi acessado no YouTube (<http://ow.ly/2HKpu>) por mais de dois milhões de internautas desde o último 31 de agosto. Em sua pregação, Piragine destaca que líderes cristãos evangélicos e católicos estão trabalhando para evitar a eleição de parlamentares comprometidos com a aprovação de projetos de lei que legalizem, por exemplo, o aborto ou mesmo o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Entre eles, estariam especialmente os representantes do PT.

Dois deputados federais já foram expulsos do PT por se manifestarem contra o aborto. (...) Como pastor eu nunca fiz isto. Não estou dizendo para você votar em A ou B. Eu vou dizer para você em quem não votar _ apela Piragine.

Efeito reduzido

Apesar do sucesso do vídeo do pastor Piragine no YouTube pregando o voto contra o PT, a candidata do partido à Presidência, Dilma Rousseff, comemorava ontem em seu site de campanha o apoio recebido pelo presidente da Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, reverendo Izaías de Souza Maciel, que teria sob sua liderança 27 mil pastores, inclusive no exterior.”⁴⁴

Esse vídeo, o mesmo indicado no *Blog* do Noblat trazido em outra parte deste livro, vale destacar, não é especial pelo seu conteúdo, pois é possível indicar que muitos parecidos foram divulgados ao longo do mesmo período. O pastor Silas Malafaia, por exemplo, produziu algumas falas em seus programas e também concedeu algumas entrevistas amplamente divulgadas nesse período da campanha eleitoral. Contudo, a intensa difusão e o seu contexto de produção (durante uma pregação em culto), elementos que tornaram o vídeo uma referência indicada e utilizada por outras lideranças

⁴⁴ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/moreno/diarioreporter/posts/2010/09/22/caiu-na-rede-pastor-prega-voto-contr-pt-vira-fenomeno-no-youtube-326549.asp>. Acesso em 02 de março de 2012.

evangélicas em todo o Brasil, nos chamaram a atenção. A campanha eleitoral permaneceria mais intensa ainda a partir das tensões provocadas por essas ações e reações. Na Internet, diversos vídeos, postagens e manifestações eram compartilhadas através de *e-mails* e das redes sociais. Os diferentes atores já estavam mobilizados e repercutiam seus posicionamentos e ações em suas “bases”.

No mesmo momento, um escândalo eleitoral também repercutia: Erenice Guerra, braço direito da candidata Dilma quando ministra da Casa Civil, era denunciada por tráfico de influência em favor do seu filho. No bojo das denúncias, ao mesmo tempo em que era questionado se Dilma conhecia e pactuava com a sua ex-assessora e então substituta na Casa Civil, também eram recuperados os eventos e atores reunidos naquilo que ficou conhecido como “mensalão do PT”.

Nesse cenário de turbulência na campanha de Dilma, a diferença que a separava das somas das intenções de voto em seus adversários diminuía progressivamente: se antes havia uma expectativa de vitória ainda no primeiro turno, o crescimento dos seus adversários acendia a luz amarela. Segundo dados do IBOPE, as intenções de voto estavam assim divididas entre 14 e 16 de setembro: Dilma (58%), Serra (28%) e Marina (13%). Uma semana depois, a diferença de 17% foi para 11% – Dilma (55%), Serra (31%) e Marina (13%). Por fim, as duas últimas pesquisas anteriores ao resultado do pleito já indicavam uma diferença dentro da margem de erro, ou seja, poderia indicar a existência de segundo turno: nos dias 1º e 2 de outubro, Dilma (51%), Serra (31%) e Marina (17%) – 3% de diferença; no dia seguinte, a pesquisa de boca de urna indicava que a diferença tinha se reduzido para 2%: Dilma (51%), Serra (30%), Marina (18%) e Plínio Arruda Sampaio⁴⁵ (1%). A apuração dos votos do primeiro turno, seguindo a tendência das últimas semanas, indicou uma queda ainda maior de Dilma e o crescimento de Serra e Marina: 46,91%, 32,61% e 19,33%, respectivamente.

Como indicamos anteriormente, muitas das interpretações sobre a queda da diferença e a existência do segundo turno eram feitas pela chave da influência de valores religiosos: ‘os ataques’ endereçados à candidatura de Dilma tinham tido o efeito esperado pelos seus opositores. Os candidatos, até mesmo para recorrerem a um discurso ‘politicamente correto’ na avaliação de suas campanhas, diziam que o resultado tinha sido provocado pela

45 Concorria pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

maturação do debate de ideias e mesmo pelo crescente conhecimento que os eleitores passaram a ter a respeito deles. Contudo, religiosos e feministas, ao menos nesse momento, concordavam ao referendar que o chamado voto religioso tinha sido fundamental na mudança do cenário eleitoral. Em 06 de outubro de 2010, a pedido da Agência Patrícia Galvão⁴⁶, Leila Linhares Barsted e Jacqueline Pitanguy, coordenadoras da ONG CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, apresentaram a sua leitura daquele momento das eleições:

“Consideramos que houve uma conjunção de fatores que contribuiu para explicar o segundo turno, inclusive o imponderável do voto popular. Entretanto, é importante lembrar as eleições de 1989, quando Lula perdeu para Collor, que usou a questão do aborto para acionar o conservadorismo da sociedade brasileira. Nossa democracia ainda se encolhe diante de temas como as denúncias de racismo, o direito ao aborto voluntário, a apuração de responsabilidades em crimes de tortura praticados na época da ditadura e, mesmo ainda hoje, pelas forças de segurança pública, dentre outros.

Especificamente em relação à candidatura de Dilma Rousseff, houve, de fato, uma campanha demonizando-a a partir de sua posição sobre o aborto. Por outro lado, não houve em seu discurso de candidata um destaque às questões das mulheres, como saúde, discriminação no mercado de trabalho, maternidade, creches e a temática da violência de gênero; nem referências aos avanços ocorridos no governo Lula a partir da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.”

Do mesmo modo, jornalistas e analistas políticos, de diferentes origens e redações, não apenas corroboravam a leitura do efeito religioso, como revelavam que as suas fontes nas campanhas, apesar das justificativas públicas mais laicas, também produziam a mesma avaliação nos “comitês centrais”. Aqui, mais uma vez, é importante chamar a atenção para os limites da certificação dessa interpretação pela chave da influência religiosa, sem, contudo, desqualificar o fato de ela ser um elemento que compunha aquela configuração. Além dessa interpretação hegemônica a respeito do lugar do religioso, destacamos

46 Disponível em: http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=880:nossa-democracia-ainda-se-encolhe-diante-de-temas-como-o-direito-ao-aborto-voluntario-por-leila-linhares-barsted-e-jacqueline-pitanguy&catid=78:opinioao . Acesso em 01 de junho de 2012.

as outras dinâmicas que também podem ter cooperado de modo decisivo para esse resultado⁴⁷: a maior identificação da candidata Marina e o próprio apelo que a sua trajetória pode despertar em determinados setores, as denúncias de corrupção envolvendo uma assessora direta da candidata Dilma, a aceitação de algumas propostas mais populares de Serra, como a criação de 13º pagamento e reajuste do Programa Bolsa-Família.

Ainda refletindo sobre a produção dessa interpretação como hegemônica, vale observarmos alguns movimentos da própria campanha de Dilma, produzidos ou lidos como reações à sua queda, como elementos fundamentais para aquele argumento. Em 29 de setembro de 2010, portanto, três dias antes do pleito, Dilma Rousseff reuniu-se com 24 líderes religiosos. Na matéria “Dilma faz reunião com evangélicos e católicos para desmentir boatos”⁴⁸, de Márcio Falcão, algumas das falas/termos escolhidos pela candidata revelam o recrudescimento do religioso em sua campanha.

29/09/2010 - 15h23

Dilma faz reunião com evangélicos e católicos para desmentir boatos

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Na tentativa de rebater a onda de boatos que circula entre evangélicos e católicos, a candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, reuniu nesta quarta-feira lideranças dos dois segmentos para reforçar que é contra os temas-tabus para os religiosos, como o aborto, e desmentir a fala de que teria dito que nem Jesus Cristo tira dela essa eleição.

Dilma afirmou que esses boatos fazem parte do "submundo da política" e costumam aparecer na reta final das eleições.

A candidata disse que como católica "jamais usaria o nome de Cristo em vão".

⁴⁷ Essas avaliações também foram feitas por analistas políticos, mas nenhuma delas se aproximou do nível de adesão que a leitura a partir da influência de valores religiosos como elemento preponderante obteve naquele período.

⁴⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/806590-dilma-faz-reuniao-com-evangelicos-e-catolicos-para-desmentir-boatos.shtml> . Acesso em 26 de fevereiro de 2012.

Além da revelação de sua identidade cristã e da recorrência ao verbo testemunhar, fundante da própria experiência evangélica, a candidata, ao dizer “Eu jamais usaria o nome de Cristo em vão”, responde à “onda de boatos” com uma referência a um mandamento bíblico. Na matéria da Agência Brasil “Dilma diz que não vai propor flexibilização na legislação sobre aborto”⁴⁹, outra afirmação da candidata chama a atenção: “Me comprometi que, em caso de haver um governo meu, ele ouvirá sistematicamente os grupos religiosos. Essa parceria é estratégica para nós”. Acompanhada pelos líderes religiosos que, na ocasião dessas falas, estavam dispostos de pé atrás dela, Dilma assumiu de vez o tema em sua campanha. O jornalista Ricardo Noblat, em seu *blog*, ao indicar a matéria da Folha com o título “Dilma, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”, também parecia sugerir o reconhecimento desse novo lugar à candidata e à temática.

As reações aos boatos, no entanto, não se limitaram àquele encontro com os líderes e à fala pública da candidata que, deve se destacar, foi realizada após o mesmo. Além desse evento, no dia anterior o bispo Macedo publicou em seu *blog*⁵⁰ uma mensagem defendendo Dilma “das mentiras espalhadas pela Internet”:



⁴⁹ Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes2010/2010/09/29/interna_eleicoes2010,215468/index.shtml. Acesso em 04 de março de 2012.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.bispomacedo.com.br/2010/09/28/dilma-e-vitima-de-mentiras-espalhadas-pela-internet/>. Acesso em 15 de maio de 2012.

É interessante observar que na intervenção do bispo Macedo não há referência ao tema do aborto. Nesse sentido, uma importante nuance a respeito dos posicionamentos de setores evangélicos deve ser destacada aqui. A socióloga Maria das Dores Campos Machado, desde o ano de 2000, vem chamando atenção para o posicionamento mais liberal que tem sido adotado pela Igreja Universal do Reino de Deus e, sobretudo, por seu fundador e principal líder. Como lembra Machado (2012), apesar de defender a possibilidade de se recorrer à interrupção da gravidez, o discurso elaborado pelo bispo conserva uma série de distanciamentos dos pontos que convergem na defesa feminista:

“Ainda que com um discurso de caráter essencialmente pragmático que associa a interrupção da gravidez com o combate à miséria, a criminalidade e ‘ao mal da sociedade’, e não ao direito de livre escolha das mulheres, tão caro às feministas, esse ator religioso expressava um contraponto aos segmentos mais tradicionalistas e foi um aliado político importante junto às camadas populares” (Machado, 2012: 32)

Concluindo as respostas programadas pela campanha de Dilma no período, vinculou-se no programa eleitoral e nas inserções ao longo da programação uma fala onde o então presidente também buscava neutralizar os boatos sobre Dilma. No vídeo de trinta e um segundos, Lula lembrava que também foi alvo de ações oriundas do “submundo da política” e fazia um balanço das suas gestões:⁵¹

“Estamos a poucos dias das eleições e eu estou vendo acontecer com a Dilma o que aconteceu comigo no passado. Quando pessoas saíram do submundo da política mentindo a meu respeito. Dizendo que eu iria fechar as igrejas, mudar a cor da bandeira. Ganhei as eleições e o que aconteceu? Mais liberdade religiosa, mais respeito à vida, mais democracia, mais comida na mesa, melhor salário. Isso foi o que eu fiz pelo Brasil e é isso que a Dilma vai continuar fazendo. Por isso, vote Dilma.”

Apesar das dificuldades em identificar este evento como uma atividade de campanha, deve-se destacar que no auge dessas tensões e a dois dias das eleições – na sexta-feira, 01 de outubro –, Dilma Rousseff viajou para Porto Alegre para o batizado do seu neto, nascido no dia 09 de setembro de 2010. Embora tenha afirmado que a data foi escolhida pela filha, a candidata,

51 Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=0xKPocS3k7o>. Acesso em 22 de maio de 2012.

nessa ocasião, desejou marcar publicamente o seu pertencimento religioso: “O batismo é um sinal. Eu fui batizada, fui crismada, eu acho que meu neto tinha de ser batizado. É a religião da minha família e a minha também”⁵². Se, por um lado, o evento não ter sido divulgado no *site* oficial da candidata, o fotógrafo da campanha acompanhou a cerimônia com a intenção de realizar uma fotografia a ser disponibilizada publicamente.

0 segundo turno

O resultado do primeiro turno, até mesmo a partir dos prognósticos produzidos ainda nas últimas semanas da primeira etapa do pleito, indicou para a grande maioria de analistas, políticos e demais atores envolvidos no processo eleitoral que o tema do aborto havia sido fundamental, pois “evangélicos” e “católicos”, rejeitando Dilma, “levaram a decisão para o segundo turno”. Nos dias seguintes, 04 e 05 de outubro, algumas matérias já traziam nos títulos a avaliação sobre o processo eleitoral:

No Correio Braziliense⁵³:

Campanha de Dilma se preocupará em esclarecer dúvidas sobre aborto

No Estado de S. Paulo⁵⁴:

Aborto e internet superam "bolso" na hora da decisão

⁵² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0210201031.htm>. Acesso em 08 de março de 2012.

⁵³ Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes2010/2010/10/04/interna_eleicoes_2010,216478/campanha-de-dilma-se-preocupa-ra-em-esclarecer-duvidas-sobre-aborto.shtml. Acesso em 08 de março de 2012.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,aborto-e-internet-superam-bolso-na-hora-da-decisao,619948,0.htm>. Acesso em 12 de fevereiro de 2012.

Avaliações como essas foram compartilhadas por diferentes atores, principalmente, ao longo da primeira semana do segundo turno. As matérias e reportagens produzidas a partir das interpretações do cenário eleitoral por figuras ligadas à campanha de Dilma, revelavam a existência de uma estratégia dupla: uma tentativa de controlar demandas que fossem de encontro a determinados valores morais, sobretudo, aborto e homossexualidade; e, por outro lado, um movimento mais claro, objetivo e contundente de aproximação de setores conservadores.

Sob essa perspectiva, a notícia “PT estuda tirar aborto de programa para estancar queda de Dilma entre religiosos” tornou explícitos alguns argumentos conservadores que passaram a ser evocados naquele período como uma tentativa de contaminar a candidatura do José Serra e, ao mesmo tempo, de purificar a de Dilma – até mesmo tentando rever posicionamentos e atuações históricas do próprio PT. As críticas à pílula do dia seguinte e a indicação de que “foi um erro ser pautado internamente pelas feministas” são exemplares dessa postura definida para o segundo turno.

“O primeiro contra-ataque partiu do secretário de Comunicação do PT, André Vargas. ‘O Brasil verdadeiramente cristão não votará em quem introduziu a pílula do dia seguinte, que na prática estimula milhões de abortos: Serra’, disse em seu Twitter. A pílula do dia seguinte é um dos métodos contraceptivos criticado pela Igreja Católica e distribuída pelo Ministério da Saúde. Diferentemente do que Vargas sugere, sua adoção foi decidida antes de o tucano José Serra, rival de Dilma no segundo turno, ser titular da pasta.”⁵⁵

Por outro lado, na reportagem “Cruzada pelo voto conservador”, os jornalistas Cristiane Jungblut, Gerson Camarotti e Maria Lima traziam uma síntese das diferentes leituras que alguns atores ligados ao comando da campanha da candidata petista produziram⁵⁶. Dois aspectos e as suas possíveis respostas devem ser destacadas aqui:

“Além dos aliados eleitos domingo, parlamentares do PT ligados às questões religiosas estão entrando em campo para desfazer a imagem negativa de Dilma nes-

55 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0510201009.htm>. Acesso em 03 de março de 2012.

56 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/10/05/cruzada-pelo-voto-conservador-330057.asp>. Acesso em 02 de abril de 2012.

ses setores, em especial entre evangélicos. Parlamentares reclamam que avisaram a cúpula do PT da campanha sobre o crescimento de Marina e a ‘demonização de Dilma’, mas não foram ouvidos. (...)

A campanha de Dilma também identificou que, em vários segmentos da Igreja Católica, principalmente dioceses comandadas por bispos conservadores e moderados, houve recomendação de voto contrário à petista. Por isso, além dos evangélicos, haverá trabalho especial para recuperar o voto dos católicos.

Ontem, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, confirmou que em várias igrejas evangélicas houve pregação contrária à Dilma e reconheceu que isso teve influência.

Ele aposta que é possível reverter parte da evasão de votos com um trabalho de conscientização. E explicou que a reunião da semana passada com líderes católicos e evangélicos não foi suficiente para conter a sangria.

— Aquela reunião da semana passada não chegou na amplitude necessária. Os pastores podem ter dificuldade para conseguir votos dos fiéis. Para tirar o voto, o efeito é inverso e os pastores tem muita influência — disse Crivella, afinando o discurso para o público evangélico.”

Essas duas matérias, que desde os seus respectivos títulos revelam parte da estratégia da campanha de Dilma no segundo turno, são indicativas do que ocorreu nas semanas seguintes. Ainda no dia 05 de outubro, a controvérsia a respeito do aborto também foi retomada pelo deputado Luiz Bassuma (PV), de confissão espírita, em discurso na Câmara Federal. Ex-deputado pelo PT, expulso por seus posicionamentos a respeito do aborto, ele afirmou:

“O PT fechou questão a favor da legalização do aborto e Dilma sempre defendeu essa tese. Se o Congresso aprovar essa lei, Dilma vai dar o seu aval. Agora, o que acho estranho é mudar de posição por interesse eleitoral. O que Dilma fala agora contraria toda a sua vida. E ninguém muda de opinião do dia para a noite por uma questão filosófica. Então vale mentir? Ela tem que falar a verdade. Por isso, o meu voto é de Serra.”⁵⁷

Essa semana foi marcada pela centralidade do tema aborto, tendo sido publicada uma expressiva quantidade de matérias acerca do assunto. Novos e

57 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/eleicoes-2010/pt-ja-puniu-deputado-contrario-ao-aborto-4986394#ixzz24bSJcSnc>. Acesso em 02 de abril de 2012.

antigos atores eram evocados, muitas falas e documentos eram produzidos. Definitivamente, o aborto havia se tornado um tema fundamental.

Sem a preocupação em trazer todos os eventos que ocorreram, podemos destacar alguns movimentos no interior dessa disputa. No dia 06 de outubro, no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília, estavam reunidos importantes lideranças da campanha de José Serra. No mesmo lugar, foram encontrados panfletos assinados por um instituto que leva o nome do fundador da Tradição, Família e Propriedade, Instituto Plínio Correia de Oliveira, que atacavam o PNDH-3 e convocavam a uma “reação nas urnas”. Isso, conforme o Blog do Noblat, constituía um indicativo do tom que a campanha poderia adotar no segundo turno.⁵⁸



No mesmo dia, a Comissão Brasileira Justiça e Paz, parte da CNBB, também interviu na discussão ao emitir uma nota questionando o uso da religião nas eleições. Contudo, seu secretário-geral se envolveu no debate dizendo que Dilma se posicionou claramente a respeito da controvérsia, mas que não teria observado o mesmo do candidato Serra.

No dia seguinte, 7 de outubro, Dilma esteve na Capela do Mercado Central de Belo Horizonte para receber apoio de quatro congregações católicas. Na ocasião, mais uma vez, disse ser contrária ao aborto, pois “é uma violência contra a mulher”, assumindo o compromisso de não se envolver em eventuais mudanças na legislação sobre o assunto. Horas depois, a candidata se encontrou com Waguinho, ex-pagodeiro e pastor da Igreja Assembleia de Deus dos Últimos Dias, candidato derrotado ao Senado no Rio de Janeiro e, ao reafirmar os compromi-

58 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/10/06/tfp-distribui-panfleto-em-encontro-do-psdb-330577.asp> . Acesso em 08 de abril de 2012.

sos de não alterar a legislação, solicitou o apoio da denominação. Ainda no dia 07, o cardeal arcebispo de São Paulo, D. Odilo Pedro Scherer afirmou: “Eu acredito que é bom que a questão do aborto seja também levada em consideração dentro dos debates políticos. É uma questão que merece consideração política. Ou a vida humana seria tão desprezível que não merece consideração política?”. Ao ser questionando sobre as diferenças que emergiram ao longo do debate, defendeu que: “Não há divisão na CNBB. Evidentemente que nós somos mais de 400 bispos católicos no Brasil, membros da CNBB. Temos cabeças diferentes, e muitas vezes posições diferentes”.

Duas matérias publicadas em O Globo, no mesmo dia 07, revelavam os movimentos adotados pelas duas campanhas na busca de ampliar os seus votos⁵⁹. É interessante notar que não é apenas a mesma opção por procurar lideranças religiosas, mas os responsáveis por isso nas duas campanhas: os candidatos a vice-presidência de Dilma e Serra, respectivamente, Michel Temer e Índio da Costa. A indicação da segunda figura mais importante nas duas chapas revela a centralidade de que o tema atingiu na primeira semana do segundo turno.

Tucanos acertam com evangélicos estratégia para difundir Serra entre os fiéis

SILVIA AMORIM

Publicado:
7/10/10 - 0h00

Atualizado:
7/10/10 - 0h00

SÃO PAULO - Escalado pelo presidenciável José Serra (PSDB) para articular apoios entre o eleitorado evangélico, o deputado federal e candidato a vice, Índio da Costa (DEM-RJ), reuniu-se nesta quinta-feira com líderes religiosos para acertar o discurso a ser difundido por igrejas em vários estados, em favor do candidato tucano. Cerca de 30 pastores deixaram o encontro no comitê da campanha, em São Paulo, com o compromisso de realizar reuniões em suas congregações, que visam a associar a presidenciável Dilma Rousseff (PT) a valores condenados pela igreja, além de recomendar o voto no tucano neste segundo turno.

⁵⁹ Respectivamente: <http://oglobo.globo.com/eleicoes-2010/tucanos-acertam-com-evangelicos-estrategia-para-difundir-serra-entre-os-feis-4986497> e <http://oglobo.globo.com/eleicoes-2010/temer-vai-conversar-pessoalmente-com-garotinho-sobre-apoio-no-segundo-turno-4986503>. Ambos acessados no dia 06 de março de 2012.

Temer vai conversar pessoalmente com Garotinho sobre apoio no segundo turno

ISABEL BRAGA

Publicado:
7/10/10 - 0h00

Atualizado:
7/10/10 - 0h00

BRASÍLIA - O presidente da Câmara e candidato a vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff (PT), Michel Temer (PMDB-SP), confirmou que irá conversar pessoalmente com o deputado eleito Anthony Garotinho (PR-RJ) para pedir apoio à campanha da petista. Temer disse que falou pelo telefone com Garotinho, candidato mais bem votado a deputado federal no estado do Rio, e deu os parabéns pela vitória. Segundo o presidente da Câmara, os dois combinaram de conversar mais, mas não entraram em detalhes sobre como se daria o apoio no segundo turno. Questionado se Garotinho também seria usado para ajudar a desfazer o mal-entendido em relação à postura de Dilma sobre o aborto, Temer afirmou: (Leia também: Em Belo Horizonte, Dilma reafirma que é contra o aborto)

- Ele pode ajudar pelos 700 mil votos que teve no Rio, não há dúvida.

No dia 08 de outubro, a executiva⁶⁰ do PT lançou um documento que repudiava o uso político da fé religiosa, posto que com isso se pretendia “introduzir o ódio entre as comunidades religiosas”, o que “viola as melhores tradições de tolerância do povo brasileiro, que são admiradas em todo o mundo”. No mesmo dia, a campanha de Dilma solicitava ao Tribunal Superior Eleitoral “direito de resposta” contra a TV católica Canção Nova, pois um padre, em uma pregação, teria “atacado” a sua candidatura. Horas depois, a Canção Nova e o PT entraram em acordo a respeito das características e condições do direito de resposta a ser utilizado por Dilma. Em entrevista coletiva realizada no dia seguinte, o Secretário-Geral da CNBB, rebatendo parte dos questionamentos que eram apresentados, defendeu que os líderes católicos têm “direito e dever de orientar seus fiéis sobre temas da fé e da moral cristã”.

Na estreia dos programas eleitorais do segundo turno, mais uma vez, a questão foi tematizada. Após a apresentação de seis mulheres grávidas, Serra apareceu dizendo: “Eu quero ser um presidente com postura, equilíbrio e que defenda os

60 Importante instância deliberativa nas estruturas partidárias brasileiras.

valores da família brasileira. Os valores cristãos, a democracia, o respeito à vida e o meio ambiente”. No programa de Dilma, a própria candidata iniciava o programa “agradecendo a Deus por ter me concedido uma dupla graça”, referindo-se aos votos recebidos e a ida ao segundo turno. Em um segundo momento, uma atriz denunciava a “corrente do mal” que tinha tido lugar na Internet.⁶¹

Nos dias que se seguiram, diversos relatos sobre apoios individuais e reações de pequenos grupos repercutiam. O panfleto da Regional Sul 1, indicado anteriormente, voltaria a ser distribuído em algumas igrejas católicas de Minas Gerais e de São Paulo. Pequenas notas indicavam padres e pastores se posicionando nas celebrações; na grande maioria, críticos a Dilma e favoráveis a Serra. No dia 13, no entanto, duas ações da campanha de Dilma se destacaram. Acompanhada por Gabriel Chalita, líder católico eleito deputado federal com a segunda maior votação no estado de São Paulo, e por Gilberto Carvalho, assessor da Presidência da República e importante figura entre os segmentos mais progressistas do catolicismo brasileiro, Dilma esteve em uma missa na basílica de Nossa Senhora Aparecida. No mesmo dia, a candidata também se encontrou com outros líderes católicos e evangélicos⁶² durante toda a tarde para reelaborar estratégias da campanha. Como encaminhamentos da reunião, acertou-se que os líderes religiosos produziram um documento orientando o voto na candidata e reagindo aos boatos da campanha. Do mesmo modo, a candidatura ficaria responsável por redigir outra mensagem direcionada aos eleitores cristãos.

O “Manifesto de cristãos e cristãs evangélicos/as e católicos/as em favor da vida e da vida em abundância”⁶³, assinado por diversos líderes religiosos e com grande adesão entre as pastorais católicas, trazia uma citação bíblica que servia como justificativa à existência do mesmo: “Se nos calarmos, até as

61 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/10/08/programa-de-serra-mostra-gravidas-compara-dilma-collor-331159.asp>. Acesso em 08 de março de 2012.

62 Como indicaram as notícias, estavam presentes: o governador reeleito da Bahia, Jaques Wagner (PT), o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), o senador reeleito e ligado à Igreja Universal, Marcelo Crivella (PRB-RJ), o senador também reeleito Magno Malta (PR-ES), os senadores eleitos Lindbergh Farias (PT-RJ) e Walter Pinheiro (PT-BA), o deputado e bispo Robson Rodovalho (PP-DF), presidente da Igreja Sara Nossa Terra, e a ex-ministra Benedita da Silva (PT-RJ), além do então deputado e bispo Manoel Ferreira (PR-RJ) e o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

63 Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17057. Acesso em 22 de junho de 2012.

pedras gritarão! (Lucas, 19:40)”. Apresentados como “homens e mulheres, ministros, ministras, agentes de pastoral, teólogos/as, padres, pastores e pastoras, intelectuais e militantes sociais, membros de diferentes igrejas cristãs”, eles destacavam, logo de início, uma resposta à questão que se colocava:

“Nestes dias, circulam pela internet, pela imprensa e dentro de algumas de nossas igrejas, manifestações de líderes cristãos que, em nome da fé, pedem ao povo que não vote em Dilma Rousseff sob o pretexto de que ela seria favorável ao aborto, ao casamento gay e a outras medidas tidas como ‘contrárias à moral’.

A própria candidata negou a veracidade destas afirmações e, ao contrário, se reuniu com lideranças das Igrejas em um diálogo positivo e aberto. Apesar disso, estes boatos e mentiras continuam sendo espalhados. Diante destas posturas autoritárias e mentirosas, disfarçadas sob o uso da boa moral e da fé, nos sentimos obrigados a atualizar a palavra de Jesus, afirmando, agora, diante de todo o Brasil: ‘se nos calarmos, até as pedras gritarão!’ (Lc 19, 40).”

Após essas declarações de diálogo mais direto com o tema do aborto e as suas repercussões no período eleitoral, o documento passava a se centrar na avaliação das ações e resultados do governo Lula, como razões para eleger a candidata Dilma. Essa parte do conteúdo, muito maior do que a trazida acima, focava nas políticas sociais e nas “conquistas populares” que atribuem ao governo do PT. O trecho que trazemos a seguir é indicativo dessa direção que o documento tomou:

“Temos críticas a alguns aspectos e algumas políticas do governo atual que Dilma promete continuar. Motivo do voto alternativo de muitos companheiros e companheiras. Entretanto, por experiência, constatamos: não é a mesma coisa ter no governo uma pessoa que respeite os movimentos populares e dialogue com os segmentos mais pobres da sociedade, ou ter alguém que, diante de uma manifestação popular, mande a polícia reprimir. Neste sentido, tanto no governo federal, como nos estados, as gestões tucanas têm se caracterizado sempre pela arrogância do seu apego às políticas neoliberais e pela insensibilidade para com as grandes questões sociais do povo mais empobrecido.

Esperamos que Dilma continue a feliz política externa do presidente Lula, principalmente no projeto da nossa fundamental integração com os países irmãos da América Latina e na solidariedade aos países africanos, com os quais o Brasil tem uma grande dívida moral e uma longa história em comum. A integração com os movimentos populares emergentes em vários países do continente nos levará a caminharmos para novos e decisivos passos de justiça, igualdade social e cuidado com a natureza, em todas as suas

dimensões. Entendemos que um país com sustentabilidade e desenvolvimento humano – como Marina Silva defende – só pode ser construído resgatando já a enorme dívida social com o seu povo mais empobrecido. No momento atual, Dilma Rousseff representa este projeto que, mesmo com obstáculos, foi iniciado nos oito anos de mandato do presidente Lula. É isto que está em jogo neste segundo turno das eleições de 2010.”

Se nesse manifesto a avaliação das políticas e das dinâmicas socioeconômicas eram fundamentais ao modo como os argumentos eram reunidos, na carta formulada pela própria campanha, a “Mensagem da Dilma”, produzia um certo reforço dos discursos elaborados a partir das tensões envolvendo a moral sexual e reprodutiva de setores religiosos e conservadores. Vejamos o documento:

MENSAGEM DA DILMA

Dirijo-me mais uma vez a vocês, com o carinho e o respeito que merecem os que sonham com um Brasil cada vez mais perto da premissa do Evangelho de desejar ao próximo o que queremos para nós mesmos. É com esta convicção que resolvi pôr um fim definitivo à campanha de calúnias e boatos espalhados por meus adversários eleitorais. Para não permitir que prevaleça a mentira como arma em busca de votos, em nome da verdade quero reafirmar:

1. Defendo a convivência entre as diferentes religiões e a liberdade religiosa, assegurada pela Constituição Federal;
2. Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto;
3. Eleita presidente da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no País.
4. O PNDH3 é uma ampla carta de intenções, que incorporou itens do programa anterior. Está sendo revisto e, se eleita, não pretendo promover nenhuma iniciativa que afronte a família;
5. Com relação ao PLC 122, caso aprovado no Senado, onde tramita atualmente, será sancionado em meu futuro governo nos artigos que não violem a liberdade de crença, culto e expressão e demais garantias constitucionais individuais existentes no Brasil;
6. Se Deus quiser e o povo brasileiro me der, a oportunidade de presidir o País, pretendo editar leis e desenvolver programas que tenham a família como foco principal, a exemplo do Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e tantos outros que resgatem a cidadania e a dignidade humana.

Com estes esclarecimentos, espero contar com vocês para deter a sórdida campanha de calúnias contra mim orquestrada. Não podemos permitir que a mentira se converta em fonte de benefícios eleitorais para aqueles que não têm escrúpulos de manipular a fé e a religião tão respeitada por todos nós. Minha campanha é pela vida, pela paz, pela justiça social, pelo respeito, pela prosperidade e pela convivência entre todas as pessoas.



Dilma Rousseff

Esse documento, se comparado não apenas com o manifesto que comentamos imediatamente antes dele, mas também com a primeira carta da candidata endereçada aos setores religiosos, representa um movimento claro de adesão de Dilma a valores conservadores. Como indicamos em relação ao primeiro documento produzido pela campanha, naquela ocasião a candidata referia-se a algumas políticas adotadas pelo governo sinalizando, apenas, que questões como aborto e união civil homossexual não estavam no rol das competências do chefe do Executivo. Ao tomarmos conhecimento do documento e analisarmos o contexto de sua produção, nos pareceu que a candidatura fez, inicialmente, um esforço por não se comprometer. No segundo turno, no entanto, a postura adotada assumiu outra direção. Além de incorporar em seu léxico, como viemos destacando, uma série de palavras fundamentais no universo cristão, sobretudo pentecostal, o documento da candidata listava os pontos de tensão com aqueles temas e se posicionava em relação a eles. A sua mensagem fortaleceu o movimento contra as demandas dos setores mais progressistas – apoiando a manutenção da legislação punitiva sobre o aborto, defendendo que aspectos do projeto de lei que criminaliza a homofobia devem ser vetados e, por fim, que qualquer iniciativa que afete “a família” não seria levada a frente em seu governo.

Um desdobramento desses eventos pode ser conferido na matéria “Glória, Glória, Aleluia!, cantaram em comício de Dilma”, de Tatiana Farah e Jaqueline Falcão, postado no Blog do Noblat em 16 de outubro de 2010. Como o próprio título apresenta, as jornalistas revelam que um cântico religioso foi entoado durante o comício político da candidata do PT, além da reza coletiva de um Pai-Nosso. Reunindo lideranças de diferentes filiações religiosas, o comício foi batizado pelas autoras como um culto ecumênico.⁶⁴

A indicação desses desdobramentos da campanha de Dilma não devem nos fazer esquecer, contudo, que havia uma disputa interna em torno da definição das melhores estratégias a serem adotadas. Nem todos pareciam acreditar que a vinculação com atores religiosos e o estabelecimento de compromissos com eles fosse o melhor caminho à candidata. Na coluna “Painel”, publicada na

64 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/10/16/gloria-gloria-aleluia-cantaram-em-comicio-de-dilma-333087.asp>. Acesso em 04 de abril de 2012.

Folha de S. Paulo do dia 16 de outubro⁶⁵, Renata Lo Prete revela aspectos das negociações no interior do comando da campanha:

“O cisma. Até onde devem ir os esforços para cortejar líderes religiosos é questão que divide a campanha de Dilma Rousseff. Para uma ala, que tem Antonio Palocci como expoente, a candidata corre o risco de se tornar refém dessa agenda e das demandas pontuais de interlocutores. Pensa da mesma forma a assessora licenciada de Lula, Clara Ant, adversária da ideia de Dilma assinar nova carta voltada ao eleitorado evangélico. Para outra ala, depois do revés sofrido às vésperas do primeiro turno, é melhor ‘pecar pelo excesso’. Foi o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, com trânsito na Igreja Católica, quem garantiu aos evangélicos que Dilma endossaria o documento.

Primeira edição. Em meados de agosto, a campanha petista mandou imprimir o boletim ‘Ao Povo de Deus’, que incluía uma carta na qual a candidata declarava ser do Congresso a prerrogativa de tratar de temas ‘como aborto, formação familiar e uniões estáveis’.

No lápis. A queda de seis pontos percentuais registrada por Dilma, no novo Datafolha, entre os que dizem não ter religião reforça o argumento daqueles que, na campanha petista, defendem estar mais do que na hora de virar a página.”

Ainda pensando em termos das disputas que permearam as ações e definições das estratégias de campanha, vale chamar atenção para a postagem “Cuidado com o profeta velho”⁶⁶, na qual o bispo Macedo fala a respeito do pastor Silas Malafaia. Se a disputa entre lideranças religiosas já se fazia presente ao apoiarem diferentes candidatos, aqui ela se materializou em trocas de acusações mútuas. Após ex-alunas de Mônica Serra, esposa do candidato, terem revelado que ela assumiu ter realizado aborto anteriormente⁶⁷, o

⁶⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1610201001.htm>. Acesso em 06 de fevereiro de 2012.

⁶⁶ Disponível em : <http://www.bispomacedo.com.br/2010/10/16/cuidado-com-o-profeta-velho/>. Acesso em 02 de abril de 2012.

⁶⁷ Esse foi outro episódio especialmente interessante durante o período eleitoral. Após Mônica Serra, em caminhada da campanha em Nova Iguaçu/RJ, dizer que Dilma era a favor do aborto (“Ela é a favor de matar as criancinhas”), ex-alunas da professora resolveram se manifestar e revelar o episódio que contamos no corpo do texto. Para uma análise minuciosa desse caso, ver Ramos (2012).

bispo Macedo colocou em questionamento as razões que teriam motivado o apoio do pastor àquele candidato: “Agora ficam as perguntas: O que fez o pastor Malafaia mudar de lado? Ele vai continuar apoiando o Serra?”.⁶⁸

Em seu programa de televisão⁶⁹, Silas Malafaia recuperou o posicionamento do bispo Macedo em 1989, quando o líder pediu votos para Collor, e revelou um sistema ilegal de transmissão de recursos da Igreja Universal do Reino de Deus para a Rede Record de televisão. Com isso, em tom desafiador, dizia que ele, ao contrário de Macedo, não havia sido comprado. O que movia o líder da IURD, segundo Malafaia, era “ganância de poder político, econômico e religioso”:

“Você não pode por a mão na bíblia e dizer que não foi comprado, porque a sua emissora recebe milhões do governo. Você foi comprado pra defender Dilma. E a tua emissora é uma emissora chapa branca, com jornalismo tendencioso, que não é independente como as outras. Você foi comprado. Eu não! Eu boto a mão aqui [mostra uma Bíblia] e digo que quem me comprou foi o sangue de Cristo. (...) Eu não apoio por isso aqui não ô [esfregava os dedos indicador e polegar, gesto compreendido como relativo ao dinheiro], igual você. Você tá com medo do Serra ganhar, por causa dos teus interesses econômicos que estão por trás. Porque você foi comprado, eu não. Eu fui comprado pelo sangue de Cristo.”

Essas disputas, é oportuno destacar, também se deram entre os católicos. Publicada no dia seguinte, 17 de outubro de 2010, n’O Estado de S. Paulo, a notícia “Polêmica do aborto faz bispos racharem”⁷⁰, de José Maria Mayrink, trazia o relato a partir desse outro universo. Embora ao longo do texto tenhamos indicado diferentes atores e diferentes posicionamentos no interior da Igreja Católica – e, podemos dizer, no interior dos próprios movimentos, pois, por exemplo, setores ligados a Renovação Carismática Católica se

68 A postagem do bispo Macedo foi feita no mesmo dia (16 de outubro) em que foi vinculado, no programa eleitoral de José Serra, uma gravação em que o pastor Silas Malafaia (assim como o pastor José Wellington Bezerra, presidente da Convenção Geral da Assembleia de Deus) pede voto para o candidato do PSDB.

69 Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=HgQNB7p3MK8&feature=player_embedded. Acesso em 06 de maio de 2012.

70 Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,polemica-do-aborto-faz-bispos-racharem,625886,0.htm>. Acesso em 01 de junho de 2012.

dividiram no apoio aos dois candidatos –, consideramos que essa matéria sintetiza aspectos da disputa. Ao tratar das tensões, o jornalista indicou que o maior conflito se deu entre Dom Luiz Gonzaga Bergonzini e Dom Demétrio Valentini, que tiveram trechos das cartas onde trocam acusações transcritas na matéria:

Carta de d. Luiz Gonzaga Bergonzini aos bispos

“Como é de conhecimento de todos, em 1/7/2010, iniciei uma campanha contra os candidatos favoráveis ao aborto, de todos os partidos, a qualquer cargo. O PT é o principal articulador dessa ação no Brasil e, também, do ‘casamento’ de homossexuais.

O meu comportamento é baseado em minha consciência e no Evangelho. E visa à discussão de valores com a sociedade. Seja qual for o resultado das eleições, filósofos, sociólogos, antropólogos, religiosos e a população já começaram a debater o que chamam de ‘agenda de valores’. O relativismo na sociedade e na Igreja Católica, sempre lembrado pelo papa Bento XVI, também tem sido questionado: o meu sim é sim e o meu não é não.

Ocorre que, no dia 7/10/2010, tive uma grande surpresa. D. Demétrio Valentini, da Diocese de Jales, publicou uma matéria de meia página, no jornal Diário de Guarulhos, editado em minha diocese, com uma acusação de crime eleitoral. Um bispo acusando outro de crime, pela imprensa. É algo muito grave e inadmissível. Anteriormente, recebi uma carta anônima com velada ameaça à minha vida, que já está nas mãos da polícia.”

Resposta de d. Demétrio Valentini

“Em primeiro lugar, alguns esclarecimentos:

1 - Não invadi Guarulhos, coisa nenhuma! Foi o jornal daí, através de um repórter, que me procurou, e fez a reportagem que ele quis fazer. Não fui eu que pedi para ele escrever o que ele escreveu.

2 - Não fui eu que levantei a questão do ‘crime eleitoral’. Ao ser perguntado sobre isto, disse que esse assunto cabe à Justiça Eleitoral.

De maneira muito injusta me acusa de ser um soldado do Partido dos Trabalhadores, e ainda por cima declara que não está fazendo política. Ora, D. Bergonzini, o Brasil inteiro está vendo que é o sr. que está fazendo política, e muita gente está escandalizada com sua atitude de invocar sua condição de bispo e de

‘sacerdote do Altíssimo’, para pedir que não se vote no Partido dos Trabalhadores, e em especial na candidata do partido para a Presidência. Ora, existe atitude mais política do que esta?”

A incorporação desse embate entre os bispos e das disputas anteriormente relatadas tem como finalidade ressaltar, mais uma vez, a inexistência de uma coesão nas duas candidaturas, entre as igrejas e, se fosse analisado aqui, indicariamos que nem entre o movimento social. Esses três casos trazidos, além das próprias composições que cada candidatura conseguia reunir ao seu redor, revelam que os confrontos existentes também podem remeter a disputas que estão além das questões e do cenário eleitoral. Malafaia e Macedo, assim como Manoel Ferreira, José Wellington, Valdemiro Santiago, entre outros, são lideranças evangélicas que, embora apresentem discursos muito próximos e muitas vezes atuem em conjunto, disputam espaço em termos de visibilidade e fiéis. Do mesmo modo, os bispos da Igreja Católica, filiados a distintas correntes no interior do catolicismo que, por sua vez, possuem diferentes diálogos fora da própria igreja, também operam com uma leitura bastante clara sobre seus aliados e adversários (fora e dentro da própria igreja). Nesse sentido, vale destacar que os informantes do jornalista indicavam que essa disputa repercutiria nas eleições da CNBB do ano seguinte.

No interior das candidaturas coexistiam uma série de oposições e disputas que, no contexto eleitoral, costumam ser silenciadas para evitar que os atritos provoquem rompimentos e perdas de apoio. Não apenas os conteúdos e apoios estão em disputa, mas as próprias leituras do processo eleitoral: alguns, como no caso trazido acima, consideraram mais importante realizar certas negociações e acordos com determinados setores. No caso aqui analisado, por exemplo, é bastante crível pensar que as leituras que valorizam as influências religiosas constituem um elemento fundamental ao exercício do poder de influência dos representantes desses segmentos, visto que eles se tornam decisivos não apenas às vitórias, mas também, em um segundo momento, à governabilidade dos chefes do Executivo. Isso se constitui, em grande parte, um rentável capital político para essas lideranças.

Antes de concluir o capítulo, gostaríamos de recuperar os dois últimos acontecimentos da campanha. No dia 28 de outubro de 2010, em pronun-

ciamento público⁷¹, o papa Bento XVI defendeu que, durante as eleições, os bispos se posicionassem procurando assegurar que os preceitos da Igreja Católica fossem reconhecidos e respeitados pelas ações estatais:

“Quando, porém, os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigirem, os pastores têm o grave dever de emitir um juízo moral, mesmo em matérias políticas (cf. GS, 76).

Ao formular esses juízos, os pastores devem levar em conta o valor absoluto daqueles preceitos morais negativos que declaram moralmente inaceitável a escolha de uma determinada ação intrinsecamente má e incompatível com a dignidade da pessoa; tal escolha não pode ser resgatada pela bondade de qualquer fim, intenção, consequência ou circunstância. Portanto, seria totalmente falsa e ilusória qualquer defesa dos direitos humanos políticos, econômicos e sociais que não compreendesse a enérgica defesa do direito à vida desde a concepção até à morte natural (cf. *Christifideles laici*, 38). Além disso no quadro do empenho pelos mais fracos e os mais indefesos, quem é mais inerte que um nascituro ou um doente em estado vegetativo ou terminal? Quando os projetos políticos contemplam, aberta ou veladamente, a descriminalização do aborto ou da eutanásia, o ideal democrático — que só é verdadeiramente tal quando reconhece e tutela a dignidade de toda a pessoa humana — é atraído nas suas bases (cf. *Evangelium vitae*, 74). Portanto, caros Irmãos no episcopado, ao defender a vida não devemos temer a oposição e a impopularidade, recusando qualquer compromisso e ambiguidade que nos conformem com a mentalidade deste mundo (ibidem, 82).”

No mesmo pronunciamento, o papa indicava também outros dois campos de disputa que considera importante: a defesa do ensino religioso e a manutenção de símbolos religiosos na vida pública. Embora a cobertura jornalística e algumas figuras do catolicismo tenham interpretado o seu gesto como mais uma investida a favor da campanha de Serra com o intuito de retirar votos da candidata Dilma, a repercussão e os resultados não indicam, caso essa tenha sido de fato a motivação, o êxito da empreitada. A temática do aborto, naquela ocasião do segundo turno, já havia sido dissipada em outras

71 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/821609-papa-condena-aborto-e-pede-para-bispos-brasileiros-orientarem-politicamente-feis.shtml>. Acesso em 06 de fevereiro de 2012.

discussões da campanha. A tentativa de retorno da mesma promovida pela mensagem de Bento XVI, na verdade, apenas suscitou, com relativa visibilidade na mídia, a manifestação do bispo diocesano de Caçador, Dom Luiz Carlos Eccel, que trazia seu apoio à candidata Dilma.⁷²

O último movimento nessa interface entre religião e política, no entanto, foi performedo pela Igreja Universal no próprio dia 30 de outubro, quando o pleito foi realizado. Em artigo publicado na contracapa da “Folha Universal”, o senador Marcelo Crivella, reeleito nessas eleições e central nas articulações da candidata do PT, sugeria “sete razões para votar em Dilma”. Esse manifesto dedicou maior espaço às questões sociais e políticas, sustentadas, sobretudo, a partir de uma avaliação da gestão do presidente Lula, como razões para o voto em Dilma⁷³. Contudo, deve-se ressaltar o primeiro e o último motivo, cujos conteúdos remetem aos temas aqui tratados. (vide matéria na página seguinte)

Apuradas as urnas, a candidata Dilma obteve uma expressiva vitória sobre o candidato José Serra: 55.752.529 milhões de votos (56,05%) contra 43.711.388 (43,95%).

A reconstituição das ações, reações e dos agenciamentos em torno da temática do aborto durante o período eleitoral nos revela alguns desafios que ainda devem ser enfrentados para a ampliação de direitos destinados às mulheres. Não restrito à conquista dos direitos reprodutivos defendidos pelo movimento feminista, mas também como elemento indispensável ao sucesso de demandas políticas de outros segmentos sociais, a laicidade do Estado

72 Essa foi a segunda ocasião em que o Dom Luiz Carlos Eccel defendeu a candidatura de Dilma. Em 12 de outubro de 2010, no auge da controvérsia, ele também se posicionou à favor da candidata.

73 Ao analisarem o tratamento conferido pelos jornais “Mensageiro da Paz”, da Assembleia de Deus, e Folha Universal, da IURD, às eleições presidenciais de 2010, Lima & Werneck (2012: 244) concluem que a Folha, baseada nos fundamentos da Teologia da Prosperidade de sua denominação, operaria com a mesma indissociabilidade da “razão religiosa” e da “razão mundana” em sua apreensão da disputa eleitoral. Retomando as reflexões de Freston (1992), concluem: “poderíamos dizer que voto religião, para a teologia da prosperidade, não se distingue do voto cidadão. Assim como se faz nas igrejas, ao falar da votação, o jornal implicitamente convida seus eleitores a colocar a fé em ato. Proceder como cristão, segundo este veículo, é votar com consciência acerca de questões relativas à moral privada mas também àquelas que dizem respeito aos temas públicos”.

ARTIGO

Senador Marcelo Crivella

7 RAZÕES para votar em DILMA

1 "Deus escolheu as coisas loucas do mundo para envergonhar os sábios e escolher as coisas fracas do mundo para envergonhar as fortes" (1 Coríntios 1.27), como nas histórias do peregrino Lula e do bispo Edir Macedo. Eles vieram do povo, foram julgados e perseguidos pelas elites do País e cresceram com a força do povo.

2 Dilma vai prosseguir o governo de Lula, que já tirou 24 milhões de brasileiros da pobreza. Nunca um governo conseguiu reduzir tanto a desigualdade entre ricos e pobres.

3 A população carente tem hoje mais do que comida na mesa: tem dignidade. Além da ajuda direta dos programas sociais do governo Lula, o povo ganhou emprego. Mais de 15 milhões de vagas foram criadas. Isso precisa continuar.

4 Dilma é respeitada no exterior por sua competência mostrada durante o governo Lula. Ajudou a devolver a autoestima dos brasileiros com a descoberta de novas reservas de petróleo e com as conquistas da Olimpíada e da Copa do Mundo.

5 Conhece como ninguém o PAC que é o maior programa de obras da história do País. Nossa economia está firme. Fomos os últimos a entrar e os primeiros a sair da maior crise econômica das últimas décadas. Optar por outro candidato é correr o risco de jogar fora todas as conquistas do povo brasileiro.

6 É hora de uma mulher no governo. Tem as cicatrizes da tortura na sua luta por justiça e liberdade nos tempos da ditadura. Apreendeu na pele o que é democracia.

7 Vai governar respeitando as igrejas de todas as denominações e a liberdade de culto. Respeita os valores cristãos de defesa da vida e da família. Tem um compromisso pessoal em apoiar os ideais do Evangelho, princípio maior da Igreja Universal do Reino de Deus. ♦



emerge, mais uma vez, como um ponto nevrálgico do avanço de diversas garantias e direitos sociais. No caso aqui discutido, verificamos uma série de atores religiosos pressionando para que os candidatos se posicionassem contrariamente à revisão da legislação punitiva para a interrupção da gravidez e também, como consequência direta do comportamento adotado por Dilma e Serra, atuando para o avanço da esfera religiosa na agenda política. Ambos os candidatos passaram, em determinando período da eleição, a frequentemente acionar suas identidades religiosas, a participar de celebrações de diferentes igrejas e denominações, a produzir cartas e falas direcionadas ao público religioso e, por fim, a incorporar saudações e um vocabulário característico de determinados segmentos religiosos. Desse modo, não apenas a vulgarização da discussão do aborto tornou-se um problema, mas o próprio reforço do lugar do religioso (apenas em sua versão cristã) também representa um retrocesso em termos de conquistas políticas desse pleito.

Encurralados por setores conservadores, os dois candidatos (cuja trajetória anterior ao pleito não trazia qualquer indicação de recusa a uma possível descriminalização do aborto, pelo contrário) reelaboraram as suas imagens de modo a, como efeito indireto, fortalecer e legitimar aqueles que os compeliavam a tais atitudes. O ‘medo’ da ação religiosa e de uma possível ‘reação’ do voto evangélico, elaborações cada vez mais presentes no cenário eleitoral, revelaram-se como ‘verdades’ cuja consequência direta é a capitalização política destes setores em embates eleitorais. Ao serem reconhecidos como forças políticas indispensáveis, vitais, na disputa eleitoral, as personagens religiosas ampliam o seu potencial de negociação, chegando, como no momento de acirramento da disputa que analisamos, ao próprio apagamento de outras agendas fundamentais, constitutivas dos candidatos e partidos que concorriam. Nesse sentido, é preciso questionar e não se submeter a essas verdades, sob pena de direitos fundamentais de determinadas minorias deixarem de ser reconhecidos e também de haver o abandono de qualquer princípio de busca de laicidade em nossa formação estatal.

Peça de uma disputa política e religiosa: o material didático do programa Escola Sem Homofobia

No capítulo anterior, examinamos algumas tensões que emergiram a partir de diferentes posicionamentos em relação à revisão da legislação punitiva do aborto nas eleições de 2010: seus defensores e opositores procuraram, através da controvérsia, pautar as campanhas e partidos dos principais candidatos. Ações e reações compunham uma configuração onde diferentes atores e espaços políticos e/ou religiosos pretendiam marcar presença, adquirir visibilidade e, desse modo, conquistar maior força.

A vitória da candidata Dilma, embora tenha encerrado a disputa eleitoral, não parece ter arrefecido os ânimos dos grupos religiosos e conservadores. Se nas eleições presidenciais o aborto foi o grande tema para o embate entre “progressistas” e “conservadores”, antes de começar o seu governo já se anunciava uma questão que ainda nos primeiros meses do mandato encontraria o seu ápice: a produção de um conjunto de materiais educativos destinados à tematização e à prevenção ao *bullying* homofóbico nas escolas.⁷⁴

Criado pela ECOS – Comunicação em Sexualidade, uma ONG paulista voltada à reflexão sobre sexualidade, gênero, idade e raça, o material consistia em: 1) um caderno de orientação para o educador, o “Caderno Escola Sem Homofobia”; 2) uma série de seis boletins elaborados com uma linguagem juvenil, voltado para a distribuição entre os estudantes; 3) um

74 Este kit de material educativo, ao longo da controvérsia, se tornaria mais conhecido pelos nomes “kit gay” ou “kit anti-homofobia”. Ao reconhecermos que esses nomes foram forjados como forma de vulgarização e crítica ao potencial educativo do mesmo, seguiremos adotando a indicação de “material educativo” e “Escola Sem Homofobia” – nome do projeto que abarcava a produção do mesmo, mas que compreendia outras ações – para nos referirmos a ele ao longo do capítulo.

cartaz de divulgação do projeto na escola, em que se estimulava que a comunidade escolar procurasse ter mais informações sobre o projeto; 4) cartas de apresentação para os gestores e educadores, apresentando o projeto e indicado as melhores formas de trabalhá-lo; 5) e três vídeos educativos que, acompanhados por suas respectivas guias de discussão, poderiam funcionar como estimuladores, pontos iniciais de debate⁷⁵. A utilização e distribuição do material, portanto, dependia da orientação do trabalho de um educador anteriormente formado pelo programa Escola Sem Homofobia. Essa capacitação, como pudemos averiguar, também estava prevista desde a sua proposta inicial.⁷⁶

Esse material, elaborado após diversas reuniões com técnicos do Ministério da Educação, ativistas do movimento de LGBT, educadores de diferentes partes do Brasil e testado junto a um grupo de professores de São Paulo, tinha como objetivo, tal como foi apresentado no Caderno Escola sem Homofobia (2010:11), “contribuir para desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e promover como ganho a convivência e o respeito em relação ao diferente”. Seu público-alvo, como indicado no mesmo documento, era toda a “comunidade escolar e, em especial, alunas/os do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e do ensino médio”.

Segundo informações coletadas em diferentes *sites* na Internet e confirmadas pelas responsáveis pelo projeto na ECOS, o Ministério da Educação pretendia distribuí-los em seis mil escolas de todo o Brasil. O material que, em 2010, ganhou grande visibilidade antes de ter sido aprovado, começou a ser produzido em 2008, após a liberação de uma emenda ao Orçamento Federal, obtida a partir de uma articulação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e seus aliados na Comissão de Legislação Participativa (CLP), da Câmara Federal, no ano anterior. A aprovação da emenda a partir da CLP, contudo, não evitaria que simultaneamente um forte movimento de contestação surgisse a partir da própria Câmara dos Deputados.

75 Todos os produtos que compõe esse kit de material educativo estão detalhados no Anexo 4 desse livro.

76 Em conversa com Vera Simonetti e Lena Franco, responsáveis pela produção do material educativo na ECOS, elas afirmaram que, no momento em que a produção do mesmo foi suspensa, cerca de 200 educadores já haviam sido capacitados, em encontros que duravam três dias, como multiplicadores das formas de uso desse material.

Escola Sem Homofobia

O material educativo não deve ser tomado de modo isolado, mas, como parte de uma iniciativa mais ampla que procura promover o respeito à diversidade sexual a partir da escola: o “Projeto Escola Sem Homofobia”. Em nota produzida pelos planejadores e executores desse projeto⁷⁷ – que contaram com o apoio e intercâmbio de tecnologias do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD) –, são descritos os dois eixos que estruturavam o Projeto: “1) Um conjunto de recomendações elaborado para a orientação da revisão, formulação e implementação de políticas públicas que enfoquem a questão da homofobia nos processos gerenciais e técnicos do sistema educacional público brasileiro” e “2) A incorporação e institucionalização de uma estratégia de comunicação para trabalhar a homossexualidade de forma mais consistente e justa em contextos educativos e que repercuta nos valores culturais atuais”. Se no primeiro caso a estratégia adotada foi a realização de amplos encontros regionais e de uma pesquisa quantitativa com o intuito de conhecer “a situação de homofobia nas escolas”, a capacitação de profissionais ligados a educação e a produção do material educativo aqui analisado constituíram os caminhos definidos para o segundo eixo. Como indicado no mesmo documento, o Projeto Escola Sem Homofobia tem como objetivo “contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia pelo Ministério da Educação, através de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro”.

77 Os produtores do projeto são: a rede internacional Global Alliance for LGBT Education (GALE), a organização não governamental Pathfinder do Brasil, a ECOS – Comunicação em Sexualidade, a Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Nota disponível em: <http://www.ecos.org.br/>. Acesso em 01 de julho de 2012.

Programa Brasil Sem Homofobia

O Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual, mais conhecido como Programa Brasil Sem Homofobia, foi apresentado em 2004 com o objetivo de propor e executar políticas públicas contra a homofobia de forma transversal aos Ministérios e secretarias do governo federal. O Programa foi formulado por um grupo de trabalho provisório no âmbito do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) que fez um levantamento das políticas públicas já implantadas para o segmento e promoveu uma parceria entre sociedade civil, universidade e governo federal. Um dos pontos positivos do Programa foi propor a descentralização das ações contra a homofobia, antes restritas à Secretaria de Direitos Humanos e ao Ministério da Saúde, passando a ser pauta de políticas públicas no Ministério da Cultura, no Ministério da Educação e no Ministério da Justiça.

A emergência do conflito

Em novembro de 2010, duas audiências públicas foram realizadas no Congresso Nacional e, em uma delas, uma brincadeira do então responsável pela SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC), André Lázaro, dá início a uma série de eventos. Convocado pela Comissão de Legislação Participativa para o dia 23 daquele mês, o seminário “Escola Sem Homofobia”, que tinha por objetivo discutir o papel da escola na promoção do respeito à diversidade sexual, também contava com a presença dos representantes das organizações que respondiam pela execução e planejamento do Projeto. Após uma apresentação dos resultados da pesquisa por eles realizada, conta André Lázaro, seus representantes e algumas lideranças do movimento LGBT quiseram mostrar os vídeos do material que, segundo o entrevistado, ainda não havia sido aprovado pelo Ministério da Educação.

A sua fala, após a apresentação de um dos vídeos, foi o estopim para que tudo eclodisse. Em entrevista, ele nos contou:

“Uma das coisas que eu me traí, foi que eu fiz uma brincadeira quando não devia, dizendo que a gente tinha discutido meses quanto da língua entrava no beijo da boca, e escolhemos não ter beijo na boca. Tem um vídeo que termina com uma cena de duas mulheres, duas moças, duas meninas, de 19 anos, 18 anos, e elas se abraçando; então, ali eles queriam botar um beijo, e a gente: ‘Não’.” (Rio de Janeiro, 12 de junho de 2012).

Mais à frente na entrevista, quando ele retornou à narrativa sobre a audiência no Congresso, André Lázaro explicitou o início da controvérsia:

ANDRÉ LÁZARO Nesse dia, eles [os responsáveis pela produção do material] levaram os filmes e passaram. ‘Esse assunto está aprovado’, mas eu não tratei isso como... Eu tratei: ‘Ó, eu estou num ambiente de reflexão, um ambiente de avaliação, não é um ambiente de exibição pública, então, aqui nós podemos discutir essas coisas’, tanto que eu fiz piada; eu, equivocadamente, subestimei aquele ambiente; eu vi pessoas, o Jean Wyllys na frente, o Chico Alencar na frente, pessoas com quem eu tenho relação, em termos políticos, e entendendo que eles estavam ali apoiando, e não houve um que levantasse pra falar contra, todo mundo falou a favor; todo mundo era a favor, ‘Parabéns que o MEC está fazendo isso’; eu só ouvi elogios naquela sessão, tanto naquela, quanto na seguinte; então...

ENTREVISTADOR No mesmo dia, foram as duas, na Câmara e no Senado.

ANDRÉ LÁZARO 22 e 23 de novembro de 2010, alguma coisa que o valha, mas ou menos nesse momento. Bom, então, apresentamos, o Bolsonaro reagiu, eu avisei ao ministro, a coisa morreu; Bolsonaro fez isso, na Câmara, e a coisa morreu. (Rio de Janeiro, 12 de junho de 2012).

Citado na fala do então secretário da SECAD, e figura central no debate que se seguiu, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) relata como tomou conhecimento do projeto:

JAIR BOLSONARO Eu descobri sem querer, no dia 23 de novembro de 2010.

ENTREVISTADOR Como o senhor chegou ao kit?

JAIR BOLSONARO Para ir ao meu gabinete, eu tenho passagem obrigatória pelo corredor das comissões, aí quando eu vi aquele movimento lá dentro, eu perguntei pro segurança: “Vai ter alguma passeata LGBT na Câmara?”, dada a vestimenta dos caras; é a mesma coisa de eu ficar de chuteira lá dentro, “Ó, vai ter uma partida de futebol”. Por que é que os caras têm que estar vestidos daquela maneira? Pra dizer que eu tenho que aceitar e calar a boca? Agora, eu não reagi contra o movimento deles lá dentro, procurei saber o que é que estava acontecendo; requisitei a fita da TV Câmara, e tive a paciência, o saco de assistir as quatro horas de audiência pública deles, onde diziam absurdos. (Rio de Janeiro, 04 de junho de 2012).

Uma das coisas que o deputado considerou um absurdo, foi a brincadeira de André Lázaro sobre um dos vídeos. Ao relatar isso, Bolsonaro se inclina em direção ao computador, que já estava programado para a exibição de uma arsenal de vídeos que o parlamentar parecia ter preparado previamente para eventuais usos durante a entrevista. Nesse momento, apresenta um vídeo no qual o secretário da SECAD é protagonista com a brincadeira. Após exibir a gravação, ele reage:

JAIR BOLSONARO Isso é pros nossos filhos! Isso é pros nossos filhos! Pelo amor de Deus! Nossos filhos, nossos netos, netas. “Até onde entrava a língua; ficamos três meses...”. Eu pergunto: usou fita métrica ou paquímetro? Aí os caras falam que eu sou grosso? Ok? Eu não quero saber a opção sexual do meu filho – pelo o que eu sei, ele é hétero, mas eu não quero saber a de você, a dele, da sua escola, da faculdade; não me interessa pra mim isso aí. Agora, botar essa tralha dentro da escola, e eu é que estou errado? Eu entrei rasgando em cima; é lógico que eu vou entrar!

ENTREVISTADOR O senhor teve aliados na época, que tomaram...

JAIR BOLSONARO Não, não, não, não. Conversaram, no plenário, favorável, mas ninguém entrava no debate. (Rio de Janeiro, 04 de junho de 2012).

Jair Bolsonaro

Jair Bolsonaro é militar da reserva, tem 57 anos e se declara católico, defensor da pátria e da família. Começou sua carreira política em 1988, sendo eleito ao cargo de vereador da cidade do Rio de Janeiro, com 11 mil votos, pelo Partido Democrata Cristão. Em 1990, foi eleito deputado federal pelo mesmo partido. O político passou pelo PPR, PPB, PTB e PFL até filiar-se ao Partido Progressista, em 2005. Atualmente exerce o sexto mandato consecutivo na Câmara Federal. A imagem de Bolsonaro tornou-se pública nacionalmente quando, ainda capitão na ativa, liderou uma manifestação pela melhoria dos salários do exército e deu uma declaração à revista *Veja* sobre o assunto, o que provocou uma prisão disciplinar por 15 dias e um processo de expulsão das Forças Armadas, do qual, dois anos depois, foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar. Declarou que depois desse episódio percebeu que “não teria futuro” no exército e resolveu se candidatar para continuar a servir à pátria. Tornou-se amplamente conhecido por defender abertamente, tanto em sessões da Câmara, como na grande imprensa, o apoio à Ditadura Militar e as acusações sobre a existência de tortura no período. Declarou, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, que a melhor maneira de evitar que um filho se torne gay é “dando um coro” nele. O caso aqui tratado, podemos considerar, foi um elemento importante à ampliação de sua visibilidade na mídia.

No discurso realizado em plenário, o deputado iniciou a sua fala revelando que esse é o “maior escândalo” que pôde presenciar “em vinte anos de Congresso”⁷⁸. Após falar sobre a audiência pública com a presença do secretário da SECAD e fazer um breve relato a respeito do conteúdo de dois vídeos, Bolsonaro afirmou:

78 Todos os discursos e pronunciamentos feitos em plenário estão disponíveis nos sites das respectivas Casas Legislativas (www.camara.gov.br e www.senado.gov.br).

“Atenção, pais, no ano que vem, sua filha de 7, 8, 9 ou 10 anos vai assistir a esse filme, que já está sendo licitado. A grande discussão da nossa Comissão de Direitos Humanos e Minorias é a profundidade em que a língua de uma menina tinha que entrar na boca da outra menina. Dá para continuar discutindo esse assunto? Dá nojo!

Esses gays e lésbicas querem que nós entubemos, como exemplo de comportamento, a sua promiscuidade. Isso é uma coisa extremamente séria.

O Presidente da Câmara dos Deputados tem que tomar providências no tocante a esse assunto. Nós não podemos submeter-nos ao escárnio da sociedade. Esse kit, destinado a crianças de 7 a 12 anos, será distribuído no ano que vem para 6 mil escolas públicas do Brasil. Isso é uma vergonha!”

Como o próprio deputado indicou na entrevista, ele não obteve imediatamente o apoio público de nenhum parlamentar. Na verdade, ao longo de sua entrevista o deputado Bolsonaro procurava se constituir como um elemento perseguido e isolado: o movimento LGBT, as feministas, o PT e os “guerrilheiros”, qualquer militante que tenha se mobilizado contra a ditadura militar e que hoje, por exemplo, defenda a “Comissão da Verdade”; esses eram alguns dos personagens indicados como seus algozes. Independentemente deles, porém, reafirmava o seu papel e, mesmo diante das (supostas) injustiças, cumpria o dever de “revelar a verdade” e “denunciar os interesses” dos seus oponentes.

No dia 08 de dezembro de 2010, uma semana após sua fala no Congresso e da sua participação no programa de televisão Superpop, apresentado por Luciana Gimenez, no qual também tratou do material educativo, ele voltou ao plenário e, ao que parece, procurou conquistar aliados à sua causa. Ao iniciar dizendo que muitos tomaram como galhofa, mas que “o assunto é extremamente grave”, conclama, em específico, a bancada religiosa para atuar com ele:

“Apelo à bancada religiosa que, no meu entender, ainda não tem conhecimento desse caso, para que tome uma posição em relação aos nossos garotos e às nossas meninas. Pelo amor de Deus, o que foi discutido na Comissão de Direitos Humanos? No tocante ao filme das meninas, foi que a língua de uma menina de 13 anos estava entrando muito na boca de outra menina de 13 anos. A molecada de 7, 9, 10 anos vai ter acesso a isso?

Hoje assisti, com muita tristeza – e não quero culpar o Jornal Nacional –, a um

caso de homofobia em São Paulo. A apresentadora do Bom Dia, Brasil disse que aquela era uma questão a ser discutida em escolas. A TV Globo não está sabendo o que ocorre nesta Casa. Essa onda de querer combater a homofobia está estimulando o homossexualismo, a pederastia, a baixaria. Eu não quero isso para a minha neta, para o meu neto!”

Nessa sessão, nenhum membro da bancada religiosa se manifestou ao microfone. Se recebeu apoio informal em conversas, não temos meios para localizá-los. O recesso parlamentar começaria em uma semana, a legislatura seria renovada e o caso não repercutiria mais durante um curto período.

Na entrevista que realizamos com uma importante assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), Damares Alves nos contou uma outra versão a respeito do princípio de tematização do material educativo. Ela disse:

ENTREVISTADOR Mas como é que chegou a história do kit aqui? Porque, pelo o que eu lembro, era o Bolsonaro que falava.

DAMARES ALVES Não. Veja só. O Bolsonaro, quando descobriu o kit gay, a gente estava tendo trabalho em cima dele, sim.

ENTREVISTADOR Só que vocês estavam fazendo...

DAMARES ALVES É, a gente estava questionando, buscando material; inclusive, quando ele recebeu os e-mails no gabinete dele, foi do movimento evangélico, foi o nosso pessoal ligado aos Pró-Vidas evangélicos e católicos que mandaram os e-mails pra ele, porque nós já fazíamos um trabalho... Antes do kit gay, é bom que se diga, a gente já questionava a política de redução de danos na escola; a bancada evangélica tem ação junto ao Ministério Público Federal; nós entramos com ação pra retirar cartilhas das escolas. Nós temos uma cartilha, que foi feita em 2009, em que mostra claramente cenas de sexo anal entre homem com homem, cenas de sexo entre homem e mulher, e cenas de sexo entre mulher e mulher; inclusive, na cena de sexo anal, é muito terrível, porque é um rapaz de quatro, outro possuindo ele por trás, e era pra criança de 10 anos de idade; e na cena de sexo de mulher com mulher, nessa cartilha que foi feita pelo SUS... aí o nosso grande questionamento (...).

Então, o que aconteceu? Por que é que o Bolsonaro destacou? Porque não é evan-

gético; porque muitas das lutas da bancada evangélica, elas não têm notoriedade, quer dizer, ninguém nunca fala que nós já fazíamos há muito tempo atrás o combate a algumas políticas de educação no Brasil, a nível de ação no Ministério Público; nós chegamos a pedir a prisão do agente público que fez aquela cartilha. (...) Então, essas ações... muita coisa que a bancada evangélica faz, não é divulgada; tem muita coisa positiva, muita coisa propositiva também, que nasce de dentro da bancada evangélica. Aí o que é que acontece com o Bolsonaro? Por que é que ele é... A mídia, de uma certa forma, tem um certo preconceito com o grupo evangélico; a bancada evangélica é vista como Zé Ninguém, baixo escalão na Câmara, pessoas incultas, e agora alegam que são todos corruptos – tem uma matéria saindo aí que alguns parlamentares evangélicos respondem processos, e aí que a bancada é inteiramente corrupta. (Brasília, 12 de junho de 2012).

Embora Bolsonaro conte que descobriu por ele mesmo, quando caminhava pelos corredores da Câmara, e Damares, por outro lado, diga que foi a FPE e o “pessoal pró-vida” (católicos e evangélicos) que havia lhe contado, as duas falas apontam para a relação mantida no curto período entre o conhecimento do fato e a sua comunicação pública. Mais do que a origem da polêmica em si, interessa-nos observar a existência de uma articulação entre esses atores, como ficou evidente na convocação da “bancada religiosa” feita pelo deputado no plenário da Casa Legislativa e nos demais desdobramentos em torno da temática em questão.

Ainda que possa parecer óbvio a alguns dos leitores a indicação dessa relação, consideramos importante chamar atenção à ela, pois isso questiona parte da apresentação pública dessas personagens (o deputado e a Frente). Nas entrevistas que realizamos e em várias falas públicas que tivemos acesso, Bolsonaro e os diferentes atores próximos à FPE diziam que não atuavam em conjunto com outros grupos organizados e que, de algum modo, estavam isolados, sem uma articulação com outros segmentos representados no parlamento⁷⁹. A mídia, como vimos acima, também era para eles um adversário, pois ela os desqualificava e não reconhecia o trabalho que desenvolviam.

79 Além da associação entre esses atores, vale indicar o recente estreitamento de laços entre a FPE e a Frente Ruralista no Congresso Nacional. Um dos casos indicados por dois informantes, revela a importância da FPE na aprovação do texto da reforma do Código Florestal no modo como os ruralistas desejavam.

O antagonismo entre a mídia e esses personagens pode ser melhor compreendido ao considerarmos que ela é representada como um ator que difunde valores, experiências e sensibilidades caras a uma cosmologia moderna ocidental, marcada pela proeminência de valores hedonistas e individualistas que entram em conflito com segmentos religiosos e conservadores. Desse modo, a divergência é marcada por uma difusa questão ideológica. Não à toa, os posicionamentos modernos da mídia emergem como justificativas à própria criação de uma “mídia evangélica”.

Contudo, quando o assunto se refere às dinâmicas de interação no interior do Congresso Nacional, às articulações mantidas nesse espaço, vale a pena reconsiderar aquele relativo isolamento – como nas falas trazidas acima, mostrando a aliança entre Bolsonaro e a FPE. Embora a postura desse parlamentar o faça parecer solitário, ele é representativo de um determinado posicionamento que, mesmo que não apareça publicamente, está presente no Congresso Nacional. Ele, portanto, vocaliza uma série de valores e expectativas que não lhes são exclusivas. Nesse sentido, é oportuno destacar que esses posicionamentos, seguindo uma leitura clássica, confessional, não se articulam através de um postulado religioso ou de uma referência doutrinária cristã⁸⁰, mas de um primado conservador que, entre outras coisas, é contrário a alterações nas configurações tradicionais das relações entre gêneros e da família, como também do abandono da heteronormatividade como elemento estruturador da sociedade.

Entendemos que essa observação é fundamental porque o foco da controvérsia aqui apresentada não se fixa a um embate entre valores religiosos e seculares. O que se apresenta como central são as tensões em busca da definição de uma política sexual no Brasil. Revelar que essa questão não está localizada, nem delimitada entre os parlamentares evangélicos, não implica em reduzir a importância que eles têm na condução dessa agenda. Se esses posicionamentos não devem ser pensados como religiosos, mas como referentes a um campo conservador mais amplo que engloba as justificativas religiosas, isso não significa que devemos fechar os olhos para quem, em geral, entra nessa disputa em sua dimensão pública. É nesse contexto que consideramos importante observarmos a atuação dessas figuras através da reconstituição da sucessão de eventos.

80 Pode-se considerar que há um diálogo com tais construções culturais, mas não se deve inferir que tais posicionamentos sejam religiosos necessariamente.

Explorando o caso

Entre dezembro de 2010 e abril de 2011, poucas referências foram feitas à produção do material educativo. O tema, levantado pelo deputado Jair Bolsonaro, permaneceria explorado por ele sobretudo em entrevistas e participações em programas de auditório. Os seus posicionamentos polêmicos, contudo, não permitiam que ele centrasse as suas críticas exclusivamente na produção desse material: ele criticava as ações afirmativas para negros, a união civil entre homossexuais, a criminalização da homofobia, adoção de crianças por homossexuais, o governo Lula, o PT, o PNDH-3, a proposta de uma Comissão da Verdade etc.

Nessas participações, mais uma vez, o parlamentar articulava a sua crítica em um tom de denúncia, através da afirmação de que o conteúdo do material era inadequado, pois visava estimular e “fazer propaganda do homossexualismo”. Em geral, Bolsonaro tinha como oponentes celebridades ou ativistas LGBTs que, no confronto, atuavam como defensores do kit e de outras políticas para o segmento LGBT.

As participações de Bolsonaro, contudo, mesmo que ainda não fizessem a temática adquirir a força que tomou, pareciam de algum modo ir sensibilizando determinados parlamentares do Congresso.

Continuando o trecho da entrevista trazido anteriormente, Bolsonaro revela:

ENTREVISTADOR E por que ninguém entrava nesse debate assim?

JAIR BOLSONARO O que é que aconteceu? Mais ou menos em março, começou um deputado a falar comigo: “Poxa, você pegou a bandeira dos evangélicos”. Porque eu procurava a imprensa, rádios comunitárias, rádios do interior do Brasil, pra dar entrevista e falar a mesma coisa; tinha entrevista que tinha 40 minutos; e acabou então os evangélicos do Brasil se revoltando com isso, porque... eu tenho vídeos pra você botar no YouTube, discursar etc., e começaram a pressionar então que a bancada evangélica assumisse uma posição, onde a bancada então resolveu assumir uma posição nessa questão.

ENTREVISTADOR Políticos ou imprensa? A imprensa um pouco começou a...

JAIR BOLSONARO A imprensa começou a dar pancada em mim: “Homofóbico”.

ENTREVISTADOR E quem pressionou a bancada evangélica pra entrar nessa questão?

JAIR BOLSONARO Os próprios irmãos da igreja, os evangélicos; eles próprios começaram a discutir. E, hoje em dia, é uma bandeira deles, e eu fico feliz de ser bandeira deles, porque eu não tenho condições de segurar essa bandeira sozinho. Ok? Não dá, a barra é pesada. (Rio de Janeiro, 04 de junho de 2012)

Entre fevereiro e quase todo o mês de março, apenas dois requerimentos de informação ao Ministério da Educação foram solicitados pelos parlamentares Ronaldo Fonseca (PR-DF) e Edmar Arruda (PSC-PR), ambos membros da FPE. Em conversa com o assessor de um dos deputados, ele contou que o parlamentar agiu apenas para dar uma resposta à “pressão” que vinha recebendo de sua “base eleitoral”, pois tinha recebido muitos e-mails vindos da região em que obteve maior número de votos. Contudo, segundo o assessor, essa não era uma questão central no mandato.

Acreditamos que vale chamar atenção ao próprio modo como esses grupos produzem “a pressão” nos deputados. Em metodologia compartilhada também com as mobilizações da militância feminista e LGBT em defesa das suas causas, há uma recomendação que os eleitores escrevam e-mails aos parlamentares ou liguem para o telefone de atendimento da Câmara ou do Senado. Esse processo, em um primeiro momento, pode ter sido impulsionado pelas lideranças locais e pastores que influenciam na eleição e na condução dos mandatos.

A primeira reação pública que contém uma avaliação do material foi feita pelo deputado João Campos (PSDB-GO), presidente da FPE, que seguiu a linha de interpretação do deputado Bolsonaro. Em pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados, no dia 28 de março de 2011, o parlamentar sentenciou:

“Respeitamos a opção sexual que qualquer cidadão faça; agora, estou absolutamente convencido de que não cabe ao poder público financiar esse tipo de orientação e de estímulo. Imaginemos, no campo religioso, que o Estado brasileiro financie diversos programas, diversas ações, vídeos, cartilhas, dizendo que você tem de fazer

a opção pela religião católica, pela religião evangélica, pela espírita, pelo budismo, daí por diante. Isso não é papel do Governo brasileiro, como não o é em relação à orientação sexual dizer que você tem de ser heterossexual ou homossexual.

O Governo brasileiro, não só o do então Presidente Lula, mas o da Presidente Dilma, que assumiu um compromisso com os religiosos do País, não apenas com os evangélicos, de que não tomaria nenhuma iniciativa dessa natureza, agora, como uma espécie de fraude, diz que esse material tem um papel pedagógico de orientar os professores e alunos para prevenir homofobia, tem uma outra finalidade na verdade, que é estabelecer esse tipo de orientação. Não podemos admitir.

Se quisermos assegurar para nossos filhos um mundo melhor do que recebemos, devemos reagir a essas inúmeras investidas dos que querem destruir os valores cristãos da família, e, para isso, é importante conhecermos profundamente as origens dos ataques à vida e à família. O divórcio leva à destruição da família; a liberdade sexual leva à promiscuidade; a contracepção é contrária ao surgimento de uma nova vida; a esterilização seca a fonte da vida; o aborto destrói uma vida; a pornografia arruína o ser humano; a fecundação artificial significa fazer filho sem o ato do amor. Tudo isso é contrário à vontade de Deus. Só o casamento monogâmico entre um homem e uma mulher preserva e dará continuidade à procriação.”

O discurso do deputado revela alguns elementos interessantes à nossa reflexão. Inicialmente, como destacamos no capítulo 1, observamos o reconhecimento do religioso como uma experiência que goza de mesmo local social que outros/as. Sob este aspecto, esse pertencimento não servirá como um recurso utilizado à ampliação do espaço confessional no Estado, mas, ao contrário, para que um segmento ao qual ele se opõe não tenha seus direitos reconhecidos, visto que ele mesmo – que goza do mesmo *status* – não possui. Ou seja, é na comparação com o religioso, construído e tomado como de igual importância diante do Estado, que se pretende mostrar que não se deve garantir a demanda de LGBTs. Além disso, João Campos, ao dizer que “o governo brasileiro” “assumiu um compromisso com os religiosos”, recupera um dos compromissos que Dilma assumiu com setores cristãos nas eleições em que foi eleita presidenta.

Essa agenda, no entanto, apenas seria retomada com uma profusão de embates em maio do mesmo ano, pouco depois da aprovação da ADPF 132 no Supremo Tribunal Federal (STF), que reconhecia o estatuto de casamento civil às uniões entre homossexuais. Como poderá ser visto ao longo deste texto, esse julgamento e a decisão do STF serão lembrados em diversos discursos proferidos pelos atores que se opunham ao Escola sem Homofobia.

ADPF 132

No dia 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 132) e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), aprovando por unanimidade o reconhecimento da união estável – entendida como a convivência de natureza pública, contínua e duradoura – entre homossexuais, equiparando-a a entidade familiar em direitos e obrigações. A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental foi protocolada pelo governador Sérgio Cabral em 2008, com o objetivo de garantir direitos às uniões homoafetivas estáveis aos funcionários do Estado do Rio de Janeiro. A Ação Direta de Inconstitucionalidade foi apresentada pela Procuradoria Geral da República em 2009, pedindo que a interpretação do artigo 1.723 do Código Civil, que prevê o reconhecimento da união estável entre o homem e a mulher, fosse feita conforme à Constituição, contemplando os casais homoafetivos. A aprovação foi considerada uma vitória importante para a garantia do princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana e a reafirmação do estado democrático de direito. A decisão do STF tem caráter vinculante e assegura direitos que já vinham sendo concedidos em tribunais estaduais e magistrados de primeiro grau, como a partilha de bens, ter parceiro dependente em plano de saúde, pensão por morte, alimentos, adoção, entre outros.

Em 11 de maio de 2011, alguns jornais anunciaram a distribuição de um panfleto, produzido pelo deputado Bolsonaro, na porta de escolas e em residências no Rio de Janeiro.⁸¹ De início, em um balão que pretende chamar a atenção para a informação dada, lê-se: “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual!”. Tendo como principal atrativo a referência ao material educativo, logo na primeira página (e mesmo no título do panfleto) já era indicado a outra política que também se pretendia questionar: o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (PNLGBT).

81 Ver a íntegra do panfleto no anexo 5.

O PNLGBT

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais apresenta diretrizes e ações para elaboração de políticas públicas para o segmento. Apresentado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República no governo Lula, fundamenta a interlocução entre o poder público e a sociedade civil para a adoção de medidas com vistas à garantia de direitos e ampliação do exercício da cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com a implantação de políticas públicas transversais a todas as esferas do governo federal. O Plano foi elaborado por uma comissão técnica interministerial composta pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), criado em 2005.

Chamado de “Plano da vergonha” no panfleto, essa iniciativa da Secretaria Especial de Direitos Humanos, além de criticada em sua integralidade, tem alguns dos seus pontos especialmente destacados no material produzido pelo deputado Bolsonaro. Essas propostas, tomadas com um determinado desvirtuamento em seu sentido e vulgarizadas como políticas, parecem ter sido intencionalmente articuladas com o intuito de ativar pânicos morais (Miskolci, 2007). Ao lado de algumas propostas que são resumidas no panfleto, é possível reconhecer alguns comentários pejorativos. No PNLGBT, por exemplo, existem as seguintes propostas:

“Garantir a segurança em áreas frequentadas pela população LGBT com grupos de policiais especializados, sobretudo nas quais há grande incidência de discriminação e violência, em decorrência de orientação sexual e identidade de gênero, raça e etnia, entre outras, garantindo o policiamento proporcional ao número de pessoas nos eventos”.

“Estabelecer política pública para assegurar o respeito à orientação sexual e identidade de gênero nas casas estudantis mantidas pelo poder público e pela inicia-

tiva privada, garantindo a hospedagem de travestis e transexuais, respeitando sua identidade de gênero”.

“Mudar a metodologia de atendimento pedagógico em carceragens, visando proporcionar melhor adaptação da população LGBT”.⁸²

No panfleto, elas se tornam, respectivamente, as seguintes:

“Garantir a segurança em áreas frequentadas pela população LGBT com grupos de polícia especializados (criação de batalhões de policiais gays nos estados – BGay)”

“Casas estudantis para hospedagem de travestis e transexuais (República Gay)”

“Presídios especiais para a população LGBT”⁸³

Como vimos anteriormente, podemos afirmar que se recorre a um modo de operar que, de certo modo, parte do acionamento (ou busca) de elementos de um pânico moral. Nesse processo, um artefato útil pode ser o falseamento/distorção e/ou exploração da ambiguidade daquilo que se encontra em debate. O combate à homofobia e a promoção do respeito à diversidade sexual, nesse contexto, podem ser lidos como políticas que visam “privilegiar homossexuais” ou dar “estímulo aos mesmos”. Uma campanha na escola, de combate ao *bullying* homofóbico, torna-se, como na fala de Bolsonaro no mesmo panfleto, incentivo ao “homossexualismo” e à pedofilia. Ele afirma: “Com o falso discurso de combater a homofobia, o MEC em parceria com grupos LGBTs, na verdade, incentivam o homossexualismo nas escolas públicas do 1º Grau, bem como, tornam os nossos filhos alvos fáceis para os pedófilos”.

É nesse sentido que a reação desse setor conservador aciona um “mecanismo de resistência e controle da transformação societária conhecido como pânicos morais”. Esses elementos, como afirma Miskolci, “emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras” (Miskolci, 2007: 103)

82 Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbr.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2012.

83 Disponível no anexo 05 desse livro.

Na fala do político indicada acima, cuja tônica será repetida pelos demais atores a serem trazidos ao longo da reconstituição da controvérsia, há um núcleo de argumentos onde gravita a avaliação de que o material educativo era propaganda de determinada orientação sexual e, além disso, é inapropriado pois exporia as crianças a um conteúdo pornográfico. Por fim, a associação com a pedofilia concluiria a imagem suscitada pelo panfleto. Para reforçar o argumento, materiais destinados a outras campanhas, com outros públicos-alvo e destinados a outros espaços, podem ter sido acionados para reafirmar a defesa do próprio ponto.

Sobre esse aspecto, em um momento da entrevista, André Lázaro indicou que as leituras e usos políticos/sociais do material haviam sido relativamente considerados quando planejavam os filmes. A preocupação em produzir o material considerando uma espécie de grau de aceitabilidade é reveladora de uma expectativa a respeito das possíveis reações contrárias que poderiam surgir:

“E eu brincava lá, brincava não, eu argumentava que tinha que sair da homossexualidade pra homoafetividade; o nosso debate não era de sexualidade, era de afetividade, era mais abrangente da experiência humana do que estritamente sexual; porque eu acho que usar o termo estritamente sexual, oferecia aos nossos adversários um argumento, que era o argumento de uma sexualização precoce, de uma promiscuidade sexual, e que a gente deveria argumentar com a questão da afetividade, que ela era mais abrangente, e talvez permitisse um entendimento melhor dos desafios educacionais que a gente tinha pela frente, e também talvez ajudasse a desbiologizar o debate, porque a gente tinha essa preocupação de não ter um debate médico, biologicista, tentar fazer uma coisa mais da experiência humana, da afetividade; mas, como você vê, eu perdi muito nesse debate.” (Rio de Janeiro, 12 de junho de 2012).

Em um outro momento, ele comenta:

“Eu antecipei tudo que ia acontecer; eu disse: ‘Olha, esse é um assunto delicado, não adianta fazer um vídeo muito progressista pra ser guardado na escola, ele tem que ter um grau de aceitabilidade, com o que as pessoas hoje podem lidar com isso; não adianta ter cena muito... que não vai adiantar nada, não é isso. Quando o Ministério da Saúde fala sobre esses assuntos, as pessoas entendem que ele está falando de modo preventivo; quando a Educação fala, estão entendendo que ela fala de um modo propagandístico; portanto, nós temos que ter cuidado ao falar porque o nosso lugar é outro.’” (Rio de Janeiro, 12 de junho de 2012).

Retomando as reflexões de Miskolci, podemos nos indagar a respeito daquilo que precisa ser revelado a partir das reações que a produção do material suscitou nos setores conservadores. A respeito dos pânicos morais, ele argumenta (Miskolci, 2007: 114):

“A política simbólica que estrutura os pânicos morais costuma se dar por meio da substituição, ou seja, grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto, porque ele representa, na verdade, outra questão. Um exemplo é a descriminalização da homossexualidade, que obrigou àqueles que gostariam de denunciá-la como imoral a encontrar outras formas, dentre as quais se destaca o ressurgimento do temor da pedofilia. A partir desse caso, é possível perceber que todo pânico moral esconde algo diverso e, ao invés de aceitar um temor social como dado, o pesquisador precisa desvelar o que reside por trás do medo.”

A pedofilia, como no caso da “descriminalização da homossexualidade” explorada pelo autor, também se revela presente nos discursos que são produzidos a partir da recusa ao material educativo aqui tratado. Contudo, o que podemos sugerir como principal medo, como razão principal de recusa, é o reconhecimento da existência de uma sexualidade entre os sujeitos aos quais o Escola Sem Homofobia se destinava, isto é, estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Além disso, a própria elevação, o reconhecimento da homossexualidade, da bissexualidade, da travestilidade e da transexualidade como experiências possíveis, não desviantes, de se relacionar com o corpo e com a identidade suscitava a campanha contrária de setores conservadores.

O exame da trajetória do Escola Sem Homofobia e da construção de um novo ator político, “o jovem LGBT”, produz uma aguçada compreensão sobre o fundamento do pânico expresso através do material educativo. Refletindo a partir de um campo que poderíamos chamar de progressista, composto pelos defensores de políticas que procuram garantir respeito e direitos à população LGBT, Leite (2012:11) elabora uma hipótese sobre os caminhos que conduziram à definição daquele ator político e do próprio programa por aqueles setores e, desse modo, ilumina a nossa perspectiva sobre os seus adversários:

“Trabalho com a hipótese de que no campo político, talvez seja mais fácil tratar de uma ‘juventude LGBT’, ao invés de uma ‘adolescência LGBT’, pois a última expressão pode trazer implícita a politicamente perigosa ideia de ‘sexualização’ das crianças. Assim, higienizam-se os discursos. Talvez seja mais estratégico para o conjunto

de atores envolvidos com o tema da diversidade sexual e de gênero lidar com um ‘jovem’, que no senso comum está mais próximo da vida adulta do que o ‘adolescente’, mais facilmente ligado à infância. Assim, na Campanha desenvolvida pela ABGLT ‘Eu apoio o Kit Escola sem Homofobia’ ressalta-se: precisamos da manifestação de seu apoio para a disponibilização do kit de materiais do projeto Escola Sem Homofobia para profissionais de educação e *estudantes do ensino médio*.”

Os dados trazidos por Leite, portanto, revelam um processo similar entre os dois grupos: se os militantes pela diversidade sexual optaram pela juventude em detrimento de adolescência como categoria definidora do público do projeto⁸⁴, os atores conservadores optaram pela categoria infância ao invés de adolescência na produção dos seus discursos. Embora fossem inversas, as razões para os dois segmentos atuarem desse modo tinham o mesmo referente: a “politicamente perigosa ideia de ‘sexualização’ das crianças” (Leite, 2012). Enquanto os defensores do material educativo pretendiam se distanciar disso, pois reconheciam que essa aproximação produziria reações contrárias, verificamos, através das falas já trazidas e das que seguem, que o movimento oposto vinculava o material com a ideia de sexualização das crianças, tornando essa associação uma espécie de pano de fundo que justificaria as reações desse último setor.

É importante destacar que o pânico a uma possível “sexualização das crianças”, consequência que adviria da adoção do material em escolas, não foi considerada perigosa somente em si, mas também como um elemento parte de uma configuração de transformações mais amplas. Nesse sentido, como vimos na fala do deputado João Campos (PSDB-GO) que trouxemos anteriormente, o programa Escola sem Homofobia é lido em um contexto que envolve uma série de outros processos sociais.

Podemos observar o reconhecimento de medos, temores e preocupações amplamente difundidos pela sociedade que, em um momento de transformações de valores, são lidos pelos campos em disputas como elementos fundamentais à elaboração das suas próprias estratégias. O fundamento do

84 Neste sentido, vale destacar que durante o auge da controvérsia, os defensores do material educativo, como uma reação moralizante à ação de desqualificação que o programa Escola Sem Homofobia vinha sofrendo, apenas enfatizavam que ele se destinava ao Ensino Médio, portanto, aos jovens – silenciando sobre a distribuição junto ao Ensino Fundamental, prevista e indicada em diferentes produtos.

pânico moral, portanto, não é um discurso exclusivo ou inventado pelas forças que aqui chamamos de conservadoras, mas algo que é compartilhado por setores mais amplos da sociedade, sendo acionado por eles com o intuito de lograrem sucesso no embate em que estão envolvidos.

No dia seguinte à repercussão do panfleto produzido por Bolsonaro na imprensa, uma sessão da Comissão de Direitos Humanos do Senado reconduziria o debate para o Congresso Nacional. Tendo como pauta a discussão de um substitutivo ao PLC 122/2006, proposição que ficou amplamente conhecida por pretender “criminalizar a homofobia”, o evento mobilizou parlamentares e uma audiência que, ao longo do debate, performavam uma disputa. O jornal *Correio Braziliense*, na matéria “Jair Bolsonaro e Marinor Brito trocam agressões físicas e verbais”⁸⁵, trouxe um relato do evento:

“Bolsonaro foi ao Senado acompanhado de integrantes da Frente Parlamentar Evangélica que protestam contra a aprovação da proposta de criminalização dos gestos homofóbicos. Enquanto parlamentares da Comissão de Direitos Humanos tentavam acalmar os ânimos, representantes da bancada evangélica engrossaram o coro da manifestação de Bolsonaro, a exemplo do senador Magno Malta (PR-ES). ‘Quem não der emprego para homossexual vai preso. Se demitir, vai preso. Se não admitir e não aceitar gesto afetivo, também tem cadeia. Estavam tentando criar um império homossexual no Brasil. O que eles requeriam nesse projeto não estava no estatuto do idoso, nem do índio e ninguém faz opção por ser idoso, por ser índio’, afirmou.”

O grande embate entre o deputado e a senadora ocorreu nos corredores do Senado, após a reunião da Comissão. Enquanto a senadora Marta Suplicy (PT-SP), relatora do PLC 122/2006, concedia entrevistas à imprensa, Bolsonaro, atrás dela, procurava chamar atenção dos mesmos jornalistas com o panfleto indicado anteriormente. A senadora Marinor foi repreendê-lo, a discussão dos dois começou e, uma semana depois, uma nova representação contra o deputado foi entregue pelo PSOL (partido da senadora) na Corregedoria da Câmara: Marinor acusava Bolsonaro de, ao ofendê-la e agredi-la, ter quebrado o decoro parlamentar. As tensões entre os dois lados estavam aumentando.

85 Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/05/13/interna_cidadesdf,251979/jair-bolsonaro-e-marinor-brito-trocam-agressoes-fisicas-e-verbais.shtml. Acesso em 28 de maio de 2012.

PLC 122/2006

O Projeto de Lei Complementar 122/2006 (PLC 122/2006), proposto pela então deputada federal Iara Bernardi (PT-SP) em 2001, passou por várias modificações nos doze anos em que tramita no Congresso Nacional. A proposição, que se encontra na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, em sua versão mais recente prevê a ampliação da Lei nº 7.716, de 1989, conhecida como Lei do Racismo, que define os crimes por discriminação de raça, cor, religião e procedência nacional, incluindo a criminalização da homofobia em todos os seus artigos. Além disso, inclui esta discriminação/violência no artigo do Código Penal que versa sobre a Injúria Racial, como também em um artigo da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) que trata sobre discriminação sexual no trabalho. A bancada religiosa no Congresso Nacional reagiu ao Projeto de Lei apelidando-o de “Lei da Mordaça”. Parlamentares cristãos alegaram que o PLC 122 afeta a liberdade de crença e expressão religiosa, principalmente no artigo 20 que prevê punição para quem “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”. A senadora Marta Suplicy, em resposta à bancada evangélica e católica, acrescentou a seguinte emenda ao Projeto: “O disposto no caput deste artigo não se aplica à manifestação pacífica de pensamento decorrente de atos de fé, fundada na liberdade de consciência e de crença de que trata o inciso VI do art. 5º da Constituição Federal”. A emenda da senadora foi interpretada, sobretudo por setores do movimento LGBT, como uma forma de ceder às pressões da bancada cristã. No mês de junho de 2012, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) entrou com um mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal (STF) para o reconhecimento da criminalização da homofobia na Constituição Federal. A ABGLT informou que caso o STF não responda favoravelmente a sua demanda, irá recorrer aos mesmos procedimentos que forçaram a aprovação da Lei Maria da Penha, denunciando o Brasil aos organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA).

As duas semanas decisivas

Embora, inicialmente, não tivesse qualquer relação com as discussões apresentadas, uma reportagem da Folha de S. Paulo, no dia 15 de maio, potencializaria uma sucessão de eventos decisivos no interior da problemática que abordamos neste capítulo. O então Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, havia multiplicado o seu patrimônio em mais de vinte vezes entre 2006 e 2010, quando ele era deputado federal, eleito pelo PT de São Paulo⁸⁶. Palocci, que havia assumido uma importante posição de coordenação na campanha de Dilma, tornou-se, logo no início do governo, um ator fundamental na gestão e articulação política. A ausência de traquejo político da presidenta técnica, para muitos analistas políticos do período, era compensada pela desenvoltura do seu Ministro da Casa Civil que, tal como apresentado, era fundamental à garantia da coalização e, portanto, da governabilidade da gestão que se iniciava. No mesmo dia da reportagem, a Casa Civil publicou uma nota dizendo que o ministro havia declarado os seus bens seguindo as normas vigentes. Dois dias depois, no dia 17 de maio de 2011, o DEM, o PPS e o PSDB, partidos que desde então compunham a oposição ao governo, mobilizaram-se para que Palocci explicasse a multiplicação do seu patrimônio.

Retornando ao material educativo e um dia no calendário, em 16 de maio um novo ator passa a produzir falas sobre a ação do MEC: o senador Magno Malta (PR-ES). Em audiência na Assembleia Legislativa do Mato Grosso sobre a pedofilia, o senador se posicionava, pela primeira vez publicamente, a respeito desse material⁸⁷:

“Estão preparando um kitzinho para meninos a partir de seis anos de idade. Um filmete ensinando a beijar na boca, ensinando as crianças a se relacionar sexualmente. Com que argumento? O argumento de que as crianças precisam aprender que quando tiver uma criança assim eles precisam respeitar. E criança tem que ser assim? (...) Então todas as nossas escolas se tornarão escolas preparatórias de

86 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/915899-palocci-multiplica-por-20-seu-patrimonio.shtml>. Acesso em 17 de julho de 2012.

87 Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=fiscLTq0WBo>. Acesso em 26 de maio de 2012.

homossexuais. As nossas escolas e os nossos pequenos estarão na academia da sexualidade, da homossexualidade. (...) Deus criou o macho e a fêmea. Não vai ser o Senado da República que vai criar o terceiro sexo.”

No dia seguinte, 17 de maio, o mesmo dia em que a oposição inicia a articulação para convocar Palocci a esclarecer a sua evolução patrimonial na Câmara, a FPE, através de seu vice-presidente, o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), anuncia que, após uma reunião entre os seus membros, eles haviam decidido que não votariam “nada”, que iriam “obstruir” o plenário⁸⁸:

17/05/2011 - 21h32

Bancada evangélica diz que não vota 'nada' até esclarecer 'kit gay'

LARISSA GUIMARÃES
MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Vice-presidente da Frente Parlamentar Evangélica, o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) disse nesta terça-feira que a bancada evangélica, composta por 74 deputados, não votará "nada", nenhum projeto na Câmara, até que o governo recolha vídeos anti-homofobia.

Bolsonaro volta a atacar 'kit gay' do Ministério da Educação
Deputado Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas do Rio

Esse material, que ainda está sob análise do Ministério da Educação, poderá ser distribuído para alunos do ensino médio das escolas públicas.

Segundo o deputado, a decisão da bancada evangélica foi tomada durante uma reunião na tarde desta terça-feira. Garotinho fez as ameaças no plenário da Câmara e foi apoiado por outros deputados.

"Esses livros ensinam inclusive a fazer sexo anal", disse. "Não se vota nada enquanto não se recolher esse absurdo", completou.

De acordo com o MEC, o kit de combate à homofobia nas escolas deverá ser composto de três vídeos e um guia de orientação aos professores. A ideia, ainda em análise, é enviá-los a 6.000 escolas de ensino médio no segundo semestre de 2011.

Com duração média de 5 minutos, os vídeos serão trabalhados em sala de aula pelos professores e não serão distribuídos aos alunos. O material irá tratar dos seguintes temas: transexualidade, bissexualidade e a relação entre duas meninas lésbicas.

88 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/917220-bancada-evangelica-diz-que-nao-vota-nada-ate-esclarecer-kit-gay.shtml>. Acesso em 02 de julho de 2012.

No mesmo 17 de maio, quando internacionalmente a luta contra a homofobia é lembrada⁸⁹, dois eventos, como parte das atividades do movimento LGBT e dos deputados reunidos em torno da Frente pela Cidadania LGBT, foram realizados em Brasília: a “Marcha contra a Homofobia”, que percorre toda a Esplanada dos Ministérios até o Congresso Nacional, e o 8º Seminário LGBT no Congresso Nacional, “Quem ama tem o direito de casar – pela aprovação da PEC do casamento civil entre homossexuais”, que ocorreu na Câmara dos Deputados. Além das tradicionais bandeiras de reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização da homofobia, o material educativo do MEC também gozaria de relativo prestígio nessas atividades, sobretudo no seminário ocorrido na Câmara. Além de contar com a presença do coordenador-geral de Direitos Humanos do Ministério da Educação, Fábio Meirelles Hardman de Castro, que reafirmou o compromisso e a intenção em produzir e distribuir o material, uma audiência com o próprio ministro Fernando Haddad ocorreria no fim do dia. Naquele momento, o material passava por ajustes finais para que, logo que concluído, fosse distribuído nas escolas.

Após a indicação de obstrução das votações pela FPE, o ministro Fernando Haddad se encontrou, no dia seguinte, com parlamentares católicos e evangélicos para tratar das ações de seu ministério. Segundo relatado pela imprensa⁹⁰, os parlamentares apresentaram o material do kit e o ministro disse que eles ainda estavam em discussão. Contudo, nenhum compromisso de retirada do material foi estabelecido – apenas a criação de um fórum onde a bancada pudesse interferir antes da aprovação final do mesmo. (vide matéria na página seguinte)

Nesse mesmo dia, três tentativas de convocar o ministro Antônio Palocci não tiveram êxito. E, mais tarde, o deputado Jeferson Campos (PSB-SP), em pronunciamento no plenário da Câmara, faz um relato do encontro com o ministro:

“Hoje tivemos uma reunião com o Ministro Fernando Haddad. A Frente Parlamentar Evangélica, a Frente Parlamentar da Família e a Frente Católica se reuniram com S.Exa. para falar sobre os *kits* sobre sexualidade que estão sendo distribuídos nas escolas. O Ministro Haddad nos deu a garantia de que o referido *kit* ainda não foi aprovado

89 A data é comemorada desde 1990 quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) excluiu a homossexualidade – até então tratada como transtorno mental – do seu cadastro internacional de doenças.

90 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/politica/religiosos-suspendem-obstrucao-na-camara-apos-encontro-com-haddad-2768008>. Acesso em 28 de maio de 2012.

pelo Ministério da Educação, que apenas a ONG responsável por esse trabalho lhe entregou o material.

E nós, dessas Frentes Parlamentares, e mais aqueles que desejarem estamos convidados para discutir o referido *kit*, porque uma coisa é informar, outra coisa é tentar induzir uma criança, um adolescente em fase de sua formação intelectual a fazer suas escolhas. E nós acreditamos que esse não é o papel do Ministério da Educação, nem o papel de muitas ONGs que têm tentado fazer isso dentro das nossas casas.

O Ministro Fernando Haddad nos garantiu, hoje, que nós vamos participar da discussão desse assunto, e acreditamos na boa vontade de S.Exa. Que isso seja realidade.”⁹¹

Religiosos suspendem obstrução na Câmara após encontro com Haddad

EVANDRIO EBOLI

Publicado:
18/05/11 - 0h00

Atualizado:
18/05/11 - 0h00



O ministro da Educação, Fernando Haddad, em reunião com deputados federais da bancada evangélica. Foto: Ailton de Freitas

BRASÍLIA - Pressionado por deputados evangélicos e católicos, que anunciaram, terça-feira, obstrução nas votações de plenário, o governo tratou de enviar o ministro da Educação, Fernando Haddad, para se reunir com esses parlamentares e discutir o assunto da polémica: supostas publicações do ministério que, no entendimento dos religiosos, estimula o homossexualismo. Na reunião, Haddad foi alvo de pesadas críticas dos parlamentares, em especial de Anthony Garotinho (PSB-RJ), que liderou o encaminhamento pela obstrução.

Ainda no dia 18 de maio, a matéria “MEC nega ter distribuído ‘kit gay’ e diz que material pode mudar”⁹², na Folha de S. Paulo, trouxe o relato de algumas questões interessantes:

⁹¹ Disponível em : <http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/>. Acesso em 12 de maio de 2012.

⁹² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/917454-mec-nega-ter-distribuido-kit-gay-e-diz-que-material-pode-mudar.shtml>. Acesso em 12 de maio de 2012.

“O ministro foi chamado hoje às pressas para explicar o kit para as bancadas religiosas da Câmara que haviam anunciado ontem que ‘não votariam’ nenhuma matéria caso o material não fosse recolhido. Parlamentares da bancada evangélica sustentam que o material já está sendo divulgado.

Haddad disse que o MEC não distribuiu o material, mas não quis apontar o vazamento. Deputados que participaram da reunião disseram que no encontro o ministro atribuiu a divulgação do kit, que não estaria pronto, à empresa responsável pela produção.

O ministro disse à Folha que o material que não seria do MEC contém cenas de sexo explícito. Na reunião, deputados mostraram uma cartilha que tem o símbolo do MEC que fala, por exemplo, de masturbação e ainda uma cartilha com símbolo do Ministério da Saúde com ilustrações com cenas de sexo entre dois homens.

‘Eu recebi ontem o material. [...] Vai para comissão, que vai ouvir os secretários estaduais e municipais e os parlamentares que pediram para participar e participarão. O material que vi circulando aqui [Congresso] não é do ministério. Vários dos materiais que foram distribuídos aqui, que circularam aqui não são do Ministério da Educação.’”

No dia seguinte, em O Globo, uma fala do ministro na matéria “Haddad diz que Ministério da Educação não vai alterar conteúdo de kit anti-homofobia”⁹³, tendo mencionado o parecer favorável da Unesco e de outras instituições antes disso, reafirma a intenção em produzi-lo:

“Não há nada programado nesse sentido (de alterações no material). Anteontem (terça-feira) houve a entrega do material encomendado que visa a combater a violência contra homossexuais nas escolas públicas do país. A violência contra esse público é muito grande, a quantidade de assassinatos tem inclusive aumentado, e a educação é um direito de todos os brasileiros, independentemente de cor, crença religiosa ou orientação sexual. Todo jovem, criança ou adulto tem direito a se educar. Os estabelecimentos públicos têm que estar preparados para receber essas pessoas, orientá-las e apoiá-las no seu desenvolvimento - disse Haddad, em entrevista ao programa de rádio ‘Bom dia, ministro’.”

93 Disponível em : <http://oglobo.globo.com/politica/haddad-diz-que-ministerio-da-educacao-nao-vai-alterar-conteudo-de-kit-anti-homofobia-2768287>. Acesso em 17 de maio de 2012.

E, na mesma ocasião, concluiu: “Nós continuaremos com a nossa política de combate a qualquer forma de preconceito para que as pessoas tenham um ambiente acolhedor na escola pública.”⁹⁴

Como podemos ver, ainda havia uma clara orientação à manutenção da produção e ao apoio do MEC ao material, a despeito das negociações e críticas das frentes religiosas⁹⁵. No entanto, vale destacar que o fim dessa semana e o início da seguinte são fundamentais para o caso Palocci: novas reportagens da Folha de S. Paulo indicam que o faturamento de Palocci em 2010, ano eleitoral, foi de 20 milhões; entre novembro e dezembro, após as eleições e antes do início do governo em que ele já emergia como uma futura figura importante, seus ganhos foram de 10 milhões de reais. Todos esses valores, pela cobertura da mídia, indicavam que Palocci poderia estar aumentando seu patrimônio em razão de seu poder de influência junto a Dilma e ao futuro governo da presidenta. A oposição, em cada denúncia, crescia e se fortalecia. A convocação de Palocci parecia mais próxima.

No dia 24 de maio, no entanto, o primeiro dia de funcionamento efetivo do Congresso Nacional após as matérias citadas anteriormente, uma reviravolta se daria no caso do kit de material educativo a partir da sobreposição desses dois temas em discussão. Em pronunciamento na Câmara dos Deputados, o presidente da FPE, João Campos (PSDB-GO), anuncia as resoluções da bancada:

“Sr. Presidente [da Câmara dos Deputados], em nome da Frente Parlamentar Evangélica e da Bancada Católica, eu quero informar que, na semana passada, de forma conjunta, nós adotamos um procedimento nesta Casa de obstruir as votações, àquele tempo em função de termos assumido aqui a defesa da família brasileira, de valores, de princípios, tendo principalmente como referência o ‘*kit gay*’, produzido pelo Ministério da Educação.

O Líder do Governo nesta Casa aqui convocou o Ministro da Educação, Fernando Haddad, para se reunir conosco. Reunimo-nos e assumimos

94 Ibidem.

95 Nos dias 20 e 21 de maio, duas longas matérias, com clara orientação contrária ao material, foram veiculadas no Jornal da Record. Disponível em : <http://noticias.r7.com/videos/comentario-de-ex-secretario-do-mec-sobre-kit-gay-causa-indignacao/idmedia/f61371d6bf04dc4fbc608efcc81b4cc1.html>. Acesso em 25 de julho de 2012.

um compromisso. Todavia, o Ministro mentiu, não honrou o compromisso, desconversou e perdeu a nossa confiança e a da sociedade brasileira. Por isso, Sr. Presidente, a Bancada Católica, a Frente Parlamentar Evangélica, a Frente da Família, reunidas agora à tarde, tomaram algumas decisões que eu gostaria de dar conhecimento a esta Casa. Por exemplo, após a votação do Código Florestal, nós vamos obstruir a votação de qualquer matéria nesta Casa. Amanhã, iremos articular a aprovação de requerimento que convoque o Ministro Palocci a vir a esta Casa para esclarecer aquilo que é de interesse da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, iremos endereçar um requerimento à Presidenta Dilma pedindo a exoneração do Ministro Haddad por ter perdido a confiança da sociedade brasileira. Não se admite que alguém que compõe a Alta República deste País minta para o Parlamento e para a sociedade! Estaremos ao mesmo tempo, Sr. Presidente, apresentando um requerimento propondo uma CPI no Ministério da Educação. São vários os fatos que encaminham nessa direção: a fraude do ENEM, os desvios de benefícios do PROUNI e agora a produção de um material financiado com dinheiro público para induzir os nossos filhos, utilizando a rede pública de ensino, a serem homossexuais. Não se pode permitir que o dinheiro público seja utilizado para impor o comportamento de uma minoria à maioria do Brasil. Nós estamos vivendo o Estado Democrático de Direito. E V.Exa. receberá ainda hoje um requerimento propondo a convocação de uma Comissão Geral neste plenário para discutirmos o *'kit gay'* e outros materiais que estão sendo produzidos pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos e pelo Ministério da Saúde, que vão de forma contrária à formação da família brasileira.

Sr. Presidente, são essas nossas posições em defesa da família. Nós não aceitamos mais que esses materiais produzidos com o dinheiro público sejam distribuídos. Na semana passada, aceitamos discutir o conteúdo do material. Agora, nem isso, já que o Ministro e o Governo não honraram a palavra. Agora, nós não aceitamos que o *'kit gay'*, que umas cartilhas produzidas pelo Ministério da Saúde, outras produzidas pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, mas que ofendem as famílias, os bons valores, os bons costumes, sejam distribuídos. Desta forma, Sr. Presidente, eu quero finalizar dizendo que essa é uma posição da Frente Parlamentar Evangélica, da Frente Parlamentar em Defesa da Família, presidida pelo Senador Magno Malta, e da Bancada Católica, coordenada nesta Casa pelo Exmo. Sr. Deputado Eros, de Minas Gerais, que está postado aqui ao meu lado. De forma conjunta, foram tomadas essas decisões. A família brasileira sabe que tem voz nesta Casa. Muito obrigado.”

Outro pronunciamento foi feito pelo senador Magno Malta (PR-ES), mas no Senado Federal. Importante articulador do governo e estratégico durante a campanha de Dilma, em sua crítica, o senador também destaca a sua participação nas eleições passadas:

“Agora, presidindo a Frente Parlamentar da Família, penso que vivemos um momento absolutamente sofrido, porque uma minoria barulhenta tenta se sobrepôr a uma maioria absoluta deste País, uma maioria de famílias que acreditam em princípios de família como Deus assim a constituiu, macho e fêmea, homem e mulher, pai e mãe – aliás, viemos do útero de uma mulher, não há qualquer anomalia que possa trazer alguém à luz fora disso –, mas que querem vilipendiar de toda sorte. O homem é a sua crença. Senador Pinheiro, eu acredito em princípios. Sou cristão. Acredito na Bíblia. (...) Agora, eu advirto o Sr. Ministro da Educação, Senador Delcídio do Amaral. (...) Eu estou vindo de uma reunião na Câmara, Senador Ivo Cassol, uma grande reunião de Parlamentares, muitos Parlamentares. Estavam presentes ateus, a bancada católica, que me autoriza a falar em nome dela, o Deputado Eros Biondini, as bancadas evangélica e espírita, quem não confessa fé nenhuma, gente de confissão islâmica, pessoas que acreditam em família nos princípios, nos moldes de Deus. O Ministro foi levado a se reunir lá na Câmara para falar desse tal *kit*, que está passando do limite. O que nós queremos discutir com ele – a Frente da Família – é esse *kit*. Não há nada de orientação nesse *kit*. Pelo contrário. Eu estou olhando para o Brasil para afirmar o seguinte, Senador Ivo Cassol: esse *kit* homossexual nas escolas fará das escolas do Brasil verdadeiras academias de homossexuais. (...)

Ele foi à Câmara e a manifestação dele foi a seguinte. Ele disse que não sabia desse *kit*. Ele escamoteou, ele mentiu. Sr. Ministro Haddad, o senhor é jovem, o senhor é jovem... Olha para mim! A sua assessoria está me ouvindo? Para de mentira! Mentira não é coisa de homem macho. Para de mentira, bicho! Escamoteou, falou que viu, que não viu, não sei, e depois desmentiu na mídia. Ministro, quem fala pelo cotovelo é obrigado a desmentir com a boca. Ministro Haddad, não lhe quero perder o respeito, mas o senhor não é a sabedoria do mundo, não. O senhor não é a sabedoria do mundo e não o é o seu Ministério. Com todo o respeito que tenho à Presidente da República, até porque cruzei o segundo turno junto com V. Ex^a, dentro de um jato, por 26 dias, falando cinco ou seis vezes por dia, dessatanizando a Presidente, para ajudá-la a virar Presidente.”

Como é possível notar, a partir do “não cumprimento” de um acordo selado junto a elas pelo ministro Haddad, as Frentes Parlamentares resolveram compor com a oposição e, o que parecia ser ainda mais sensível naquele momento, atuaram na convocação do ministro Palocci – além das demais convocações, investigações e mesmo CPI indicadas no pronunciamento do deputado João Campos. As matérias dos jornais logo repercutiriam a nova investida dessas frentes religiosas que, em um processo muito comum na cobertura midiática, foram metamorfoseadas na classificação englobante de “bancada evangélica”.⁹⁶

24/05/2011 - 21h39

Em protesto contra 'kit gay', bancada evangélica mira Palocci

LARISSA GUIMARÃES
MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

A bancada evangélica anunciou nesta terça-feira que vai trabalhar pela convocação do ministro Antonio Palocci (Casa Civil) para explicar no Congresso seu aumento patrimonial por 20 nos últimos quatro anos. Os deputados evangélicos decidiram ainda encaminhar um pedido de exoneração do ministro Fernando Haddad (Educação) para a presidente Dilma Rousseff.

O motivo da rebelião evangélica é o chamado kit anti-homofobia, com três vídeos sobre transexualidade, bissexualidade e lésbicas que poderá ser repassado para estudantes do ensino médio das escolas públicas.

A reação ao movimento da bancada, podemos frisar, foi bem rápida. O pronunciamento do deputado João Campos foi feito a partir das 20 horas e a matéria indicada acima foi postada às 21h e 39 min. Além disso, uma reunião foi agendada logo para a manhã do dia seguinte (25 de maio) com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Nesse dia, o deputado Marco Feliciano (PSC-SP), em um pronunciamento no plenário do Congresso Nacional feito no início da tarde, sintetizava aspectos da reunião que ocorrera horas antes:

96 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/920455-em-protesto-contr-kit-gay-bancada-evangelica-mira-palocci.shtml>. Acesso em 08 de maio de 2012.

“Sra. Presidente, meus pares Parlamentares, nesses 4 meses de mandato como noviço nesta Casa, eleito por um grupo segmentar da sociedade, senti a tensão de tudo o que tem acontecido no País. Com base na decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a união estável homoafetiva; partindo para o desarquivamento do PL nº 122 no Senado Federal; na sequência, a polêmica em relação ao *kit* anti-homofobia pelo MEC, tudo isso fez com que as bancadas evangélica e católica sofressem uma pressão muito grande. Sentimos também o descaso do Ministro da Educação, Fernando Haddad, que nos recebeu e declinou de todas as suas palavras. Hoje pela manhã, porém, para minha surpresa e alegria, fiz-me valer do mandato de Deputado Federal numa reunião a convite do Sr. Gilberto Carvalho, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, e ouvimos da boca de S.Exa. o pensamento da Presidente Dilma Rousseff, que disse que, no momento em que esteve com o *kit* em mãos, ela também sentiu repulsa e achou que aquilo não deveria ser feito. (...) Hoje quero deixar aqui meus votos de agradecimento a nossa Presidente, que com muito carinho recebeu, por meio do seu representante direto, a bancada evangélica e fez jus às suas promessas. Esperamos que tudo seja cumprido, para que o bom andamento da democracia neste País assim aconteça. Reitero que não se trata de briga religiosa, não se trata de briga por posição de A ou B. Trata-se de uma luta pela família, pelo que é ético e pelo que é moral.”

O deputado Eros Biondini (PTB-MG), de confissão católica, também fez uma fala em plenário a respeito dos desdobramentos da reunião com o representante da presidência:

“Sr. Presidente, em nome da bancada católica do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, eu gostaria de agradecer pela forma sensível e cordial como fomos recebidos hoje pelo Ministro Gilberto Carvalho, na ocasião em que fomos a ele solicitar o não envio do material produzido pelo Ministério da Educação para as escolas, o chamado ‘*kit gay*’.

Muito mais do que lutar contra a homofobia ou qualquer preconceito, que também é nossa luta, esse material estimula, confunde e até mesmo faz apologia ao homossexualismo na infância e na adolescência. Sr. Presidente, queremos deixar registrado – falo não só em nome dos colegas da bancada católica, mas também em nome dos movimentos pastorais, como a Pastoral Familiar, a Pastoral da Sobriedade e a Renovação Carismática Católica – que, se por um lado, somos contra qualquer tipo de discriminação, qualquer tipo de preconceito e sobre-

tudo qualquer tipo de violência nas escolas ou contra quem quer que seja, por outro, somos zelosos com os valores e os princípios da família, o que a Frente da Família defende.”

Por sua vez, o deputado Roberto Lucena (PV-SP), reafirmando que não se tratava de uma luta em favor da homofobia, anunciou, também no plenário da Câmara, a criação de uma Frente Parlamentar contra o *Bullying*. Além disso, ele destacou a importância do deputado Bolsonaro para a conquista que católicos e evangélicos tiveram naquele dia:

“Sr. Presidente, nobres Parlamentares, eu já me pronunciei no dia de hoje, mas entendo a importância de ainda fazer um registro neste final de expediente, trazendo aqui o meu voto de louvor e aplausos à Presidenta Dilma Rousseff pela sua postura de impedir a distribuição do *kit* anti-homofobia nas escolas da rede pública de todo o Brasil. O *kit* anti-homofobia, Sr. Presidente, assinado pelo Ministério da Educação e Cultura, na verdade, foi encomendado ao Instituto Ethos e tinha em si bom propósito: o de combater a homofobia no Brasil, especialmente nas instituições de ensino.

Na verdade, o *kit* anti-homofobia não estava se prestando a esse objetivo. Estava sendo, outrossim, uma verdadeira apologia ao homossexualismo. Estamos nos levantando nesta Casa, estamos nos unindo numa verdadeira cruzada, uma cruzada nacional contra todo tipo de preconceito. Na próxima semana, Sr. Presidente, estaremos nesta Casa lançando a Frente Parlamentar de Combate ao *Bullying* e outras forma de violência. E, dentro das prerrogativas dessa Frente, estamos nos mobilizando numa cruzada nacional contra todo tipo de preconceito e contra todo tipo de discriminação, inclusive contra a homofobia. Quero fazer aqui, portanto, este voto de louvor, meus aplausos à atitude da Presidenta Dilma. Quero fazer também justiça ao Deputado Jair Bolsonaro, que durante esses últimos meses tem sido quase que uma voz solitária nesta Casa, alertando para os perigos e problemas que estavam contidos nesse material. Finalmente, ele conseguiu ser ouvido, conseguiu sensibilizar a bancada católica, a bancada evangélica, a Frente da Família, e todas essas Frentes, juntas, unidas, em defesa da família, em defesa da criança brasileira, conseguiram sensibilizar o Governo.”

Embora nenhum parlamentar tenha se posicionando em defesa do material no dia em que a presidenta suspendeu a produção do mesmo, a depu-

tada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), no dia seguinte, fez um pequeno pronunciamento em um tom conciliador. Apenas ela e a deputada Erika Kokay (PT-DF), no dia 27 de maio, se pronunciariam em defesa da material ainda na semana de sua suspensão:

“Enquanto Presidente da Comissão de Direitos Humanos, fui procurada por diversos Parlamentares, pela Frente Parlamentar LGBT, para que discutíssemos com o Ministério da Educação a suspensão do *kit* de combate à homofobia no ambiente escolar. Nutro o maior respeito pelo Deputado Lincoln Portela, assim como por todos os Deputados que compõem a representação evangélica e cristã nesta Casa, mas nós queremos propor ao Ministério da Educação uma mesa de diálogo, para que sejam confeccionados materiais de combate ao *bullying* homofóbico no ambiente escolar. Esses materiais são necessários. O *bullying* gera violência no ambiente escolar. Nós temos presenciado diversos assassinatos, agressões aos homossexuais no nosso País. Se é correta ou não correta, mas se é legítima a interpretação de alguns Parlamentares de que esse *kit* tinha equívocos, não é isso que justifica a ausência de outro material confeccionado pelo Governo. Se o Governo tem um programa chamado Brasil sem Homofobia, cabe ao Governo dar consequência a esse programa, e não apenas suspendê-lo. Por isso, queremos que a Comissão de Direitos Humanos, a bancada evangélica e o MEC componham um grupo de trabalho sobre esse material.”

Na cobertura jornalística, as referências eram como a que segue: “Após pressão de religiosos, Dilma suspende a produção de ‘kit anti-homofobia’”⁹⁷. No embate dos evangélicos com o Ministério da Educação e os defensores do material educativo, os primeiros, após a vinculação estratégica com o momento de vulnerabilidade do ministro Palocci, ganharam a disputa. (vide matéria na página seguinte)

Além da suspensão da produção do material educativo, acertou-se, junto à bancada religiosa, que essa seria ouvida em todos os programas ou iniciativas do governo que tangenciassem “as questões de costumes” ou “comportamentais”. No dia seguinte, 26 de maio de 2011, ao sair de um evento público, a presidenta Dilma, questionada pelos jornalistas, revela o seu posicionamento:

97 Disponível em : <http://oglobo.globo.com/politica/apos-pressao-de-religiosos-dilma-suspende-producao-de-kit-anti-homofobia-2766070>. Acesso em 13 de maio de 2012.

“O governo defende a educação e também a luta contra as práticas homofóbicas. No entanto, o governo não, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais. Nem, de nenhuma forma, podemos interferir na vida privada das pessoas. Agora, o governo pode, sim, fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença e que você não pode exercer práticas violentas contra aqueles que são diferentes de você. Eu não concordo com o kit porque eu não acho que faça a defesa de práticas não homofóbicas.”⁹⁸

Após pressão de religiosos, Dilma suspende produção de 'kit anti-homofobia'

AGÊNCIA BRASIL

Publicado:

25/05/11 - 0h00

Atualizado:

25/05/11 - 0h00



Bancada evangélica fala com a imprensa após reunião com Gilberto Carvalho. Foto: Gustavo Miranda

Brasília - Depois de se reunir nesta quarta-feira com deputados da chamada bancada religiosa, o governo decidiu suspender todas as produções que estavam sendo editadas pelos ministérios da Saúde e da Educação sobre a questão da homofobia. De acordo com o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, a presidenta Dilma Rousseff assistiu vídeos do chamado "kit anti-homofobia" e não gostou do tom das produções.

A presidenta continua a entrevista revelando que não conheceu o material por completo (alegou apenas ter visto um pedaço de um vídeo veiculado na televisão), que não concorda com ele, mas que é contra a homofobia:

98 Disponível em : http://www.youtube.com/watch?v=Ex_pZov3HfY. Acesso em 22 de junho de 2012.

“Eu não assisti aos vídeos todos. Um pedaço que eu vi na televisão, passado por vocês, eu não concordo com ele. Agora, esta é uma questão que o governo vai revisar. Não haverá autorização para esse tipo de política, de defesa de A, B, C ou D. Agora, nós lutamos contra a homofobia.”

No mesmo dia, no entanto, a Folha de S. Paulo⁹⁹ trazia a seguinte matéria:

26/05/2011 - 19h31

Convocação de Palocci vira decisão pessoal para bancada religiosa

Uma das falas do deputado Marco Feliciano (PSC-SP), conseguidas pela Folha de S. Paulo, exemplificaria a negociação envolvida e os resultados produzidos a partir da sobreposição da agenda do caso Palocci com a do material educativo:

“Feliciano admitiu nesta quinta-feira em Ribeirão Preto (313 km de SP) que Palocci estava na mira dos religiosos como uma ‘moeda de troca’ na disputa contra o ministro da Educação, Fernando Haddad, que prometia a distribuição do kit. ‘Naquele momento, todos nós, evangélicos e católicos, tínhamos uma posição firmada sobre isso [convocação de Palocci]’, disse. Depois do recuo do governo, segundo Feliciano, o grupo de religiosos já não é mais tão rígido sobre o assunto. ‘Agora, essa é uma decisão de foro íntimo. Se tivermos de assinar a convocação de Palocci, cada deputado decidirá conforme sua consciência’.”

Embora o ministro Haddad, após a resolução da presidenta Dilma, tenha procurado indicar que a suspensão do material não tinha relação com o caso Palocci, mas com o próprio conteúdo dele, algumas das suas falas veiculadas na matéria “Kit contra a homofobia só será aprovado com o aval do Planalto”¹⁰⁰, no Correio Brasiliense, do dia 27 de maio, levantam algumas questões:

99 Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/poder/921443-convocacao-de-palocci-vira-decisao-pessoal-para-bancada-religiosa.shtml>. Acesso em 13 de maio de 2012.

100 Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica-brasil-economia/2011/05/27/internas_polbraeco,254163/kit-contra-a-homofobia-so-sera-aprovado-com-o-aval-do-planalto.shtml. Acesso em 13 de maio de 2012.

“O ministro da Educação, bombardeado pelas bancadas religiosas, afirmou que a discussão sobre o assunto deixou de ser técnica e tornou-se política. ‘Dessa forma, há dificuldades para organizar racionalmente o assunto. Eu cheguei a ver um material voltado para um público totalmente específico, profissionais do sexo, na mão de um deputado que dizia que o MEC ia distribuir aquilo para crianças de seis anos. Num contexto desse, em que as pessoas deixaram de lado a racionalidade e passaram a colocar a política no pior sentido do termo em primeiro lugar, é muito difícil fazer uma avaliação técnica’, afirmou Haddad.

Em meio a esse cenário, ele apoia a decisão da presidente Dilma de suspender a produção e distribuição do material e considera válida a criação, no âmbito da Secom, de uma comissão responsável por dar a palavra final sobre o assunto. Ele também acredita que o material, da maneira como está, não alcança o objetivo de combater a homofobia, mesmo que já tenha sido aprovado em algumas instâncias no MEC.”

A produção de discursos sobre o material educativo reduziu-se na medida em que as denúncias contra Palocci o conduziam a uma situação cada vez mais complicada. Poucas semanas depois, o tema do material educativo desapareceria do noticiário da mídia laica. Nos meses que se seguiram, foi eventualmente retomado, mas sem produzir grandes reações ou mobilizações. Contudo, mais recentemente, sobretudo a partir de março de 2012, com o lançamento da candidatura do antigo ministro da educação, Fernando Haddad, à Prefeitura de São Paulo, não mais o material educativo, mas a controvérsia aqui analisada, reapareceria com novo fôlego na cobertura jornalística das eleições.

“Ô Dilma que papelão, não se governa com religião!”¹⁰¹

Como vimos na reconstituição da sequência de casos e nas falas de diferentes atores envolvidos nesta controvérsia, o programa Escola Sem Homo-

101 Grito entoado pelos participantes na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, que ocorreu de 15 a 18 de dezembro de 2011, em Brasília, com o tema “Por um país livre da pobreza e da discriminação, promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”. “a Dilma pisou na bola, a homofobia continua na escola!”, “ô MEC, sai do armário, o kit anti-homofobia é prioritário!”

fobia, alvo de intensa mobilização de setores conservadores, foi suspenso a partir de dois elementos: a desqualificação dele em si (seu conteúdo, qualidade e público a que se destinava) e o aproveitamento de uma situação política específica pelos seus adversários. Neste sentido, um trecho da entrevista realizada com Jean Wyllys, deputado federal pelo PSOL-RJ, e outro com Cláudio Nascimento, superintendente dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos/RJ, respectivamente, sintetizam os eventos e trazem uma interessante interpretação sobre a controvérsia e sua solução:

JEAN WYLLYS E aí, no início da legislatura, a gente foi surpreendido pela apresentação de um material, por parte dos deputados da bancada evangélica e outros que não são da bancada evangélica, mas que gravitam ali em torno (como é o caso do Bolsonaro), nós da Frente LGBT, com os discursos desses deputados na Tribuna apresentando um material que não era o material do ‘Escola Sem Homofobia’. E aí, a gente fez uma corrida pra tentar desmentir isso, de ir pra Tribuna e dizer que aquele material não era o material, só que setores da imprensa já tinham comprado essa versão, em especial, a Rede Record. Foi quem mais deu espaço a esses deputados. (...) Então, a matéria da Record repercutiu muito nas redes e foi produzindo uma histeria de massa, em que as pessoas não paravam para saber ou pra ver se era aquilo mesmo. Eles [os deputados contrários] começaram simplesmente a dizer que o material ensinava as crianças de cinco, seis anos, a fazerem sexo anal, a escolherem um parceiro. E era um material que eles conseguiram de um Programa de Redução de Danos entre usuários de drogas injetáveis, voltados para travestis e transexuais. Então, um material de redução de danos de usuário de drogas injetáveis, para travestis e transexuais da noite, têm uma linguagem, que é desse povo, então, é, quando essa linguagem, desse material, foi apresentada como se fosse o material da escola, do projeto ‘Escola Sem Homofobia’. É óbvio que os pais não vão querer que o filho leia um material daquele. E isso ganhou corpo na disputa de verdades, nos jogos de verdade, a verdade que se impôs foi essa, não adiantou. Nós não tivemos espaço na imprensa, eu desmenti nos lugares onde eu fui. (...) E aí, junto disso, dessa, desse processo de ‘demonização’ do material, do kit, aconteceu, o primeiro escândalo do Governo Dilma, neh, o primeiro ponto de instabilidade do Governo Dilma foi a acusação de que Palocci tinha enriquecido ilicitamente, ele quadruplicou o patrimônio dele em quatro anos. (...) Aí imprensa explorou demais essa

coisa do Palocci, sobretudo a Veja, os veículos de oposição... E isso deixou a Dilma instável, e aí, o Congresso Nacional, em especial a Câmara dos Deputados falou: Não, nós vamos convocar o Palocci para se explicar. Convocar o Palocci para se explicar implicava em dizer que ele era culpado, que ele de fato enriqueceu ilicitamente e que ele precisava ir a Câmara dos Deputados se explicar sobre isso. A ida de Palocci à Câmara desestabilizava a base do Governo Dilma. (...) E, seguindo a cartilha do Governo Lula, a Dilma entendeu que ela não governaria sem a base, que ela perderia em governabilidade, sem uma base coesa. Então, a ameaça de levar Palocci desestabilizava essa base do Governo e foram os próprios deputados da base do Governo, do PP, do PR e do PSC, que estão na sua maioria na bancada evangélica, que foram lá e fizeram a barganha. (...) Então, eles falaram: a gente impede que ele vá, desde que o projeto 'Escola Sem Homofobia' seja derrubado. E aí o acordo é: Bom, nós já temos o material suficiente pra você justificar o porquê que você está derrubando o projeto 'Escola Sem Homofobia'. Não vai dizer em público que é por causa do Palocci, embora toda a imprensa soubesse que era isso, todos nós lá soubéssemos que era isso, mas ela tinha um argumento pra justificar, pra dizer, que não era o Palocci, que o argumento era o material. (Rio de Janeiro, 02 de julho de 2012).

CLÁUDIO NASCIMENTO Eu dei entrevista... se tu pegar, tem entrevistas nos jornais, que eu dei, que eu disse claramente: a posição da Presidente Dilma foi uma posição equivocada, e que dava uma sinalização de que o governo democrático popular poderia caminhar para uma aproximação muito forte com o setor fundamentalista, confundindo o papel de governo com o papel de gestão política das suas alianças. Uma coisa são as alianças que eles fazem pra governança, pra governabilidade, outra coisa é também matérias que são de Estado, que são republicanas, que não podem ser negociadas, e que não podem ser tratadas com esse tipo de desprezo e omissão. Então, fui muito claro, na época; não é porque é do mesmo partido que eu, eu deixei isso bem claro, que eu teria uma posição também de ficar botando panos quentes; isso é um ponto. Por outro lado, eu digo o seguinte: que também o próprio kit... aí que eu também considero que teve um erro do Ministério de Educação (...), porque tratou isso como se fosse algo escondidinho, lá dentro do Ministério... vou até tirar essa palavra, não escondido, mas algo sem publicidade, sem visibilidade; eu acho que se a gente está tratando de gestão pública, tem que dar um nível de publicidade desde o início, pra evitar essas coisas. Segundo, que a partir do momento que começou a produzir o

material, tinha que ter atas públicas do Ministério da Educação, divulgando pro Conselho Nacional de Educação, divulgando pros gestores do tema, pra, inclusive, ir preparando a gestão pra esse novo momento. (...)

ENTREVISTADOR O problema foi o modo como a coisa foi levada?

CLÁUDIO NASCIMENTO É, porque... Ou então... E aí, o que aconteceu? Garotinho pegou o material, e distribuiu antes do próprio Ministério da Educação, de uma maneira mais ampla; e aí, o que acabou acontecendo? Uma distorção do material, e aí cada hora ele botava uma versão: que o material era pornográfico, que tinha sexo explícito, tinha não sei o quê; aí uma hora ele usava um folder lá, de São Paulo, que era sobre redução de danos, pra infecção da HIV/Aids, tá, tá, tá, que não tinha nada a ver, não era material pra ser distribuído na escola, e, na prática, não ia nem ser distribuído para os alunos, era pra ser distribuído pros professores, e mesmo assim, ainda era pro Ensino Médio... Ensino Médio, não, do 6º ciclo em diante. Então, quer dizer, um grande equívoco, que ia pegar adolescente, de 14 anos em diante, então, não era essa coisa como estava se falando aí, que era pra criança, pra ensinar criança a virar homossexual desde quatro, cinco anos de idade, isso é ridículo, né? Mas o que eu digo é que a gente perdeu o debate também do ponto de vista midiático, do ponto de vista de comunicação, por conta também de uma estratégia, na minha opinião, equivocada de como foi conduzida a discussão do kit anti-homofobia. (Rio de Janeiro, 28 de maio de 2012).

A partir dessas duas falas que sintetizam a sucessão de eventos recuperados ao longo do capítulo, podemos apreender o caminho que culminou com a suspensão do material educativo. Para tanto, consideramos, sob um aspecto, a chave interpretativa dos pânicos morais como a de maior potencial analítico.

Recuperando as definições de Thompson (1984) sobre essa noção, Miskolci (2007: 117) lembra os cinco momentos importantes para o surgimento de um pânico moral. Os três primeiros – “algo ou alguém é definido como um perigo para valores ou interesses, depois esse perigo é interpretado em uma forma facilmente reconhecível pela mídia e há uma rápida construção de preocupação pública” – podem ser observados em um primeiro momento de produção da controvérsia: a denúncia do deputado Bolsonaro e, em um segundo momento, das bancadas religiosas, a associação com a “pedofilia”, a “promiscuidade” e a imagem do “incentivo à homossexualidade” e, con-

cluindo este esforço por pautar o tema, a vinculação sistemática dessas representações do material educativo nas diferentes mídias (tanto laicas como religiosas). Deste modo, todas as estratégias utilizadas, indo desde o uso indevido dos materiais voltados à redução de danos entre usuários de drogas até a participação de deputados e lideranças religiosas em programas de televisão de grande apelo popular, mostraram-se bastante rentáveis em termos de produção e difusão de determinada “preocupação pública”. Como destacaram os dois últimos entrevistados, trazidos nesta conclusão, antes da suspensão anunciada pela presidenta já se havia perdido uma disputa moral/ideológica em torno do que representava o Escola Sem Homofobia. Concluindo esse processo – “há uma resposta das autoridades ou dos criadores de opinião e o pânico cessa ou resulta em mudanças sociais” (Miskolci, 2007:117) –, os ministros Fernando Haddad e Gilberto Carvalho entram em cena, no primeiro momento, para negociar o conteúdo e produção do kit e, por fim, a presidenta Dilma suspende a produção do material.

Se essa interpretação, via pânico moral, nos ilumina a respeito dos discursos e mecanismos acionados na disputa pela definição de uma política sexual no Brasil contemporâneo, há outro aspecto que desejamos destacar aqui: a apropriação e usos de espaços políticos por segmentos conservadores e, no caso da nossa análise, em especial das bancadas religiosas. Tão central para o desfecho da controvérsia quanto a representação sobre o que significava a produção e distribuição deste material educativo pelo MEC, foi a “instabilidade política” pela qual passava o governo federal naquela ocasião. O que se observou, portanto, foi a utilização de direitos civis, através da negação de uma política educacional voltada à inclusão e valorização da diversidade, como moeda de troca política com setores conservadores.

Esses grupos se encontravam acuados pela decisão do Supremo Tribunal Federal que, no mesmo mês de maio de 2011, de forma unânime, conferiu a possibilidade de reconhecimento dos relacionamentos entre homossexuais como união civil. Contudo, os setores conservadores tiveram uma parcela de sua força política reconstituída pelo desfecho que esse caso teve. Se, por um lado, o STF reconheceu naquela ocasião uma série de direitos e garantias que até então eram negados a uma grande parcela da população, por outro, o governo federal abriu mão de uma política que tinha clara intenção de ampliação de direitos e de promoção de uma cultura da liberdade e também fragilizou a importante dissociação entre religião e políticas estatais no país.

Argumentos, mecanismos e técnicas de ação política de religiosos no Congresso Nacional

Argumentos contra a ampliação de direitos de LGBTs e mulheres

Nas controvérsias analisadas em nossa pesquisa, um conjunto de argumentos foi mobilizado pelas lideranças políticas evangélicas (e também católicas) para alcançar o convencimento da sociedade e de suas bases. Os argumentos acionados pelos religiosos articulavam concepções em torno do direito à vida, da economia e da necessidade de preservação da família. Todos eles coordenados com a finalidade de ativar pânicos morais conforme já mencionamos em passagem anterior.

Mostramos até aqui, os argumentos em torno do direito à vida, da economia e da necessidade de preservação da família eram articulados entre si pelos entrevistados na pesquisa. Todavia, com o objetivo de dar maior inteligibilidade sobre o que significa e como são acionados esses elementos discursivos, apresentaremos os argumentos separadamente, a partir de trechos selecionados de entrevistas. Neste capítulo, faremos, portanto, uma compilação dos argumentos mencionados anteriormente de modo a identificar as suas bases de modo sistemático.

O direito à vida e à liberdade sendo afetado

Como foi discutido nos capítulos iniciais desta publicação, os religiosos – evangélicos e católicos – mobilizam argumentos em torno da afirmação da laicidade e o fazem tanto quanto os atores que com eles estão em conflito na arena pública. Nesse sentido, eles apresentam posições que dialogam nos

mesmos termos dos seus oponentes. Assim, ao se contrapor ao direito das mulheres de abortarem, eles falam do direito à vida, acionando não só dispositivos morais e religiosos, mas também legais. Suas posições são claras e não buscam afirmar neutralidade. É o que se observa nas palavras do deputado federal Marco Feliciano, em entrevista para esta pesquisa (PSC-SP):

“Aborto não é questão de saúde pública. Aborto é questão de consciência, é questão de responsabilidade, é questão da pessoa entender que o que está no ventre da mulher não tem culpa da maneira como foi gerado, que tenha sido ele gerado por estupro ou coisas mais; a criança não tem culpa disso; então, é mais uma questão social contra a violência e outras coisas mais do que punir uma criança; isso fere o Artigo 5º da Constituição Federal, que é o direito à vida, e o direito de proteger o ser humano contra qualquer tortura, e o aborto é tortura num ser vivo.” (Brasília, 13 de julho de 2012)

Nesse mesmo sentido, o deputado federal Paulo Freire (PR-SP) defende a importância da pauta do aborto para os evangélicos e afirma que o Estado brasileiro estaria indo contra a Lei Magna ao pensar políticas de redução de danos nesta agenda. Na entrevista concedida à nossa pesquisa, ele apresentou claramente a preocupação dos evangélicos com esse tema, sugerindo a movimentação política que farão para reverterem seu avanço – tanto a legalização do aborto, quanto a política de redução de danos.

“O negócio do aborto para os evangélicos é muito forte porque nós somos a favor da vida desde a sua concepção; nós somos a favor da vida; nós acreditamos que a vida começa lá, na concepção, dentro da mãe; então, nós somos totalmente contra o aborto, totalmente contra, contra o aborto. A nossa luta maior, agora, que nós vamos enfrentar, nesses tempos aqui, é o aborto. Você sabe, não sei se você participou da nossa reunião, ontem, da Frente Parlamentar Evangélica, nós estávamos falando sobre isso, como é que o Ministério da Saúde está manipulando isso daí, pagando gente pra fazer cursos de como ter aborto seguro, que é, logicamente, contra a lei; que o aborto hoje, no país, é crime, ainda é crime, nós não podemos ter o Ministério da Saúde estimulando o povo a praticar crimes. Então, a nossa luta contra o aborto, ela vai ser muito forte agora; ela vai ser tão forte, tanto quanto o kit gay, eu acredito, se não for mais. Então, a gente precisa se unir muito forte, fortemente, contra o aborto.” (Brasília, 13 de julho de 2012)

Em torno do Escola Sem Homofobia, os parlamentares evangélicos entrevistados falavam do material didático como uma afronta ao direito à liberdade de opção sexual dos indivíduos. Isso porque argumentam que o material não era informativo e sim diretivo, induzindo crianças e adolescentes que tivessem contato com o conteúdo dos vídeos a quererem experimentar outra orientação sexual. Afirmam a disposição ao diálogo com os homossexuais, mas a absoluta recusa ao que seria uma indução à homossexualidade que estaria sendo promovida pelo material educativo. Nas palavras do deputado federal Walter Tosta (PSD-MG):

“É extremamente ridículo, pra não usar um outro termo, que o governo federal venha, inclusive, patrocinar um documento dessa natureza; eu acho que se isso é uma opção de cada um, que cada um tome sua decisão ao longo de sua vida, ao longo da sua formação da sua personalidade, mas que o governo federal não participe dessa decisão, não induza os nossos adolescentes, principalmente na fase escolar, pra terem essas opções. [Este é] apenas um kit de doutrinação, onde leva as crianças à sua – entre aspas – ‘orientação sexual’, não revelando, mas estimulando, incentivando. O nosso objetivo não é ser contra o homossexualismo, muito pelo contrário, nós queremos ouvi-los, queremos dialogar com cada um deles, queremos convidá-los a participar das nossas reuniões, mas nós não podemos também passar por cima do ensinamento das Escrituras; Deus, na sua infinita sabedoria, criou o homem e a mulher, né, esse terceiro sexo é uma opção que eu entendo... eu não sou grande estudioso do assunto, mas eu entendo que é a opção de cada um, e que cada um tem o seu direito de escolher, lógico; nós queremos é apenas tentar mostrar a verdade, mostrar os fatos, mostrar principalmente as Escrituras, porque eu vejo que dessa forma você distorce totalmente a família brasileira, você acaba, de uma certa forma, influenciando os nossos jovens, e o kit gay tinha essa finalidade, ele induzia o adolescente a experimentar todas as opções sexuais.” (Brasília, 13 de julho de 2012)

O mesmo argumento é acionado pelo deputado Paulo Freire em entrevista (PR-SP):

“Esse kit anti-homofobia, de anti-homofobia realmente não tinha nada, era um kit que estimulava... Aliás, eles achavam o seguinte: esse kit, eles instruíam os mestres, os professores a estimularem os alunos ao 3º sexo, não permitindo a interferência de outras pessoas, nem de parentes, os pais das crianças; então, é um kit muito forte.” (Brasília, 13 de julho de 2012)

Impacto econômico e o risco à preservação familiar

Uma importante integrante da Frente Parlamentar Evangélica acionou o discurso da redução dos gastos públicos para justificar os posicionamentos dos evangélicos contra a ampliação de direitos de LGBTs no Brasil. Ela argumenta que o perfil da relação entre homossexuais – com a suposta troca constante de parceiros – seria um ônus para o Estado causando um congestionamento nos tribunais. Nas palavras de Damares Alves, advogada, assessora parlamentar do deputado federal Arolde de Oliveira (PSD-RJ) e Secretária Geral do FENASP – Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política – e do Movimento Brasil Sem Aborto:

“Nós fizemos uma pesquisa e ninguém fala disso; fizemos uma pesquisa; a união homossexual não é duradoura; não existe um número muito grande de homossexuais que vivem mais de 15, 20 anos juntos. Eles mudam muito de parceiro. Esse é o argumento, é um argumento científico que a gente usa pra questão de ação de crianças. O homossexual, na sua natureza, ele troca de parceiro com mais frequência que o hétero, é da natureza dele a insatisfação; é da natureza dele, está lá; é direito dele, ele é homo, ele faz o que ele quiser. Aí nós provamos que, se a gente aprovasse o casamento, no Brasil, nós estaríamos lotando os tribunais com um número muito grande de divórcios que viriam por conta disso, de ação de pensão, de divisão de bens, de guarda de filhos. Nós entendemos que a criança ficaria muito instável; com quem ficaria essa criança? Então, nós temos provas disso, nós temos dados sobre isso; então, quando nós questionamos o casamento, nós questionamos por esse lado.” (Brasília, 12 de junho de 2012)

Os argumentos que acionam o pânico moral para refrear a ampliação de direitos para a população LGBT acentuam o risco que o crescimento dessa população no Brasil e no mundo causaria para a reprodução familiar e para a própria preservação da espécie humana. O pânico acionado em torno do fim da espécie passa pela impossibilidade óbvia de reprodução natural na relação homossexual. No tocante à família, conforme nos lembra Miskolci (2007), a ameaça que os gays representariam estaria ligada, em última instância, à ordem social, na qual a família teria um papel central. A família, nessa engrenagem, seria vital para a manutenção da hierarquia entre os sexos, para a transmissão de propriedade e, principalmente, segundo o autor, para a transmissão de valores tradicionais.

Somado ao pânico em torno da impossibilidade de reprodução da espécie viria o perigo do combate à homofobia representar o primeiro passo para a expansão da pedofilia¹⁰² e o medo das intenções não explícitas de organismos internacionais. Sobre esta articulação do que seriam pânicos e obscuridades, o deputado Marco Feliciano (PSC-SP) disse em entrevista à pesquisa:

“Já como parlamentar, a nossa briga aqui tem sido terrível porque, como eu represento um segmento de luta única e exclusivamente pela família, porque a família é a base da sociedade. Nós vivemos hoje no mundo da influência da ONU, que quer mandar nos governos; e nós sabemos o pensamento da ONU, desde 1960 pra cá, da revolução sexual; há um pensamento dos intelectuais que há uma explosão demográfica incontida e isso pode levar à falência do planeta por causa das suas reservas naturais que estão se extinguindo; isso é o que eles apelam; em função disso, houve uma união entre vários militantes de vários segmentos, a começar pelas feministas, as abortistas, o pessoal do grupo LGBT, e se uniram pra que a família seja atingida.” (Brasília, 13 de junho de 2012)

Na FPE há grupos de trabalho compostos por parlamentares, pastores e outros colaboradores. Um desses grupos é o da família, cujos parlamentares ficam responsáveis por atuarem fortemente, senão exclusivamente, nessa agenda no Congresso Nacional. Assim acontece com toda e qualquer questão que afete ao tema do grupo de trabalho ao qual o parlamentar da FPE está vinculado. Há, ainda, os que falam dos interesses econômicos de ativistas ligados ao movimento LGBT e feminista:

“Eu vejo isso. Ultimamente, esse pessoal que está lutando contra o aborto e o kit gay, todo esse movimento dos ativistas gays, a gente sabe que, na realidade, os próprios gays estão sendo bem usados por um grupo, entendeu, e o que eles estão procurando é uma outra coisa, são vantagens financeiras para os seus movimentos, e é isso que eles estão buscando, entendeu? Aí a gente vê que isso aí está se fortalecendo cada vez mais, e que alguns ministérios estão investindo dinheiro nessas coisas, investindo dinheiro de uma forma errada, e que nós não concor-

102 O pastor Silas Malafaia afirmou em entrevista que “O projeto [de combate à homofobia] é a primeira porta para a pedofilia”. Disponível em <http://sul21.com.br/jornal/2012/01/vendilhoes-dos-templos-eletronicos-em-tempos-de-espertalhoes-da-fe/>. Acesso em 05 de novembro de 2012.

damos de maneira nenhuma.” (Deputado federal Paulo Freire (PR-SP), Brasília, 13 de junho de 2012)

Na questão dos direitos das mulheres, os argumentos orientados pelo pânico moral enfatizam que a igualdade de direitos entre homens e mulheres pode formar gerações de mulheres que vão optar por não terem filhos, afetando, assim, a capacidade de reprodução da espécie. Além disso, há também o receio de que a legalização do aborto de anencéfalos não se restrinja a eles, porque significaria o avanço da agenda de descriminalização do aborto no Brasil. Outra questão levantada é relativa à imprecisão do diagnóstico de anencefalia, no sentido de dizer que o aborto dos que foram erradamente diagnosticados (como anencéfalos) levaria a uma série de mortes de fetos saudáveis. Nas palavras do deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP):

“As feministas lutam pelo direito delas, o que é legítimo, o que a democracia permite, mas o que vem por trás de tudo isso, de maneira subliminar, é o que me assusta, porque quando você estimula uma mulher ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como ser mãe começa a ficar anulada, e pra que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa, ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos. Eu vejo de uma maneira sutil atingir a família; quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família, cria-se uma sociedade onde só tem homossexuais, e você vê que essa sociedade tende a desaparecer porque ela não gera filhos. (...)”

Por causa disso feito lá, já correu no Senado, foi votado já na Comissão de Direitos Humanos, foi aprovado o aborto de anencéfalos, deve ir pra CCJ, e quando vier pra cá, pra Câmara, vamos tentar barrar, vamos tentar bloquear, porque é um presságio; como é que você vai garantir que as outras crianças que vão ser abortadas são crianças sem cérebro de fato? Quem é que prova, 100% de provas que a criança não tem cérebro? Nem entre os estudiosos, entre os médicos, existe um consenso sobre isso. (...)”

Me assusta mais ainda, na audiência do grupo LGBT, sobre orientação sexual na infância, eu vi o apoio da UNICEF, vi o apoio da UNESCO; são entidades que a gente vê na televisão tentando cuidar de crianças, e quando você vai trabalhar por trás disso, você vê que é um pensamento acadêmico de deturpar a família. Vê a lei das palmadas. Olha cada coisa que nós temos aqui nesse país.” (Brasília, 13 de junho de 2012)

Mecanismos e técnicas dos religiosos na política

Na atualidade, evangélicos e católicos acionam redes dentro e fora do Congresso Nacional para pautarem o governo e para conduzirem as agendasque estão em curso, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado. No entanto, como apresentamos ao longo desta publicação, eles são também procurados por políticos que reconhecem o papel importante que a chamada bancada cristã (somados evangélicos e católicos) dispõe hoje, sendo o equivalente a quase um quinto dos deputados da Câmara Federal.

Observamos que há muita organicidade no comportamento dos políticos da FPE que contam com um *staff* qualificado que lhes acompanha nos trabalhos cotidianos no Congresso Nacional fornecendo informações, conectando-os com suas bases, conduzindo reuniões e dialogando com magistrados, ministros e secretários de governo. Abaixo, vamos destacar alguns dos modos de operação dos políticos religiosos.

Frente Parlamentar Evangélica reestruturada

Nas entrevistas que realizamos com os integrantes da FPE, buscamos acesar a dinâmica interna a partir da qual organizam os seus trabalhos. Nos relatos, eles faziam questão de salientar o que seria o caráter mais científico da frente atualmente, buscando se afastar do estigma que pesa sobre a religião no Parlamento e também da negatividade associada socialmente à imagem dos evangélicos, sobretudo os pentecostais e neopentecostais. Essa negatividade remeteria a um universo pouco ilustrado, de precariedade, de baixa escolaridade e pobreza. Frisavam que seus argumentos não eram estritamente religiosos, que eles eram científicos, técnicos, ligados ao campo da economia e da defesa do Estado Nacional. O pastor Silas Malafaia, por exemplo, ao ser convidado a se pronunciar em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, cita o sociólogo Jorge Gilbert para validar o que seria, em suas palavras, uma abordagem “sociológica, antropológica e biológica” e não religiosa. A partir dessa referência, ele queria destacar a ameaça à espécie humana com a expansão da homossexualidade nas sociedades¹⁰³.

103 O discurso do pastor Silas Malafaia está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=U7F0STMkFq0>. Acesso em 20 de outubro de 2012.

O reforço de uma nova imagem que se apresenta no discurso dos parlamentares evangélicos e que refletiria a sua formação aparece nas palavras de uma entrevistada da pesquisa:

“Então, a bancada evangélica é vista, o parlamentar evangélico, até dentro da própria casa, ele é preterido em relação às outras situações; passa-se a imagem que é um monte de fundamentalistas ignorantes; não é, nós temos advogados, na bancada, nós temos delegados, nós temos médico, nós temos o Arolde de Oliveira, esse cara, ele é formado pelo ITA, um engenheiro de formação. Então assim, a gente tem uma série de cabeças pensantes, mas passa essa ideia que é um monte de pastor apenas; não, a bancada evangélica hoje, ela tem pastores, mas a maioria tem uma vida secular, entendeu?” (Brasília, 12 de junho de 2012)

É fato que ao opor pastores ao corpo técnico ou, em outras palavras, o que seriam os parlamentares ilustrados, a entrevistada ratifica o preconceito em torno dos religiosos. No entanto, o que ela, assim como os demais entrevistados evangélicos, tentava salientar eram as mudanças que ocorreram na dinâmica de trabalho da Frente do início dos anos 2000 para cá. A FPE, de 1993 até 2002, seria, conforme declarações de um dos entrevistados, “um grupo de parlamentares evangélicos que se reuniam para orar ou pra discutir alguns assuntos”. Já em 2003, a FPE tornou-se oficial, passando a dispor de regimento interno, estatuto, requisitos para ser aceito e também para ser excluído da Frente, quando for o caso. Foi nesse momento que se instituiu a diretoria, a presidência e os grupos temáticos de trabalho. Os temas cobertos pela FPE são: saúde, educação, questão indígena, questão da mulher, violência contra a criança, questão LGBT, pedofilia. Sendo assim, há os parlamentares que são acionados como referência em cada área temática. A deputada federal Lilian Sá (PSD-RJ), por exemplo, é a referência para tudo que diga respeito à criança; o senador Magno Malta é a referência para o assunto pedofilia. Para a questão indígena a referência é o deputado federal Henrique Afonso (PV-AC) porque, conforme lembrou uma entrevistada da pesquisa, “ele é casado com uma indígena, é pai de um indígena, é do Acre, tem toda uma história com os povos das florestas, então, ele tem toda uma visão antropológica diferenciada dos demais”. Além da organização por área temática, cada parlamentar dispõe de uma assessoria técnica para auxiliar em seus trabalhos pela FPE.

“Cada parlamentar disponibiliza um assessor do seu gabinete, onde a gente se fala. Por exemplo, amanhã eu vou colocar no e-mail de todos esses assessores o material que eu apresentei hoje, pra que eles estejam lendo e monitorando seus deputados, e dando informações pros deputados. Então, a gente começa, a partir de 2003, a ter um trabalho de mais assessoria, não só assessores que estão dentro da casa, como nós temos grupos apoiadores, como o FENASP, o Movimento Nacional Brasil Sem Aborto, Juristas de Cristo, Associação Pró-Vida, Pró-Família; são todas instituições que existem no Brasil, que têm equipe técnica. Na questão da bioética, por exemplo, nós temos um grupo da bioética cristã, no Brasil, a gente busca informações, pareceres lá, entendeu?” (Damares Alves, Brasília, 12 de junho de 2012)

Os assessores são responsáveis também por informar os parlamentares a respeito dos projetos que estão saindo das comissões e que serão votados. Os assessores consultam parlamentares e demais assessores para saberem qual vai ser a posição da FPE nesta ou naquela votação. Sobre os pormenores do trabalho dos assessores, disse um entrevistado:

“Qual vai ser a nossa posição amanhã? Aprovar. Então a gente pega os nossos membros daquela comissão: ‘Deputado, o senhor tem que estar lá amanhã e aprovar’. Ele tem o papel de fazer o convencimento dos demais, entendeu? Então, a gente tem um trabalho, e a gente fica no telefone monitorando: ‘Vem, deputado. É agora, é agora’, aí o deputado vai, senta, aí a gente acompanha, leva o parecer, a gente está com a coisa pronta, entendeu? Então, a gente faz esse trabalho nas comissões; então, a gente foca muito aqui, nas comissões, porque a gente sabe que aqui é o nascedouro – e o matadouro também.” (Brasília, 13 de junho de 2012)

As revelações feitas em torno das minúcias do trabalho dos assessores e dos parlamentares evangélicos é particularmente interessante. Eles reconhecem e operam na lógica política em curso no Congresso, compreendem a importância de se comunicarem em rede, de monitorarem agendas, parlamentares e também as Comissões Parlamentares. Entendem, como disse o entrevistado, que ali é o “nascedouro” e que também pode ser ali o “matadouro” dos projetos de lei.

Pelos relatos transcritos no ponto anterior, vimos como os parlamentares evangélicos se organizam internamente na Frente e também como eles buscam estar em lugares estratégicos no cotidiano parlamentar, a fim de influir no curso que deve ser dado a determinados temas da agenda em debate.

O caso da discussão em torno do PLC 122/06 parece-nos representativo dessa dinâmica. A assessora do deputado federal Arolde de Oliveira (PSD-RJ), por exemplo, conta que na época da votação do PLC 122/06, ela acompanhou o trabalho dos juristas que o avaliavam. Eles observaram os vícios que continha tal projeto. Em suas palavras:

“Nós apontamos 16 vícios constitucionais no projeto de lei; grandes juristas sentaram, e eu fui só secretária desses juristas; grandes pensadores, juízes, desembargadores, procuradores da República, sentaram e elaboraram um parecer... tanto é que o nosso parecer é tão perfeito que o projeto está no Senado e ninguém aprova”. (Brasília, 12 de junho de 2012)

Por sua vez, o deputado Marco Feliciano (PSC-SP), membro da Comissão de Seguridade Social e da Comissão de Constituição e Justiça, afirmou em entrevista à pesquisa, que essas duas são as “principais comissões que levam a cabo essas leis” – incluindo a da criminalização da homofobia. A estratégia da FPE, conforme anunciam, é barrar os projetos de lei ainda nas comissões. Depois, quando é o caso de não conseguirem impedir o avanço do projeto, jogam o PL para o Plenário da Câmara se organizando para votarem contra, além de mobilizar outros políticos para votar com eles, obtendo maioria. Essa estratégia não é desconhecida de quem está no dia a dia do Congresso, como salientou um dos nossos entrevistados, o então responsável pela formulação e divulgação do material didático do MEC.

Já o bispo Manoel Ferreira, da Assembleia de Deus, Ministério de Madureira (RJ) salientou, a intensa briga dos parlamentares evangélicos na tentativa de barrar o acesso direto dos movimentos sociais ao governo, porque quando isso acontece os projetos chegam à Câmara dos Deputados já cancelados. A briga dos evangélicos e católicos nas agendas por nós analisadas era para que os projetos de lei seguissem diretamente até o Congresso, pois naquele âmbito, e sem a chancela do governo, eles teriam a chance de reverter, de impedir a votação do projeto ou de fazê-la demorar a acontecer.

Argumentavam que acessar diretamente à presidência burlaria (isto valia para quando representantes de movimentos sociais acessavam o governo, não para eles próprios) o curso natural dos projetos. Nas palavras do bispo:

“Foi muito fora de época [o lançamento do PNDH-3], e nós estávamos no lugar errado, porque, se aquilo nasce no Congresso, como ficou perambulando lá 17 anos a questão do aborto, e como já vinha a PLC 122 também esses anos todos que tem lá, aí vinha amadurecendo, conscientizando, discutindo nas comissões, né?”. (Brasília, 13 de junho de 2012)

Em outra passagem, afirma:

“Então, é nesses pontos que eu acho que têm que ser resolvidos, ser tratados; e o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, é o fórum competente pra essa discussão, isso não é discussão de rua, nem de igreja; isso tem que ser... pra gerar direito, tem que ser discutido no órgão competente, que é o Congresso Nacional, que é onde é elaborado as leis pra todos nós”. (Brasília, 13 de junho de 2012).

Trabalhando junto com os católicos

Com a formalização e organização da FPE, teve início o trabalho feito junto com os católicos no Congresso Nacional, como nos relatou uma entrevistada:

“A partir de 2003, quando a bancada evangélica se organiza e a gente começa a ter o assessoramento de diversas instituições, quando uma coisa acontece aqui, na casa, a gente já espalha a notícia, e isso vai replicando; então, a comunidade evangélica e a comunidade católica começaram a acompanhar mais o trabalho aqui, na casa, acompanhar a tramitação, posição, tudo. Então, a discussão do aborto foi na legislatura anterior, em que a gente vinha pra essa casa, votar contra o aborto; os movimentos Pró-Vida se organizaram mais. Quando a gente tem essa posição que o partido que pune parlamentar, seus membros, contra o aborto, vai governar o Brasil, a gente se assusta, o Movimento Pró-Vida se assusta. Então, veja só, aí houve realmente um medo, porque a comunidade evangélica, católica e espírita acompanhou o julgamento do Bassuma; foi um tiro no pé; eu fui advogada de Henrique Afonso; aquilo que o PT fez, foi um tiro no pé, porque não tinha ideia da repercussão daquilo; então, as pessoas leram a sentença. Então, o que é que acontece? Quando chega lá, em 2010, que nós temos uma

presidente de um partido que, nos dois mandatos do Lula, teve PNDH-3, teve a questão do Programa Nacional da Homofobia, que o PNDH-3 diz que quer a descriminalização do aborto, em que o PT vem aqui dizer que quer tirar a Bíblia de cima da Câmara ali, os símbolos religiosos; quando a gente vê que o Lula dá de presente pra comunidade religiosa o PNDH-3, não tinha... eles fizeram um estrago, eles erraram e muito; eles pagaram um preço pelos erros deles. Então, o que é que acontece? Nesse exato momento, a gente realmente tinha certeza que o PT ia pedir como política pública, como está fazendo agora, a descriminalização do aborto”. (Brasília, 12 de junho de 2012)

E sobre o trabalho conjunto com a Pastoral Parlamentar Católica, o deputado federal Paulo Freire (PR-SP) afirmou:

“Nós nos reunimos, então, com a Frente Parlamentar Católica, e ali nos colocamos de acordo que nós não iríamos deixar isso passar. Foi quando, realmente, nem o governo nos ouviu, nem o Ministério de Educação nos ouviu; então, nós resolvemos juntar as duas frentes, a Frente Parlamentar Católica e a Frente Parlamentar Evangélica, e paramos a Câmara Federal”. (Brasília, 13 de junho de 2012)

A troca de informações e o compartilhamento de técnicas de atuação entre católicos e evangélicos nas pautas que circulam no Congresso Nacional (seja nas comissões, seja no plenário) vem sendo alvo de atenção de pesquisadores recentemente. Autores como Machado (2012) avaliam que os parlamentares católicos podem ter influenciado os evangélicos na pauta do aborto, ponto histórico de militância católica, e, em troca, teriam se somado aos evangélicos contra o avanço da pauta LGBT no Congresso.

Evangélicos em rede e na rede

Outra estratégia importante de atuação dos evangélicos é o uso dos meios de comunicação, sobretudo internet (*blogs* e *sites*) e redes sociais (Twitter e Facebook). Eles utilizam essas redes não só para divulgar pontos de vista, mas também para convocarem pessoas a atuarem nessas agendas, para fazer *lobby*, para acompanhar o que seus adversários estão fazendo, como se articulam, etc.. Nos *sites* e *blogs* apresentam matérias e indicam os links uns dos outros. Os *blogs* de Julio Severo, da ADHT, Holofote e outros são exemplos disto. Na ADHT é possível ver:

“Dicas de sites e blogs

BLOG do Escritor Julio Severo, um dos mais influentes na luta pró-família e pró-vida. Contra o Ativismo Homossexual, com excelentes artigos, diariamente. Se inscreva em seu BLOG e fique por dentro do que está acontecendo no exterior e no Brasil. (<http://juliosevero.blogspot.com>)

BLOG do Dr. Zenóbio Fonseca, professor universitário, doutor em Direito Constitucional, traz luz sobre o que está por trás de leis como PLC 122/06, PNHD-3, etc. <http://zenobiofonseca.blogspot.com> BLOG HOLOFOTE, de Paulo Teixeira, escritor, com excelentes artigos contra o Ativismo Gay (www.holofote.net)

BLOG do Dr. Rubens Teixeira, Cientista, Mestre em Energia Nuclear, com excelentes artigos contra o Ateísmo (<http://www.rubensteixeira.com.br>)

BLOG da Missionária Rozângela Justino (Mestre em Psicologia e especializações dentro da área), ativista pró-família e pró-vida (isto é contra o Ativismo Gay e ABORTO). (<http://rozangelajustino.blogspot.com>)” (<http://defesa-hetero>).

A tática de enviar e-mails e fazer telefonemas para os gabinetes dos políticos é constantemente utilizada pela FPE. No caso recente da revisão do Código Civil houve uma forte orientação feita pelos evangélicos para que a sociedade ficasse atenta a pontos específicos que estão sendo abordados pelos juristas. No blog da ADHT, que se apresenta como Associação para Defesa da Heterossexualidade, do Casamento e Família Tradicionais, Proteção de Crianças, Adolescentes e Jovens contra o Assédio, Aliciamento e Proselitismo de Ativistas Homossexuais e contra o Aborto, presidida pelo reverendo presbiteriano Alberto Thieme, é possível ler (mensagem também disponível no site da FPE): “Escreva emails para os juizes do Poder Judiciário, os Deputados Federais e Senadores de seu Estado, e depois telefone avisando que você escreveu um email e que você é contra a aprovação deste Novo Código Penal prevendo as ‘besteiras’ acima. Você poderá encontrar os emails deles no link: <http://defesa-hetero>.” O pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus, ministério Vitória em Cristo, exortou seus 180 mil seguidores no Twitter a congestionarem a linha telefônica e “entupir” a caixa postal dos políticos favoráveis ao PLC 122 quando de sua votação. A imprensa destaca ainda o uso que os evangélicos fazem das emissoras de televisão. Em recente matéria foi divulgado:

“Todo santo dia, Malafaia se esparrama por cinco horas de programas variados em redes nacionais como CNT, Rede TV, Boas Novas e Bandeirantes e ocupa os

sábados de emissoras regionais em outros 15 Estados. Seu programa se espalha pelos Estados Unidos e Canadá e, desde meados de 2010, Malafaia atinge 142 milhões de lares em 127 países da África, Ásia, Oriente e Médio e Europa, com o apoio da americana Inspiration Network, que faz a dublagem para o inglês”.¹⁰⁴

Os evangélicos da Frente Parlamentar também se utilizam das redes sociais para acompanhar ações do movimento gay e feminista, como uma entrevistada revelou:

“Ah, eles falam entre eles, eles falam muito abertamente nas redes sociais, e porque no PNDH-3 há essa previsão de combate à homofobia escolar. Não sei se você já leu o Programa Nacional da Cidadania LGBT. Esse é um programa nacional feito pelo Palácio do Planalto, assinado por eles, em que lá constam inúmeras ações, e uma das ações que envolvia 14 ministérios, era com data, tem data do início e data do final; nesse programa – não é nem projeto, é programa mesmo, tá? –, estava lá a data do início do combate à homofobia nas escolas, e o que ia ser feito, material, vídeo; então, nós já tínhamos isso um ano antes que eles iam fazer; a gente não conhecia o conteúdo do material.” (Brasília, 13 de junho de 2012)

Judicialização da Política e crítica à Politização da Justiça

Os evangélicos entrevistados reiteraram o que denominam de entupimento do judiciário. Isso poderia ser traduzido como o empreendimento desses religiosos na direção de produzirem uma alta demanda no âmbito do Judiciário em agendas que são conduzidas na esfera política de modo contrário aos seus interesses. Uma assessora da FPE exemplifica em entrevista à pesquisa: “Antes do kit gay, é bom que se diga, a gente já questionava a política de redução de danos na escola; a bancada evangélica tem ação junto ao Ministério Público Federal; nós entramos com ação pra retirar cartilhas das escolas.” (Brasília, 12 de junho de 2012).

Por outro lado, buscam também coibir ações do STF contrárias ao posicionamento dos evangélicos (e dos católicos) em determinadas pautas,

104 Disponível em <http://sul21.com.br/jornal/2012/01/vendilhoes-dos-templos-eletronicos-em-tempo-de-espertalhoes-da-fe/>. Acesso em 05 de novembro de 2012.

utilizando-se, quando possível, de acesso direto ao alto escalão do governo federal. Assim foi com o caso da legalização do aborto de anencéfalos. Nas palavras do deputado Marco Feliciano (PSC-SP):

“Quando eu falei com o ministro Gilberto Carvalho, porque na questão do aborto de anencéfalos, ela não se pronunciou, ele deveu isso à nossa sociedade; por isso nós estamos brigando aqui dentro do parlamento, inclusive, sobre isso. Hoje ainda tem uma reunião com o ministro Marco Maia, com uma entidade da CNBB e juntos estamos indo porque eu apresentei aqui na Câmara um PDC, um Projeto de Decreto Legislativo, sustando a decisão do Supremo, só que foi rejeitado pela Câmara, que acusou inconstitucionalidade; então, eu apresentei ontem um recurso, tentando trazer para o parlamento a questão de nós discutirmos isso, trazermos pra CCJ e falarmos o que o Supremo tem feito, essa militância do Supremo, de tentar legislar no nosso lugar. A briga aqui é ferrenha. O Supremo Tribunal está legislando em nosso lugar. Dezoito votos a favor do aborto de anencéfalos, cinco votos são de ministros indicados pelo PT, três do Lula e dois da Dilma; eu sei que eles vão dizer que o Executivo não tem influência no Legislativo; será que não?” (Brasília, 13 de junho de 2012)

As moedas de troca

Longos relatos nos foram apresentados sobre as “moedas de troca” que são passadas e repassadas entre os políticos (religiosos ou não) no Congresso Nacional. André Lázaro, então integrante do MEC e responsável pelo programa Escola Sem Homofobia, no qual, como vimos, previa-se a produção de um material didático a ser distribuído para professores e alunos, disse sobre o caso:

“No ano seguinte, eu já fora do MEC, quando estanca o problema do Palocci, é que há a chantagem dos evangélicos contra o kit, aí foi uma chantagem, claro, com o Garotinho à frente, né?: ‘Se não suspender o kit, nós vamos convocar o Palocci pra falar do...’. A troca, o jogo era esse; o Garotinho formulou claramente: ‘Ou suspende o vídeo, ou a gente convoca o Palocci.’ (Rio de Janeiro, 12 de junho de 2012)

Esse tipo de oportunismo político é fundamental para a FPE avançar com agendas próprias e para barrar aquelas que vão de encontro às suas, segundo

os entrevistados. O deputado federal Paulo Freire (PR-SP) fala minuciosamente dos tramites em torno do Escola Sem Homofobia – as tentativas frustradas de acesso direto ao ministro, a articulação com os católicos e a obstrução dos trabalhos na Câmara dos Deputados:

“Nós reunimos primeiro a bancada evangélica, depois de discutir e chegar a essa conclusão, nós procuramos, então, conversar com o... Bom, o kit já estava pra passar aqui, na casa, essa é a pura realidade; nós procuramos o Ministério da Educação, pra falarmos com o ministro Fernando Haddad, e o Fernando Haddad ficou de nos responder; mandamos um requerimento pra lá, pedindo informações, não chegaram essas informações; nós nos reunimos, então, com a Frente Parlamentar Católica, e ali nos colocamos de acordo que nós não iríamos deixar isso passar. Foi quando, realmente, nem o governo nos ouviu, nem o Ministério de Educação nos ouviu; então, nós resolvemos juntar as duas frentes, a Frente Parlamentar Católica e a Frente Parlamentar Evangélica, e paramos a Câmara Federal; então, paramos as votações, paramos, começamos obstruir tudo; quando, realmente, o governo tinha, logicamente, projetos importantes para serem votados, aí eles vieram conversar conosco; quando eles vieram conversar conosco, nós colocamos então o problema do kit gay; isso foi num final de uma tarde, acho que de uma terça... é, de uma terça-feira; na quarta-feira, tinha projetos muito importantes para votar, nós paramos a casa; aí, na época, o líder do governo, que é o Vaccarezza, veio conversar conosco: ‘Não, nós precisamos votar e tal. Vão lá, dão presença, vota, depois a gente resolve isso aí’, ‘Não. Enquanto não resolver, a gente não vai votar’. Então, seguramos forte isso daí. Aí, quando foi no final da tarde, o ministro Fernando Haddad veio pra conversar com a Frente Parlamentar Evangélica. Tivemos uma conversa com o ministro, nos seguintes termos: ele disse que o material estava pronto, mas que esse material precisava ser confeccionado. Ele disse: ‘Nós vamos mandar confeccionar o material, e aí depois vocês veem’. Eu disse: ‘Não, nós queremos ver o material antes, entendeu, porque o que nós temos, não serve, nós queremos reprovar esse material’. Depois de muita luta, ele até consentiu que a gente visse o material, antes dele ser confeccionado; só que nós tivemos essa reunião com ele; ao sair no corredor, a imprensa estava ali fora, ele foi conversar com a imprensa, e quando ele foi conversar com a imprensa, a história já era totalmente diferente daquilo que ele tinha conversado com a gente; lá, na imprensa, ele disse assim: ‘Não, o kit já está pronto, vai ser distribuído. A Frente Parlamentar Evangélica está arrumando muita confusão e tal, mas isso não vai conseguir barrar, nós vamos conseguir distribuir’. Nisso, eu

estava passando, vindo pro plenário dar presença, e eu ouvi isso; aí eu olhei pra ele, balancei a cabeça, e falei: ‘Não estou acreditando no que estou ouvindo’, e fui embora; aí passei isso, logicamente, pra Frente Parlamentar Evangélica. No outro dia, aí à tarde pediram pra gente votar: ‘Não, não foi resolvido, nós não vamos votar’, foi quando a Presidenta Dilma pediu então o kit, naquele dia à noite, e verificou, e teve essa resolução.” (Brasília, 13 de junho de 2012)

Sobre a questão do aborto, o bispo Manoel Ferreira, da Assembleia de Deus de Madureira e presidente da CONAMAD, relatou a série de articulações, a procura da FPE pelo então presidente do PT, o trabalho dos religiosos no Congresso Nacional e a origem do conflito em torno dos temas LGBT e do aborto desde a assinatura, pelo governo federal, do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Todos os entrevistados religiosos mostraram a sua própria insatisfação e a do seu grupo religioso com as diretrizes desse programa, aliás. Conforme apresentamos no terceiro capítulo, o bispo lembra como tiveram início as negociações em torno das eleições de Dilma Rousseff para presidente. Ele defendeu, naquele momento, a assinatura de uma carta pela candidata. Este seria o melhor instrumento para convencer os fiéis evangélicos:

“Eu falei: ‘Não, não vai pra televisão falar nada disso, não. Isso é um trabalho que eu vou fazer pra um segmento mais direcionado, que é o segmento religioso, né, que bate contra o aborto, contra a legalização, contra a descriminalização das drogas, essa coisa toda; então, a gente vai pra um segmento direcionado, por isso que tem que ser feito uma carta, uma circular, e a gente vai pegar o pessoal da própria igreja pra fazer a entrega, direcionar, pra evitar que isso vá causar um dano maior’. Aí o PT também: ‘Se é assim, vamos fazer’, e que é a única forma porque... e assim mesmo foi muito difícil porque se a eleição tivesse mais umas duas ou três semanas, nós tínhamos perdido’.” (bispo Manoel Ferreira, Brasília, 13 de junho de 2012)

Ainda sobre esse tema, o deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) disse o seguinte:

“Então, como o pastor Silas, na época, apanhou o Serra, a equipe da Dilma pediu o meu apoio; eu disse que apoiaria, desde que eu ouvisse da boca da Presidenta um compromisso assumido pelas questões da família, dizendo que ela seria

contra o aborto, e, além de ouvir isso da boca dela, nós tivemos um documento assinado por ela; carrego essa carta comigo, tenho ela dentro do meu bolso, e por causa disso eu apoiei Dilma, naquela instância, o que levou ela à vitória.” (Brasília, 13 de junho de 2012)

E sobre a questão LGBT, novamente, o bispo Manoel Ferreira lembrou das articulações em torno do material didático do MEC:

“O Jean, e conversei muito com o Antônio, encontrei muito com o Antônio, o parlamentar, e encontrei muito com ele, na Câmara, no Senado; eu tenho muito boa relação com eles; aí eu conversei muito com ele: ‘Olha, ninguém está querendo aqui dizer que vocês não tenham direito de buscar o que vocês quiserem. A única coisa que nós estamos pedindo é que tanto o teu direito, como o meu, nasça lá, na Câmara, nunca saia por uma imposição do Palácio, porque aí é uma coisa que... é quase que uma... Quando eu chancelo aqui, nessa mesa, uma qualquer coisa, dizendo: Eu quero qualquer coisa assim, assim’, quando vai pra rua: É a posição do presidente; isso aí é difícil, porque tira a oportunidade daqueles que querem propor uma coisa melhor. Então eu acho que teria que ter essa sensibilidade.” (Brasília, 13 de junho de 2012)

Todo este material nos possibilita fazer algumas inferências. Os argumentos mobilizados pelos evangélicos inscritos de forma a suscitar pânico moral se contrapõem aos argumentos acionados pelos demais atores em disputa. Nesse sentido, eles parecem operar no mesmo plano que seus oponentes políticos, dialogando estrategicamente a partir dos (aparentemente) mesmos códigos e buscando o convencimento da sociedade como um todo. Paralelamente a isso, acionam mecanismos de amplo conhecimento dos políticos no Congresso Nacional, resultado de um nível maior de formalização e organização a partir dos quais opera a FPE atualmente. Essa estrutura, ao mesmo tempo, lhes dá capilaridade e possibilita o alcance de resultados positivos em suas demandas. No capítulo seguinte discutiremos sobre suas ações, em caráter mais conclusivo.

Atores em disputa: moralidade pública e instrumentalização da política no Brasil hoje

Um quadro complexo se apresenta em torno da ampliação de direitos para a população LGBT e para as mulheres no Brasil e no exterior. Atores religiosos e políticos se articulam provocando embates que ativam discursos conservadores, posicionamentos raivosos e tensões que parecem intransponíveis. E a complexidade que se apresenta em torno das temáticas LGBT e do aborto no Brasil é caracterizada não só pelos insondáveis arranjos e articulações entre religião e política na proposição de políticas públicas, que deveriam ser universais e pautadas por ideais democráticos. Ela também se relaciona com os avanços e retrocessos que ocorrem em torno das agendas que afetam esses grupos. E essa não linearidade no processo de construção de agendas e políticas públicas tem relação, por sua vez, com o posicionamento de atores políticos locais e com a influência dos religiosos – políticos ou não – no Estado, além das conquistas ou coibições que ocorrem no cenário internacional.

Assistimos, há décadas, religiosos articulando o discurso da ciência tentando colar às suas conclusões valorativas o status que o discurso científico dispõe na modernidade. Um status ligado à qualidade e às (ainda que controversas) ideias de objetividade e de neutralidade que caracterizariam sua produção. Lançam mão desse discurso para ativarem o pânico moral na sociedade influenciando o avanço de determinadas agendas. Esse é o caso do Reverendo Louis P. Sheldon, que há mais de três décadas vem acompanhando as demandas LGBT nos EUA, produzindo publicações com base (supostamente) científica para denunciar o que chama de “estratégia dos gays nos Estados Unidos e no mundo”.

Ainda que não queiramos nos limitar ao modelo anglo-saxão, devemos considerar que há países nos quais existe uma religião oficial de Estado

(como no caso da Alemanha, Finlândia, entre outros) e o aborto é garantido por lei como um direito das mulheres. O que essa questão nos leva a indagar é se a garantia da laicidade do Estado significaria, necessariamente, a ampliação de direitos de minorias em nosso país. Dito de um outro modo, a presença da religião na esfera pública interfere, necessária e negativamente, na democracia?¹⁰⁵

As questões desdobradas aqui são relativas aos significados atribuídos à laicidade pelos diversos atores em disputa. A polissemia semântica do termo, como chama atenção Mariano (2011:242), seria uma das responsáveis pela atribuição à laicidade de um poder moral e civilizador, levando-a a se imiscuir em “lutas culturais e políticas ou de colocá-la a serviço de lutas e políticas secularistas, mesmo que não intencionalmente”. Em contraste com a percepção da laicidade como equivalente à modernidade, ao que é avançado, ao que caminha em sintonia com a ciência, estaria, por outro lado, a religião ligada ao que é retrógrado, irrefletido e atrasado. Assim como a noção de liberdade de expressão é acionada pelos atores em disputa, laicidade é acionada como recurso político e retórico, tanto por grupos e ideologias secularistas, quanto por grupos e atores religiosos, como vimos ao longo dos capítulos que antecedem a este derradeiro.

Desse modo, entendemos que o centro do problema para o avanço significativo de pautas relativas à expansão de direitos para a população LGBT e para as mulheres no Brasil reside na forma de relação estabelecida pelos atores religiosos com o Estado e com traços da nossa cultura. Vamos explorar, analiticamente, esses e outros pontos nas linhas abaixo.

Ambiguidade entre laico e confessional no Brasil

Do ponto de vista estritamente legal, o Brasil é um Estado laico desde a primeira Constituição republicana (1891), como é exaustivamente lembrado em diferentes trabalhos que abordam a problemática da religião no espaço público no país. Contudo, no cotidiano, nos deparamos com fatos que colidem com esse princípio. Citamos como exemplo o financiamento

105 Montero (2012) apresenta uma interessante discussão sobre os discursos em torno da afirmação do religioso no espaço público como impedimento à conquista e garantia de direitos no Brasil.

de atividades religiosas com recursos públicos (shows, caminhadas etc.); a garantia da assistência religiosa com recursos do Estado – concurso público para capelão; concurso público para contratação de professores de ensino religioso confessional; a presença nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário de símbolos religiosos e de cultos (e em alguns casos, missas) semanais. Nesse universo, a presença de bancadas religiosas (evangélica, católica e de religiões de matriz africana) seria mais uma demonstração da ambiguidade citada. A Frente Parlamentar Evangélica, objeto central deste estudo, é anunciada na mídia como a terceira maior na Câmara Federal, atrás apenas de duas bancadas partidárias. Segundo se noticia – prática, aliás, que serve como mecanismo de ação política evidenciado nas diversas entrevistas realizadas e disponibilizadas ao longo desta publicação –, essa Frente religiosa acompanha atualmente 368 projetos de lei no Congresso¹⁰⁶. Ela Interfere no andamento de propostas como as políticas de prevenção à AIDS, casamento igualitário, criminalização da homofobia, contra a descriminalização do aborto, contra o chamado “divórcio instantâneo”, entre dezenas de outros projetos. Observa-se que os religiosos atuam para atrasar a votação de projetos, retirá-los da pauta ou rejeitar os que se oporiam ao seu sistema de crenças. Do mesmo modo, atuam em conjunto pela aprovação de propostas de interesse do segmento como o Estatuto do Nascituro que, entre outras medidas, prevê o pagamento de um salário mínimo para mulheres que engravidaram após estupro.¹⁰⁷

Além de operarem na política a partir de mecanismos de ação no Legislativo, como vimos em diversas passagens ao longo da publicação, os parlamentares evangélicos captam espaços de poder que antes eram de acesso (se não exclusivamente ao menos majoritariamente) de católicos, como diversos Conselhos Nacionais e Estaduais, Secretarias Nacionais e Estaduais. Os evangélicos não atuam sozinhos em suas pautas de interesse, seja junto ao Executivo, seja no Legislativo nacional. Eles trabalham lado a lado com políticos católicos, com os quais formam uma “bancada” que congrega aproximadamente um quinto dos parlamentares da Câmara dos Deputados. Vale lembrar, ainda, que eles se somam aos políticos que apresentam posicio-

106 O Globo, 03 de outubro de 2011. Acesso em 03 de julho de 2012.

107 Pela proposta, a pensão seria paga até a criança completar 18 anos. Por diferentes razões, ela foi classificada pelos seus opositores de “bolsa-estupro”. No capítulo 3 fazemos uma discussão mais ampla sobre esta questão.

namentos conservadores em pautas que ganham destaque por produzirem grande polêmica – como é o caso do deputado federal Jair Bolsonaro.

Aqui há um ponto a mais para ser explorado. A presença ostensiva de evangélicos na política, a exposição crescente desses atores na mídia televisiva e o aumento da competição no campo religioso impactaram o modo de fazer política dos católicos e da Igreja Católica. Se antes a estratégia era atuar por redes de influência no Executivo e Legislativo, na atualidade observa-se a atuação de deputados padres, reunidos com outros deputados que têm suas bases eleitorais na Igreja Católica ou que confessam sua identidade católica como modo de captar votos também desse público. A confessionalização da política teria atingido, assim, evangélicos e católicos transformando-se em uma estratégia de *marketing* político. Segundo nos lembra em entrevista concedida à pesquisa, o bispo Manoel Ferreira, presidente da CONAMAD e ex-deputado federal:

“Hoje, o segmento religioso amadureceu muito; nunca a Igreja Católica... até o Papa, até o Papa falou nessas eleições passadas, saíram informações que era do Vaticano, das eleições do Brasil; nunca houve esse envolvimento...” (Brasília, 13 de julho de 2012).

Diferentemente, porém, das observações sobre a atuação dos evangélicos na política nacional, a presença católica na política foi lembrada por muitos dos nossos entrevistados como fundamental para a construção da pauta dos direitos humanos no Brasil, haja vista que os pensadores e formuladores de políticas neste campo eram influenciados por religiosos católicos ligados ou não a pastorais. No entanto, de alguns anos para cá, foram observadas mudanças nesse estilo de atuação. A senadora Marta Suplicy (PT-SP) declarou em entrevista:

“as religiões se acirraram na sua rigidez frente aos comportamentos; não que tenham mudado os valores; por exemplo, a Igreja Católica nunca mudou seus valores, mas ela se tornou muito mais forte na exigência quanto ao cumprimento dos seus valores e entrando na política de forma que, até onde eu me lembre, posso até estar enganada, não tinha esse comportamento tão persistente na política.” (Brasília, 13 de julho de 2012)

A partir das investigações feitas nesta pesquisa, levantamos a hipótese de

que 2006 foi um ano importante para a composição do cenário político atual, marcado pela presença ostensiva e forte de evangélicos (e também de católicos) no Congresso Nacional. Além das eleições presidenciais, após intensos embates políticos entre governo e oposição em torno do que ficou conhecido como “escândalo do mensalão”¹⁰⁸, foi também nesse ano que o PLC 122/06, que trata do combate à homofobia no Brasil, foi aprovado na Câmara dos Deputados. Lideranças evangélicas se levantaram, então, contra o avanço desta agenda. O destaque nacional nesse movimento é o pastor Silas Malafaia, que passou a utilizar os espaços que ocupa na grade horária das emissoras de TV para colocar suas posições contrárias ao avanço da causa LGBT e para mobilizar seus fiéis nessa direção. Esse foi igualmente um ano de fragilidade e intensos embates políticos para os parlamentares evangélicos.¹⁰⁹ Esses, por um lado, e o governo, por outro, teriam vislumbado na aproximação que a partir de então se tornou mais contundente uma possibilidade de articulação capaz de reverter o cenário desfavorável em torno de si. Isto é, o fortalecimento da FPE no Congresso Nacional tem relação direta – mas não exclusiva – com o franqueamento, com a abertu-

108 O escândalo do mensalão ficou conhecido como o maior esquema de compra de votos de parlamentares em Brasília. Foi deflagrado em 2005 a partir de uma reportagem da Revista Veja sobre o desvio de dinheiro público nos Correios. Em 2007 o Supremo Tribunal Federal deu início a investigação de quarenta nomes denunciados pelo Procurador Geral da República no ano anterior. O julgamento terminou em 2012 com a condenação de vários políticos e empresários tendo este ficado conhecido como um dos mais significativos julgamentos da república brasileira.

109 Lembramos que tanto o escândalo do mensalão quanto o das sanguessugas ou ambulâncias, impulsionaram negociações amplas em torno da eleição presidencial que se aproximava e da manutenção ou obtenção de governabilidade naquela gestão, já com vistas para a futura. Sendo assim, (o então presidente) Lula costurou acordos com diversos setores. Referendou o avanço da pauta LGBT e do aborto, mas, no mesmo momento, dialogou com importantes lideranças que integravam a Frente Parlamentar Evangélica. Lula teria convidado o bispo Manoel Ferreira para conversar e participou pessoalmente da convenção estadual de pastores da Assembleia de Deus. Nesse encontro, Lula teria dito, segundo declarações do bispo em entrevista à pesquisa, que assinou projetos de Lei favoráveis à população LGBT e à legalização do aborto sem ter completo conhecimento do conteúdo de tais projetos visto que se tratava de uma agenda sob a responsabilidade do Secretário Nacional de Direitos Humanos.

ra de um acesso dos evangélicos ao Executivo Nacional através do então presidente da República e do contato vis-à-vis entre estes religiosos e os secretários e ministros de Estado. A relação entre o governo Lula e os evangélicos se consolida e se amplia a partir de 2006, mas não é inaugurada aí: esses religiosos desfrutavam de um espaço inacessível para eles em governos anteriores desde o início do primeiro mandato de Lula.

Em meio à crise política de 2006, os evangélicos entrevistados relembram tensos momentos de costura política com o governo. Falaram sobre a dificuldade enfrentada no interior do seu próprio segmento religioso para firmar apoio ao presidente e então candidato à reeleição, Lula, sobretudo em função do apoio dado por esse ao avanço das agendas feministas e da população LGBT. Para acalmar os ânimos, as lideranças evangélicas fizeram Lula assinar uma carta explicando qual seria a sua real posição diante desses temas. Essa carta teria sido decisiva para o desenrolar da relação entre o governo e os evangélicos – sejam os que integravam a FPE, sejam aqueles que lideram importantes associações e convenções. Nas palavras do bispo Manoel Ferreira:

“Às vezes saíam uns comentários, essa coisa toda, que não podiam entender como é que pode um líder religioso estar a favor, porque... mesmo que tenha havido esse entendimento, e essa carta aberta com o segmento religioso, mas o decreto era um documento, documento oficial, que o Lula havia assinado, apesar dele dizer que assinou precipitado, sem saber, porque o presidente da Secretaria de Direitos Humanos havia colocado e coisa e tal, mas ninguém... ele assinou. Então, saiu uma carta, um papel depois, dizendo que aquilo ali estava sendo avaliado, isso aí era difícil de entrar na cabeça do povo, né?” (Brasília, 13 de julho de 2012)

O controle de algumas agendas pelos evangélicos no Congresso Nacional é uma importante moeda de troca no jogo político que lhes possibilita o reconhecimento e a consolidação de sua atuação na Câmara Federal e no Senado. Lideranças do movimento feminista e a senadora Marta Suplicy falaram sobre isso à pesquisa. Nas palavras da última:

“os segmentos religiosos que começaram a ocupar espaço político, e que veem nesse espaço político uma possibilidade de ter poder, e a ocupação desse espaço é relacionada a esses temas; eles não falam tanto de reforma agrária, ou de

combate à miséria, ou de alfabetização do povo pobre, ou de direitos humanos... eles usam temas que mobilizam a massa que eles agregam, nos seus templos, né, através desses outros conceitos, e de criar um inimigo comum, né, às vezes é o candomblé, às vezes é o homossexual, às vezes é o... qualquer coisa relacionado ao que eles possam pôr no inferno.” (Brasília, 13 de julho de 2012)

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) analisa o cenário atual como de retrocesso em relação ao que se avançou no início dos anos 2000 quando era possível se falar num avanço da agenda LGBT e das mulheres, além de cartilhas sobre saúde e sexualidade que eram divulgadas nas escolas.

No que se refere particularmente ao tema do aborto, consideramos importante destacar ainda que o modo como ele foi tratado em sua dimensão política, de garantia ou não de direitos, não foi o único problema que emergiu da análise. Essa temática, como deve ser sabido por todos, não se constitui apenas como uma demanda de direitos, mas também é uma experiência eminentemente pessoal, íntima e subjetiva. E embora trabalhar com estas divisões seja complicado, pois os limites entre o direito público e a intimidade privada não são evidentes e nem precisos, desejamos aqui sinalizar que além do retrocesso que tangencia o debate sobre descriminalizar ou não o aborto, os discursos eram construídos a partir de dois aspectos que, de modo articulado, incidiam diretamente sobre a mulher, seu corpo e sua subjetividade: 1) a sua invisibilidade como ator político específico, dos seus direitos e das suas razões ao abortar; e 2) a criminalização acompanhada pela desqualificação moral do ato.

O debate em torno da controvérsia praticamente não convocava “a mulher” para o cenário da discussão. Centrado na referência e na demanda religiosa, o modo como o tema foi trazido reconhecia mais direitos e emoções ao feto que à mãe que o trazia em seu corpo. A bem da verdade, a candidata Dilma, muitas vezes, ao defender que esse era um tema de saúde, procurava ressaltar a violência que a decisão de interromper a gravidez representaria às mulheres, mas silenciava diante da pressão dos religiosos. No entanto, quando as mulheres conseguiam ultrapassar as barreiras que as silenciavam e eram convocadas para o debate, em geral, a sua enunciação era referenciada a um processo de criminalização e de “demonização” que enfrentavam ao se contrapor às imagens da “criança assassinada” com a “mãe que aborta”.

No artigo “Perigos da Simplificação”, veiculado no jornal O Estado de S. Paulo do dia 10 de outubro de 2010, Débora Diniz fez uma série de pon-

tuações referentes à direção que se tomava com o debate sobre o aborto naqueles termos. O fragmento que segue chama atenção para alguns aspectos que desejamos destacar aqui:

“A legalização do aborto não é uma moeda de troca política. É uma questão que diz respeito aos direitos fundamentais das mulheres. Por razões variadas e íntimas, as mulheres se veem diante de uma gravidez não planejada. Mulheres que jamais cometeriam um crime são forçadas a procurar auxílio em clínicas ilegais, em medicamentos adulterados ou em métodos ainda mais arriscados para realizar o aborto. Uma em cada cinco mulheres aos 40 anos já abortou ilegalmente, em um misto de medo, solidão e risco. A história dessas mulheres não pode ser ignorada pela busca desenfreada por votos de comunidades religiosas que consideram o aborto um crime abominável. Não é demais lembrar que descriminalizar o aborto não significa nenhuma imposição do Estado às decisões reprodutivas das mulheres. Apenas será reconhecido o direito de escolha. Um direito íntimo e fundamental de escolher em que momento uma mulher deseja exercer a maternidade.”

Nesse trecho do artigo, Débora Diniz evoca uma série de experiências, características e aspectos que evidenciam o caráter cotidiano, presente e ordinário do aborto, gostaríamos de chamar a atenção ao fato de que a sua criminalização pelo Estado incide de forma mais violenta sobre as mulheres mais pobres, as negras e as de menor escolaridade. Hoje, o aborto clandestino é responsável por cerca de 602 internações diárias por infecções e constitui a terceira maior causa para a morte materna no Brasil.

Direitos Humanos no Brasil contemporâneo

Os valores que atravessam o que se convencionou chamar de “cultura brasileira” são marcados por uma conformação que combina crenças e valores religiosos cristãos – sobretudo católicos – e espiritualistas – forjados no seio das religiões de matriz africana que coexistem com a lógica católica desde o Brasil Império (aqui vale lembrar que os auto-declarados como adeptos de religiões cristãs somam 86,8%, dados do Censo do IBGE de 2010). Na década de 1980, estudos tratavam de analisar a influência do catolicismo na formação da cultura nacional. Droogers (1987), por exemplo, chamava de Religião Média

Brasileira a presença de uma gramática e de representações ligadas à tradição católica difundidas e transmitidas de geração a geração na escola, na família, nos veículos de comunicação etc. A análise que o autor propõe discute a força da convivência de representações sociais ligadas ao catolicismo que se imbricam com representações de outras tradições religiosas e mesmo com outros referenciais ligados ao humanismo, à filosofia etc., salientando a predominância da primeira representação sobre as demais. Na atualidade, catolicismo não é mais hegemônico na sociedade brasileira, embora ainda possamos observar a sua centralidade no país a partir não só das auto-declarações censitárias (64,6% dos brasileiros se declararam católicos segundo o Censo do IBGE de 2010), mas também por marcarem o calendário nacional, pela patrimonialização de diversos espaços e referenciais sagrados católicos etc.

Para efeitos da discussão que pretendemos aqui, as análises em torno da presença fundamental do religioso na formação do Brasil contemporâneo são importantes porque indicam que os políticos religiosos – sejam evangélicos, sejam católicos – ressoam valores presentes nesta cultura e podem acionar meios (relacionados aos pânico morais) porque articulam um discurso que vai ao encontro da cosmologia dominante. Sendo assim, não se trata de justificar o refreamento ou os mecanismos acionados pelos religiosos no poder, mas de identificar porque eles são tão chamados a falar em determinados debates públicos – seja pelo próprio poder estatal, seja pela mídia.

Certamente que não desconsideramos os interesses políticos que envolvem a articulação entre o Executivo e os parlamentares evangélicos e católicos – vide caso do material educativo e as manobras em torno do impedimento à formação da CPI para investigar os escândalos relacionados ao então ministro Antonio Palocci. Consideramos também os interesses econômicos da mídia que privilegiam a polêmica e os atores em conflito. Mas uma análise culturalista, como a que propomos, pode nos ajudar a pensar sobre as razões que fundamentam o espaço que os religiosos ocuparam tanto na campanha presidencial de 2010, quanto no caso do material didático do Ministério da Educação. Não fosse o destacado lugar que a religião ocupa no espaço público, na formação de valores e no sistema de crenças dos brasileiros, tais episódios teriam outra dimensão. Toda a performance que envolve as ações dos evangélicos e católicos nessas agendas deve ser cuidadosamente analisada.

Sendo assim, avaliamos que as ações performáticas dos evangélicos na política fizeram com que eles aparecessem na mídia como atores muito poderosos – sendo noticiados nos mais variados veículos de comunicação impressio-

nando, até mesmo, os seus colegas congressistas não-religiosos. No entanto, embora consideremos o poder de organização e mobilização destes atores no cenário político atual, deve-se atentar que o sucesso na imposição ou na recondução de algumas agendas é fato apenas em alguns casos. No episódio sobre o aborto de anencéfalos, por exemplo, eles não obtiveram sucesso. Porém, destacamos uma estratégia importante que mobilizam: o trabalho em torno de agendas que os interessam genuinamente, mas que também mobilizam a sociedade como um todo, tentando conduzir o público ativando o pânico moral através de conteúdos moralizadores e escatológicos.

Nesse sentido, a ação de movimentos sociais na direção da garantia e da ampliação de direitos para mulheres e para a população LGBT deve se confrontar com o espaço que os atores religiosos dispõem. As ações dos movimentos citados devem considerar, sempre que possível, os componentes das cosmologias que formam a nossa cultura, investindo em campanhas de conscientização que dialoguem com estas cosmologias, e não que as desconsiderem como sendo reminiscências de um atraso ou de um pensamento obscuro com o qual não se quer ter contato. Em se tratando de sociedade brasileira, não há como desconsiderar o elemento religioso. Este é o nosso ponto. As concepções iluministas, humanistas e político-filosóficas tendem a desconsiderar os religiosos como legítimos e também fundamentais para o diálogo político, como se a religião devesse se restringir a outra esfera, a privada. Negar a presença da religião no espaço público brasileiro e se negar ao diálogo com as tradições que compõem esse campo implica num erro estratégico. E quando falamos em diálogo não somos inocentes a ponto de achar que é possível reunir lideranças que se opõem tão fortemente às agendas LGBT e de direitos das mulheres junto com os representantes destes segmentos. Quando dizemos diálogo, estamos falando em considerar os discursos produzidos por esses atores e “conversar” com a sociedade ou disputar nos fóruns propícios, considerando a sua existência ou até sua prevalência.

Um projeto político dos religiosos: um Brasil para Cristo?

A participação de religiosos na política, com destaque para os evangélicos pentecostais e neopentecostais, mudou e aumentou nesta última década. Se em meados dos anos 2000 falava-se em ausência de um projeto político que unificasse os evangélicos em razão da heterogeneidade interna que constitui

este segmento religioso, na atualidade, essa posição talvez deva ser reavaliada. E a reflexão em torno dessa afirmativa implica a revisão 1) do que os autores entendem por projeto político; 2) da afirmação de que a diversidade de denominações imporá limites intransponíveis à unificação em torno de um projeto; 3) e, por fim, da própria ideia de unidade e força política.

Na avaliação de alguns autores não é possível falar na existência de um projeto político forjado pelos evangélicos (Machado, 2006; Burity e Machado, 2006). Talvez esta afirmação valesse para o cenário político que se apresentava até meados dos anos 2000. Contudo, de 2006 em diante, com a organicidade adquirida pela Frente Parlamentar Evangélica e com a forte tomada de posição frente aos temas que avançam na agenda pública nacional talvez seja possível falar na formação de um projeto político comum, mantido por seus integrantes. Para levar a frente essa afirmação é preciso recolocar os termos tanto do que seria força e unidade de sua organização política, quanto é fundamental reavaliar as concepções do que é legitimamente político na atualidade. Em relação ao que significaria força e unidade da FPE vale lembrar que elas não podem ser medidas pela unanimidade interna à frente no que tange, por exemplo, às votações de temas colocados em pauta. No lugar disso, sustentamos que elas poderiam ser definidas:

1. Pela capacidade que os atores políticos a ela vinculados têm de recolocar/reorientar temas que estão em curso no Congresso Nacional;
2. Pela capacidade de amplificarem seus argumentos e os difundirem no meio religioso e para fora dele obtendo, em ambos, muitas adesões;
3. Pela capacidade de pautarem a agenda pública através da mídia e da articulação com ministérios e secretarias de governo;
4. Pela capacidade de articulação das lideranças que compõem a FPE – o que não significa, como já mencionamos, adesão de todos os integrantes da Frente, mas sim que essas são reconhecidas como tal para dentro e para fora da FPE, impulsionando a tomada de posição de diferentes atores.

Visto desse modo, o fato de não votarem unanimemente conforme orientação das lideranças da Frente não tem como corolário necessário o enfraquecimento da FPE. Não haver unanimidade nos posicionamentos dos integrantes das frentes parlamentares faz parte da dinâmica de atuação delas de um modo geral.

Outro ponto a desenvolver nesse quesito é a reavaliação das concepções

do que se reconhece como político, como legitimamente político. E essa discussão já foi solidamente feita por diferentes pesquisadores inscritos em várias áreas de atuação nas Ciências Sociais. Destacamos aqui as análises de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) sobre as mudanças em torno do que se poderia considerar contemporaneamente como movimento social. Na concepção desses autores, só é possível entender dadas manifestações como novas formas de movimento social se compreendermos as concepções sobre o que é política e o que é fazer política no cenário atual. Fazer política, nesta chave de análise, não significa necessariamente promover ações calcadas em ideologias que estavam polarizadas – porque polarizado estava o mundo – entre direita e esquerda. Questões ligadas à cultura e à identidade, por exemplo, passam a assumir lugar na cena política. Os grupos que carregam tais questões buscam afirmar sua legitimidade como atores políticos. O que esses novos movimentos mostram é que os modos de fazer política podem ser variados, como variados também são os temas e as questões que podem e devem ser considerados como próprios da esfera política. E essa afirmação não implica em uma relativização do que seja democracia (Goldman, 2003). Tendo estes novos termos do que pode ser político em mente, caberia ainda questionar a oposição quase acusatória em torno da qual se afirma que os evangélicos teriam um projeto de poder e não um projeto político. O projeto moralizador e civilizatório que empreendem não poderia ser considerado um projeto político, um projeto de nação, ainda que possa ser questionado como tal pelos setores mais “progressistas”?

Outro ponto a ser analisado sobre essa questão diz respeito a avaliação de alguns autores de que a diversidade de denominações evangélicas presentes no Brasil (e no Congresso Nacional) imporia limitações à unidade necessária para a formação de um projeto político dos evangélicos dada a intensa competitividade que essa diversidade representaria. No entanto, gostaríamos de destacar que o relativo movimento de neopentecostalização das igrejas evangélicas e mesmo da Igreja Católica vem possibilitando cada vez mais falar em mecanismos, doutrinas, rituais e repertórios comuns que permitiram vislumbrar, se não exatamente no presente, mas num futuro próximo, a formação de traços culturais vinculados a essa onda na esfera religiosa nacional. A neopentecostalização pode se espalhar na sociedade de tal modo a tornar menos evidentes as distinções que marcariam as denominações em termos de doutrinas, ritualísticas e modos de operação no espaço público. As distinções talvez se operem mais no plano das idiosincrasias

loais que possibilitariam que determinadas igrejas fossem mais fortes num contexto que em outro. Mesmo que não queiramos nos deter num exercício de projeção dos possíveis impactos da presente neopentecostalização para a sociedade é importante salientar que ela está em curso e tem efeitos que não estão circunscritos ao campo religioso.

Com isto, gostaríamos de salientar a importância de entender que embora reconheçamos o caráter performático dos evangélicos e mais recentemente dos católicos na política nacional, que reconheçamos os limites de suas ações políticas, que reconheçamos, ainda, a diversidade e competição que marcam o segmento evangélico, talvez devêssemos entender que estes religiosos vêm atuando unidos em prol da promoção de uma sociedade moralizada e civilizada a partir de seus termos. Os meios que acionam para isso articulam diferentes técnicas e recursos atuando cada vez mais e de modo cada vez mais efetivo na formulação ou na reformulação de leis e projetos de leis em nível nacional.

Nesta publicação não tínhamos a pretensão de esgotar as possibilidades de análise oferecidas pelo material recolhido na pesquisa. Expusemos pontos de vista dos atores em conflito, disponibilizamos uma pormenorizada cobertura das controvérsias selecionadas e apresentamos as discussões em torno de questões que julgamos fundamentais para o enfrentamento do cenário atual – a polissemia da noção de laicidade; a diversidade de correntes internas ao que chamamos de protestantismo, evangelicalismo e catolicismo no Brasil; etc. – com a finalidade de contribuir para novas reflexões sobre o lugar do religioso na política e na sociedade. Os temas com os quais a sociedade se debate devem ser exaustivamente analisados e discutidos em publicações, fóruns e seminários. Esperamos ter contribuído para os trabalhos e ações que se seguirão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDÉ, Alessandra. “Mídia, pluralismo e atitude política” In: *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 03-08, 2004.

ALMEIDA, Ronaldo. *A Igreja Universal e os seus demônios*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009 (Antropologia Hoje).

_____. “A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade” In: Faustino Teixeira e Renata Menezes (orgs.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ASSMANN, Hugo. *Igreja Eletrônica e seu impacto na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1986.

AUBRÉE, Marion. “Um Néo-Pentecôtisme brésilien parmi les populations immigrées en europe de l’ouest”. In: *Anthropologie e Société*. Vol. 27. n.1 Quebec, 2003.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras*. Belo Horizonte, Ed. UFMG: 2000.

BARBOSA, Livia. *Jeitinho brasileiro ou a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BENEDETTI, Luiz Roberto. “Religião: trânsito ou indeferência?” In: Faustino Teixeira e Renata Menezes (orgs.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

BIRMAN, Patrícia. “Imagens religiosas e projetos para o futuro”. In: Patrícia Birman (org.). *Religião e Espaço Público*. Coleção de Antropologia. Movimentos Religiosos do Mundo Contemporâneo. São Paulo: Attar Editorial, 2003.

_____. “Só Deus resolve: desafios evangélicos à ordem mundana”. In: Joanildo Burity e Péricles Andrade (orgs.) *Religião e Cidadania*. São Cristóvão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

BOTAS, Paulo. “A beleza que nos salva da intolerância”. In: Ivanir dos Santos e Astrogildo Esteves Filho (orgs.). *Intolerância Religiosa x Democracia*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

BURITY, Joanildo. “Religião e cidadania: alguns problemas de mudança socio-cultural e de intervenção política”. In: Joanildo Burity e Péricles Andrade (orgs.). *Religião e Cidadania*. São Cristóvão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

BURITY, Joanildo. *Identidade política no campo religioso*. Recife: Editora da UFPE, 1997.

____ e MACHADO, M.D. (orgs). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

CONRADO, Flávio César. “Política e mídia: a Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições”. In: *Religião e Sociedade*, 21/2, 2001.

CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA. São Paulo: DMAG Comunicação, 2010.

CARRANZA, Brenda. *Renovação Carismática: origens, mudanças, tendências*. Aparecida: Editora Santuário, 2000.

CASANOVA, José. *Public religions in the modern world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. *Os desafios para a ampliação da participação política das mulheres e para a inclusão da agenda feminista no processo democrático – as eleições de 2010*. Brasília (DF): formato digital, 2010. Disponível em http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3497:os-desafios-para-a-ampliacao-da-participacao-po

litica-das-mulheres-e-para-a-inclusao-da-agenda-feminista-no-processo-democratico-as-eleicoes-de-2010&catid=212:artigos-e-textos&Itemid=146. Acesso em 12 de novembro de 2012.

DAGNINO, Evelina. “Cultura, Cidadania e Democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana” In: Alvarez; Dagnino; Escobar, (orgs.). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras*. Belo Horizonte, Ed. UFMG: 2000.

DROOGERS, André. “A Religiosidade Mínima Brasileira”. In: *Religião e Sociedade*, 14/2, 1987.

FERNANDES, Rubem César. *Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

____. CIN – Censo Institucional Evangélico. Série Textos de Pesquisa. Rio de Janeiro: ISER, 1992.

FERNANDES, Silvia Regina Alves e PITTA, Marcelo. “Mapeando as rotas do trânsito religioso no Brasil”. In: *Religião e Sociedade*, 26/2, 2006.

FISCHMANN, Roseli. “A proposta de concordata com a Santa Sé e o debate na Câmara Federal”. In: *Educação e Sociedade*. Campinas, n. 107, v. 30, mai./ago., 2009.

FONSECA, Alexandre Brasil. “Uma igreja na política: voto, clientelismo e mediação na Igreja Universal do Reino de Deus”. *Cadernos CEAS*, 16, 1996.

____. “Fé na tela: características e ênfases de duas estratégias evangélicas na televisão”. In: *Religião e Sociedade*, 23/2, 2003.

____. “Lideranças Evangélicas na Mídia: Trajetórias na política e na sociedade civil”. In: *Religião e Sociedade*, 19/1, 1998.

____. *Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre evangélicos na política nos anos 90*. Tese de doutorado em Sociologia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FRESTON, Paul. “Uma breve história do pentecostalismo brasileiro: a Assembleia de Deus”. In: *Religião e Sociedade*, 16/3, 1994.

____. “Evangélicos na política brasileira”. In: *Religião e Sociedade*, 16/1-2, 1992.

____. *Evangélicos e Política no Brasil, da Constituinte ao Impeachment*. Tese de doutoramento. São Paulo: DCS/IFCH/Unicamp, 1993.

____. “As Igrejas Evangélicas nas eleições gerais brasileiras”. In: *Religião e Sociedade*, 17/1-2, 1996.

GIUMBELLI, Emerson. *O Fim da Religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

____. “O ‘chute na santa’: blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil”. In: Patrícia Birman (org.). *Religião e Espaço Público*. Coleção de Antropologia. Movimentos Religiosos do Mundo Contemporâneo. São Paulo: Attar Editorial, 2003.

____. “A Presença do Religioso no Espaço Público: modalidades no Brasil”. In: *Religião e Sociedade*, 28/2, 2008.

____. “Ensino religioso na escola pública e algumas questões mais gerais sobre religião e sociedade”. In: Joanildo Burity e Péricles Andrade (orgs.). *Religião e Cidadania*. São Cristóvão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

____. “Religiões no Brasil dos anos 1950: processos de modernização e configurações da pluralidade”. In: *Plura, Revista de Estudos da Religião*. vol. 3, n.1, 2012.

GOMES, Edlaine de Campos. “A religião em discurso: a retórica parlamentar sobre o aborto”. In: Luiz Fernando Dias Duarte [et al] (org.). *Valores Religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

HORTAL, Jésus. “As novas tendências religiosas: uma reflexão sobre as causas e conseqüências”. In: CNBB. *A Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil (III)*. São Paulo: Paulinas, 1994.

LEITE, Vanessa. “*Juventude e sexualidade: moralidades em disputa na trajetória do projeto Escola sem Homofobia*”. In: *Anais da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012 em São Paulo (mimeo).

LEMGRUBER, Julita. “Pena alternativa: cortando a verba da pós-graduação do crime” In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e Violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1996.

LIMA, Diana; WERNECK, Vinícius. “A notícia política na mídia evangélica: o Mensageiro da Paz e a Folha Universal em perspectiva comparada”. In: *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. “Conflitos religiosos na arena política: o caso do Rio de Janeiro”. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, v. 6, n. 6, 2004.

_____. “Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro: as disputas pelo poder legislativo em perspectiva”. In: Burity, J. e Machado, M.D. (orgs). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*.

Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e Religião: A participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. “Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, 2012.

MAFRA, Clara e DE PAULA, Robson. “O Espírito da Simplicidade: a cosmologia da Batalha Espiritual e as concepções de corpo e pessoa entre policiais pentecostais cariocas”. In: *Religião e Sociedade*,. 22/1, 2002.

MAFRA, Clara. *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

MAGGIE, Yvonne. *Medo e feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, Órgão do Ministério da Justiça, 1992.

_____. *Guerra de Orixá*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. “Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública”. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, maio-ago, 2011.

MARIZ, Cecília. “Algumas reflexões sobre religião e luta pela cidadania”. In: Joanildo Burity e Péricles Andrade (orgs.) *Religião e Cidadania*. São Cristóvão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

____. “A teologia da guerra espiritual: uma revisão da literatura sócio-antropológica”. In: *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, 1999.

MIRANDA, Júlia. “A presença católica na esfera pública brasileira: para pensar o laicismo e o laicato”. In: Joanildo Burity e Péricles Andrade (orgs.) *Religião e Cidadania*. São Cristóvão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

MISKOLCI, Richard. “Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay”. In: *Cad. Pagu*, Campinas, n. 28, June 2007.

MONTERO, Paula. “Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 74. São Paulo, 2006.

____. “Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso” In: *Religião e Sociedade*, 32(1): 167-183, 2012.

NATIVIDADE, Marcelo e LOPES, Paulo Victor Leite. “Os direitos das pessoas GLBT

e as respostas religiosas: da parceria civil à criminalização da homofobia”. In: Luiz Fernando Dias Duarte [et al] (orgs.) *Valores Religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

NOVAES, Regina Célia Reyes. “Os cren-tes e as eleições”. In: *Comunicações do ISER*. 3: 18-21, 1982.

____. *De Corpo e Alma*: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

____. “Os jovens, os ventos secularizantes e o espírito do tempo”. In: Faustino Teixeira e Renata Menezes (orgs.) *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ORO, Ari Pedro. “A laicidade no Brasil e no Ocidente”. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, , mai-ago, 2011.

____. “Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil”. In: *Horizonte*. Belo Horizonte, v. 9. n.22. jul-set. 2011.

____. *Religões Populares e Modernidade no Brasil*. In: Ari Pedro Oro; Sergio Teixeira. (Org.) *Brasil e França: ensaios de antropologia social. Brasil e França: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

PIERUCCI, Antonio Flávio. “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte”. In: Pierucci, A.F. & Prandi, R. *A Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio e MARIA-NO, Ricardo. “Sociologia da religião, uma sociologia da mudança”. In: Carlos Benedito Martins. *Horizontes das ciências sociais no Brasil. Sociologia*. São Paulo: Anpocs, 2010.

SANTOS, Josadac Bezerra dos. “Políticas públicas, aborto e religião no Brasil: uma atualização do debate”. In: Joanildo Burity e Péricles Andrade (orgs.). *Religião e Cidadania*. São Cristovão: Editora UFS; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

SILVA, Marlise Vinagre. “Liberdade, democracia e intolerância religiosa”. In: Ivanir dos Santos e Astrogildo Esteves Filho (orgs.). *Intolerância Religiosa x Democracia*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

TAUSSIG, Michael. *Defacement: Public secrecy and the labor of the negative*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

THOMPSON, Kenneth. *Moral Panics*. London, Routledge, 1998.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo - Volume I - Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo - Volume II - A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

VITAL DA CUNHA, Christina. *Evangélicos em ação nas favelas cariocas: um estudo sócio-antropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no complexo de Acari*. Tese de Doutorado. PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro, 2009.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZVEITER, Luiz. “Direitos Humanos e liberdades religiosas”. In: Ivanir dos Santos e Astrogildo Esteves Filho (orgs.). *Intolerância Religiosa x Democracia*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

ANEXO I

Lista oficial da Frente Parlamentar Evangélica e da Pastoral Parlamentar Católica na 54ª Legislatura.

Frente Parlamentar Evangélica

UF	PARLAMENTARES	PARTIDO	IGREJA
RJ	AROLDE DE OLIVEIRA	DEM	BATISTA
SP	JORGE TADEU MUDALEM	DEM	INTERNACIONAL DA GRAÇA
RS	ONYX LORENZONI	DEM	LUTERANA
RO	MARCOS ROGÉRIO	PDT	ASSEMBLEIA DE DEUS
BA	SÉRGIO BRITO	PDT	BATISTA
ES	SUELI VIDIGAL	PDT	BATISTA
BA	OZIEL DE OLIVEIRA	PDT	BATISTA
ES	MANATO	PDT	MARANATA
AP	FÁTIMA PELAES	PMDB	ASSEMBLEIA DE DEUS
PR	ANDRÉ ZACHAROW	PMDB	BATISTA
SP	EDINHO ARAÚJO	PMDB	PRESBITERIANA
MG	LEONARDO QUINTÃO	PMDB	PRESBITERIANA
RJ	EDUARDO CUNHA	PMDB	SARA NOSSA TERRA
RJ	WASHINGTON REIS	PMDB	NOVA VIDA
GO	DONA IRIS DE ARAÚJO	PMDB	CRISTÃ EVANGÉLICA
MA	PROFESSOR SÉTIMO	PMDB	INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL
MG	WALTER TOSTA	PMN	BATISTA
SP	MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO	PP	MUNDIAL DO PODER DE DEUS
DF	RONALDO FONSECA	PR	ASSEMBLEIA DE DEUS
MA	ZÉ VIEIRA	PR	ASSEMBLEIA DE DEUS
PE	ANDERSON FERREIRA	PR	ASSEMBLEIA DE DEUS
RJ	NEILTON MULIM	PR	BATISTA
MG	LINCOLN PORTELA	PR	BATISTA
SE	LAÉRCIO OLIVEIRA	PR	PRESBITERIANA
RJ	GAROTINHO	PR	PRESBITERIANA
RJ	LILIAM SÁ	PR	PRESBITERIANA

RJ	DR. ADILSON SOARES	PR	INTERNACIONAL DA GRAÇA
SP	PASTOR PAULO FREIRE	PR	ASSEMBLEIA DE DEUS
MA	CLEBER VERDE	PRB	ASSEMBLEIA DE DEUS
SE	HELENO	PRB	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
BA	MÁRCIO MARINHO	PRB	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
SP	OTONIEL LIMA	PRB	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
RJ	VITOR PAULO	PRB	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
MG	GEORGE HILTON	PRB	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
SP	ANTONIO BULHÕES	PRB	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
RR	JONATHAN DE JESUS	PRB	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
RJ	AUREO	PRTB	INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL
PE	PASTOR EURICO	PSB	ASSEMBLEIA DE DEUS
SP	JEFFERSON CAMPOS	PSB	QUADRANGULAR
AC	ANTÔNIA LÚCIA	PSC	ASSEMBLEIA DE DEUS
BA	ERIVELTO SANTANA	PSC	ASSEMBLEIA DE DEUS
RJ	FELIPE PEREIRA	PSC	ASSEMBLEIA DE DEUS
ES	LAURIE TE	PSC	ASSEMBLEIA DE DEUS
SP	MARCO FELICIANO	PSC	ASSEMBLEIA DE DEUS
AM	SILAS CÂMARA	PSC	ASSEMBLEIA DE DEUS
PR	TAKAYAMA	PSC	ASSEMBLEIA DE DEUS
PA	ZEQUINHA MARINHO	PSC	ASSEMBLEIA DE DEUS
PR	EDMAR ARRUDA	PSC	PRESBITERIANA
MG	MÁRIO DE OLIVEIRA	PSC	QUADRANGULAR
SP	MARCELO AGUIAR	PSC	RENASCER EM CRISTO
PR	DELEGADO FRANCISCHINI	PSDB	ASSEMBLEIA DE DEUS
GO	JOÃO CAMPOS	PSDB	ASSEMBLEIA DE DEUS
RJ	ANDRÉIA ZITO	PSDB	BATISTA
SP	VAZ DE LIMA	PSDB	PRESBITERIANA
SP	BRUNA FURLAN	PSDB	CRISTÃ DO BRASIL
PB	ROMERO RODRIGUES	PSDB	INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL
PB	RUI CARNEIRO	PSDB	INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL
MG	DR. GRILO	PSL	INTERNACIONAL DA GRAÇA
MG	GILMAR MACHADO	PT	BATISTA

RJ	BENEDITA	PT	PRESBITERIANA
RO	NILTON CAPIXABA	PTB	ASSEMBLEIA DE DEUS
AM	SABINO CASTELO BRANCO	PTB	ASSEMBLEIA DE DEUS
RS	RONALDO NOGUEIRA	PTB	ASSEMBLEIA DE DEUS
PA	JUSUÉ BENGTON	PTB	QUADRANGULAR
RJ	WALNEY ROCHA	PTB	INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL
MA	LOURIVAL MENDES	PTdoB	BATISTA
RO	LINDOMAR GARÇON	PV	ASSEMBLEIA DE DEUS
SP	PASTOR ROBERTO DE LUCENA	PV	BRASIL PARA CRISTO
AC	HENRIQUE AFONSO	PV	COMUNIDADE SHAMÁ
SP	SINVAL MALHEIROS	PV	INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL

Pastoral Parlamentar Católica

UF	PARLAMENTAR	PARTIDO
PE	ANDRÉ DE PAULA	DEM
SP	SALVADOR ZIMBALDI	PDT
PR	OSMAR SERRAGLIO	PMDB
SC	EDINHO BEZ	PMDB
GO	SANDRO MABEL	PMDB
RR	SENADOR ROMERO JUCÁ (2011 – 2019)	PMDB
CE	PADRE JOSÉ LINHARES - PRESIDENTE	PP
MG	DILCEU SPERAFICO	PP
PR	NELSON MEURER	PP
RS	VILSON COVATTI	PP
CE	GORETE PEREIRA	PR
SP	GABRIEL CHALITA	PSB
RS	ALEXANDRE ROZO	PSB
RJ	HUGO LEAL	PSC
AC	SENADOR SÉRGIO PETECÃO (2011-2019)	PSD
MG	EDUARDO AZEREDO	PSDB
SC	MARCO TEBALDI	PSDB

PB	LUIZ COUTO	PT
RJ	ELIANE ROLIM	PT
PI	NAZARENO FONTELES	PT
MG	ODAIR CUNHA	PT
MG	PADRE JOÃO	PT
RO	PADRE TON	PT
MG	EROS BIONDINI	PTB

ANEXO 2

Lista oficial da Frente Parlamentar Mista Permanente em Defesa da Vida e Contra o Aborto e da Frente Parlamentar em Defesa da Família na 54ª Legislatura.

Frente Parlamentar em Defesa da Vida e Contra o Aborto

UF	PARLAMENTAR	PARTIDO
RR	PAULO CESAR QUARTIERO	DEM
MG	JOÃO BITTAR	DEM
PI	JÚLIO CESAR	DEM
SP	ELEUSES PAIVA	DEM
MG	JAIRÓ ATAÍDE	DEM
BA	FERNANDO TORRES	DEM
SP	GUILHERME CAMPOS	DEM
PB	EFRAIM FILHO	DEM
SC	ONOFRE SANTO AGOSTINI	DEM
PR	EDUARDO SCIARRA	DEM
TO	PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE	DEM
PA	LIRA MAIA	DEM
PI	OSMAR JÚNIOR	PCdoB
SP	DELEGADO PROTÓGENES	PCdoB
BA	DANIEL ALMEIDA	PCdoB
SP	SALVADOR ZIMBALDI – PRESIDENTE	PDT
ES	SUELI VIDIGAL	PDT
RS	ENIO BACCI	PDT
PB	DAMIÃO FELICIANO	PDT
BA	MARCOS MEDRADO	PDT
MG	ADEMIR CAMILO	PDT
AP	SEBASTIÃO BALA ROCHA	PDT
SP	JOÃO DADO	PDT
RS	VIEIRA DA CUNHA	PDT
CE	ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT

ES	MANATO	PDT
RJ	FELIPE BORNIER	PHS
PR	OSMAR SERRAGLIO	PMDB
RJ	NELSON BORNIER	PMDB
RO	NATAN DONADON	PMDB
CE	MAURO BENEVIDES	PMDB
MG	LEONARDO QUINTÃO	PMDB
RJ	SOLANGE ALMEIDA	PMDB
SC	VALDIR COLATTO	PMDB
PB	NILDA GONDIM	PMDB
PR	HERMES PARCIANELLO	PMDB
MS	MARÇAL FILHO	PMDB
SC	ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	PMDB
ES	ROSE DE FREITAS	PMDB
MA	PROFESSOR SETIMO	PMDB
GO	LEANDRO VILELA	PMDB
MA	ALBERTO FILHO	PMDB
SC	CELSO MALDANER	PMDB
ES	LELO COIMBRA	PMDB
CE	ANÍBAL GOMES	PMDB
GO	PEDRO CHAVES	PMDB
MG	PAULO PIAU	PMDB
PB	MANOEL JUNIOR	PMDB
RR	EDIO LOPES	PMDB
RJ	EDUARDO CUNHA	PMDB
PR	ANDRÉ ZACHAROW	PMDB
AP	FÁTIMA PELAES	PMDB
AL	JOAQUIM BELTRÃO	PMDB
SC	EDINHO BEZ	PMDB
MG	JOÃO MAGALHÃES	PMDB
MG	ANTÔNIO ANDRADE	PMDB
RN	FÁBIO FARIA	PMN
DF	JAQUELINE RORIZ	PMN
RJ	DR. CARLOS ALBERTO	PMN

MG	WALTER TOSTA	PMN
PB	AGUINALDO RIBEIRO	PP
PR	NELSON MEURER	PP
PE	EDUARDO DA FONTE	PP
RS	VILSON COVATTI	PP
PR	DILCEU SPERAFICO	PP
RJ	SIMÃO SESSIM	PP
SC	ZONTA	PP
PP	REBECCA GARCIA	PP
RS	JOSÉ OTÁVIO GERMANO	PP
MT	ROBERTO DORNER	PP
MG	LUIZ FERNANDO FARIA	PP
BA	ROBERTO BRITTO	PP
AM	CARLOS SOUZA	PP
CE	JOSÉ LINHARES	PP
RS	RENATO MOLLING	PP
AC	GLADSON CAMELI	PP
GO	ROBERTO BALESTRA	PP
MA	WALDIR MARANHÃO	PP
MG	GERALDO THADEU	PPS
SP	ARNALDO JARDIM	PPS
MG	AELTON FREITAS	PR
MG	LINCOLN PORTELA	PR
MG	JAIME MARTINS	PR
RJ	LILIAM SÁ	PR
RJ	ANTHONY GAROTINHO	PR
PR	GIACOBO	PR
PE	ANDERSON FERREIRA	PR
DF	RONALDO FONSECA	PR
RJ	FRANCISCO FLORIANO	PR
MA	DAVI ALVES SILVA JÚNIOR	PR
CE	GORETE PEREIRA	PR
RJ	DR. PAULO CÉSAR	PR
BA	MAURÍCIO TRINDADE	PR

MG	BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS	PR
MT	HOMERO PEREIRA	PR
AM	HENRIQUE OLIVEIRA	PR
RJ	NEILTON MULIM	PR
AL	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PR
SP	OTONIEL LIMA	PRB
MA	CLEBER VERDE	PRB
SP	ANTONIO BULHÕES	PRB
RR	CHICO DAS VERDURAS	PRP
RJ	AUREO	PRTB
TO	LAUREZ MOREIRA	PSB
MA	RIBAMAR ALVES	PSB
CE	EDSON SILVA	PSB
PE	PASTOR EURICO	PSB
RN	SANDRA ROSADO	PSB
SP	GABRIEL CHALITA	PSB
MT	VALTENIR PEREIRA	PSB
ES	PAULO FOLETTO	PSB
ES	AUDIFAX	PSB
SP	ABELARDO CAMARINHA	PSB
SP	JEFFERSON CAMPOS	PSB
PE	FERNANDO COELHO FILHO	PSB
RO	MAURO NAZIF	PSB
CE	ARIOSTO HOLANDA	PSB
PE	GONZAGA PATRIOTA	PSB
SE	VALADARES FILHO	PSB
SP	DR. UBIALI	PSB
RS	LUIZ NOÉ	PSB
AL	GIVALDO CARIMBÃO	PSB
MG	JÚLIO DELGADO	PSB
MG	STEFANO AGUIAR	PSC
AM	SILAS CÂMARA	PSC
SP	PASTOR MARCO FELICIANO	PSC

PR	TAKAYAMA – PASTOR	PSC
AC	ANTÔNIA LÚCIA	PSC
PR	NELSON PADOVANI	PSC
ES	LAURIETE	PSC
BA	ERIVELTON SANTANA	PSC
PR	EDMAR ARRUDA	PSC
RJ	HUGO LEAL	PSC
SE	ANDRE MOURA	PSC
PR	RATINHO JUNIOR	PSC
PA	ZEQUINHA MARINHO	PSC
BA	SÉRGIO BRITO	PSC
PB	RUY CARNEIRO	PSDB
RR	BERINHO BANTIM	PSDB
AL	RUI PALMEIRA	PSDB
GO	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB
SP	VANDERLEI MACRIS	PSDB
MG	EDUARDO AZEREDO	PSDB
PA	DUDIMAR PAXIUBA	PSDB
MG	DOMINGOS SÁVIO	PSDB
SP	ALBERTO MOURÃO	PSDB
PB	ROMERO RODRIGUES	PSDB
GO	VALDIVINO DE OLIVEIRA	PSDB
RJ	ANDREIA ZITO	PSDB
MG	CARLAILE PEDROSA	PSDB
SP	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB
RJ	OTAVIO LEITE	PSDB
PR	ALFREDO KAEFER	PSDB
MG	PAULO ABI-ACKEL	PSDB
MG	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB
MA	CARLOS BRANDÃO	PSDB
CE	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB
GO	JOÃO CAMPOS	PSDB
SP	LUIZ FERNANDO MACHADO	PSDB

MG	DR. GRILO	PSL
MG	MIGUEL CORRÊA	PT
MG	GILMAR MACHADO	PT
SC	DÉCIO LIMA	PT
SC	JORGE BOEIRA	PT
PI	NAZARENO FONTELES	PT
AC	TAUMATURGO LIMA	PT
SP	JILMAR TATTO	PT
GO	RUBENS OTONI	PT
PR	ASSIS DO COUTO	PT
PA	ZÉ GERALDO	PT
PE	FERNANDO FERRO	PT
MS	BIFFI	PT
MG	WELITON PRADO	PT
SP	DEVANIR RIBEIRO	PT
MG	ODAIR CUNHA	PT
MG	LEONARDO MONTEIRO	PT
RJ	WALNEY ROCHA	PTB
PE	SILVIO COSTA	PTB
RO	NILTON CAPIXABA	PTB
SP	ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB
PI	PAES LANDIM	PTB
RS	SÉRGIO MORAES	PTB
CE	ARNON BEZERRA	PTB
SP	NELSON MARQUEZELLI	PTB
PR	ALEX CANZIANI	PTB
PA	JOSUÉ BENGTON	PTB
MA	LOURIVAL MENDES	PTdoB
RN	PAULO WAGNER	PV
SP	ROBERTO DE LUCENA	PV
AC	HENRIQUE AFONSO	PV
RO	LINDOMAR GARÇON	PV
SP	RICARDO IZAR	PV

Frente Parlamentar em Defesa da Família

UF	PARLAMENTAR	PARTIDO
ES	DEP. SUELI VIDIGAL	PDT
MT	SENADOR PEDRO TAQUES	PDT
AP	DEP. FÁTIMA PELAES	PMDB
AC	SENADOR SÉRGIO PETECÃO	PMN
CE	DEP. JOSÉ LINHARES	PP
RS	SENADORA ANA AMÉLIA	PP
PR	DEP. LÍLIAN SÁ	PR
RJ	DEP. ANTONY GAROTINHO	PR
SP	DEP. PAULO FREIRE	PR
ES	SENADOR MAGNO MALTA	PR
MT	SENADOR BLAIRO MAGGI	PR
AC	DEP. ANTÔNIA LÚCIA	PSC
ES	DEP. LAURIETE	PSC
SP	DEP. MARCELO AGUIAR	PSC
SP	DEP. MARCO FELICIANO	PSC
MG	DEP. WALTER TOSTA	PSDB
GO	DEP. JOÃO CAMPOS	PSDB
RJ	DEP. BENEDITA DA SILVA	PT
MG	DEP. EROS BIONDINI	PTB
AL	DEP. ROSINHA DA ADEFAL	PTdoB
SP	DEP. ROBERTO LUCENA	PV
AC	DEP. HENRIQUE AFONSO	PV



RECOMENDAMOS encarecidamente a todos os cidadãos e cidadãos brasileiros e brasileiras, em consonância com o art. 5º da Constituição Federal, que *defende a inviolabilidade da vida humana e, conforme o Pacto de S. José da Costa Rica, desde a concepção, independentemente de suas convicções ideológicas ou religiosas, que, nas próximas eleições, deem seu voto somente a candidatos ou candidatas e partidos contrários à descriminalização do aborto.*

Convidamos, outrossim, a todos para lerem o documento "Votar Bem" aprovado pela 73ª Assembleia dos Bispos do Regional Sul 1 da CNBB, reunidos em Aparecida no dia 29 de junho de 2010 e verificarem as provas do que acima foi exposto no texto "A Contextualização da Defesa da Vida no Brasil" (<http://www.cnbb.org.br/arquivos/defesavidabrasil.pdf>), elaborado pelas Comissões em Defesa da Vida das Dioceses de Guarulhos e Taubaté, ligadas à Comissão em Defesa da Vida do Regional Sul 1 da CNBB, ambos disponíveis no site desse mesmo Regional.

COMISSÃO EM DEFESA DA VIDA DO REGIONAL SUL 1 DA CNBB

Rua Conselheiro Ramalho, 726 - Bela Vista - Cep 01325-000 - São Paulo-SP
Tel.: 11 3253.2788 - e-mail: cnbb1@cnbb.org.br - Site: www.cnbb.org.br



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL Regional Sul 1

APELO A TODOS OS BRASILEIROS E BRASILEIRAS

NOTA DA COMISSÃO EPISCOPAL REPRESENTATIVA DO CONSELHO EPISCOPAL REGIONAL SUL 1 – CNBB

A Presidência e a Comissão Representativa dos Bispos do Regional Sul 1 da CNBB, em sua Reunião ordinária, tendo já dado orientações e critérios claros para "VOTAR BEM", acolhem e recomendam a ampla difusão do "APELO A TODOS OS BRASILEIROS E BRASILEIRAS" elaborado pela Comissão em Defesa da Vida do Regional Sul 1 que pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico "www.cnbb.org.br".

São Paulo, 26 de Agosto de 2010.

Nelson Westrupp

Dom Nelson Westrupp, sj
Presidente do CONSER-SUL 1

Benedicto Beni dos Santos

Dom Benedito Beni dos Santos
Vice-presidente do CONSER-SUL 1

Ailton José dos Santos

Dom Ailton José dos Santos
Secretário Geral do CONSER-SUL 1



Nós, participantes do 2º Encontro das Comissões Diocesanas em Defesa da Vida (CDDVs), organizado pela Comissão em Defesa da Vida do Regional Sul 1 da CNBB e realizado em S. André no dia 03 de julho de 2010,

- **considerando que**, em abril de 2005, no 1º Relatório do Brasil sobre o Tratado de Direitos Civis e Políticos, apresentado ao Comitê de Direitos Humanos da ONU (nº 45) **a atual governo comprometeu-se a legalizar o aborto;**
- **considerando que**, em agosto de 2005, **a atual governo** entregou ao Comitê da ONU para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) documento no qual **reconhece o aborto como Direito Humano da Mulher;**
- **considerando que**, em setembro de 2005, através da Secretaria Especial de Política das Mulheres, **a atual governo apresentou ao Congresso um substitutivo do PL 1135/91.**

Como resultado do trabalho da Comissão Tripartite, no qual é proposta a descriminalização do aborto até o nono mês de gravidez e por qualquer motivo, pois com a eliminação de todos os artigos do Código Penal, que o criminalizam, o aborto, em todos os casos, deixaria de ser crime,

- **considerando que**, em setembro de 2006, no plano de governo do 2º mandato do atual Presidente, **ele reafirma**, embora com linguagem velada, **o compromisso de legalizar o aborto;**
- **considerando que**, em setembro de 2007, no seu 11º Congresso, **a PT assumiu a descriminalização do aborto e o atendimento de todos os casos no serviço público como programa de partido**, sendo o primeiro partido no Brasil a assumir este programa;



- **considerando que**, em setembro de 2009, **o PT puniu os dois deputados Luiz Bassuma e Henrique Mello por serem contrários à legalização do aborto;**
- **considerando como**, com todas estas decisões a favor do aborto, **o PT e o atual governo tornaram-se** outros colaboradores do Imperialismo Demográfico que está sendo imposto em nível mundial por Fundações internacionais, as quais, sob o falso pretexto da defesa dos direitos reprodutivos e sexuais da mulher, e usando o falso rótulo de "aborto - problema de saúde pública", estão implantando o controle demográfico mundial como moderna estratégia do capitalismo internacional;
- **considerando que**, em fevereiro de 2010, **o 1º Congresso Nacional da PT manifestou apoio incondicional ao 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3)**, decreto nº 7.037/09 de 21 de dezembro de 2009, **assinado pelo atual Presidente e pela ministra da Casa Civil, no qual se reafirmou a descriminalização do aborto**, dando assim continuidade e levando às últimas consequências esta política antinatalista de controle populacional, desumano, antissocial e contrário ao verdadeiro progresso do nosso País;
- **considerando que este mesmo Congresso elegeu a própria ministra da Casa Civil como candidata oficial do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República;**
- **considerando** então que, em junho de 2010, **para impedir a investigação dos origens do financiamento por parte de organizações internacionais para a legalização e a promoção do aborto no Brasil, o PT e os lideranças partidárias da base aliada boicotaram a criação da CPI do aborto** que investigaria o assunto.

Composição do Material Educativo do Programa Escola Sem Homofobia¹¹⁰

Material Educativo

O material é composto de:

- um caderno
- uma série de seis boletins (*Boleshs*)
- três audiovisuais com seus respectivos guias
- um cartaz
- cartas de apresentação para o/a gestor(a) e para o/a educador(a).

Segue um resumo dos materiais do kit:

Caderno Escola sem Homofobia peça-chave do kit, articula com os outros componentes (DVDs/audiovisuais, guias que acompanham os DVDs/audiovisuais, boletins). Traz conteúdos teóricos, conceitos básicos e sugestões de dinâmicas/oficinas práticas para o/a educador(a) trabalhar o tema da homofobia em sala de aula/na escola/na comunidade escolar visando a reflexão, compreensão, confronto e eliminação da homofobia no ambiente escolar. As propostas de dinâmicas contidas no caderno têm interface com os DVDs/audiovisuais e boletins.

Boletins Escola sem Homofobia (Boleshs) série de 6 boletins, destinados às/aos estudantes cada um abordando um assunto relacionado ao tema da sexualidade, diversidade sexual e homofobia. Trazem conteúdos que contribuem para a compreensão da sexualidade como construção his-

¹¹⁰ Retirado do *site* da ECOS – Comunicação em Sexualidade.

tórica e cultural; para saber diferenciar sexualidade e sexo; para reconhecer quando valores pessoais contribuem ou não para a manutenção dos mecanismos da discriminação a partir da reprodução dos estereótipos; para agir de modo solidário em relação às pessoas independente de sua orientação sexual, raça, religião, condição social, classe social, deficiência (física, motora, intelectual, sensorial); para perceber e corrigir situações de agressão velada e aberta em relação a pessoas LGBT.

Audiovisuais

1. DVD Boneca na Mochila (Versão em LIBRAS)

Ficção que promove a reflexão crítica sobre como as expectativas de gênero propagadas na sociedade influenciam a educação formal e informal de crianças, através de situações que, se não aconteceram em alguma escola, com certeza já foram vivenciadas por famílias no mesmo contexto ou em outros. Ao longo do audiovisual, são apresentados momentos que revelam o quanto de preconceito existe em relação às pessoas não heterossexuais.

Baseado em história verídica, mostra um motorista de táxi que conduz uma mulher aflita chamada a comparecer à escola onde seu filho estuda, apenas porque o flagraram com uma boneca na mochila. Durante o caminho, casualmente, o rádio do táxi está sintonizando um programa sobre homossexualidade que, além de noticiar o fato que se passa na escola onde estuda o menino em questão, promove um debate com especialistas em educação e em psicologia, a respeito do assunto.

2. DVD Medo de quê?

Desenho animado que promove uma reflexão crítica sobre como as expectativas que a sociedade tem em relação ao gênero influenciam a vivência de cada pessoa com seus desejos, mostrando o cotidiano de personagens comuns na vida real. O formato desenho animado, sem falas, facilita sua exibição para pessoas de diferentes contextos culturais, independente do nível de alfabetização dos/das espectadores(as).

Marcelo, o personagem principal, é um garoto que, como tantos outros, tem sonhos, desejos e planos. Seus pais, seu amigo João e a comunidade onde vive mostram expectativas em relação a ele que não são diferentes das que a sociedade tem a respeito dos meninos. Porém nem sempre os desejos de Marcelo correspondem ao que as pessoas esperam dele. Mas quais são

mesmo os desejos de Marcelo? Essa questão gera medo, tanto em Marcelo quanto nas pessoas que o cercam.

Medo de quê? Em geral, as pessoas têm medo daquilo que não conhecem bem. Assim, muitas vezes alimentam preconceitos que se manifestam nas mais variadas formas de discriminação. A homofobia é uma delas.

3. Audiovisual Torpedo

Audiovisual que reúne três histórias que acontecem no ambiente escolar: Torpedo; Encontrando Bianca e Probabilidade.

Torpedo animação com fotos, que apresenta questões sobre a lesbianidade através da história do início do namoro entre duas garotas que estudam na mesma escola: Ana Paula e Vanessa.

Ana Paula estava na aula de informática quando deparou toda a turma vendo na internet fotos dela e de Vanessa numa festa, que haviam sido divulgadas por alguém para a escola toda. A partir daí, as duas se questionam sobre como as pessoas irão reagir a isso e sobre que atitude devem tomar. Após algumas especulações, decidem se encontrar no pátio na hora do intervalo. Lá, assertivamente, assumem sua relação afetiva num abraço carinhoso assistido por todos.

Encontrando Bianca por meio de uma narrativa ficcional em primeira pessoa, num tom confessional e sem autocomiseração, como num diário íntimo, José Ricardo/Bianca revela a descoberta e a busca de sua identidade de travesti. Sempre narrada em tempo presente, acompanhamos a trajetória de Bianca e os dilemas de sua convivência dentro do ambiente escolar: sua tendência a se aproximar e se identificar com o universo das meninas; as primeiras vezes em que, em sua casa, se vestiu de mulher; a primeira vez em que foi para a escola com as unhas pintadas, cada vez assumindo mais, no ambiente escolar, sua identidade de travesti; a dificuldade de ser chamada pelo nome (Bianca) com o qual se identifica; os problemas por não conseguir utilizar, sem constrangimentos, tanto o banheiro feminino quanto o masculino; as ameaças e agressões de um lado e os poucos apoios de outro.

Probabilidade com tom leve e bem-humorado, o narrador conta a história de Leonardo, Carla, Mateus e Rafael. Leonardo namora Carla e fica triste quando sua família muda de cidade. Na nova escola, Leonardo é bem recebido por Mateus, que se torna um grande amigo. Mas ele só compreende por que a galera fa-

zia comentários homofóbicos a respeito dele e de Mateus quando este lhe diz ser gay. Um dia, Mateus convida Leonardo para a festa de despedida de um primo, Rafael, que também está de mudança.

Durante a festa, Leonardo conversa com Rafael e, depois da despedida, fica refletindo sobre a atração sexual que sentiu pelo novo amigo que partia. Inicialmente sentiu-se confuso, porque também se sentia atraído por mulheres, mas ficou aliviado quando começou a aceitar sua bissexualidade.

Cartaz e cartas para gestora/r e educadoras/r o cartaz tem a finalidade de divulgar o projeto para a escola e para a comunidade escolar e as cartas apresentam o kit para o/a gestor(a) e educadores(as), respectivamente.

Capacitação Escola sem Homofobia

Segundo elemento da estratégia, a capacitação teve por objetivo habilitar um grupo de pessoas a atuar como multiplicadoras na compreensão dos conceitos principais e na utilização do kit de material educativo do projeto ESH, como instrumento para contribuir para a erradicação da homofobia no ambiente escolar.

Foram realizadas seis capacitações com cerca de 200 profissionais da educação de todos os estados no uso dos materiais – três em São Paulo e três em Salvador nos meses de agosto e setembro de 2010. Estes/estas profissionais serão multiplicadores(as), responsáveis por capacitar outros(as) profissionais da educação no âmbito local.

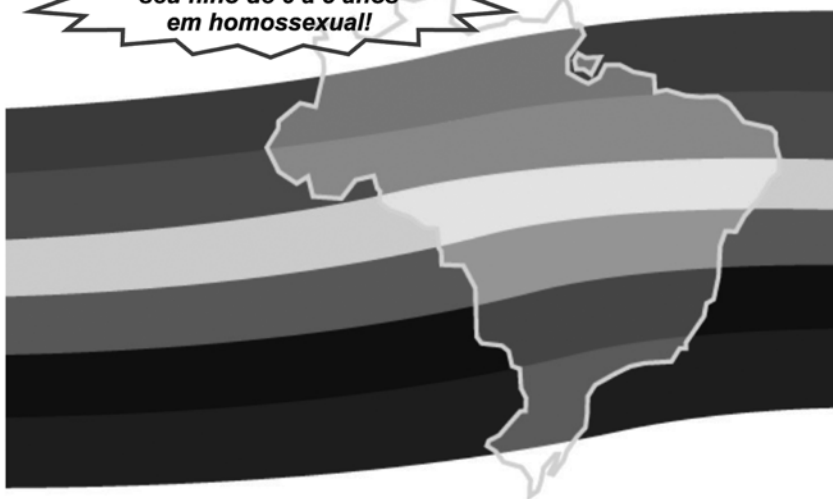
A metodologia empregada nas capacitações foi participativa e incorporou técnicas de educomunicação, além de discussões em grupo, troca de experiências. Utilizou técnicas e conteúdos teóricos presentes no Caderno Escola sem Homofobia e incorporou os outros elementos do kit (DVDs/audiovisuais, guias que acompanham os DVDs/audiovisuais, boletins).

Plano Nacional de Promoção da Cidadania e

Direitos Humanos de **LGBT**

LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

*Querem, na escola, transformar
seu filho de 6 a 8 anos
em homossexual!*



Ilustríssimos Senhores e Senhoras Chefes de Famílias,

Apresento alguns dos 180 itens deste que chamo **Plano Nacional da Vergonha**, onde meninos e meninas, alunos do 1º Grau, serão emboscados por grupos de homossexuais fundamentalistas, levando aos nossos inocentes estudantes a mensagem de que **ser gay ou lésbica** é motivo de orgulho para a família brasileira. Tirem suas conclusões sobre as absurdas propostas do Governo, algumas já em execução conforme publicações em Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

JAIR BOLSONARO - Deputado Federal - Tel. 61 – 3215.5482

Fonte: <http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf>

DIREITOS HUMANOS – LGBT

A SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS APRESENTA O PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS



“... minhas melhores professoras foram justamente as prostitutas...”

Indianara Siqueira, Representante da REDTRANS Brasil - Secretária da Região Sudeste, no dia 23/11/2010 - Na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, por ocasião do lançamento do Kit-Gay para crianças de 6, 7 e 8 anos.

- 1.3.1 - INSERIR NOS LIVROS DIDÁTICOS A TEMÁTICA DAS FAMÍLIAS LGBT
 - 1.1.2 - INCLUSÃO DA POPULAÇÃO LGBT EM PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS (COTA PARA PROFESSOR GAY)
 - 1.4.6 - DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES COM A TEMÁTICA DIVERSIDADE SEXUAL PARA O PÚBLICO INFANTO(ATÉ 10 ANOS) JUVENIL (10 AOS 15ANOS)
 - 1.2.33 - CRIA BOLSA DE ESTUDO QUE QUALIFIQUE OS PROFISSIONAIS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
 - 1.1.1 - INCLUIR RECOMENDAÇÕES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL NO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
 - 1.1.5 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL
 - 1.2.1 – VALORIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS CULTURAIS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRAVESTIS
 - 1.2.3 – CLASSIFICAR COMO INADEQUADAS PARA CRIANÇAS, OBRAS COM CONTEÚDOS HOMOFÓBICOS
 - 1.3.4 – INCENTIVAR A PRODUÇÃO CULTURAL LIGADA À JUVENTUDE LGBT
 - 1.3.16 – CAMPANHA NACIONAL DE TESTAGEM HIV PARA ADOLESCENTE LGBT
 - 2.1.11 – CASAS ESTUDANTIS PARA HOSPEDAGEM DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (REPÚBLICA GAY)
-
- 1.2.20 - RECONHECER TODAS AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES PROTAGONIZADAS POR LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRAVESTIS COM BASE NA DESTRUTURAÇÃO DA HETERONORMATIVIDADE.
 - 1.2.15 - LEGALIZAR O DIREITO DO CASAL HOMOSSEXUAL DE ADOPTAR FILHOS / COM REGISTRO FEITO EM NOME DO CASAL
 - 1.3.16 - CAMPANHA NACIONAL DE SEXO SEGURO PARA ADOLESCENTES LGBT, USANDO PERSONAGENS ADOLESCENTES.
-
- 1.2.6 - GARANTIR A SEGURANÇA EM ÁREAS FREQUENTADAS PELA POPULAÇÃO LGBT COM GRUPOS DE POLICIAIS ESPECIALIZADOS (CRIAÇÃO DE BATALHÕES DE POLICIAIS GAYS NOS ESTADOS - BGay)
 - 1.1.8 - INCLUIR O TEMA DIVERSIDADE SEXUAL NOS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO DE MILITARES E DE POLICIAIS MILITARES E CIVIS, EXTENSIVO ÀS GUARDAS MUNICIPAIS
 - 1.2.9 – ALTERAR O ESTATUTO DOS MILITARES, RECONHECENDO COMPANHEIROS, COMO DEPENDENTES
 - 1.2.12 – REGISTRO DE OCORRÊNCIA POLICIAL COM NOME SOCIAL
 - 1.2.14 – PRESIDIO FEMININO PARA MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS
 - 1.2.16 – DISQUE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - 0800 LGBT

- 2.2.6 - GARANTIR APOIO PSICOSSOCIAL À POPULAÇÃO LGBT IDOSA
- 2.6.3 - CRIAR O CONSELHO NACIONAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
- 1.3.36 - INCLUIR A POPULAÇÃO LGBT EM PROGRAMA DE COMBATE À FOME E A POBREZA (BOLSA GAY)
- 1.3.35- CRIAÇÃO DE SELO NACIONAL PARA EMPRESAS QUE APOIAM OU ESTIMULAM OS LGBT
- 1.1.21 – SITE COM ACERVO DIGITALIZADO SOBRE A HISTÓRIA LGBT NO BRASIL
- 1.1.22 – CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE A POPULAÇÃO LGBT
- 1.2.10 – PRESÍDIOS ESPECIAIS PARA A POPULAÇÃO LGBT
- 1.2.18 – ATENÇÃO DOMICILIAR HUMANIZADA AOS IDOSOS LGBT
- 1.2.28 – PROFISSIONALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBT (PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO GAY)
- 1.2.29 – PROGRAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DA POPULAÇÃO LGBT
- 1.3.42 – IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA VIAJA MAIS DIVERSIDADE (TURISMO GAY)
- 1.4.25 – PESQUISAS SOBRE POPULAÇÃO LGBT DE RUA
- 2.1.9 – REFORMA AGRÁRIA PARA POPULAÇÃO LGBT (MST-GAY)
- 2.5.2 – PREVENÇÃO DE USO DE DROGAS PARA POPULAÇÃO LGBT NAS FRONTEIRAS DO BRASIL

-
- 1.2.30 - ESTIMULAR O ACESSO DE JOVENS LGBT NAS OFERTAS DE ESTÁGIO REMUNERADO
 - 1.3.34 - CRIAÇÃO DO ESTATUTO DOS DIREITOS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
 - 1.1.11 - INCLUIR A POPULAÇÃO LGBT EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
 - 1.1.6 - CURSOS SOBRE OS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT
 - 1.1.23 – GRUPOS LGBT PARA GESTÃO DE PROJETOS EM MEIO AMBIENTE
 - 1.2.31 – CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
 - 1.2.32 – INCLUSÃO DA JUVENTUDE LGBT PARA O TRABALHO (1º EMPREGO)

-
- 1.1.13 – PROGRAMA DE SAÚDE DAS MULHERES LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSEXUAIS.
 - 1.1.16 – DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS PARA A POPULAÇÃO LGBT
 - 1.1.17 – PROGRAMA DE SAÚDE INTEGRAL DE LGBT.
 - 1.2.4 – CONTROLE SOCIAL JUNTO ÀS REDES DE TV, COM PROIBIÇÃO DE PIADAS LGBT
 - 1.3.8 – CAMPANHAS INFORMATIVAS ANUAIS PRÓXIMA AO PERÍODO DA PARADA GAY
 - 1.3.10 – CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DE VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBT
 - 1.3.15 – CAMPANHA NACIONAL DE TESTAGEM HIV PARA MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS
 - 1.3.15 – CAMPANHA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DE SEXO SEGURO PARA LÉSBICAS, BISSEXUAIS E OUTRAS MULHERES QUE FAZEM SEXO COM OUTRAS MULHERES
 - 1.3.22 – CAMPANHA SOBRE CÂNCER DE PRÓSTATA PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
 - 1.3.27 – DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO ACERCA DO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR DO SUS
 - 1.3.31 – CAMPANHA DE ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA, LESBOFOBIA E TRANSFOBIA
 - 1.4.10 – PROMOVER PESQUISA SOBRE HOMOFOBIA AMBIENTAL



Com o falso discurso de combater a homofobia, o MEC em parceria com grupos LGBTs, na verdade, incentivam o homossexualismo nas escolas públicas do 1º Grau, bem como, tornam nossos filhos presas fáceis para pedófilos - JAIR BOLSONARO - Deputado Federal / www.bolsonaro.com.br

Defensores do Fundamentalismo Homossexual em ação:



“...Um dos filmes tinha o beijo lésbico na boca e a gente ficou uns 3 meses discutindo até aonde entrava a língua...”

André Lázaro (Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC) - Em 23/09/2010 na Câmara dos Deputados falando sobre um dos filmes a ser exibido para alunos e alunas do 1º Grau.

“... Esse modelinho de família que o Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) tá falando aqui, é o modelo que quase não existe mais, papai, mamãe, filhinho, filhinha, família Doriana...”

Beto de Jesus (Integrante da executiva da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT) no programa Manhã Maior da Rede TV.



“Pedofilia já! Enquanto ainda estou com tudo em cima...”

“... Nos últimos 36 anos de prática homoerótica, calculei que devo ter transado com mais ou menos uns 500 homens diferentes. No meu caso, para dizer a verdade, se eu pudesse escolher livremente, o que eu queria mesmo não era um ‘homem’ e sim um menino...”

Luiz Mott - Fundador do Grupo Gay da Bahia e um dos idealizadores do PLC 122/06, que criminaliza a homofobia.

“... Obrigado ao Deputado Federal Chico Alencar (PSOL-RJ) que tem sido nosso grande articulador e nos ajudou muito...”

Toni Reis, presidente da ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Transexuais e Travestis, no dia 23/09/2010 em agradecimento ao Deputado Chico Alencar por ter conseguido no Orçamento, R\$ 11 milhões para atividades LGBTs, entre elas a confecção do Kit-Gay e estímulo à Paradas do Orgulho Gay - na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.



Toni Reis: está de casamento marcado com homem casado com sua mãe.

Sobre os entrevistados¹¹¹

André Lázaro é professor adjunto da UERJ. É graduado em Letras e cursou o mestrado e o doutorado em Comunicação Social UFRJ. Foi sub-reitor de extensão da UERJ e coordenador regional de extensão das universidades públicas do Rio de Janeiro. Em 2004 participou da concepção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, no Ministério da Educação em Brasília (Secad/MEC) atuando como secretário de 2007 a 2008. Nesta secretaria atuou na elaboração do Programa Brasil Sem Homofobia entre outros.

Bispo Manoel Ferreira é formado em Direito e Teologia. É líder máximo e presidente vitalício da Convenção Nacional das Assembleias de Deus – Ministério Madureira (CONAMAD), considerada a denominação mais expressiva em número de adeptos dentre as várias denominações das Assembleias de Deus. Nas eleições de 2002, Manoel Ferreira foi candidato ao Senado pelo PPB-RJ, não foi eleito, mas alcançou o 3º lugar, com 1.782.219 votos. Em 2004, foi candidato na chapa de Luiz Paulo Conde como vice-prefeito. Nas eleições de 2006, foi eleito com 80.016 votos para deputado federal pelo PTB-RJ. Nas eleições presidenciais de 2010, Manoel Ferreira foi pré-candidato ao Senado Federal, mas não se candidatou para coordenar a parte cristã da campanha de Dilma Rousseff à Presidência da República.

Cíntia Rodrigues é Cientista Social, feminista, militante do PT e ex-chefe de gabinete da Secretaria Especial de Política das Mulheres durante parte da gestão da ministra Nilcéia Freire. Foi assessora parlamentar na Assembleia

111 Um dos entrevistados solicitou anonimato.

Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), atuou no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim) e na Secretaria Estadual de Assistência Social em Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEASDH). Hoje, além de atuar na Articulação das Mulheres do Brasil (AMB), trabalha na Fundação Ford.

Cláudio Nascimento é ativista pelos direitos LGBT. Fundou, em 1995, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), onde exerceu diferentes funções na gestão. É membro, e já exerceu o cargo de presidente, do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, no Rio de Janeiro. Fundou a Parada do orgulho LGBT no Rio de Janeiro em 1995 e a coordenou até 2009. Em 2007 assumiu a Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos no Governo do Rio de Janeiro e a coordenação do Programa Estadual Rio Sem Homofobia. Foi membro do Conselho Nacional de Combate a Discriminação da Presidência da República de 2003 a 2010 e atualmente é gestor do Governo do Rio de Janeiro. Um dos pioneiros a defender publicamente a união civil de pessoas do mesmo sexo, participou da formulação e implantação e execução de leis e políticas públicas LGBT nacionais e locais, sendo coautor do Programa Brasil Sem Homofobia, do Governo Federal, lançado em 2004.

Damare Alves é advogada e, há 22 anos, trabalha como assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente da Família na Câmara Federal. No final dos anos 1990, começou a atuar em áreas de populações indígenas com o objetivo de intervir em práticas tradicionais como o infanticídio. Foi redatora do Projeto de Lei 1.057, conhecido como “Lei Muwa-ji”, de autoria do deputado federal Henrique Afonso (PV-AC), aprovada na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. O Projeto de Lei visa “proteger as crianças indígenas em situação de risco por terem nascido com deficiência física ou mental, por serem gêmeas, filhas de mãe solteira ou por outras razões determinadas pela tradição de cada povo indígena”.

Erika Kokay é deputada federal, eleita pelo Distrito Federal, bancária da Caixa Econômica Federal e formou-se em psicologia pela UnB. Filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1989, ficou conhecida por sua atuação no Sindicato dos Bancários. Foi deputada distrital por dois mandatos consec-

tivos de 2003 a 2010, contexto em que presidiu a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão dos Direitos do Consumidor na Câmara Legislativa do DF. Nas eleições de 2010 foi eleita com 72.651 votos válidos. Atualmente, é titular nas seguintes comissões na Câmara Federal: Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM, 1º Vice Presidente; Comissão Especial de Reforma Política; PEC 010/95 – Sistema Prisional Misto; PL 7672/10 – Educação Sem Uso de Castigos Corporais; Comissão Externa: Violência contra o Povo Indígena Guarani-Kaiowá; CPI – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Como suplente compõe três comissões: Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO; Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF; PL 682610 – Atos Contra a Administração Pública.

Jair Bolsonaro é deputado federal pelo sexto mandato consecutivo e militar da reserva. Em 2010 foi eleito com aproximadamente 120 mil votos. Desde 2005 é filiado ao Partido Progressista, mas já foi filiado ao Partido Democrata Cristão (1989 a 1993), ao Partido Progressista Renovador (1993 a 1995), ao Partido Progressista Brasileiro (1995 a 2003), ao Partido Trabalhista Brasileiro (2003 a 2005) e ao Partido da Frente Liberal (2005). Começou a carreira política como vereador da cidade do Rio de Janeiro, eleito em 1988, pelo Partido Democrata Cristão. Na Câmara Federal, Jair Bolsonaro já atuou em muitas comissões, mas atualmente faz parte, como titular, de apenas três: Comissão Especial destinada a analisar emendas na Constituição que versam sobre segurança pública; Subcomissão Permanente para a Investigação de Denúncias e Acompanhamento de Operações Policiais sobre Crime Organizado, Tráfico de Drogas e Armas, Contrabando, Crimes em Fronteiras, Pirataria, Corrupção, Lavagem de Dinheiro, Violência Rural e Urbana e Situações Conexas Pertinentes à Segurança Pública; Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN. Como suplente compõe a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO.

Jean Wyllys exerce seu primeiro mandato político, foi eleito em 2010 para o cargo de deputado federal pelo Partido Socialista no Rio de Janeiro (Psol-RJ). Tem mestrado em Letras e Linguística pela UFBA, é professor universitário e escritor. Ganhou projeção nacional ao ser o vencedor do programa Big Brother Brasil, na Rede Globo. Atua na defesa dos Direitos Humanos

e preside a Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT na Câmara Federal. É titular, na Câmara, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM e da Comissão de Legislação Participativa – CLP. Compõe como suplente a Comissão de Educação e Cultura – CEC. É membro titular das Comissões Especiais: Parlamento Jovem Brasileiro; PL 5403/01 Marco Civil da Internet; e Reformulação do Ensino Médio. É titular e 2º Vice-Presidente da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Kauara Ferreira é formada em Ciências Políticas pela UnB e feminista. Atua como assessora técnica e parlamentar no Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfmea), desde 2007. Foi consultora da Ágere Cooperação em Advocacy e desde 2009 é consultora da Combogó Assessoria LTDA. Tornou-se uma referência na área de gênero, direitos reprodutivos e política com diversos artigos e entrevistas sobre o assunto, publicados em jornais, revistas e *sites* na internet.

Marcos Fonseca tem graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pós-graduação em Ciência Política. Foi ouvidor da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro de 2007 a 2011, período em que foi responsável por diversos projetos em Direitos Humanos e participação cidadã. Atuou em “disques denúncia” de Direitos Humanos no Estado (disque-racismo, disque-eficiente, disque-intolerância etc.), e participou, em 2010, da criação do disque-intolerância para atender casos de intolerância religiosa. Esteve à frente da Conferência de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro realizada em 2010. Foi responsável pela primeira experiência em orçamento participativo no estado com a criação do Conselho Gestor do Centro de Arquitetura e Urbanismo. Atualmente, é assessor político da deputada federal Benedita da Silva e atua na área de Direitos Humanos no âmbito do Mercosul.

Maria Helena Franco é mestra em Ciências da área de Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade da FSP/USP, pesquisadora do campo da Comunicação e Saúde em HIV/Aids. Coordena e atua em projetos voltados à prevenção ao HIV/Aids, ao fortalecimento da cidadania e participação política de mulheres que vivem com HIV/Aids, à erradicação da homofobia no ambiente escolar. Trabalha na “ECOS – Comunicação em Sexualidade”, tendo atuado na produção do material educativo do Programa Escola Sem Homofobia.

Marta Suplicy é senadora por São Paulo (2011-2019) e foi nomeada ministra da Cultura em 11 de setembro de 2012. É filiada ao PT desde 1981. Com formação em psicanálise, teve projeção nacional ao apresentar, na década de 1980, um quadro sobre sexualidade na TV Mulher, que começou na Rede Globo e teve continuidade na TV Manchete, com ampla repercussão e reação dos setores mais conservadores. Seu primeiro mandato político foi em 1995 para Câmara Federal, eleita em 4º lugar, atuou pela garantia da maior representação feminina na política e parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. Foi prefeita de São Paulo de 2001 a 2005 e ministra do Turismo de 2007 a 2008. Como senadora, Marta Suplicy desarmou em 2011 e foi relatora do Projeto de Lei Complementar 122 (PLC 122/2006) que visa à descriminalização da homofobia. Como senadora, Marta Suplicy é titular nas seguintes comissões: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; CAESTN – Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional; CASFGTS - Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; COCN - Conselho da Ordem do Congresso Nacional; CPITRAFPE - CPI - Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil; CPMIVCM - CPMI - Violência contra a Mulher – 2012; CTRCDC - CT - Modernização do Código de Defesa do Consumidor - PLS 281, 282 e 283/2012 (Art. 374-RISF). Como suplente compõe as comissões subsequentes: CAE – Comissão de Assuntos Econômicos; CAS – Comissão de Assuntos Sociais; CDHSPDM - Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher; CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte; CTRCP – Comissão de Trabalho pela Reforma do Código Penal Brasileiro - PLS 236/2012 (art. 374-RISF).

Pastor Marco Feliciano é deputado federal pelo Partido Social Cristão de São Paulo, pastor e presidente do Ministério Tempo de Avivamento, denominação evangélica da Assembleia de Deus que engloba: o Instituto Teológico Carisma – ITC, a Rádio Tempo de Avivamento, a Central Evangélica de Pregadores Itinerantes do Brasil – CEPIB, a Revista Tempo de Avivamento, a Livraria Cristã Vida & Paz, a Editora Tempo de Avivamento, e a Gravadora Grata Music. Aos sábados, o pastor apresenta, em cadeia nacional, o programa “Tempo de Avivamento” transmitido pela RedeTV! Formou-se em Técnico em Contabilidade, atuou como empresário, fez bacharelado em Teologia e Mestrado em Divindade nos Estados Unidos. Atu-

almente, o deputado atua como titular nas comissões: PL 7672/10 - Educação sem Uso de Castigos Corporais e Pec 478/10 - Igualdade de Direitos Trabalhistas. Como suplente compõe as seguintes comissões: PL 7663/10 - Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas e Comissão de Segurança Social e Família – CSSF.

Pastor Paulo Freire é deputado federal eleito pelo PR (Partido da República) de São Paulo, seu reduto eleitoral é Campinas-SP. É pastor da Assembleia de Deus Ministério de Belém, presidente do Conselho de Doutrina da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB) e filho do pastor José Wellington Bezerra, o presidente da denominação Ministério de Belém e da CGADB. Foi filiado ao PTB (2002-2006), ao PFL (2006-2009) e em 2009 filiou-se ao PR. Na Câmara Federal atua como titular nas comissões: Comissão de Educação e Cultura – CEC; PEC 032/99 – Bolsa/Crédito Educativo Aluno Carente; PL 1476/07 – Altera a Lei de Segurança Social; PL 7672/10 – Educação Sem Uso de Castigos Corporais; PL 7420/06 – Lei de Responsabilidade Educacional; PL 8035/10 - Plano Nacional de Educação; CPI Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; CPI Tráfico de Pessoas no Brasil. Compõe como suplente as comissões: Comissão de Aviação e Transportes – CVT; e PL 2565/11 Royalties do Petróleo e Similares.

Regina Novaes é antropóloga, possui graduação em Ciências Sociais, mestrado em Antropologia pela UFRJ e doutorado pela USP. É pesquisadora do CNPq com pesquisas na área de Juventude, Religião e Política. Foi professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia no IFCS/UFRJ, até sua aposentadoria em 2005, consultora sênior do Pnud/Nações Unidas, coordenou a pesquisa Juventude e Integração Latinoamericana no IBASE e, na Unesco, coordenou uma pesquisa sobre políticas públicas e juventude. Foi editora da Revista Religião e Sociedade de 1995 até 2005. Do ano de 2005 ao de 2007 foi Secretária Nacional de Juventude e Presidente do Conselho Nacional de Juventude.

Walter Tosta exerce seu primeiro mandato como deputado federal, eleito pelo Partido Social Democrático, Minas Gerais (PSD-MG), em 2010, com 86.192 votos. Formou-se em Administração de Empresas. O deputado é evangélico, da Igreja Batista e compõe a Frente Parlamentar Evangélica e a Frente em Defesa da Família. É paraplégico e fundou a União dos Para-

plégicos de Belo Horizonte (Unipabe) em 1978, entidade filantrópica que tem por objetivo beneficiar pessoas com deficiência e terceira idade. Foi vereador por três mandatos consecutivos na Câmara Municipal de Belo Horizonte (1997 a 2007) e eleito deputado estadual em 2007. Na Câmara Legislativa foi vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos. Já foi filiado ao PTN (1996-1997), ao PMN (1997-2011) e filiou-se ao PSD em 2011. Na Câmara Federal é membro titular da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e suplente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ).

Vera Simonetti é fundadora da ECOS, mestre em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela ECA/USP, socióloga e jornalista. Tem se dedicado à criação e desenvolvimento de textos e materiais educativos (vídeos, boletins, manuais) sobre sexualidade, saúde reprodutiva, direitos reprodutivos, prevenção ao uso indevido de drogas e relações de gênero. Atuou na produção do material educativo do Programa Escola Sem Homofobia.

O juiz e o sagrado

Roberto Arriada Lorea¹¹²

Introdução

O artigo apresenta breve reflexão sobre a laicidade, propondo diferenciar a liberdade religiosa que o magistrado possui enquanto indivíduo de sua responsabilidade pela garantia da liberdade de crença dos demais cidadãos quando julga questões relativas à separação entre as Igrejas e o Estado ou que envolvam liberdade de consciência e de crença. Nessa perspectiva, o artigo aponta a carência de uma política pública judiciária destinada a capacitar os magistrados para decidir sobre questões relativas à diversidade religiosa.

Ciente de que esse trabalho se desenvolve sobre tema ainda por ser explorado no cenário jurídico brasileiro, antecipadamente agradeço por toda crítica que possa vir a contribuir para o seu aprimoramento.

O Estado Laico

O Estado laico não discrimina por motivos religiosos, não afirma e tampouco nega a existência de Deus, relegando essa questão à liberdade de consciência de cada cidadão. Na democracia não há crime de heresia. O Estado laico assegura que cada cidadão possa viver segundo sua crença, sem receio de ser perseguido por seu pertencimento religioso.

A laicidade tem sido definida como o regime social de convivência no qual as instâncias políticas se veem legitimadas pela soberania popular e não

112 Juiz de Direito em Porto Alegre. Doutor em Antropologia Social (UFRGS).

mais por instituições religiosas. Nesse sentido, autores como Hervieu-Léger (1997) e Blancarte (2000) têm afirmado que o papel da religião na modernidade sofre restrições no cenário político/público, de vez que sua legitimidade parece estar confinada à esfera privada, no sentido de que apenas os fiéis, que livremente aderem a uma determinada crença, estarão voluntariamente submetidos a determinados dogmas.

Na Constituição Federal (1988)¹¹³, esse direito está previsto no artigo 5º, inciso VI, o qual assegura liberdade de consciência e de crença a todos os cidadãos, bem como no artigo 19, inciso I, que proíbe a aliança entre o Estado e as instituições religiosas.¹¹⁴ O ambiente democrático fomenta a diversidade, na medida em que todos ficam livres para acreditar (ou não) na existência de determinado Deus.

O Estado laico não é ateu nem religioso. Não deve perseguir as religiões, tampouco promover a religiosidade. Tratando de estabelecer regras de convivência, o Estado deve buscar o mínimo de restrição com o máximo de liberdade, sempre assegurando o respeito à diversidade religiosa, contemplando crentes e não crentes.

As liberdades laicas (laicas porque decorrem da laicidade estatal) enquanto garantias fundamentais dos cidadãos, representam uma limitação à atuação administrativa, legislativa e judicial do Estado.

Dentre outros reflexos, pode-se destacar o direito de não sofrer coação estatal em matéria religiosa e o direito de sequer revelar a própria convicção religiosa, exceto quando do censo demográfico, preservado o anonimato.

Importante destacar que o Estado laico serve também aos religiosos, pois lhes garante a liberdade para vivenciarem sua fé sem qualquer embaraço,

113 Convém mencionar que a menção à proteção de Deus, no preâmbulo da Constituição, não traduz qualquer direito ou obrigação, conforme decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, (STF, Adin 2076-5, Acre. Rel. Min. Carlos Veloso, 15-08-2002).

114 Art. 5º, inciso VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; Art. 19, É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: inciso I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

inclusive podendo discordar da hierarquia de sua própria Igreja. Assim, por exemplo, as mulheres católicas são livres para usar a pílula, ou os jovens católicos para usar o preservativo, podendo fazê-lo graças à laicidade, que lhes garante a liberdade de decidir livremente se vão ou não se submeter aos dogmas de sua própria Igreja.

Contudo, não é correto afirmar que o Estado tenha interesse em promover a religiosidade em si mesma, pois não se confunde valorar positivamente a liberdade religiosa com valorar positivamente a própria religiosidade (Huaco, 2005: 349).

A laicidade, portanto, fomenta a diversidade religiosa como consequência de uma convivência livre e plural, capaz de refletir a diversidade cultural presente na nossa sociedade brasileira.

A Liberdade Religiosa no Brasil

Se hoje no Brasil existe liberdade religiosa, é preciso compreender que nem sempre foi assim. Durante a monarquia, por quatro séculos, experimentamos outro modo de tratamento para o fenômeno religioso. Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), por exemplo, não se cogitava de liberdade para escolher a própria religião. O Livro Primeiro, título II, dispunha “como são obrigados os pais, mestres, amos e senhores, a ensinar, ou fazer ensinar a doutrina cristã, aos filhos, discípulos, criados e escravos”, enquanto o Livro Quinto, título I, estabelecia “Que se denunciem ao Santo Ofício os hereges e os suspeitos de heresia ou judaísmo”. Assim, privilegiando-se uma religião e perseguindo-se as demais, forjou-se a maioria católica no Brasil.

A memória de um Estado brasileiro confessional e intolerante deve ser preservada, para assegurar que as novas gerações saibam que os valores democráticos, que asseguram o respeito à crença do outro, são conquistas do Estado laico, proclamado por meio do Decreto 119-A, em 07 de janeiro de 1890.

A transição de um longo monopólio religioso para um regime de liberdades lança desafios à democracia. Em 1995, a ONU aprovou a Declaração de Princípios sobre a Tolerância, enfatizando: “Tolerância não é concessão, condescendência, indulgência. A tolerância é, antes de tudo, uma atitude ativa, fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana

e das liberdades fundamentais do outro”. Em 2011, a ONU voltou a essa temática, aprovando a Resolução 16-18, cujo conteúdo reforça a necessidade de os Estados membros enfrentarem a intolerância religiosa.

A responsabilidade pelo enfrentamento à intolerância religiosa e garantia das liberdades laicas é de todos, mas, em última instância cabe ao Poder Judiciário fazer cumprir as liberdades laicas garantidas na Constituição.

Portanto, qualquer cidadão que se sentir prejudicado por motivo religioso, pode buscar proteção no Judiciário. Como esclarece Dominique Schnapper:

“Viver juntos significa ser cidadãos conjuntamente. Essa é a razão pela qual a separação entre as Igrejas e o Estado é um princípio fundamental da organização política moderna: permite transcender a diversidade de pertencimentos religiosos, possibilita o trânsito à esfera privada das crenças e práticas religiosas e faz do âmbito público um lugar religiosamente neutro, comum a todos os cidadãos, qualquer que seja a Igreja a que pertençam e independentemente de sua renúncia a participar de alguma comunidade religiosa.” (Schnapper, 2007: 117)

Precisamente porque o espaço estatal é, por excelência, o espaço de neutralidade necessário ao convívio harmônico entre pessoas com diferentes crenças, a tentativa de imposição por parte do Estado (por ato administrativo, lei ou decisão judicial) de uma determinada visão religiosa de mundo viola a laicidade, como destaca Daniel Sarmiento:

“A laicidade do Estado não se compadece com o exercício da autoridade pública com fundamento em dogmas de fé – ainda que professados pela religião majoritária –, pois ela impõe aos poderes estatais uma postura de imparcialidade e equidistante em relação às diferentes crenças religiosas, cosmovisões e concepções morais que lhes são subjacentes.” (Sarmiento, 2006: 116).

Por fim, deve-se compreender corretamente a noção de colaboração de interesse público entre as Igrejas e o Estado, ressalvada no artigo 19 da Constituição, prevista no texto constitucional e, muitas vezes, apresentada como pretexto para verdadeiras alianças. Nesse sentido, é preciosa a lição do constitucionalista José Afonso da Silva, acerca da dimensão jurídica da separação entre as Igrejas e o Estado:

“Pontes de Miranda esclareceu bem o sentido de várias prescrições nucleadas

nos verbos do dispositivo: *estabelecer* cultos religiosos está no sentido amplo: criar religiões ou seitas, ou fazer igrejas ou quaisquer postos de prática religiosa, ou propaganda. *Subvencionar* cultos religiosos está no sentido de concorrer, com dinheiro ou outros bens da entidade estatal, para que se exerça a atividade religiosa.

(...)

Mais difícil é definir o nível de *colaboração de interesse público* possibilitada na ressalva do dispositivo, *na forma da lei*. A lei, pois, é que vai dar a forma dessa colaboração. É certo que não poderá ocorrer no campo religioso. Demais a colaboração tem que ser geral a fim de não discriminar entre as várias religiões.” (Silva, 1991: 223)

Apresentadas as noções básicas do que seja a laicidade, passa-se a discorrer sobre a postura devida ao magistrado ante o fenômeno religioso, cuidando-se de abarcar a necessária distinção entre o indivíduo e o julgador.

A Magistratura e a Laicidade

Ao magistrado, enquanto cidadão, devem ser asseguradas as mesmas garantias que aos demais indivíduos, podendo o mesmo professar qualquer credo religioso ou, igualmente, não se filiar a nenhuma crença.

Por outro lado, enquanto Estado-juiz, isto é, quando no exercício da atividade jurisdicional, é vedado ao magistrado atuar baseado nas suas convicções religiosas. Isso porque o Estado não pode impor convicções religiosas e, se o fizer - mediante uma decisão judicial, estará violando a Constituição.

Exemplos dessa tensão entre o indivíduo juiz e o Estado-juiz podem ser identificados quando, por exemplo, um juiz afirma que decidiu pelo não reconhecimento da conjugalidade gay porque a Bíblia condena a homossexualidade, sustentando que agiu iluminado por Deus. É preciso respeitar a crença pessoal do magistrado, mas não se pode admitir que o mesmo pretenda impor a outro sua crença pessoal, através da decisão judicial.

No mesmo sentido, têm-se visto referências a decisões judiciais que impõem a frequência a determinado culto religioso, numa flagrante violação da liberdade de consciência e de crença do jurisdicionado.

Exemplos dessa natureza apontam para a urgência de uma política pública judiciária que fomente a laicidade, assegurando-se que a magistratura esteja

capacitada a lidar com o tema da religião, para que julgue na perspectiva público-jurídica e não particular-religiosa.

Outra face da carência de uma política pública judiciária, a ser disseminada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) diz respeito à formação da magistratura para lidar com a intolerância religiosa.

Veja-se a Lei nº 9.459/97, a qual prevê pena de 02 a 05 anos de reclusão para quem praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de religião, por intermédio dos meios de comunicação. Essa prática, embora cotidiana nos canais de televisão brasileiros, tem sido ignorada pelo sistema de justiça, a começar pelo Ministério Público.

A exemplo do que acontece com diversas outras temáticas, a laicidade deve integrar a formação básica de todos os magistrados. Aguarda-se, portanto, iniciativa da cúpula do Poder Judiciário, a qual tem a responsabilidade de capacitar a magistratura para assegurar as liberdades laicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANCARTE, Roberto. (comp.) *Laicidad y Valores en un Estado Democrático*. México: El Colégio de México, 2000.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. Croire en modernité: au-delà de la problématique dès champs religieux et politiques. In: MICHEL, P. (org.) *Religion et Démocratie; nouveaux enjeux, nouvelles aproches*. Paris: Albin Michel, 1997, pp. 362-364.

HUACO, Marco. *Derecho de la Religión. El principio y derecho de libertad religiosa em el ordenamiento jurídico peruano*. Lima: Fondo Editorial de la UNMSM, 2005.

SARMENTO, Daniel *Livres e Iguais – Estudos de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

SCHNAPPER, Dominique. La neutralidad Religiosa del Estado, Institución de Tolerância. In: *La Intolerância*. Academia Univesal de las Culturas, com prefacio de Elie Wiesel, Buenos Aires: Granica, 2007, pp.115-119.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

Laicidade e direitos sexuais e reprodutivos: reflexões a partir dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a pesquisa com células-tronco, anencefalia e homofobia

Roger Raupp Rios¹¹⁵

1. A afirmação da laicidade e os julgamentos do Supremo Tribunal Federal sobre pesquisa com células-tronco, anencefalia e uniões estáveis homossexuais

A história brasileira nos últimos anos, vivida num ambiente de avanço da democracia e de consolidação das instituições políticas e jurídicas, tem sido marcada, dentre tantos eventos, por julgamentos históricos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal. Questões jurídicas de alta relevância social e intensa polêmica bem demonstram este momento nacional. Nesta lista podem ser enumeradas, por exemplo, as decisões sobre a interrupção da gestação de fetos anencéfalos, sem a incidência da tipificação do aborto, assim como prevista no Código Penal Brasileiro; a qualificação jurídica das uniões de pessoas do mesmo sexo como comunidade familiar, sob a modalidade de união estável; a demarcação das terras indígenas na Raposa da Serra do Sol; a constitucionalidade da legislação de biossegurança, no que respeita à pesquisa com células-tronco; a constitucionalidade da Lei Maria da Penha, que se destina a coibir a violência doméstica nas relações de gênero; a afirmação do direito constitucional de liberdade, inclusive em manifestações públicas objetivando a descriminalização da utilização da maconha.

Muitos temas e argumentos jurídicos têm sido veiculados nestas oportunidades, diante de uma gama bem variada de situações. Em comum,

115 Juiz Federal, Mestre e Doutor em Direito – UFRGS. Professor do Mestrado em Direitos Humanos do Centro Universitário UniRitter – Porto Alegre (roger.raupp.rios@gmail.com).

pelo menos, e de imediato, constata-se a presença institucional do Supremo Tribunal Federal, a exercer sua missão num contexto de democracia poucas vezes, senão nunca, anteriormente experimentada, ao menos nesta intensidade, na história nacional. Outro aspecto que compõe o pano de fundo deste cenário é o debate constante acerca do significado e das consequências de vários direitos fundamentais.

Neste contexto institucional novo e instigante, chama a atenção a presença de temas antes silenciados, dentre os quais destacam-se os direitos sexuais e reprodutivos. Estes têm sido objeto de contestação e de afirmação perante o Supremo Tribunal Federal. É o que demonstra, por exemplo, o teor, em especial, dos seguintes julgamentos: (1) o direito à utilização de técnicas de fertilização artificial, sem o dever de implantação de todos os óvulos afinal fecundados, sob pena de tratamento da mulher de modo desumano ou degradante (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.510/DF); (2) a exclusão das hipóteses criminais de prática do aborto para a interrupção de gravidez no caso de anencefalia (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54/DF); (3) a compreensão do direito fundamental de liberdade como proteção à liberdade sexual, para o reconhecimento de uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132/DF e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277/DF). Nestes casos, registra-se, dentre os fundamentos para o deferimento da medida protetiva de direitos sexuais e reprodutivos, a expressa menção à laicidade como princípio constitucional que caracteriza o regime democrático instituído pela Constituição de 1988, na esteira de toda a história constitucional republicana brasileira.

Diante deste quadro, o objeto deste breve estudo é a relação entre a laicidade e a proteção de direitos sexuais e reprodutivos na jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal. De modo mais preciso e delimitado, o que se propõe é uma análise de como a laicidade foi invocada nos precedentes indicados, destacados em virtude de sua expressão e importância nos debates jurídico, político e social contemporâneos. Nesta breve análise, serão destacados três sentidos presentes nestes julgamentos, cuja relação com os direitos sexuais e reprodutivos é muito direta e relevante. São eles: (a) a laicidade como princípio organizador da vida política nacional; (b) a laicidade como proteção relacionada ao direito fundamental de liberdade religiosa e (c) a laicidade como conteúdo jurídico protetivo da autonomia privada e do direito de igualdade.

2. Os sentidos da laicidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e os direitos sexuais e reprodutivos

Como se referiu, a laicidade é tema comum nos casos do Supremo Tribunal Federal, nos julgamentos acima aludidos. A menção à laicidade nestes precedentes, longe de objetivar tratamento doutrinário, sistemático e exaustivo da matéria (tarefa que não cabe aos tribunais no ofício de julgar), salientou, dentre outras, três dimensões, agora destacadas em virtude do objeto desta reflexão.

2.1. A laicidade como princípio constitucional organizador da vida política

Em primeiro lugar, a laicidade foi afirmada como princípio constitucional organizador da vida política nacional (saliento as manifestações do Ministro Celso de Mello, em especial na ADPF nº 132 e na ADI nº 3510). Qualificando o Estado brasileiro como laico, secular e democrático, o Supremo Tribunal Federal vislumbra na laicidade um postulado essencial da organização institucional do Estado, decorrente de uma decisão política fundamental, que demarca domínios próprios de atuação e de incidência do poder civil (secular).

Para tanto, identificam-se, ao menos, duas direções. A primeira direção atenta para a conduta estatal perante as instituições religiosas e as respectivas crenças. Trata-se da vedação de interferência estatal no espaço privado onde se insere e se organiza a fé religiosa, defendendo a liberdade religiosa de indivíduos e de grupos, assim como as instituições religiosas que se formam nesse contexto. A outra direção cuida do eventual movimento das instituições religiosas em face do Estado. A laicidade requer que o Estado, diante de tal espécie de pretensão, não se deixe contaminar, nas suas ações ou omissões, por princípios teológicos ou razões de ordem confessional, ainda que provenientes de setores majoritários na sociedade. Aqui, portanto, insere-se a resistência que é exigida pelo Estado diante de iniciativas fundamentalistas que objetivem se apropriar das estruturas estatais.

Desta primeira dimensão, onde a atenção se volta para a laicidade como princípio organizador da vida política, deflui a interdição de que concep-

ções morais de cunho religioso guiem a conduta estatal quando estão em causa direitos fundamentais (advertência aposta pelo Ministro Marco Aurélio, ADPF nº 54).

A presença da laicidade como princípio organizador da vida política nacional, quando considerada sua repercussão para os direitos sexuais e reprodutivos, tem consequências extremamente importantes. Desde a interdição de conteúdos religiosos na interpretação e na elaboração da legislação (como demonstra a ADPF n. 54), até a neutralidade diante de argumentos teológicos para a definição do conteúdo jurídico do direito à vida (ADI n. 3510).

2.2. A laicidade e a liberdade religiosa

Em segundo lugar, e em estreita relação com a dimensão organizativa, a laicidade se apresenta como *princípio que objetiva proteger a liberdade religiosa em particular* na sociedade democrática e plural (dimensão também sublinhada pelo Ministro Celso de Mello, nos precedentes referidos no item anterior). Tanto assim que se indicam, dentre o conteúdo material da laicidade, as liberdades de crença, de culto e de organização religiosa, em respeito ao pluralismo.

Com efeito, o mandamento de neutralidade axiológica, presente na laicidade, é compreendido como uma exigência que tem por finalidade preservar a integridade da liberdade religiosa dos cidadãos. Esta realidade pode ser percebida na ADPF n. 54. A tomada de decisão, pelo Supremo Tribunal Federal, que excluiu a interpretação da interrupção de gestação de feto anencéfalo do crime de aborto, como não poderia deixar de ser, preserva a liberdade religiosa daquelas mulheres que, por motivação confessional, desejam levar a cabo a gestação em tais condições.

2.3. A laicidade e os direitos fundamentais: a liberdade geral e o direito de igualdade

A relação entre a laicidade e a liberdade religiosa (que é uma liberdade fundamental específica) é direta e explícita. Além desta relação, outra faceta da laicidade, presente nos julgamentos do Supremo Tribunal Federal, é de ordem mais geral: a laicidade também se articula com o exercício de outros direitos fundamentais. Em especial, destacam-se a liberdade geral e a proibição de discriminação por orientação sexual.

Examine-se a relação da laicidade com o exercício do direito fundamental de liberdade geral, tomado de modo amplo. Em suas diversas manifestações, a liberdade geral desdobra-se em vários aspectos, alguns explicitamente enumerados no texto constitucional (como é o caso da liberdade reprodutiva); sem prejuízo desta enumeração, o ponto de partida de todas as liberdades é a previsão geral da liberdade (art. 5, II). Deste modo, a laicidade do Estado, conjugada com a autonomia privada, conduz à proteção liberdade individual, de agir, por exemplo, em matéria reprodutiva, de acordo com seus valores e convicções (como demonstram os votos do Ministro Joaquim Barbosa, na ADIN nº 3.510 e da Ministra Cármen Lúcia).

Além dos direitos de liberdade, geral ou específicos, a laicidade foi expressamente compreendida a partir das exigências do direito de igualdade. De fato, os votos dos Ministros Ayres Britto e Celso de Mello ilustram bem esta relação, quando do julgamento da ADPF n. 132.

Do voto do relator, Ministro Ayres Britto, destaca-se a interpretação sistemática dos diversos direitos fundamentais envolvidos no debate sobre o reconhecimento das uniões homossexuais. Dentre estes, a igualdade foi considerada em seu desdobramento como mandamento igualitário na esfera da sexualidade, mediante a enunciação da igualdade sexual, com a consequente proibição de discriminação sexual. Ficam, portanto, excluídas interpretações que restrinjam o direito de igualdade, na esfera da sexualidade, a diretrizes religiosas.

No mesmo julgamento, a argumentação do Ministro Celso de Mello se vale de exposição histórica, onde insere a perseguição contra homossexuais no direito brasileiro, em face da prevalência, antes da república, de confessionalidade estatal. Atento à homofobia e à punição de homossexuais, vinculada a fundamentação religiosa, por longo período da história nacional, a manifestação do Ministro Celso de Mello deixa evidente como a afirmação da laicidade se relaciona ao princípio da igualdade.

3. Conclusão

As diversas dimensões que se articulam na vida democrática (política, social, econômica, cultural) têm seu desenvolvimento próprio e inter-relacionado em ambiente onde interagem instituições estatais e sociais. A presença do fenômeno religioso na experiência democrática brasileira contemporânea tem, dentre suas variadas facetas, sido formulado, desde a proclamação da repúbli-

ca, do ponto de vista constitucional, por meio do princípio da laicidade.

Com a promulgação da Constituição de 1988, de clara feição democrática, em especial com a enumeração de direitos fundamentais de modo mais amplo e abrangente, o alcance e o sentido da laicidade se revela ainda mais premente e necessário. Os julgamentos sobre a possibilidade da pesquisa com células-tronco, a não-criminalização da antecipação terapêutica em caso de anencefalia fetal e o reconhecimento das uniões homossexuais colocam, neste contexto, importantes desdobramentos e relações entre a laicidade e os direitos fundamentais.

Ao mesmo tempo, eles realçam a importância institucional de um tribunal que atue como guarda da Constituição, dado o dissenso moral presente nas sociedades pluralistas e o risco do desrespeito a direitos fundamentais, quando maiorias religiosas ou posturas tradicionais são desafiadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, n. 132. Requerente: Governador do Estado do Rio de Janeiro. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, 05 de abril de 2011. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>. Acesso em 26 de agosto de 2012.

____. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 54. Requerente: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS. Relator: Min. Marco Aurélio. Brasília, 12 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=54&classe=ADPF&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>. Acesso em 26 de agosto de 2012.

____. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3510. Requerente: Procurador-Geral da República. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, 29 de maio de 2008. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28adi+3510%29&base=baseAcordaos>. Acesso em 26 de agosto de 2012.

Sobre os autores

Christina Vital é professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense - PPCULT/Niterói e Professora Adjunta em Antropologia Cultural no Departamento de Artes e Estudos Culturais - RAE/UFF-PURO. Possui mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro IFCS/PPGSA e doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro PPCIS/UERJ - vinculada à linha de pesquisa Religião e Movimentos Sociais em Perspectiva - com a tese “Evangélicos em ação nas favelas cariocas: um estudo sócio-antropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no complexo de Acari”. Integra a equipe de pesquisadores do CEVIS - Coletivo de Estudos sobre a Violência e Sociabilidade Urbano, coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ - UFRJ) e coordena o Grupo de Pesquisa Religião, Cultura e Política no Brasil Contemporâneo, ambos inscritos no Diretório do CNPq. É membro do Comitê de Diversidade Religiosa da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e do Grupo de Trabalho de enfrentamento da Intolerância Religiosa e Promoção de Direitos Humanos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. É colaboradora do Instituto de Estudos da Religião desde 2002 tendo atuado como coordenadora de pesquisas sobre religião, mídia e política, violência contra a mulher, além de ter colaborado em projetos nas áreas de segurança pública e violência urbana.

e-mail de contato: chrisvital@uol.com.br



Paulo Victor Leite Lopes é doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a dissertação “Sexualidade e construção de si em uma favela carioca: pertencimentos, identidades, movimentos” (2011). Foi colaborador do Instituto de Estudos da Religião (ISER) em diversas pesquisas, entre elas a que deu origem a este livro e a realizada a partir do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência de Gênero (SerH).
e-mail de contato: pvleitelopes@gmail.com



foto Raquel Sant'Ana

Esta publicação resulta de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), em parceria com a Fundação Heinrich Böll Brasil. Foi produzida em 2013, no Rio de Janeiro, e impressa em Pólen Soft Suzano 70g/m² (miolo). O projeto gráfico e a editoração eletrônica foram realizados empregando as famílias tipográficas Adobe Garamond Pro e ITC Oficina Sans.